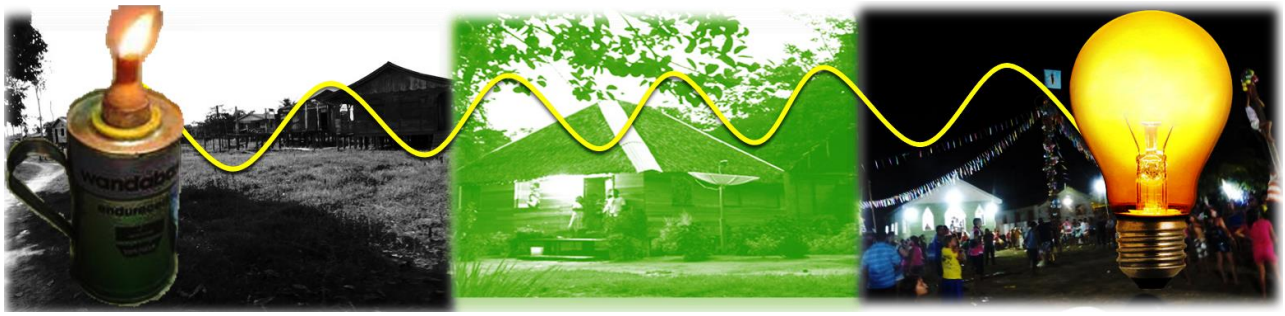
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE – CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZONIA – PPG CASA

DA LAMPARINA À LÂMPADA: Estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, Careiro da Várzea (AM).



Manaus - Amazonas
2017

AGHATA TEIXEIRA SILVA

DA LAMPARINA À LÂMPADA: Estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade são Francisco da Costa Terra Nova, Careiro da Várzea (AM).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski

Manaus, Amazonas
2017

Ficha Catalográfica
Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Aghata Teixeira

S586d Da lamparina à lâmpada : Estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa
Terra Nova, Careiro da Várzea (AM). / Aghata Teixeira Silva. 2017
196 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Witkoski
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Eletrificação Rural. 2. Comunidade. 3. Camponeses Amazônicos. 4. Transformações. I. Witkoski, Antonio Carlos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGHATA TEIXEIRA SILVA

DA LAMPARINA À LÂMPADA: ESTUDO DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E AMBIENTAIS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DA COSTA TERRA NOVA, CAREIRO DA VÁRZEA (AM).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Banca examinadora

_____

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer – Membro Titular
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

_____

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz – Membro Titular
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

_____

Prof. Dr. Cloves Farias Pereira – Membro Titular
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

_____

Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski – Presidente da Banca
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Manaus, 03 de 07 2017.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, meus irmãos, meu amado esposo, minha vó *in memóriam*, e, aos ribeirinhos da comunidade São Francisco que partilharam seu cotidiano e memórias comigo, fazendo-me sentir parte dessa comunidade que resiste permanecendo unida e solidária mesmo em meio de tantas pressões.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, criador e mantenedor que em meio às diversidades da vida, nos faz vislumbrar um futuro de paz. Obrigada Pai!

A meus pais que trabalharam arduamente durante toda a vida para me trazer até aqui. Seu estimulo e força sempre me motivam. A minha mana que sempre esteve pronta a me ouvir, e ao meu coração que tanto amo. Obrigada!

Ao meu esposo, um grande homem, que sacrificou noites me ajudando nessa jornada. Obrigada Bem!

À Talita Lira e ao Antoneto que foram fundamentais nesse processo, sem os quais não conseguiria chegar até aqui, obrigada pelo carinho, paciência e compreensão, são minha segunda família, obrigada Tata e Papitolino!

Ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Carlos, pela paciência, críticas, puxões de orelha e sabedoria dispensada durante essa caminhada que me fizeram compreender muito desse mundo acadêmico. Obrigada professor!

A professora Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe que, no momento inicial, quando me encontrava aflita e perdida me norteou e me ajudou a criar o embrião desta dissertação, obrigada pela luz e pela lamparina profa.

Aos colegas do GT Witkoskian@s compartilharam momentos de aprendizagem, debates intelectuais e amizade, obrigada querid@s.

Aos professores e colegas do PPG/CASA, pela oportunidade de compartilhar conhecimento e debates sobre um futuro mais sustentável, especialmente para nossa Amazônia.

À secretária do PPG/CASA, Fernanda, que sempre foi solicita, ajudando e tirando dúvidas, obrigada Fê!

Ao CNPq pela concessão da bolsa durante o período do mestrado.

À professora Ana Cristina pela solidariedade e amizade que foram fundamentais no trabalho de campo. Obrigada por abrir as portas do seu lar e dividir comigo o cotidiano comunitário fascinante de São Francisco. Ganhei uma outra família, obrigada Cris!

Ao professor Valdenir e o Sr. Alcimar juntamente com sua esposa que também abriram as portas do seu lar para me abrigar durante a pesquisa, Valdinho e Alcimar, obrigada de coração.

À professora Milza e sua filha enfermeira Adriele que arduamente trabalharam em prol do levantamento de informações históricas e levantamento censitário da comunidade, obrigada pelo emprenho, este trabalho seria muito difícil sem vocês, obrigada!

À diretora da escola local, professora Nancy que abriu as portas da escola para que pudéssemos realizar essa pesquisa.

À prefeitura do Careiro que possibilitou entrevistas;

Ao Sr. Apolinário da CEMAM sem o qual não seria possível o levantamento de informações técnicas sobre a energia elétrica do Careiro da Várzea e Comunidade São Francisco, tendo em vista que o responsável local não respondeu a nenhuma solicitação por nós feita. Obrigada Sr. Apolinário!

Ao Dr. Marinho pelo livro que conta a historia do Careiro da Várzea, que foi de grande contribuição, assim como sua entrevista, obrigada Dr.

A toda a comunidade São Francisco, a todos os que destinaram parte do seu tempo para prestarem informações que serão expostas no decorrer deste trabalho. Acima de tudo, espero que seja de grande utilidade para o resgate histórico e social da dinâmica incrível que a comunidade possui. Obrigada!

EPIGRAFE

Pense sobre as futuras gerações e elas dizem
Nós queremos fazer deste mundo um lugar melhor
Para nossos filhos
E para os filhos dos nossos filhos
Para que eles vejam
Que este pode ser mundo melhor para eles
E saibam que podem
fazer deste um lugar ainda melhor
Heal The World
Michael Jackson

RESUMO

Este trabalho objetiva uma análise sobre as transformações socioculturais e ambientais do modo de vida dos camponeses amazônicos da comunidade de São Francisco da Costa Terra Nova, a partir da instalação da energia elétrica. A partir do resgate da memória da dinâmica comunitária antes, durante e depois da inserção da eletricidade, será possível compreender as mudanças e transformações ocorridas na comunidade. A tradição é fortemente vivida nas comunidades ribeirinhas, à relação com o meio em que vivem é permeado de singularidades, conhecimento e respeito. Entretanto, essas populações precisam de acesso a bens e serviços que nem sempre são garantidos, como é o caso da energia elétrica, que somente a partir de lutas e engajamento comunitário tem-se acesso. O acesso à energia elétrica é um bem social que deve ser garantido, pois é necessário para a melhoria da qualidade de vida. Contudo, esse momento de transformação traz inquietações e reflexões, especialmente no que concerne às transformações e aos impactos que sofre o modo de vida dessas populações - que se mantêm com saberes e práticas de intensa relação com a natureza, respeito ao meio ambiente e objetivam a manutenção da subsistência de seus grupos - e ao mesmo tempo como garantir o acesso adequado a bens e serviços, entre estes, a energia elétrica. Para a realização deste trabalho utilizou-se a metodologia qualitativa com a utilização de instrumentais etnográficos e de história oral. Compreende-se que a energia elétrica é básica, e tendo em vista as dificuldades de acesso no Amazonas, a energia representa a possibilidade de postos de saúde, de melhoria na produção, da ligação telefônica, da conservação de alimentos, de melhorias na qualidade de vida. Entretanto, sua utilização traz a possibilidade de aquisição de equipamentos sociais, que abrem novas portas para uma série de transformações no modo de vida do camponês amazônico que será debatido no decorrer dessa pesquisa.

Palavras - Chave: Eletrificação Rural; Comunidade; Camponeses Amazônicos.

ABSTRACT

This research work aims to analyze the sociocultural and environmental transformations of the way of life of the Amazonian river dwellers of the community of São Francisco da Costa Terra Nova, after the installation of electric energy. From the rescue of memory of the community dynamic before, during and after insertion of electricity, it will be possible to understand the changes and transformations occurring within the community.The tradition is strongly lived in the riverside communities and this relationship with the environment in which they live it is permeated with singularities, knowledge and respect. However, these populations need access to goods and services that are not always guaranteed, as is the case with electric energy, which is accessible only through struggles and community engagement. Access to electricity is a social good that must be guaranteed as it is necessary for the improvement of the quality of life. However, this time of changes brings with it restlessness and reflections, especially with regard to the transformations and the impacts that the way of life of these populations suffer - that maintains themselves with knowledge and practices of total harmony with the nature, respect for the environment and aiming at the Maintenance of the subsistence of their groups - and at the same time as guaranteeing adequate access to goods and services, among them, electric energy. For the accomplishment of this research work we used the qualitative methodology with the use of ethnographic instruments and oral history. It is understood that electric energy is a basic service, and given the difficulties of access to the Amazon, energy represents the possibility of health posts, improved production, telephony, food preservation. Finally, its use brings the possibility of acquiring social equipment, which opens new doors to a series of transformations in the way of life of the Amazonian peasant that will be debated in the course of this research

Keywords: Rural Electrification; Community; Amazonian Peasants..

TABELAS

Tabela 1:Plantas medicinais utilizadas pelos caboclos-ribeirinhos da Costa da Terra Nova – Careira da Várzea/AM. 59

Tabela 2:Produtos de comercialização dos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco..... 85

Tabela 3: Equipamentos eletroeletrônicos utilizados pelos ribeirinhos da comunidade São Francisco. 110

Tabela 4: Energias renováveis mais utilizadas. 112

Tabela 5:Equipamentos facilitadores adquiridos. 133

Tabela 6: Insumos utilizados na agricultura da comunidade São Francisco. 145

IMAGENS

Figura 1: Mapa do distrito da Costa da Terra Nova e suas subdivisões. 28

Figura 2:Mapa da ilha do careiro desenhada por dona Milza Souza, Professora. 31

Figura 3:Comparativo de cenário entre o período de cheia e de seca da mesma casa. 31

Figura 4: Mapa cognitivo desenhado pelos moradores. 34

Figura 5:Formação de uma nova ilha. 36

Figura 6:Registro de canoeiros que aproveitam-se de um vento favorável, fazendo de uma jovem Oirana, mastro. 38

Figura 7:Escola Municipal Francisca Goes (2002). 47

Figura 8: Lamparina encontrada na casa de seu João Procópio da Silva. 50

Figura 9:Jirau da casa de um ribeirinho com plantas medicinais e hortaliças. 61

Figura 10: Alternativas para cura de doenças na comunidade São Francisco. 62

Figura 11:Posto de Saúde e Sede do Clube de Mães da comunidade. 67

Figura 12: Arraial de São Francisco. 70

Figura 13: Procissão de barcos. 74

Figura 14:Igreja Adventista do 7º dia/ Igreja Católica da São Francisco. 75

Figura 15:Sistema de comercialização e movimentação do dinheiro. 87

Figura 16: Placa de Inauguração da rede elétrica da Costa da Terra Nova. 103

Figura 17: Usina termelétrica municipal. 104

Figura 18:Melhorias a partir da chegada da energia elétrica na comunidade São Francisco. 105

Figura 19: Tipos de energia. 111

Figura 21: Elemento encontrado no cano de água. 120

Figura 22: Casa incendiada resultante de curto-circuito elétrico. 122

Figura 23: Valor médio da conta de luz. 123

Figura 24:Funcionário da CEAM coletando informações do contador sobre o consumo mensal de energia da casa. 126

Figura 25:Ocupação 127

Figura 26:Renda familiar 128

Figura 27: Ribeirinho adaptando o fogo para assar o peixe na varanda durante a cheia/ família realizando a separação da produção para venda. 129

Figura 28: Fossa. 130

Figura 29:Casa ribeirinha com elementos modernos. 131

Figura 30: Técnico da CEAM realizando a troca de postes. 134

Figura 31:Reflexões do Professor Valdo, recordando momentos de sua infância sem energia elétrica. 139

Figura 32: Plantação de Chicória com técnicas de sombreamento tradicionais. 143

Figura 33: Quantitativo de insumos utilizados na agricultura da comunidade São Francisco. 147

Figura 34: adaptação dos campesinos à realidade das cheias. Pontes e Jiraus. 150

Figura 35:Jacaré que estava às margens da comunidade durante o período da pesquisa de campo e foi morto por moradores. 154

Figura 36: Jirau com plantas medicinais em baldes modernos. 155

Figura 37 :Antiga igreja católica comunitária, agora pertencente à família que iniciou o festejo de São Francisco. 158

Figura 38 : Construção da igreja católica comunitária. 159

Figura 39: Igreja católica comunitária ao lado da cozinha comunitária (seguida pelo posto de saúde comunitário). 160

Figura 40: Organização e levantamento do mastro do festejo de São Francisco/ Arraial do festejo de São Francisco. 160

Figura 41: Celebração de natal em família na casa de um comunitário. 161

Figura 42: Mapa cognitivo desenhado pelos moradores, comunidade atual. 165

Figura 43: painel solar encontrado na casa de um camponês da comunidade. 172

Figura 44: Linha do tempo de conquistas importantes da comunidade São Francisco. 175

Figura 45 : Criança ribeirinha em seus primeiros passos na beira do rio. 179

LISTA DE QUADOS

BOX 01: Município do Careiro da Várzea. 29

BOX 02: Uma breve história da lamparina**.** 51

BOX 03: Tarifa Social de energia**.** 125

BOX 04: A revolução verde. 145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

ANA - Agência Nacional de Águas.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

ANP - Agência Nacional do Petróleo.

CEAM - Companhia Energética do Amazonas.

CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica/Eletrobrás

EIA - Estudo de Impacto Ambiental.

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Brasil S/A

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEA - Agência Internacional de Energia (International Energy Agency)

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

MME - Ministério de Minas e Energia

NUSEC – Núcleo de Socioeconomia

PIE - Produtor Independente de Energia Elétrica

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPITULO I A LAMPARINA E A VIDA COMUNITÁRIA EM SÃO FRANCISCO DA COSTA DA TERRA NOVA 24

1.1 A lamparina e a vida comunitária em São Francisco da Costa da Terra Nova 24

1.2 Aspectos Socioambientais e socioculturais do cotidiano dos ribeirinhos sem energia elétrica 56

CAPITULO II A LAMPADA ELÉTRICA E SEUS REFLEXOS NO COTIDIANO DA VIDA COMUNITÁRIA 92

2.1 A luta pelo direito à energia elétrica 92

2.2 As transformações socioculturais e ambientais vivenciadas a partir do advento da eletrificação 111

CAPITULO III PARA ALÉM DA LÂMPADA ELÉTRICA: AS METAMORFOSES DO MODO DE VIDA COMUNITÁRIO HOJE 136

3.1 O mais velho: antigos e novos sentidos da vida 136

3.2 A juventude ribeirinha e os novos sentidos da vida 166

CONSIDERAÇÕES FINAIS 175

REFERENCIAS 180

APENDICE 188

ANEXOS 193

INTRODUÇÃO

Ao friccionar um pano seco em uma barra de âmbar o filósofo grego Tales de Mileto descobriu a eletricidade. Cinco séculos depois, o norte-americano Thomas Edison inventou a primeira lâmpada incandescente mudando a história da humanidade. A partir de então, a eletricidade passou a está presente no cotidiano da humanidade. Nos dias atuais a energia elétrica se tornou a principal energia utilizada pela sociedade, estando presente não só na produção, assim como também em diversas esferas da vida, como saúde, lazer e educação. De acordo com a Avaliação Mundial de Energia: A Energia e o Desafio da Sustentabilidade de 1998, a energia é um fator fundamental no desenvolvimento dos povos, entretanto sua obtenção ao longo da história, sempre representou um aumento na utilização de recursos naturais, como: lenha, petróleo, carvão, quedas d'água, entre outros, acarretando em alterações no meio ambiente.

No Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os dados mostraram que o serviço de energia elétrica atingia 97,8% dos domicílios brasileiros. Na região Norte, apesar de apresentar um menor alcance, 61,5% dos domicílios dispunha de energia elétrica fornecida por companhias de distribuição. Na Amazônia, a importância da energia elétrica é básica, tendo em vista as distâncias e dificuldades de acesso, a energia representa a possibilidade de postos de saúde, de melhoria na produção, da ligação telefônica, da conservação de alimentos, de melhorias na qualidade de vida. Entretanto, a presença da energia elétrica e a possibilidade da utilização de equipamentos sociais que trazem consigo uma série de transformações no modo de vida ribeirinho, este que tem entre suas características fundamentais a organização e orientação direcionadas pelo “respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos.” (LIRA, 2015, P.176).

Na vida do ribeirinho a chegada da energia elétrica representa a possibilidade de melhorias e a aposentadoria da lamparina e dos potes de barro para a manutenção da água potável. Em suma, a eletricidade, tanto ou mais do que as outras formas de energia, é o motor da “vida moderna”. Contudo, há que ressaltar as dificuldades, os custos elevados, os impactos da sua produção e consumo e ainda a chegada de novas culturas a partir dos meios de comunicação como a televisão e o rádio.

As transformações acompanham a história da humanidade desde os primórdios, essas podem ser observadas em todo o processo histórico, que se apresenta em diferentes fases de desenvolvimento e mostram a capacidade de adaptação à realidade e valores que a desafiam.

Uma forma clara de observar essa capacidade é percebida quando o homem passou a dominar a natureza e a provocar mudanças na sua visão de mundo no decorrer de sua história. Com o passar dos tempos, as transformações foram tomando grandes proporções, especialmente referente ao meio ambiente, causando mudanças no cenário, e assim eclodindo em uma grande crise ambiental. Surge então, a necessidade de reflexões e ações sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais.

A apropriação do homem sobre a natureza foi construída a partir de uma racionalidade capitalista, com base em uma visão economicista, na qual não há uma preocupação com a finitude de seus recursos. A razão instrumental[1] contemporânea, em seu fluxo dinâmico, apresenta um conjunto muito extenso de incertezas, configurando grandes desafios que trazem consigo a necessidade de serem interpretados, conforme assinala Morin (2011, p. 83),

> O desenvolvimento de nossa civilização produziu maravilhas: a domesticação da energia física, as máquinas industriais cada vez mais automatizadas e informatizadas, as máquinas eletrodomésticas, que liberam os lares das tarefas mais escravizadoras, o bem-estar, o conforto, os produtos extremamente variados de consumo, o automóvel (que, como indica seu nome, proporciona a autonomia na mobilidade), o avião, que nos faz devorar o espaço, a televisão, janela aberta para o mundo real e os mundos imaginários...
> Esse desenvolvimento permitiu o desabrochar individual, a intimidade no amor e na amizade, a comunicação do tu e do eu, a telecomunicação entre cada um e todos; mas esse mesmo desenvolvimento traz também a atomização dos indivíduos, que perdem as solidariedades antigas sem adquirir novas, a não ser anónimas e administrativas.

A complexa trama das relações sociais, no mundo contemporâneo, alcança os mais recônditos territórios, no caso particular das comunidades ribeirinhas da Amazônia, embora vivendo em territórios fora dos eixos da urbanização, ainda assim, são fortemente afetadas pelo fluxo corrente de transformações da ordem social e cultural inseridos no processo contraditório.

Em meio a esse cenário complexo e contraditório, as comunidades ribeirinhas no Amazonas que vivem a partir da tríade da vida na várzea amazônica**,** utilizando os ambientes -

[1]A racionalidade instrumental define-se por ser estritamente formal. Não importam os conteúdos das ideias e dos princípios que possam ser considerados racionais, mas a forma como essas ideias e princípios podem ser utilizados para a obtenção de um fim qualquer. Ou seja, a racionalidade instrumental, caracteriza-se, antes de tudo, pela relação entre meios e fins. Ela só diz respeito aos meios, aos critérios de eficácia na escolha dos meios para atingir os fins, sejam eles quais forem (REPA, 2008, p. 19).

terras, florestas e águas - procurando extrair desses ambientes os recursos naturais necessários à sua vida material e simbólica. Segundo Witkoski (2007), os ribeirinhos estabelecem uma especifica organização de trabalho: nas terras de várzea, pratica agricultura de subsistência e comercializa seus excedentes, criando principalmente pequenos animais; na floresta, pratica o extrativismo vegetal - madeira, frutos, plantas medicinais - e animal com a caça, que complementa sua dieta alimentar; na água, pratica o extrativismo animal – principalmente a pesca e a caça. As estratégias de trabalho e subsistência do ribeirinho giram em torno de um manejo que se relaciona diretamente com a natureza e dela depende, produzido com tecnologias de baixo impacto ambiental. Logo, o modo de vida ribeirinho representa um modo específico de organização social que é comandado pelo tempo ecológico, onde reconhece e respeita o ciclo das terras, florestas e águas numa constante dinâmica de adaptabilidade (WITKOSKI, 2007).

A cultura popular é um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, especialmente por resultar de relações entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social) permitindo a formação da identidade do lugar e de seus habitantes. O conhecimento mantido por essas populações tem contribuído para o desenvolvimento da humanidade por séculos. Entretanto, o capitalismo e o advento da globalização e a era "pós-moderna" trazem inquietações e reflexões, especialmente no tocante às transformações e impactos que sofre a cultura local, dessas populações que se mantêm com saberes e práticas de harmonia com a natureza e ao mesmo tempo como garantir o acesso adequado a bens e serviços, entre estes a energia elétrica que daremos maior enfoque neste trabalho.

Cavalcante (2009), em sua dissertação desenvolvida em uma comunidade do interior do Amazonas, mostrou a importância de um projeto sobre eletrificação rural específico para a Amazônia, uma vez que nem os fracassos múltiplos e quase sempre irreversíveis das políticas públicas direcionadas à Amazônia têm sido suficientes para demonstrar a necessidade de se estabelecer um projeto de desenvolvimento a partir de um olhar diferenciado para a Região. Perante tal cenário foi desenvolvido um debate sobre a chegada da eletrificação em comunidades ribeirinhas, destacando as transformações socioculturais e ambientais que essas comunidades vivenciaram no processo de eletrificação rural.

Desta forma o trabalho tem seu objetivo maior em analisar e apresentar as transformações socioculturais e ambientais do modo de vida dos moradores da comunidade de São Francisco da Costa Terra Nova, a partir da instalação da energia elétrica. De modo que para se chegar com êxito a este objetivo fizeram-se necessários a realização de algumas

tarefas específicas: caracterizar os aspectos socioculturais e ambientais da vida na comunidade antes da chegada da energia elétrica; identificar a dinâmica socioculturais e ambientais ocorridos na comunidade a partir da energia elétrica; e desvendar as transformações do modo de vida sociocultural e ambiental do ribeirinho após a introdução da eletrificação na comunidade.

O percurso metodológico foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa tendo como método de investigação história oral com instrumentos etnográficos Para a realização da pesquisa foi utilizado um conjunto técnicas de coleta de dados, tendo por base os objetivos da pesquisa. Primeiramente realizou-se o estudo exploratório que foi realizado no período de 10 a 11 de outubro de 2015, na comunidade de São Francisco da Costa Terra Nova, com vistas a confirmar ou refutar algumas informações e a estrutura do projeto de dissertação. Destarte, tal momento foi fundamental para reestruturação e resignificação do projeto, uma vez que se supunha que a energia elétrica havia sido instalada na comunidade pelo programa Luz Para Todos do Governo Federal e a realidade encontrada foi diferente do suposto, a energia foi instalada com recursos próprios da prefeitura em parceria com a comunidade.

Após a realização da qualificação, realizou-se a pesquisa de campo no mês de agosto a setembro de 2016, com retornos à comunidade em dezembro e janeiro. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas com 16 (dezessete) comunitários, selecionados da seguinte forma: - 06 (seis) moradores mais antigos da comunidade (a partir de 60 anos); - 06 (seis) moradores de 30-50 anos e 04 (quatro) moradores de 15-29 anos. Foi realizada ainda, uma pesquisa junto à prefeitura e a Companhia Energética do Amazonas – CEAM, esse momento foi o mais dificultoso, tendo em vista que a prefeitura não dispõe de muitos documentos históricos arquivados, e na CEAM, o técnico responsável sempre estava ausente, não atendia nosso contato telefônico, e não respondeu nossas solicitações. Em um ultimo momento conseguimos o contato com o Sr. Apolinário que faz parte da administração geral da Companhia no Amazonas, e apesar de encontrar-se em férias, respondeu na medida do possível grande parte de nossos questionamentos sobre o processo de implantação da energia. Durante o período da pesquisa de campo a observação participante foi uma abordagem fundamental para a percepção da dinâmica atual da comunidade, sempre com o caderno de campo, onde eram realizadas anotações das percepções observadas. Os equipamentos como câmera fotográfica e gravador também foram de fundamental importância para o registro das informações e entrevistas realizadas, onde a historia oral foi utilizada especialmente para

apreensão das informações mais antigas, onde se obtiveram diálogos mais longos e espaços para obtenção de informações.

Durante a pesquisa de campo, foi realizado um levantamento dos equipamentos eletrônicos encontrados nas casas dos moradores da comunidade, feita a partir de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, foram serão aplicados 50 (cinquenta) questionários, sendo um por casa, que correspondem a 40% (quarenta por cento) das famílias que moram na comunidade e assim foi possível mapear esses equipamentos sociais presentes na vida dos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco. Foi realizada ainda nas dependências da escola, uma dinâmica grupal com a comunidade, onde 14 (quatorze) comunitários estiveram presentes e foram divididos em dois grupos, onde os mais velhos desenharam a comunidade de antigamente, apontando seus principais locais e características, o mesmo foi desenvolvido pela equipe dos mais novos que apresentaram a comunidade atual com seus principais locais e características. A partir da dinâmica com mapas mentais, obtiveram-se mapas cognitivos que puderam ser analisados extraindo-se os principais pontos da comunidade de forma coletiva. Durante essa atividade, foi possível obter informações sobre relações comunitárias e histórias do antes e do presente.

Vale ressaltar que houveram alguns desafios superados durante a pesquisa, o primeiro foi geográfico, tendo em vista que a comunidade apresenta características diferentes de acordo com o período de cheia ou seca. Durante o período em que passamos um mês na comunidade, o rio estava próximo e houve poucas chuvas, a única dificuldade nesse momento foi a invasão de mosquitos – carapanãs – presentes na comunidade que de acordo com os moradores, ainda não haviam presenciado em tamanha quantidade. Quando retornamos para realizar a atividade em grupo na escola (que não pode ocorrer durante o período em que estivemos interinos por impossibilidade no horário escolar), a praia encontrava-se posta e as dificuldades em chegar até as casas na comunidade foram tamanhas. Outro desafio foi a obtenção de dados, apesar da lembrança viva na memória dos comunitários, as datas não eram recordadas precisamente. Com o retorno de dona Milza, muitos dados foram possíveis, pois além de ter sido Agente de Saúde Comunitária, foi também secretária da comunidade e escreveu sua Monografia (da graduação em história) sobre a história do posto de saúde da comunidade, todas essas funções contribuíram para a procura de documentos e resgate de memórias sobre a história da comunidade e datas precisas.

Baseado nos enunciados apresentados acima, este trabalho é divido em três capítulos em conformidade com o que se propõe. No primeiro capítulo, buscou-se o entendimento dos

processos de transformações socioculturais e ambientais do modo de vida dos moradores da comunidade de São Francisco da Costa Terra Nova, a partir da instalação da energia elétrica, neste será destacado o histórico da comunidade, desde sua fundação até o início das lutas e engajamento comunitário pela instalação de energia elétrica. Para o alcance e compreensão dos objetivos, será elaborada uma fundamentação teórica capaz de compreender conceitos como: comunidade, *habitus* e modo de vida com base nos autores: FRAXE (2004), WITKOSKI (2009), CRUZ (2007), CHAYANOV (1966) BOURDIEU (1992), MORÁN (1994), CHAVES (2001). É interessante destacar o quanto a história da comunidade e da igreja se intercalam no processo de formação da comunidade. A igreja católica contribuiu para inserção e conservação de algumas tradições e da legalização da comunidade oficialmente. Apesar de haverem duas igrejas de denominações diferentes não houve conflitos entre elas. O modo de vida camponês e as relações de comercialização são pontos que merecem destaque e são evidenciados de forma expressiva nesse capitulo.

No segundo capítulo, foi buscada a identificação dos impactos positivos e/ou negativos, socioculturais e ambientais ocorridos na comunidade durante o processo de inserção da energia elétrica, as lutas, as expectativas, a participação do governo e o engajamento comunitário. Nesse capitulo usar-se-á conceitos como: tradição; representação social, eletrificação rural a partir de autores: HOBSBAWM (1977), LARAIA (1999), JODELET (1991), SEMPRINI (1999), RIBEIRO (2010), DIEGUES (2004). As principais formas de lutas, além das inúmeras reuniões feitas e promessas políticas, são os abaixo assinados que são enviados constantemente a prefeitura como forma de mostrar a quantidade de pessoas que necessitam daquele serviço, e foi assim que a comunidade alcançou o acesso a energia elétrica. A partir da chegada da energia, a aquisição a eletrodomésticos que proporcionam melhor condições de vida são possíveis. A casa do camponês passa a possuir mais cômodos. No entanto, nas atividades produtivas poucas mudanças foram percebidas.

No terceiro e ultimo capitulo foi evidenciado o modo de vida sociocultural e ambiental do ribeirinho após a introdução da eletrificação no seu cotidiano, sua dinâmica com a modernidade, verificado em que medida a eletrificação intensificou o processo de transformação socioambiental e cultural da comunidade e como o conhecimento e práticas desses ribeirinhos estão sendo mantidos e disseminados. Como base de discussão, objetiva-se a compreensão de modernidade, globalização e desenvolvimento social, amparando-se em MORRIN (2000), SANTOS (2009), GUIDENS (1991) e TUAN (1983). Muitas conquistas foram possíveis por meio da chegada da energia na comunidade, mas algumas questões são

levantadas sobre esse novo momento e novos elementos na comunidade, como agrotóxicos, a periculosidade de criminosos que passam a frequentar a comunidade, a necessidade de saída dos mais jovens para estudar na capital, entre outros elementos que são destacados no decorrer do capitulo.

Espera-se que este trabalho possa contribuir de forma efetiva para construção de políticas publicas para os camponeses amazônicos. Possa ser útil enquanto instrumento de conhecimento sobre o modo de vida do ribeirinho amazônico e de debate na comunidade acadêmica. E, possa ser de grande utilidade para a comunidade estudada, onde foi resgatada uma parte de sua história pretérita e presente.

CAPITULO I

A LAMPARINA E A VIDA COMUNITÁRIA EM SÃO FRANCISCO DA COSTA DA TERRA NOVA

Terra Nova
Eu era muito Jovem a terra nova sempre vim
Admirar os cacauais que era uma beleza sem fim
Gostava muito daqui pela maneira do seu povo ser
Cultivando as mangueiras sem uma se quer morrer
Os jambeiros eram lindos como árvore de natal
Abrigando essa gente sem ninguém lhe fazer mal
Sua Terra sempre fértil produzindo o chicoral
Também cheiro verde sem falar no babanal
O quiabo sempre foi o seu produto doutor
Pois sua renda sempre deu pra comprar computador
O povo daqui se orgulha dessa terra varonil
Cultivando as seringueiras e também a fruta abiu
[...]
Professor Valeriano Sotero

1.1 A lamparina e a vida comunitária em São Francisco da Costa da Terra Nova

Quando nos referimos à comunidade, sentimentos positivos e afetivos nos vêm à mente. Outra noção ao pensar em comunidade se remete ao sentido da territorialidade**,** subjetivamente associa-se ao viver comum, relacionado ao "nós", ao coletivo, ao pertencimento. Essas relações proporcionam estabelecimento de conexões do dialogo da vida contemporânea com momentos históricos mais primitivos. E são essas subjeções que formam o "alicerce", o elo que une os membros da comunidade e mantém a unidade mesmo em meio as dificuldades. A expansão da cidade sobre o campo, a transformação do vilarejo em metrópole, levou a um deslocamento da centralidade do modo de vida comunitário. Ampliam-se os contatos, porém sua importância diminui. Emergido de contatos e facilidades, rodeado de pessoas, porém sozinho, o homem contemporâneo vive em uma realidade fluida e em uma busca incessante pela comunidade, que se encontra cada vez mais distante (BAUMAN, 2003).

Para o sociólogo Florestan Fernandes (1973), a comunidade, historicamente, era uma expressão baseada na unidade da vida em comum de um povo marcada por certo grau de coesão social, onde a partilha é a base. Uma das características da comunidade é que "a vida de alguém pode ser vivida dentro dela" (p.122), logo uma igreja ou uma empresa comercial, por exemplo, não se caracterizam como comunidade, pois não se pode viver inteiramente dentro delas; mas, pode se viver dentro de uma cidade ou uma tribo. "O critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela" (idem).

Dentro de uma comunidade as relações são condições *sine qua non* para sua existência. As relações de vizinhança, o sentimento de pertencimento à determinada coletividade e as relações de proximidade de território. O elo que possibilita tais relações é a solidariedade, que foi bem definida por Max Weber (1987) dentro do conceito básico de comunidade:

> Chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes. (p. 77)

Não existe comunidade sem solidariedade, ela é determinante para a sua existência. Ferdinand Tönnies (1995) descreve a comunidade a partir de três diferentes instâncias: o parentesco, a vizinhança e a amizade. A primeira decorre da vida familiar e tem seu fundamento na autoridade dos membros da família (na qual essa autoridade se traduz em termos de idade, força e sabedoria). A vizinhança surge da vida em comum, do território partilhado (onde as necessidades de trabalho e de uma organização comum promovem o compartilhamento dos hábitos, dos conhecimentos e a emergência das tradições). A amizade provém da semelhança de interesses e formas de pensar, nascendo de semelhanças nas atividades (esta deve ser alimentada por encontros frequentes). Suas características básicas são: a solidariedade, a relação afetiva e o compartilhamento de tradições.

Os estudos realizados ao longo deste trabalho serão voltados para a comunidade localizada no município do Careiro da Várzea, situada no distrito de Terra Nova, a comunidade São Francisco, onde a vida é compartilhada e ocorre de forma conjunta, com relações e sensações de comunidade, de uma comum unidade, de solidariedade e tradições partilhadas transgeracionalmente, como bem destacou dona Sebastiana Lima do Nascimento, que desde o nascimento vive na comunidade, onde constituiu uma das mais tradicionais famílias:

> A vida sempre foi muito tranquila aqui, temos o que precisamos e se a gente precisa de alguma coisa que não tem, sempre tem alguém que vai ter pra arranjar. Quando o vizinho pesca, às vezes trás um peixe pra nós também, a gente quando tem, também dá, quando tem uma fruta, alguma coisa a gente sempre se ajuda, se divide. (...) é como se todo mundo fosse uma *famíliona*. (Sebastiana Lima do Nascimento, 65 anos).

A solidariedade é vivenciada no cotidiano da comunidade. Há ajuda e cooperação mutua. A referencia de dona Sebastiana em relação à comunidade é de uma grande família, remetendo à compreensão das relações afetivas, que ocorrem por meio da interação que há na relação social comunitária[2], a vida é compartilhada, onde não somente alimentos são partilhados, mas tradições, conhecimento e afeto. Evidentemente nem sempre somente questões e sentimentos positivos permeiam a comunidade. Há divergências quanto a decisões, atitudes especificas, afinal são vários humanos relacionando-se, mas o elo principal não é desfeito, pois a comunidade mantem esse elo.

A comunidade de São Francisco da Costa da Terra Nova é, não só nomenclatura, mas, por vivenciar suas relações sociais internas, uma comunidade. De outro modo, seria reconhecida por ser uma sociedade. A comunidade é diferente da sociedade. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a vida "real e orgânica" que liga os seres humanos fazendo-os se afirmarem mutuamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade como destacamos anteriormente.

> Em teoria, a sociedade consiste num grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade, mas, ao contrário desta, seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto, na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo que os une (Tönnies, 1995, p. 252).

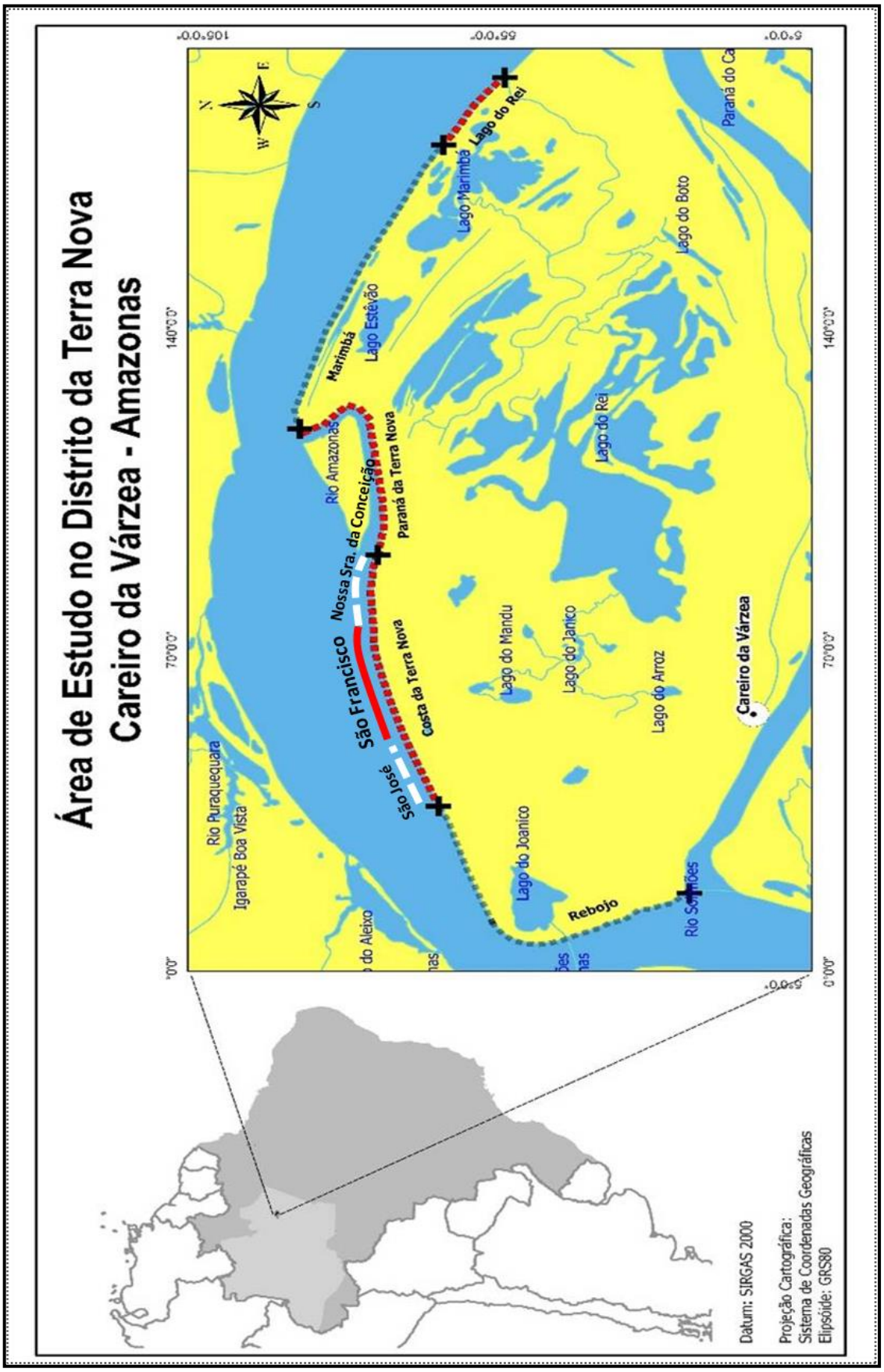
A partilha, o íntimo, o vivido exclusivamente em conjunto, será compreendido como a vida em comunidade. A sociedade por sua vez, é entendida como uma simples coexistência de indivíduos independentes entre si, desta forma é entendida como uma "estrutura mecânica e

[2]Weber permite a compreensão dos significados de relação social na esfera comunitária e associativa: Uma relação social denomina-se "relação comunitária" quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.
Uma relação denomina-se "relação associativa" quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referencia a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte. (WEBER, 1994, p. 25).

imaginária", já que as ações se baseiam na associação e não na unidade. O individuo vive isolado, cada um vive por si próprio, em um estado de tensão sobre todos os outros. Nos grandes centros urbanos, nas cidades, encontramos a sociedade que é a vida pública – o próprio mundo. As normas ocorrem especificamente por meio de leis, convenções e da opinião pública. Os relacionamentos sociais são, em sua maioria, impessoais, o que significa também menor compartilhamento de valores e baixo grau de intimidade. Até mesmo as sensações que as palavras nos trazem remetem cada uma a sua peculiaridade, se alguém se sente miserável ou tem uma conduta reprovável, logo se culpa a "sociedade", não a comunidade, essa traz sempre sensações positivas (BALMAN, 2003; TÖNNIES, 1995).

Partilhando a vida com solidariedade e suas tradições, a comunidade São Francisco, situada na região metropolitana de Manaus, na porção ocidental da ilha do Careiro da Várzea, possui um modo de vida permeado de simbiose com a natureza. A região do Careiro da Várzea subdivide-se em onze distritos, sendo estes: Curarizinho; Curarí Grande; BR 319 KM 13; Parauá; Murumurutuba; Gurupá; Cambixe; Autaz – Mirin; Cumã; Miriti e Terra Nova. O distrito de Terra Nova abrange as localidades da Costa da Terra Nova, Paraná de Terra Nova e Marimba. A costa da Terra Nova por sua vez possui três comunidades, sendo elas: Nossa Senhora da Conceição, São Francisco e São José, que apesar de muito próximas têm suas peculiaridades e diversidades.

Figura 1: Mapa do distrito da Costa da Terra Nova e suas subdivisões.



Fonte: Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas, SIRGAS, 2000.

BOX 01: Município do Careiro da Várzea.

As primeiras referências históricas do Careiro datam de 1870, quando grandes levas de retirantes do Nordeste, principalmente do Ceará, entraram em Manaus, sendo que foram fixar-se no Careiro e daí começou o povoamento da região.

Em 1877, secas nordestinas fizeram com que novos nordestinos se deslocassem para a localidade. Esta migração sensibilizou o governo Amazonense que por Lei Estadual Nº 09, de 11 de Janeiro de 1890, abrigou os migrantes em duas colônias que foram instaladas, uma em Santa Maria do Janauacá e outra com o nome 13 de Maio no Cambixe. Os colonos ao chegarem na área foram sustentados pelo Governo do Estado durante seis meses, tendo antes recebido cada um seu lote de terra para trabalhar. Procuraram explorar primeiro a agricultura e, em seguida a pecuária que era prática comum em sua região nativa.

Com a grande expansão, é criada a Vila do Careiro em 1932. Após seis anos, a vila transforma-se em distrito, o Distrito do Careiro foi criado pelo Decreto Estadual, nº 176, de 01 de dezembro de 1938, integrado o Município de Manaus, mas formado do Território desmembrado do Município de Manacapuru. O aumento populacional e grandes demandas culminaram na desvinculação do distrito a Manaus tendo sua emancipação em 1955.

> [...] Posteriormente, com Lei nº 99, de 19 de dezembro de 1955 foi o município criado com território desmembrado do município de Manaus e constituído por um só Distrito, com sede na ex-Vila do Careiro, elevada então a categoria de cidade. (JORNAL DO INTERIOR, 1976, p.05).

Após vários prefeitos provenientes de indicações do governo do estado, 1959 realizou-se a primeira eleição para prefeito e vereadores, onde assumiram de 1960-1964. Nos anos de 1970 e 1971, houveram duas alagações seguidas que atingiram a parte administrativa, a área da cidade, começando o processo de mudança da sede do município, da Vila para o KM 102, da BR 319. De acordo com a Lei Municipal nº 05, de 19 de fevereiro de 1972 e Emenda contida na Lei nº 01, de 15 de março de 1972, aprovada também pela Assembleia Legislativa, foi concretizado a ideia e iniciado o processo de assentar o Município às margens do Rio Castanho. Cuja principal justificativa era a do "não" crescimento por esta localidade na Várzea, e sujeita as inundações constantes, processo contínuo do Rio Solimões e Amazonas, a que estavam sujeitos.

A mudança da sede, não agradou a todos, o que motivou, entre outras questões, a luta pela criação de um novo município, desmembrado do Careiro. Após lutas e manifestações, no dia 30 de dezembro de 1987 foi sancionada a lei de n° 1828, que criava o município de Careiro da Várzea. Tendo sua primeira eleição em 1988, sendo eleita a primeira prefeita, a Srta. Maria das Graças Nogueira Alencar, que teve como vice-prefeito o Sr. Aquino Tomás de Queirós e nove vereadores, com mandato de quatro anos 1989-1992. De 1993-1996, prefeito Sr. Pedro Duarte Guedes tendo como vice o Sr. José Teixeira Costa e nove vereadores. 1997-2000, prefeito Sr. José Teixeira Costa e vice Sr. Silas Correa do Nascimento. 2001-2004, prefeito Sr. Raimundo Nonato Leite que tiveram sua reeleição para o mandato de 2005 -2008. Para cumprir o mandato de 2009-2012, assume o prefeito Raimundo Nonato da Silva que foi interrompido por ordem judicial, assumiram temporariamente o cargo os vereadores Orlando dos Santos Corrêa (2010) e Agostinho Ferreira Neto (2011). Em 2011 o prefeito Raimundo Nonato da Silva é restituído ao cargo. Para o mandato de 2013 a 2016, foi eleito, novamente o Sr. Pedro Duarte Guedes, a Emenda 001 de 21 de setembro de 2012, à Lei Orgânica do Careiro kda Várzea altero a composição da Câmara Municipal para onde Vereadores.

A sede do Município é localizada à esquerda do Paraná do Careiro, sua composição territorial e geográfica ficou sendo ao norte limites com o Rio amazonas, ao sul os Municípios de Autazes e Castanho, ao leste com Itacoatiara e ao oeste com os Municípios de Iranduba e Manaquirí. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Seu território de 2.643 Km^2 e quase que inteiramente construído por terrenos alagadiços de várzeas. As principais atividades produtivas são Agropecuárias, Industriais e Comerciais. A fonte econômica do município provém do setor primário, destacando a agricultura, pecuária, pesca e extrativismo. O município produz ainda, queijo e manteiga artesanalmente utilizando-se o leite excedente da venda "in natura", onde a mão de obra empregada em sua maioria é familiar. A comercialização de sua produção é feita, na maior parte, em mercados e feiras de Manaus.

A Comunidade São Francisco foi fundada, documentalmente em 04 de outubro de 1985, conta com uma população de 144 famílias. Anteriormente, sua localidade era conhecida como Cacual Grande, pelo fato de existirem muito cacauais na região. Situada à margem direita do rio Amazonas, com limites ao norte com o rio Amazonas, ao sul igapós, ao leste Comunidade Nossa Senhora da Conceição e ao oeste Comunidade São José (SILVA, 2004). Enquanto localidade existe há mais de 80 anos, como seu Alcimar recorda:

> Meu avô veio de Portugal, vieram cinco irmãos de Portugal. O meu avô se instalou aqui em Terra Nova, aqui ele se formou e já tinha gente quando ele chegou aqui. Ele era tipo empresário naquela época porque ele tinha padaria, comércio, plantava banana, criava gado. O meu avô formou a família aqui e a comunidade naquele tempo não tinha tantas casas como agora, mas tinha gente sim, as casas tinham terrenos maiores, bem compridos, não estreitos como agora. (Alcimar Francisco do Cazal, 67 anos).

As lembranças que seu Alcimar relata são lembranças de informações contadas por seu pai, pois desse período anterior pouco ou nada vivenciou, tendo em vista ainda se quer ter nascido. Entretanto, como bem destaca o professor geógrafo Hilgard Sternberg (1998), a região do Careiro já foi habitada por diversas sociedades, cada uma com suas especificidades e tempo, deixando inclusive, suas marcas e vestígios. Não obstante, as primeiras referências documentadas de moradores na ilha Careiro, são do século XVIII quando o Paraná do Careiro ficou conhecido pelos viajantes "que o preferiam não só por ser atalho, mas para livrar-se das correntezas chamadas de Poraquequara", descrito no diário de Francisco Ribeiro de Sampaio em 1774, o qual destacou ainda a presença dos Mura[3] na localidade.

Posteriormente, a economia e a sociedade transformaram-se dando espaço para a agricultura sedentária e à propriedade demarcada, e em 1841 ocorreu o primeiro caso de turbação de posse que foi concedida a Romão José Negrão o direito de posse de terras no Careiro. O grande povoamento da região se deu a partir da grande seca de 1877-79 quando retirantes cearenses chegaram a Manaus, desenganados pelo anseio de enriquecer com a extração da borracha aos poucos foram se alocando pelas regiões da redondeza da capital (STERNBERG, 1998). A partir do histórico de povoamento do município compreende-se a composição étnica da comunidade São Francisco que de acordo com SILVA (2004), é de descendentes de portugueses, nordestinos, indígenas e negros.

[3] Grupo indígena que desde as primeiras notícias documentadas no século XVII, são descritos como um povo navegante, de ampla mobilidade territorial e exímio conhecimento dos caminhos por entre igarapés, furos, ilhas e lagos.

Figura 2:Mapa da ilha do careiro desenhada por dona Milza Souza, Professora.



Fonte: SOUZA, 2006.

A ilha do Careiro possui planície de várzea[4] que possibilita duas principais paisagens: a terra seca e a várzea, ocasionados por períodos de cheia e de seca (STERNBEG, 1998). Na comunidade de São Francisco essa paisagem é bem evidenciada. Em períodos de cheia, dependendo da duração da cheia e da quantidade de água que esta proporciona, a comunidade é transformada em uma espécie de *Veneza Amazônica*, onde canoas e barcos de menor porte podem chegar até as portas das casas, quando não é possível, pontes são construídas para facilitar o acesso. As moradias são palafitas construídas e preparadas especialmente para esses períodos, no qual não é mais possível andar por terra.

Figura 3:Comparativo de cenário entre o período de cheia e de seca da mesma casa.



Fonte: Pesquisa 2015.

[4] O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2005, p. 9), por meio do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea, definiu a várzea como um lugar onde há ligação direta entre água e terra, em que numa época do ano o solo fica exposto, ou seja, seco, e noutra época fica inundado.

A casa em destaque é atual, com aspectos contemporâneos da comunidade e com equipamentos e elementos industrializados. Entretanto, por muito tempo a arquitetura e a construção das residências da comunidade São Francisco eram diferentes:

> As casas, a maioria era coberta de palha, tinham muitas que eram cercadas de palha. Casa com assoalho era de paxiúba, pegava um joarizeiro tirava o espinho todinho aí batia, deixava passar um tempo, batia de novo pra fazer só uma chapa né, batia com marreta até ficar certinho. A casa era cercada de palha com assoalho de pachiuba e não esquentava. Até tinha quem tivesse casa de barro, mas a maioria mesmo era de palha, até porque acho que era mais frio. (Raimundo Nonato de Lima, 65 anos, pesquisa, 2016).

Seu Raimundo destaca como era feita a construção das casas, com madeira e palha. O conhecimento adquirido por meio do contato com a natureza o fez compreender que o principal motivo de cercarem as suas moradias com palha e não barro era mantê-la em temperatura mais fria, tendo em vista as temperaturas elevadas características do clima tropical da Amazônia. Dentro das casas tradicionais na comunidade, um dos principais elementos destacados pelos ribeirinhos foi à rede, onde descansavam e repousavam e mesmo que houvesse cama, dificilmente era usada, pois a mesma possibilitava o embalo e menos calor. Internamente havia poucas divisões, quando havia, pois geralmente dispunham de um único cômodo. As mesas feitas de madeira, os potes de barro onde depositavam a água de consumo, o fogão feito de barro, que funcionava à lenha e geralmente ficava na parte aberta da casa, tendo em vista o perigo do fogo, e seus equipamentos de pesca e plantio. Os banheiros eram externos, onde havia latrina. O banho era realizado no rio nas pranchas de madeira onde lavavam seus utensílios e roupas.

> Eu era quem lavava a roupa, ficava em cima da prancha ensaboando as roupas, depois deixava um pouco e esfregava, aquelas roupas que tava ainda muito suja eu pegava batia com porrete pra ficar limpinha. Cansava muito porque ainda tinha o sol que batia de frente, mas as vezes até era divertido quando os menino tava pulando na água e quando tinha vizinha lavando a roupa dela a gente conversava e até ria das historia. (Sebastiana Lima do Nascimento, agricultora, pescadora, aposentada, 66 anos, pesquisa, 2016).

Normalmente tirava-se um dia da semana para a lavagem da roupa – o sábado – e isso ocorria em todas as famílias, onde cada uma ficava em seu porto. Essa atividade era especifica das mulheres que levavam os filhos para ajudar ou mesmo banhar-se, sendo pra eles um

momento de recreação. Com os portos relativamente próximos, era possível avistar a "vizinha" que também lavava sua roupa e muitas vezes até dialogar, como destacou dona Sebastiana criando um momento aprazível de interação e diversão. Entretanto havia ainda outros processos, como lembrou seu Raimundo Nonato de Lima de 68 anos: "as mulher lavavam roupa assim: elas ensaboavam a roupa ia com uma lata lá na beira, fervia a água, aí coaravam todinhas, deixavam no coarador para pegar um sol, aí que elas iam enxaguar, quando ela ia lavar a roupa o homem já tinha preparado toda a lenha (pesquisa, 2016)". O processo relembrando por seu Raimundo demandava maior trabalho, mas era uma prática executada por sua família para maior limpeza das roupas, a coaração consistia no ato de ensaboar a roupa e sua exposição ao sol por um tempo, seguido esse processo as roupas eram enxaguadas com água quente deixando-as limpas e livres de organismos que pudessem causar doenças.

Quanto à infraestrutura da comunidade, os comunitários, por meio do mapa cognitivo, destacaram a escola, as igrejas, o posto de saúde, o clube de mães, o cartório, o barco escolar e o campo de futebol, e ainda uma pequena rede elétrica, entre a escola e as casas mais próximas à mesma, que eram abastecidas pelo gerador local. As informações presentes no mapa cognitivo mostram fundamentalmente as principais unidades, órgãos e espaços que foram de grande importância para a comunidade até o ano de 2002 (ano em que foi instalada a energia elétrica na comunidade), que foram acréscimo à cidadania dos caboclos ribeirinhos, sendo sempre frutos de lutas e conquistas sociais coletivas. A partir desse mapa é possível identificar os pontos de maior importância para os comunitários somando-se a discussões realizadas, entrevistas e convívio, foi possível identificar as informações e questões que serão desenvolvidas no decorrer do trabalho.

A partir do mapa cognitivo, é possível visualizar uma parte dos recursos naturais. Foi apontada uma área de plantio de hortaliças próximo ao rio, que só é possível em tempos de seca, quando as alagações secam, as plantações também são feitas em grandes áreas, geralmente na porção de terra que fica atrás das moradias. Um aspecto interessante observado no mapa são as árvores que estão centralizadas em uma área, de acordo com os artistas, pelo fato de não haver onde se encontravam construções. Ao apresentarem o mapa elaborado destacaram que naquele período havia muita árvore na comunidade, tanto em quantidade, quanto em variedade, em sua maioria árvores frutíferas.

Figura 4: Mapa cognitivo desenhado pelos moradores.



Fonte: Pesquisa, 2016.

No mapa cognitivo, desenhado pelos próprios comunitários de São Francisco, há uma divisão de dois espaços, sendo a restinga e o rio, onde estão destacados os seus principais elementos: os peixes, que os alimentam, as embarcações que os transportam e uma ponte, que é o local onde o ribeirinho se banha e realiza a lavagem de seus utensílios e roupas. Chaves (2001) argumenta que os ribeirinhos possuem uma intrínseca relação com a natureza a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas. A relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural. A presença notória do rio no mapa reforça a tese de Masulo (1998) e Chaves (2001), os quais afirmam que o rio possui uma grande influência simbólica para os ribeirinhos, uma vez que utilizam o rio para obterem o alimento, fazer a higiene pessoal, para o lazer, para cozinhar e para se transportarem até outras comunidades, influenciam em suas construções que são construídas especialmente para os momentos de cheia do rio, entre outros.

A relação com o rio e seus reflexos, são de fundamental importância tanto no cotidiano dos ribeirinhos, como para a geografia amazônica. Nos período de cheia desenham a planície amazônica, onde "a geologia e a topografia das terras da várzea nascem do 'trabalho' das águas" (WITKOSKI, 2010, p. 118). Durante esse período ocorre a fertilização da terra, as águas que cobrem o solo trazem consigo propriedades nutritivas, possibilitando assim um solo mais rico e fértil para o plantio. A comunidade de São Francisco é banhada pelo rio Amazonas, caracterizado como rio de água branca - de coloração barrenta (assim denominada pelos moradores), tem sua origem na nascente do rio Apurímac (alto da parte ocidental da cordilheira dos Andes), durante seu curso transporta sedimentos que carrega pela erosão que exerce desde os trechos montanhosos e que vão sendo depositados no decorrer de seu caminho. A trajetória e composição adquirida pelo rio proporcionam além de alta composição mineral orgânica, a formação de novas terras e mesmo novas ilhas por onde passa. Os moradores da comunidade São Francisco são conhecedores da importância da fertilidade que água proporciona ao solo, dona Vanda da Silva lima de 62 anos, agricultora nascida na comunidade relatou que "é bom quando enche [...], a terra fica melhor pra plantar depois que seca, traz mais vida, renova ela". A renovação destacada por dona Vanda é possibilitada pela composição que a água deixa no solo após o período de cheia.

Em períodos de seca, o cenário encontra-se bem diferente, uma grande praia se estende por parte da Costa de Terra Nova, o que dificulta o acesso à comunidade tendo em vista que a distância do porto até as casas segue por cerca de 1 km. Mas a distância não é composta apenas pela praia. Entre a praia e a comunidade formam-se lagos e aningais, sendo necessária a criação de pontes de acesso até as casas da comunidade. Essas formações são resultantes além de todo o sedimento trazido de outros locais, assim como também dos sedimentos da própria ilha do Careiro, tendo em vista que durante o período de cheia o movimento das águas faz erosão em alguns trechos, trazendo novas terras. Os espaços de restinga eventualmente secos são utilizados pelos moradores para o plantio de hortaliças.

A localidade recebeu o nome "Terra Nova" por ser resultante de um fenômeno que atinge a toda a ilha, chamado de "terras caídas". A erosão ocorre durante o período de seca abrindo extensas "cavernas subterrâneas", o movimento das águas faz com que haja a ruptura do terreno provocando sua queda sendo levado pelas águas. Dessa forma a cada enchente uma nova porção de terra é trazida águas assim formando uma "terra nova" (STEMBERG, 1998; FRAXE, 2004).

Referente a essa formação geográfica, dona Iracema Moreira de 88 anos de idade, buscou em sua memória um panorama de quando não havia a praia, ela relatou:

> Antigamente não tinha essa praia aí não, nem essas terras aí com esses lagos, os navios grandes passavam bem aqui em frente, mas agora quase não passam mais, passam longe, e depois que apareceu essa terra nós até plantava, mas agora tem esses lago, nem tem como plantar, primeiro apareceu a praia depois ela foi crescendo até que começou a aparecer esses lago que fica no meio. (pesquisa, 2015).

O trabalho das águas que proporciona novas formações geográficas pelo deslocamento de terras na ilha do Careiro da Várzea construiu uma nova ilha na Costa Terra Nova. Segundo moradores ela surgiu há cerca de 20 anos e quando o rio baixa seu nível ela se liga à ilha do Careiro. Durante o período de seca é utilizada para o plantio pelos comunitários, entretanto não possui morador, tendo em vista que durante a cheia ela fica submersa.

Figura 5:Formação de uma nova ilha.



Fonte: Google Maps. [Careiro da Várzea]. [2016]. Acesso em:15.12.2016

O deslocamento até a comunidade ocorre somente via fluvial. Existem duas possibilidades: o frete de lancha que custa em média 80,00 R$ (oitenta reais) saindo do porto da Ceasa; ou as lanchas que seguem em direção à margem do Careiro as quais segue a BR 319 – km 13. São três lanchas que embarcam: 09h00min; 11h00min saindo do porto da Manaus Moderna (15,00 R$, cerca de 01h00min de viagem) e seguem para o porto da Ceasa

(às 09h30min e 11h30min respectivamente) e às 17h00min saindo diretamente do porto da Ceasa (10,00 R$, cerca de 30min de viagem). Os horários funcionam regularmente de segunda a sábado. Existem ainda os barcos de linha que passam na comunidade para levar os passageiros, o transporte ajuda principalmente os agricultores da comunidade que vendem suas mercadorias na feira da Manaus Moderna, onde parte dos produtores da comunidade São Francisco, dispõe de um Box (espaço para venda) e realizam suas vendas por conta própria ou em parceria com outro vizinho ou parente. A viagem dentro de uma embarcação de linha possui uma organização básica, dentro da embarcação vão os passageiros que não possuem muita bagagem, já os produtores vão de reboque em suas canoas com as mercadorias (banana, galinha, ovo, farinha, pimenta, dentre outros). Já as lanchas não permitem o reboque, pois não comportam muitas bagagens por serem de pequeno porte, o que dificulta o transporte de mercadorias aos pequenos produtores.

Na comunidade é comum o uso de canoas, sendo um dos principais meios de locomoção, na pesca, e em atividades cotidianas e ate mesmo ir a Manaus (através de rabeta e motor de polpa), Marcelo Souza Pereira (2015) destacou em sua tese de doutorado a importância desse meio de transporte para o caboclo amazônico:

> os camponeses recorrem ao transporte fluvial para levar suas produções às feiras; 2) o lazer aos fins de semana se faz sobre as águas nos passeios de barco; 3) os comerciantes levam e trazem produtos para as mais distantes localidades; 4) as visitas aos familiares e amigos são realizadas com o auxílio das embarcações; 5) até mesmo a religiosidade dos caboclos depende da canoa, pois o caminho até a igreja é percorrido sobre as águas, onde algumas formas da demonstração de fé cristã utilizam as embarcações, a exemplo das procissões fluviais; 6) os doentes, as mães gestantes e os acidentados são transferidos para a cidade no material flutuante que estiver à disposição nos momentos emergenciais, etc. (PEREIRA, 2015, p. 168).

Utilizada para o trabalho, para as viagens e para o lazer, a canoa foi adaptada pelos ribeirinhos aos diversos tipos de atividades nos rios ao longo dos séculos. A partir das necessidades, com o intuito de investir mais agilidade na locomoção e diminuir o cansaço que se tinha com o remo, o homem dotado de criatividade que é potencializada pela necessidade, vendo grandes navegações que utilizavam o vento a seu favor com mastros e velas que eram impulsionadas pelo vento, adaptou a canoa, seu principal meio de transporte fluvial as velas. Segundo seu Alcimar, seus tios, antigos moradores da comunidade São Francisco utilizaram esse tipo de embarcação, “antes se usava a vela, meu tio disse que quando o vento tava bom, eles chegavam a atravessar em duas horas, mas não era muito fácil não” (Alcimar Francisco do Cazal, 67 anos). Mesmo não sendo uma embarcação comum na região do Amazonas,

Sternberg (1988) registrou uma adaptação de vela que se beneficiava do vento para condução de uma canoa no Careiro da Várzea (figura 6), no caso uma jovem árvore que ajudava a embarcação seguir por entre o rio.

Figura 6:Registro de canoeiros que aproveitam-se de um vento favorável, fazendo de uma jovem Oirana, mastro.



Fonte: STEMBERG, 1998, p.25. Paraná do Careiro, 23 de março de 1950.

Outra adaptação, que trouxe grandes melhorias, facilitando o transporte do camponês amazônico, foi a inserção do motor rabeta, que proporcionou grande impulso à canoa. Criado entre os anos de 1930 a 1940, pelo engenhoso amazonense Nathaniel Lemos Xavier de Albuquerque (que posteriormente tornou-se um grande empresário da Zona Franca de Manaus). Sua ideia era de levar a tecnologia dos motores à combustão de baixo custo aos ribeirinhos. Sua criatividade o levou a adaptar uma hélice e um eixo a um motor estacionário (que até então utilizado apenas para bombear água, gerar energia, moer mandioca), sendo acoplado às canoas de madeira. Nascia assim o *motor rabeta*, que deu liberdade aos trabalhadores e moradores das várzeas, das terras firmes e dos rios da Amazônia. Este é o principal meio de transporte utilizado pelo ribeirinho, de baixo custo financeiro, consome pouco combustível e pode ser utilizado mesmo em canais de rios de baixa profundidade, como por exemplo, os ocasionados pelas grandes secas (PEREIRA, 2015).

> A rabeta veio aparecer com um homem que todo mundo ria dele com aquele rabão na canoa. Ele era do baixo Amazonas de longe e se mudou aí pra cima, aí apelidaram o homem de rabeta, ele era o dono do motorzinho. Aí todo mundo foi comprando e fazendo porque é muito pratico, é melhor do que certas embarcações, melhor do que andar de reboque que tinha que depender do barco. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016).
>
> A rabeta ver o parecer por aqui mais ou menos, em 70, 65 por aí já tinha rabeta por aqui. Depois apareceu motor de poupa, mas era muito caro. A rabeta foi que foi mais comum. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).
>
> Quando a rabeta surgiu foi muito bom porque mais pessoas podiam ter, deu mais independência, mas era pra quem queria, mesmo não sendo tão caro, não era todo mundo que podia ter (Ana Cristina Nascimento, professora, agricultora e mestranda, 44 anos, pesquisa, 2017).

A navegação com o motor rabeta trouxe significativas transformações na vida do ribeirinho morador da comunidade São Francisco, a principal qualidade do equipamento é a energia humana podendo ser poupada, a liberdade de locomoção sobre as águas possibilitando às famílias o transporte de forma mais independente pelos rios, uma vez que anteriormente dependiam exclusivamente dos barcos de linhas que tinham horários e dias específicos para as viagens de percurso maior. Apoiados na tecnologia do rabeta, as famílias que vivem na beira do rio vão ao trabalho, realizam viagens, saem em pescarias, embarcam produtos para a feira, atendem aos doentes, trazem o rancho quando voltam da cidade, diversas são as necessidades atendidas pela tecnologia. Entretanto, apesar de ser uma tecnologia de baixo custo, nem todos dispunham de poder aquisitivo para adquiri-la, os que podiam, adquiriam-na e quando havia necessidade de um comunitário que não dispunha do motor, o dono o levava ao destino, solicitando apenas o combustível ou quando o solicitante era mais próximo ocorria até o empréstimo do motor.

Apesar de o principal meio de transporte dos moradores da comunidade de São Francisco ser o fluvial, existe também o terrestre. Caminhos são criados próximo às margens dos rios. Diferente do quente asfalto, os caminhos são de barro, mantidos e fixados pelo próprio caminhar continuo dos moradores, apesar de durante os períodos de grandes cheias encontrarem-se submersos, permanecem marcados após a seca. Em períodos de secas a poeira feita pelo barro seco, torna-se comum em meio aos caminhos. Há considerável número de moradores que utilizam bicicletas para locomoção a locais mais distantes ou transportar verduras, alimentos ou outros objetos de pequeno porte. Existem ainda alguns ribeirinhos que tem a pratica da pecuária com a criação de gado e usualmente utilizam o cavalo para guiar o rebanho e também como transporte.

Uma característica geográfica que incide sobre modo de vida dos moradores da comunidade é a vida insular. A população que reside na ilha do Careiro da Várzea possui características e especificidades que demonstram que as limitações geográficas ao invés de tornarem-se dificuldades ou barreiras, contribuem para a formação de uma identidade social e cultural de forte relação com o meio onde vivem. Muitos estudiosos como Moles (1982), Fleischman (1987) e Péron (1993) estudaram sobre a vida de ilhéus, entretanto sempre voltados para uma realidade bem diferente, tratando-se de ilhas marítimas e distantes das outras localidades, entretanto estudos como o de Diegues (1999) mostraram realidades de ilhas mais próximas às cidades. Segundo o autor a água que cerca o território é vista de diferentes formas para as sociedades insulares: se para algumas é uma obstáculo, para outros é uma via de comunicação. No caso da comunidade de São Francisco o rio se apresenta como elemento facilitador das atividades econômicas, das práticas sociais e das práticas simbólicas. Mesmo com a inserção de novos elementos que passam a fazer parte da vida do ilhéu incorporando novos elementos ao seu modo de vida, como meios de comunicação que possibilitam o intercambio cultural e simbólico, subsiste um núcleo forte de identidade insular que tem raízes profundas na tradição.

Para obter certidões de nascimento, óbito e casamento os ribeirinhos não precisam ir até a cidade, pois há um cartório na comunidade que emite esses e outros documentos. O Cartório– Ofício distrital do 20º registro civil de terra nova, que foi instalado na comunidade no ano de 1931 e atende todo o Distrito de Terra Nova. O tabelião do cartório, o Sr. Raimundo Nonato Oliveira Sarmento realiza suas atividades no cartório localizado em sua residência. Nas comunidades Ribeirinhas do Amazonas é rara a existência de tal repartição, que contribui para cidadania dos moradores da comunidade e proximidades. O cartório possui mais de 30 anos na comunidade, e mesmo sem energia elétrica, funcionava com equipamentos que viabilizavam de forma efetiva suas atividades. Dentre os documentos emitidos, a Certidão de Nascimento era um dos principais.

> Por mais que você tivesse um filho na maternidade, eles dão aquele papel, então você vinha e dava pra ele o papel e ele fazia o registro, aqui mesmo. Eu nasci e me criei aqui, fui registrada nesse cartório, aliás, toda a nossa família foi registrada lá. [...] Nós aqui do interior, não fazemos questão de ser registrado na maternidade, porque ocorre erro, essas coisas, e depois pra você corrigir é muito difícil. Então a gente pegava pra fazer nós mesmo, sem contar que registra na nossa terra. Eles faziam certidão de casamento, de nascimento, de óbito, o documento pro FUNRURAL, pra quem ia se aposentar eles faziam toda a papelada e já ia tudo encaminhado. Ele tinha

> todos os materiais, tinha uma máquina de datilografia que usava pra fazer os documentos. (Ana Celma Lima do Nascimento, 40 anos, pesquisa, 2017)

A possibilidade de ser registrada na comunidade é destacada como um privilégio neste depoimento. A satisfação de dona Selma ao declarar que ela, juntamente com a família, nasceu e foi registrada na comunidade, sobressaiu em sua expressão que mostrou seu orgulho em ser registrada na "sua terra". Como trabalhadores rurais, o FUNRURAL[5] é de grande importância, tendo em vista a possibilidade de aposentadoria. No cartório além dos documentos emitidos para o FUNRURAL, realizavam também a organização e possíveis declarações e certidões para o processo de aposentadoria dos moradores da comunidade que pudessem dar entrada no benefício. O cartório representa para a comunidade além da autonomia com alguns documentos, representa o reforço documentado de suas raízes e o acréscimo na cidadania dos moradores da comunidade de São Francisco e toda a Costa da Terra Nova que utiliza dos seus serviços. Cabe ressaltar que conforme Fraxe (2003), no estado do Amazonas existem apenas cinco cartórios localizados em comunidades rurais e entre esses, encontra-se o cartório da Costa da Terra Nova situado na comunidade de São Francisco.

Na comunidade há lazer durante todo o ano com festas tradicionais, populares, familiares e esportivas como os festejos de santos de devoção, populares na Sede da comunidade, a semana de outubro é permeada de festejos, com almoços comunitários, sábados de lazer e atividades e uma série de atividades. Festejam-se ainda os aniversários, os casamentos e os nascimentos. Os eventos esportivos são característicos da comunidade, pois se tornam grandes festas, tendo em vista o numero de expectadores e participantes, comunidades próximas e times que vão da capital se juntam a estes eventos que são tradicionais na comunidade.

Dentre os esportes de lazer, o preferido da comunidade é o futebol desde os menores até os mais idosos, mulheres e homens. Todos os domingos ocorrem jogos ou torneios com a participação de outros times. Há uma diretoria responsável pelas programações. Há três campos esportivos: São Pedro, Nogueira Neto e São Francisco. Aos sábados, domingos e feriados ocorrem competições de jogos como futebol, vôlei, pênaltis entre masculino, feminino, veteranos e crianças onde os torneios são estendidos por até seis meses entre times

[5] Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, objetiva financiar benefícios previdenciários ao trabalhador do campo. É uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, somado do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, dessa forma o beneficiário fica segurado especial garantindo sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social.

locais e vizinhos. O regulamento é organizado pelos donos do campo e suas famílias ou patrocinados pela igreja católica local. Seu Raimundo Nonato de Lima, 65 anos relembrou como eram feitas as bolas para garantir a brincadeira, pois poucas pessoas tinham acesso às bolas compradas, que geralmente ficavam guardadas para os campeonatos.

> A gente enchia uma meia de pano e fazia a bola. Às vezes a gente apanhava uma Lima pra fazer de bola. Depois a gente aprendeu a fazer bola de Seringa, defumava no vidrinho, assoprava depois quando ficava grande nós encapava, espalhava nos banco o leite e quando secava nós ia encapar e fazíamos a bola. (Pesquisa, 2016).

Na ausência de uma bola de plástico para a brincadeira, a criatividade dos meninos e meninas ribeirinhos é intensificada, as possibilidades para confeccionarem seus brinquedos eram vistas e fabricadas de todas as formas. Com poucos recursos financeiros e muitos recursos naturais, os brinquedos industrializados eram substituídos por objetos e até insetos.

> Eu até falava outro dia com a Cristina e o Valdo que os nossos *Pokémons* era a Jacinta, soldadinho, tudo a gente inventava pra brincar. A gente pulava na água, o banho também era diversão. Nossa doença aqui era de perna ralada, braço machucado de cair da árvore, essas coisas assim das nossas brincadeiras. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Relembrando sua infância, dona Adailsa faz analogia aos brinquedos contemporâneos destacando os insetos que estão presentes no meio onde vive e durante suas brincadeiras na infância. No período de sua infância a praia grande não existia, e em períodos de seca a água ficava próximo às casas, após um barranco que existia ao longo dos limites da frente da comunidade, como recordou em seu depoimento. As árvores, características da comunidade naquele período eram locais especiais, tanto para a retirada das frutas como para desafios em subir até sua copa. A lamparina era o principal objeto utilizado durante a noite para clarear, motivo de sua importância para o lazer.

> A gente brincava, mas sabe que horas que a gente brincava mais? De noite de barra bandeira, de bola. Nós pegávamos aquelas lamparinas, fazia tipo uma palmatória, pra colocar a lamparina em cima e ter o cabo pra segurar e ai colocava um pedaço de alumínio ao redor pra dar reflexo e iluminar o campo, isso quando não tinha uma lua, porque ai ela iluminava. A gente também brincava de dia, mas a noite ia aquele monte de menino, a gente ia pra casa da minha tia, papai ia também, o papai ia pra casa da tia né, a gente não ia sozinho, papai acompanhava a gente, mamãe também, enquanto eles

> estavam lá batendo papo a gente tava brincando. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

Mesmo no período da noite quando não havia mais a luz do sol, era possível haver brincadeiras a luz do luar que iluminava e era possível a interação entre os brincantes, mas sempre acompanhados com os pais, como destacou seu Francisco. Enquanto as crianças brincavam, os pais conversavam, o que também se tornava um momento de lazer conjunto.

As danças são também práticas de lazer muito apreciadas na comunidade, principalmente pelas moças que se preparam durante todo o ano para as festas. Ana Cristina Nascimento relembra o quanto o momento das festas era importante: "A gente guardava nosso dinheirinho pra quando chegassem as festas, comprar uma roupa, um sapato, era o momento de se arrumar" (pesquisa, 2017). Além da preparação das roupas, preparavam-se também para as danças, na época das festas juninas havia dança de quadrilha que era ensaiada semanas antes. Mas, as danças individuais eram as que mais agradavam:

> Ficava cheio de poeira, a gente dançava bastante, ia pra missa direitinho, bem arrumada e depois vinha pra cá dançar, a gente não bebia nem se drogava, deus o livre, a gente dançava até de manhã, era muito divertido. (Ana Selma Nascimento, 41 anos, pesquisa, 2015).
> A gente sempre se divertia muito nas festas, a gente ia pra dançar e não podia fazer desfeita pro cavalheiro, a gente se divertia muito e não precisava de bebida. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Além da preparação e diversão destacadas por dona Ana e dona Adailza, algo comum às recordações é a ausência do consumo do álcool. Durante as entrevistas realizadas, foi comum nos depoimentos dos comunitários a afirmação sobre o não consumo alcoólico em sua juventude, esse era permitido apenas aos pais. Durante os festejos havia venda de bebidas, nas tabernas da comunidade, entretanto, reservadas estritamente aos mais velhos. Foi-lhes ensinado durante a infância que o etilismo é algo reservado aos adultos, mais velhos, e a obediência a essa ordem foi seguida e contada com orgulho pelos entrevistados, onde nenhum relatou o consumo de álcool durante a juventude.

> [...] muito bem criado nós fomo. Até hoje ninguém era costumado a chamar palavrão e nem mexer em nada, não mexer em nada do que é dos outros, tinha muito respeito pelos pais. Se você chegasse com negócio olha achei no meio do caminho! – Vá deixar de volta! (Raimundo Nonato de Lima, 65 anos, pesquisa, 2016).
> Aqui era todo mundo muito unido, quando morria parente de alguém, ave Maria! Papai mandava chamar todo mundo do roçado. A gente ia visitar a

> família enlutada, era um respeito! (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

As ordens dos pais e dos mais velhos eram obedecidas de forma estrita, o não cumprimento resultava em castigos e os bons costumes e obediência às ordens aos pais resultaram, na visão dos caboclos ribeirinhos, no respeito aos mais velhos, aos parentes e à comunidade em geral, como observamos nas falas supracitadas no respeito ao luto, a objetos encontrados, ao "não mexer no que não é seu". Dona Adailza destaca que em um olhar já conhecia as ordens de seu pai: "só de o pai olhar de canto de olho nós já sabia, dependendo do jeito podia ser pra se calar, pra se quietar ou depois vem surra" (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016). Mesmo com horários previamente estabelecidos, os momentos de lazer só poderiam ocorrer mediante ao cumprimento dos deveres, atividades domésticas que eram definidas e divididas pelos pais.

> De manhã a gente fazia as coisas de casa ou no tempo da colheita a gente ia ajudar no roçado, depois que a gente terminava antes do banho a gente ia brincar de bola, no intervalo quando os pais iam descansar, a gente ia brincar de casinha, os meninos de peteca. No final de semana a nossa missão era limpar o terreiro[6], a gente só podia sair pra brincar depois que varresse o terreiro, isso valia também pros vizinhos que também limpavam, era engraçado que a gente emendava os terreiros, ficava muito bonito. Isso no sábado, no domingo era mais liberado pra brincadeira mesmo. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

Para que pudessem ter o lazer, era necessário o cumprimento das tarefas domésticas ou ajuda na roça, após o cumprimento dos deveres o tempo era livre para as brincadeiras até o horário do almoço, pois as aulas geralmente ocorriam no turno vespertino de 13:00 até as 17:00 horas. Em outros tempos, as aulas ocorriam pela manhã de 07:00 às 11:00 horas. As refeições tinham suas regras e horários que eram rigorosamente respeitados e realizados conjuntamente onde "todos tomavam café juntos, se tinha um pacote de bolacha na mesa a gente já sabia que tinha que dividir pra todos. O papai chamava e já ia todo mundo, e a mamãe já ia dividindo o almoço, toda refeição era junta, e se não tivesse não comia depois" (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016). Assim, as normas dentro da família eram cumpridas, o não cumprimento dos horários acarretava no jejum do período em que se ausentava. Aos finais de semana havia mais tempo

[6] Terreiro é comumente conhecido como uma casa religiosa de cura espiritual das religiões originárias da África, entretanto na comunidade é o nome dado a parte posterior da habitação, o terreno, o quintal, onde fica a horta, as plantações, as árvores.

para as brincadeiras, entretanto aos sábados pela manhã devia-se limpar os terreiros, juntando todas as folhas e lixo ao redor da casa, após ajuntar todo esse material em um único local queimavam-se as folhas e o lixo, como não há outro meio de tratamento de lixo pelo município, a alternativa mais viável para seu descarte é a queimada. Após a realização da tarefa, tinha-se a tarde livre, já os domingos, geralmente eram integralmente para torneios e brincadeiras.

A escola é o principal meio que possibilita uma qualidade de vida melhor de acordo com os ribeirinhos, pois "é o jeito de melhorar a vida, de ter um futuro melhor, ter um entendimento melhor, virar *dotor*" (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016). Esta atividade faz parte da rotina das famílias, especialmente das crianças e adolescentes, compondo os deveres: "às vezes nós não queria ir pra escola, aí nós dizia: – Mas papai o senhor nem estudou, porque nós vai ter que estudar? – Eu não tive oportunidade, vocês têm, de ter um estudo e ter uma vida melhor." (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

A escola faz parte da comunidade há muito tempo, as aulas inicialmente ocorreriam nas casas das professoras, uma vez que o governo não tinha recursos para construção de uma escola na comunidade, e a escola mais próxima era muito distante e dificultoso para ida das crianças.

> Mais lá pra cima tinha um colégio grande feito pelo Álvaro Maia, mas era demais longe. A gente estudava em casa assim, não era colégio, era na casa mesmo da professora. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).
> Era uma professora pra 40 a 60 alunos, a gente ia pra escola com a roupa que tinha. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).
> Farda não tinha, nem mochila. Os pais colocavam numa sacolinha e a gente levava nosso material e também algum lanche porque não davam lanche. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

As aulas ocorriam de forma conjunta, em uma sala cedida pela professora, a aula era ministrada de forma multisseriada[7] para os alunos de 1ª a 4ª series que compunham o Ensino Fundamental e reflete os motivos de comportar uma média de 60 alunos. Além dos desafios com o pouco material, a ausência do lanche, de livros e de fardamento, um dos grandes desafios enfrentados era o acesso. Para alguns que moravam mais próximo era mais fácil,

[7] As turmas de aula multisseriadas são comuns nas comunidades ribeirinhas, pela dificuldade no acesso, professores e governantes recorrem a essa técnica para possibilitar o ensino a turmas em que possuem alunos de diversos níveis escolares. Essa técnica é aplicada especialmente à alunos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

mesmo em tempos de chuvas, que transformavam os caminhos de terra batida em lama, mas, para os alunos que moravam mais distante e percorriam caminhos íngremes, pontes, chavascais ou mesmo remar por um longo percurso.

Durante um tempo a escola disponibilizou uma disciplina que contribuía diretamente com as atividades laborais realizadas na comunidade "Escola tinha uma horta, tinha uma professora que ensinava a gente a fazer horta. Teve um tempo que nós tínhamos uma disciplina que o nome era Práticas Agrícolas." (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017). A principal fonte de renda e de trabalho da comunidade é o plantio, com uma disciplina que se direciona a essa atividade os estudantes tinham a possibilidade de aprender mais técnicas de trabalho, podendo assim realizar de melhor forma suas atividades laborais e melhorar o cultivo e o plantio. Entretanto a disciplina foi ministrada por um período de tempo e retirada, não mais voltando ao currículo escolar dos ribeirinhos.

Após lutas do clube de mães da comunidade, quando a sede do município ainda era localiza no Careiro Castanho, foi construída na comunidade, em 1982, uma escola que funcionava como subunidade da Escola Estadual Coronel Fiúza e a partir de 1990 sendo instituída como Escola Municipal Francisca de Góes dos Santos, que recebeu este nome em homenagem à memória de uma professora que dedicou sua vida como professora da Escola "Cacual Grande" como era conhecida a localidade da comunidade. A escola foi construída em madeira com quatro salas e uma secretaria com ensino de primeira a quarta série, pré-escola, educação integrada e supletivo de primeiro grau.

A escola da comunidade era conhecida como uma das maiores escolas (em dimensão), como podemos visualizar na figura 7, localizadas em zona rural do estado do Amazonas, com disposição para um número maior de alunos, salas e professores para cada série do Ensino Fundamental. Durante um período a prefeitura disponibilizou material escolar, que era entregue ao representante da comunidade e posteriormente aos responsáveis dos alunos. Passou a haver fardamento e lanche no período de aula. A partir de 1992, a prefeitura passou a disponibilizar um barco para o transporte dos estudantes que moravam em zonas mais distantes, que funcionava como um ônibus escolar, buscando os estudantes antes da aula e os deixando após a aula gratuitamente. Grandes conquistas foram alcançadas a partir da escola e acesso ao ensino escolar, entretanto, uma dificuldade persistia:

> Quando eu estudava, a gente tinha dificuldade porque a escola era até a 4ª série, então a gente ou ficava sem o resto do estudo ou tinha que migrar pra estudar na cidade. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

> Depois que eu terminei a escola aqui, duas famílias tinham me pedido da mamãe pra ir estudar, aí a mamãe me deu, eu fiquei dos 15 aos 21 anos em Manaus estudando. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

A escola ofertava o Ensino Fundamental, onde em 1996, foi implantado o Telecurso 2000 com ensino de primeiro grau vespertino e noturno; em 1999 foi inserida a 5ª série, no ano seguinte a 6ª série, seguida da 7ª e 8ª séries, sendo totalmente integrada ao sistema de educação municipal em 2000, quando foi inserido o curso Tempo de Acelerar noturno atendendo os alunos maiores de 15 anos que ainda não haviam concluído em Ensino Fundamental. Como a escola ofertava somente o Ensino Fundamental, para prosseguir os estudos, muitos parentes que moravam na cidade, ou mesmo conhecidos se disponibilizavam oferecendo moradia para os estudantes, como ocorreu com dona Ana Cristina. Para ficarem com os estudantes até a conclusão dos estudos. Alguns apadrinhavam, outros se disponibilizavam para ajudar e em troca, o estudante contribuía nas atividades domésticas e assim concluía os estudos, que era um grande orgulho e honra para os familiares.

Figura 7:Escola Municipal Francisca Goes (2002).



Fonte: Silva, 2004.

A partir da Conquista da Escola construída e devidamente instalada na comunidade, com o grupo gerador que foi conseguido para a mesma era possível o acesso a energia por algumas horas às casas mais próximas, no entanto a baixa potencia possibilitava somente o uso de equipamentos de baixo consumo energético. Assim, quando o calor era intenso, os professores levavam os alunos para sombra das arvores onde se encontrava mais ventilado e ali ocorria aula. As provas eram reproduzidas por mamógrafos que deixava o cheiro de álcool

relembrado pelos estudantes entrevistados. Outro acesso foi possível, a água para escola e residências mais próximas. Com a necessidade de abastecimento de água para higiene e alimentação da escola a prefeitura disponibilizou uma bomba que levava água para o reservatório:

> [...] eu passei um ano atravessando essa praia. Eu botava água lá pra escola daqui, eram quase 1000 metros de cano. Eu ligava o motor e abastecia a escola e algumas casas do pessoal. A gente colocava cloro pra limpar. 5:00 horas da manhã eu descia com o motor, ligava e depois 8:00 horas descia de novo, e depois 12:00 horas e depois 5:00 da tarde descia pra buscar. (Zudenilson Soares de Miranda, pescador, agricultor, responsável pela manutenção da água encanada na comunidade, 43 anos, pesquisa, 2017).

Para que houvesse água reservada, seu Zudenilson relata que disponibilizava grande parte de seu dia para monitorar e operar a bomba que funcionava à base de gasolina. Sendo pescador, em muitos momentos suas atividades laborais eram prejudicadas, entretanto, por sua esposa ser diretora da Escola, ele se prontificou a ser responsável por este serviço voluntário em prol da comunidade. Aos moradores das proximidades, até de moradores um pouco mais distantes, era possível disponibilizar um pouco de água para o abastecimento de seus reservatórios. Durante esse período, algumas famílias que dispunham de maior poder aquisitivo e também utilizavam bombas a combustível para o fornecimento de água em seus reservatórios. Outros tipos de equipamentos também funcionavam a partir de combustíveis, ou baterias como o rádio, a geladeira e a televisão, dois equipamentos que os caboclos ribeirinhos mais almejavam adquirir ou ter seu funcionamento constante.

Dona Iracema relembra como foi a reação das pessoas que a ajudaram a transportar a primeira geladeira que chegou à comunidade de São Francisco: “Aqui é a primeira pessoa que teve uma geladeira fui eu, era a querosene. Quando eu fui buscar essa geladeira essa lá na Ceasa o pessoal até achava que eu ia colocar um comércio. Porque só quem tinha geladeira era quem tinha comércio pra cá. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016.). Pelo alto custo, os ribeirinhos que investiam nessa tecnologia eram proprietários de comercio, tendo em vista que a geladeira possibilitava a conservação e resfriamento de alimentos, aumentando assim os produtos à venda e consumidores. Poucos podiam ter acesso a esses eletroeletrônicos que funcionavam a bateria ou combustível, além dos preços serem de alto valor, o gasto com o combustível ou bateria era dispendioso para que fosse economicamente viável a utilização alternada e pouco possível a utilização constante. Logo, poucos ribeirinhos

dispunham do acesso a equipamentos eletroeletrônicos, apenas 30% dos entrevistados estavam dentro desse universo, onde a modernidade passava a ganhar seu espaço na vida do camponês amazônico.

Wanderley (2014) em uma analise sobre a produção familiar camponesa, a partir dos estudos de Chayanov, esclarece que o camponês aspira por acesso aos bens socialmente disponíveis, ele almeja mais que a garantia do mínimo vital para sua reprodução social, aspira pelo direito a um modo de vida moderno que inclui o maior acesso a um conjunto complexo de bens materiais e culturais, a garantia de direitos sociais e de tecnologias facilitadoras para sua produção econômica e reprodução social. Os camponeses amazônicos não são diferentes nesse aspecto, almejam melhorias e modernidade no seu modo de vida, porém dispõe com uma lógica bem diferente da máxima vivida nas grandes cidades capitalistas. Assim, sempre que possível a aquisição de um equipamento facilitador da dinâmica cotidiana ou viabilizador de informações e entretenimento este é inserido ao seu modo de vida, são modernos há muito tempo, eles primam pelo bem-estar;

Os equipamentos adquiridos pelos ribeirinhos da comunidade São Francisco eram adaptados a sua realidade, sem energia elétrica utilizavam bateria ou combustível: “A geladeira as primeiras era querosene, depois veio pra gás. [...] com a bateria, dava pra por tipo um farol assim que ficava bem clara a casa, mas aí tinha que ter dinheiro né.” (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016). A geladeira teve transformações em seu combustível, como seu Francisco destacou, onde sua funcionalidade a gás tornou-se menos dispendiosa. O farol que poderia ser ligado à bateria e iluminar a casa, substituindo as lamparinas e velas, mas essas tecnologias eram raras na comunidade, potencializando ainda mais a importância da lamparina que era de suma importância durante a noite.

> Ou você tinha lamparina à noite, ou você ia dormir às 6h00 da noite. [...] a noite eu cortava seringa com a lamparina. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016.).
> À noite é o que eu tenho saudade da minha criancice. À noite a gente jantava, seis horas, aí a gente pegava a luz que era uma lamparina, aí nos ia na casa do vizinhos [...]. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

A lamparina estava presente em diversas atividades, pois durante a noite sua utilização era a possibilidade de visão. Durante o período da borracha era possível realizar a coleta da seringa à noite, pois a lamparina iluminava a árvore para a realização do corte sem a exposição que ocorre durante o dia ao sol, causando maior cansaço, como relembrou doa Iracema. Estava presente no lazer como mencionou anteriormente seu Alcimar que a partir delas criaram refletores para o campo de futebol, garantindo assim bons divertimentos à noite.

Figura 8: Lamparina encontrada na casa de seu João Procópio da Silva.



Fonte: Pesquisa, 2016.

No estudo, a lamparina também estava presente, como mencionou dona Sebastiana que realizava as atividades passadas pela professora sob a luz da lamparina. Seu João sentiu-se saudoso ao relembrar às visitas às casas dos vizinhos durante à noite, onde a luz era a lamparina. Durante essa pesquisa, perguntamos aos ribeirinhos se havia lamparina em suas residências, a única encontrada foi na casa de Seu João Procópio (figura 8), mas trata-se de uma lamparina moderna. As lamparinas utilizadas pelos ribeirinhos, conhecidas como *poronga*, eram fabricadas por eles mesmos, de forma artesanal onde "pegava um vidro ou uma lata, furava a tampa, tinha que ter um pavio grosso de algodão ou de pano mesmo e colocava óleo, querosene pra durar o fogo" (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

BOX 02: Uma breve história da lamparina.

O ser humano sempre teve a necessidade de possuir luz, especialmente em sua moradia e, por isso, na pré-história os homens que moravam em cavernas, utilizavam tochas feitas de caules de árvores e gordura animal para obter luz.

De acordo com a European Candle Association, por volta de 70.000 a. C. já existiam lâmpadas, – De acordo com o dicionário Aurélio (2014), lâmpada é um utensílio destinado a produzir luz e que serve para iluminar - esssas lâmpadas eram feitas a partir de materiais que ocorriam naturalmente, tais como pedras, conchas, chifres e pedras, e estavam cheios de graxa e tinha um pavio de fibra. Lâmpadas tipicamente usavam gorduras de origem animal ou vegetal como combustível. Depois da lâmpada de óleo natural, o homem trabalhou nas lâmpadas de cerâmica. A cerâmica grega, desde cedo, foi modelados à mão, e as lâmpadas de cerâmica foram um meio barato e prático de iluminação, fácil de produzir, fácil de usar, mas um pouco confuso de manusear, pois o óleo muitas vezes escorria a partir do furo do pavio para baixo da parte externa da lâmpada.

As velas foram elaboradas com fibras vegetais e gordura animal que ficavam armazenadas em recipientes fabricados com pedra, chifres de animais ou conchas marinhas. Conhecidas também como lucernas, a partir da descoberta da manipulação do barro, ficaram mais fáceis de serem confeccionadas. Muitas destas foram encontradas como artefatos utilizados na Roma Antiga podendo ser visitadas nos grandes museus. Porém o grande momento na utilização de velas certamente foi na Idade Média, período em que as velas eram consideradas artigos de luxo. Pelo fato de serem produzidas a partir do sebo animal, não podiam ser confeccionadas em grandes escalas, sendo acessíveis apenas a pessoas de maior poder aquisitivo.

O homem percebeu que poderia utilizar a luz por um período maior de tempo e de forma mais versátil, de forma que minimizasse o risco de incêndio com as velas, assim criou a lamparina. Um recipiente onde era colocado óleo, geralmente de baleia e um pavio encravado num pedaço de cortiça que gerava a chama. O nome, As lamparinas tiveram este nome da prática do século 19 de colocar lâmpadas em miniatura com uma pequena quantidade de combustível em salas de estar. Os namorados chegavam aos encontros com chamas, pois era estipulado que eles iriam embora quando o óleo acabasse (ÁGORA, 2013).

Logo após, veio o lampião. A chama, protegida por um tubo de vidro, era produzida do mesmo modo que a lamparina. O ganho de luminosidade acontecia graças à circulação de ar dentro do tubo, tornando a chama mais brilhante. O lampião era feito primeiramente de argila e depois substituído por metal. Em 1807, descobriu-se um meio de utilizar o gás para acendê-lo e foi aí que as ruas de Londres foram iluminadas pela primeira vez com lampiões.

Essa foi a principal fonte de luz por muito tempo na comunidade de São Francisco, entretanto, a partir de 1990, as velas começaram a substituir as lamparinas. Pela facilidade em não ser mais necessário fabricar e não precisar de combustível adicional, a vela ganhou seu espaço na vida dos ribeirinhos, acrescentando um principal incomodo produzido a partir do fogo da lamparina pelo querosene: a tisna[8].

> Lá pela década de 90 o pessoal abandonou a lamparina e foi pra vela porque é a lamparina fumaça muito. A casa ficava todo cheio de tisna preta, o nariz também. Tinha casa de ter 3,4 lamparinas uma na sala, uma na cozinha, uma no quarto, e uma pra andar. Quando num tinha querosene, usava o diesel esse é que fumaçava mesmo. (Raimundo Nonato de Lima, 65 anos, pesquisa, 2016).

[8] Do verbo ¨ tisnar¨, ou seja: requeimar; pôr em negro como carvão, é uma substância que se usa para escurecer algo (Dicionário Aurélio, 2014).

É interessante destacar que no processo histórico a vela foi um dos primeiros instrumentos elaborados pelo homem para obter luz – sendo o aprimoramento da tocha – que após ser aperfeiçoada resultou na lamparina. Para os ribeirinhos o processo foi inverso, primeiramente usava-se a lamparina e depois se passou a utilizar a vela. Entretanto, a vela que seu Raimundo destaca é uma vela industrializada, que é fabricada a partir da cera de parafina e pavio de algodão, apesar de seus materiais serem simples e de fácil acesso, a parafina é derivada do petróleo sendo necessário um processo químico industrial para chegar ao seu estado final. Desta forma, para a obtenção de vela na comunidade era necessária a compra da mesma pronta. Já a lamparina, ou *poronga* era confeccionada por eles próprios com materiais reciclados e com combustível, como óleo que poderiam retirar da própria natureza. Logo, a lamparina era mais acessível aos ribeirinhos, mesmo a comprada pronta, entretanto, a vela tornou-se mais viável, tendo em vista a facilidade em ser comprada pronta e não expelir a tisna.

Sem energia elétrica o principal meio de comunicação encontrado era o rádio. Dos ribeirinhos entrevistados, 100% confirmaram que utilizavam o rádio à pilha, pelo fato de ser mais acessível e menos custoso, pois a pilha era de baixo custo e maior com durabilidade. Se houvesse necessidade de enviar algum informe urgente, ligava-se ou ia até à rádio Difusora, onde solicitavam o repasse da informação:

> A gente ouvia todo tempo rádio, sempre o radinho tava ligado pra ouvir as informações né? Aí o homem do rádio dizia: - seu João Procópio daí da Terra Nova, seu filho avisa que chega amanhã. Ou então quando tinha que pegar alguma coisa, e até as morte nós as vez só sabia por causa do rádio, doutro jeito, as vez pelos barco, mas nem sempre eles davam informação, o bom mesmo era o rádio ou alguém que vinha de lá. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

Os programas de rádio eram de grande importância para o repasse de informações para os ribeirinhos, especialmente os que moravam em comunidades mais distantes. No caso da comunidade São Francisco, apesar de se localizar próxima à capital, tinha dificuldades na comunicação, especialmente por tratar-se de uma ilha, as informações nem sempre eram repassadas ao seu destino, assim o rádio era o principal meio de comunicação tanto de parentes e amigos como de notícias gerais sobre os acontecimentos.

No final da década de 90 começaram a surgir os primeiros aparelhos de televisão na comunidade, que também, um meio de informação. Porém com poucos recursos financeiros apenas os que dispunham de maior poder aquisitivo tinham acesso às tecnologias modernas

que se inseriam no universo do camponês amazônico. Em alguns momentos os comunitários, que adquiriam o aparelho, abriam suas residências ou facilitavam para que outros pudessem assistir:

> A gente não tinha televisão, então a gente ia assistir nos vizinhos que tinham, ficavam várias pessoas às vezes pra assistir, era sempre à noite e geralmente só a novela que a gente não demorava muito e também o dono não gastava muita bateria. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

Além do alto preço de compra, fazia-se necessário uma bateria para ligar a televisão, assim raros ribeirinhos dispunham desta tecnologia, mas quando um adquiria, quando possível compartilhavam com a vizinhança. Novelas e Jornais eram as preferências dos expectadores, que passavam a ter novas descobertas de lugares e informações nunca imaginadas, como dona Sebastiana ressaltou "ah, era uma admiração muito grande poder ver coisas que a gente nem imaginava" (pesquisa, 2015).

O motor de luz foi um facilitador aos que podiam adquiri-lo, no entanto, assim como os demais equipamentos, poucos ribeirinhos dispunham dessa tecnologia que passou a ser utilizado especialmente na escola, o auto custo com o diesel inviabilizava ainda mais o seu uso. Na escola, sua principal função era na bomba d'água, conforme o depoimento dado por seu Zudenilson anteriormente (p.19).

A água era a principal necessidade e dificuldade, especialmente nos períodos de seca. Mesmo antes da existência da praia com a água mais próxima às casas, havia a necessidade de armazená-la para a limpeza da casa, o cozimento dos alimentos, o consumo e a irrigação das plantações. Para isso eram usados baldes feitos a partir de cuia[9] os quais eram usados como recipientes de transporte e armazenamento:

> Essa praia aí surge a partir de 1991, era barranco isso aqui, era bem próxima de casa a água. Descia o barranco já tinha água. Sempre que precisava a gente ia buscar a água. Na verdade a gente pegava água quando ia tomar banho, era no horário do almoço, todo mundo ia tomar banho e trazia um balde, outro horário era de tardezinha pra dormir e já armazenava a água no balde de cuia. A irrigação era feita com esses baldinhos, que a mamãe sempre fazia. [...] A água pra beber a gente colocava pra sentar e depois botava no pote. Nosso pote não tinha torneira, os potes com torneira só quem tinha era as famílias mais abastadas daqui da comunidade, porque a torneirinha no pote era uma coisa mais moderna, os potes eram mais caros. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

[9]Fruto da cuieira, uma árvore muito comum na região, de porte baixo, produz frutos redondos e grandes de casco resistente. Após a limpeza e secagem do fruto, torna-se um recipiente redondo.

Toda água provinha do rio, até mesmo para o consumo. Os potes de barro eram comprados na cidade, quem dispunha de maior possibilidade financeira adquiria um pote mais "moderno" como destacou dona Ana, sua principal característica era a torneira que facilitava não sendo necessário retirar a tampa do pote para a retirada da água. O pote de barro deixava a água mais fria e melhorava seu sabor, daí a preferência pelos potes de barro. Para o consumo da água, realizava-se um procedimento para seu melhoramento: após transportarem a água para suas casas com baldes de cuia, deixavam a água descansando por um período e após perceber que os sedimentos haviam "sentado" – expressão usada pelos ribeirinhos – ou seja, haviam sidos depositados no fundo do balde, retirava-se apenas a água limpa que ficava na parte superior e a colocavam no pote. Apesar de melhorar a água, muitas impurezas permaneciam na mesma, principalmente por se tratar de uma água próxima à capital, onde poluentes, lixo e até dejetos são depositados no rio, e apesar de dispor de denso volume de água sendo ela de fluxo corrente, os resíduos acabam sendo depositados às margens por onde passa. Certamente na década de 1990 a água do rio não se encontrava em níveis de poluição como atualmente, entretanto sendo a única opção dos ribeirinhos, a água do rio consumida acarretava a principal doença que atingia principalmente as crianças: verminose.

> Aqui a doença que tinha mesmo era verme, diarreia. Eu vi criança no caixão com verme saindo pelo nariz, nem todo mundo tinha como tratar, dependendo do jeito que tava, nem sempre tinha como ir à cidade, a água que a gente tinha era essa, não tinha jeito. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

Todos os entrevistados que viveram na década de 90 na comunidade declararam que tiveram a doença, que era comum entre as crianças, que nem sempre era controlada com os remédios caseiros por conta da descoberta em estágio avançados, e levava inclusive a óbito. Diante de tais dificuldades, havia um projeto da igreja católica que contribuía efetivamente na saúde especialmente de crianças e grávidas: a pastoral da criança. Iniciado no ano de 1988 na comunidade teve como principal coordenadora a professora Ana Celma Lima do Nascimento, 40 anos.

> Cada comunidade tinha uma equipe da pastoral da criança, que são pessoas da comunidade mesmo que vão pro município, fazem uma formação, aprende a fazer um monte de coisa. Aqui eu andava de casa em casa, fazia a comunidade todinha e pegava aquelas crianças novinhas, de 0 a 5 anos, todas elas tinham uma ficha, preenchia essas fichas: pesava a criança, media. Isso num mês, no outro voltava lá e via se tinha aumentado, diminuído ou

> mantido e conversava com a mãe pra vê o que tinha acontecido, se tinha adoecido, como tava a alimentação dela. Quando a criança caia muito de peso aí a gente entrava com multimistura, soro caseiro, cálcio, mas tudo natural. A gente incentivava as mães a darem peixe, caldinho de peixe pras crianças, algumas tinham medo aí a gente ia e ajudava a fazer, tinha todo um cuidado e muito trabalho (pesquisa, 2017).

Com a formação feita pela igreja, a pastoral da criança realizava um trabalho de saúde na comunidade. O trabalho era voluntário, entretanto a partir das fichas e relatórios enviados para a sede em Manaus recebiam-se brindes, como por exemplo, o enxoval para os bebes que nasciam. Apesar do árduo trabalho, a professora relatou que era satisfatório poder trabalhar em prol das crianças da comunidade. É importante destacar que a formação realizada com os comunitários que trabalhavam na pastoral da criança valorizava os saberes locais e utilizava elementos encontrados na própria comunidade para intervir na saúde das crianças e grávidas. Três principais elementos eram usados pelos agentes da pastoral: o soro caseiro, o cálcio e a multimistura. No soro caseiro, o único elemento externo era a colher medidora, usava-se sal, açúcar e água coada e fervida para intervir na desidratação da criança principalmente nas ocasionadas pela disenteria.

Em casos de desnutrição, quando a criança encontrava-se com dificuldade na alimentação ou fraqueza, a intervenção vinha pelo cálcio que era retirado da casca do ovo da galinha caipira, a partir do seguinte procedimento: em um copo de vidro, colocava-se um ovo de galinha caipira, espremia-se o suco de limão até submergir por completo o ovo e cobria o recipiente. No dia seguinte a casca do ovo já havia sido dissolvida pelo suco do limão e retirava-se somente a parte interna do ovo, com cuidado para não misturar a calda que resultou do suco do limão e a casca de ovo derretida. O suco resultante era o cálcio que deveria ser misturado à alimentação da criança durante o dia. Outra forma de se obter o cálcio era secando as cascas de ovo, após pilá-las, resultava-se em um pó que era misturado à alimentação da criança.

Nos casos de baixo peso, desnutrição, ou mesmo quando era percebido que a família não dispunha de alimentação adequada, usava-se a multimistura. Os ingredientes utilizados eram: farelo, folha de macaxeira seca, casca de ovo, semente de jerimum, casca de batata e outras cascas e folhas que pudessem ter um bom valor nutricional; os ingredientes eram colocados para secar em sombra e após estarem secos eram torrados no forno da casa de farinha, seguidamente todos eram misturados e pilados até resultar em uma farinha, que era reservada em garrafas pets. Após a confecção, Ana Celma relatou que colocava as garrafas

dentro de uma sacola grande e distribuía nas casas onde havia crianças com dificuldade alimentar e até mesmo a adultos e idosos. Apesar da importante contribuição da pastoral da criança, o trabalho realizado era complementar e por se tratar de um trabalho voluntário contava com uma equipe pequena em relação à comunidade, limitando assim suas ações.

1.2 Aspectos Socioambientais e socioculturais do cotidiano dos ribeirinhos sem energia elétrica

Ao se reportar aos tradicionais moradores da vasta Amazônia há algumas nomenclaturas que podem ser utilizadas, cada uma carrega uma característica mais forte do homem amazônico. De acordo com o Decreto Federal Nº6. 040 de 7 de fevereiro de 2000, as populações que habitam a vasta floresta amazônica são reconhecidos como povos tradicionais, tendo em vista serem

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

De acordo com Lira (2013), a base dos conhecimentos das comunidades tradicionais está em parte pelos saberes herdados das populações indígenas que habitam a região (que antecedem ao processo de colonização); e em parte da influência de outros povos como os portugueses que fizeram surgir à cultura regional dos caboclos amazônicos. A cultura cabocla iniciou-se com a chegada dos portugueses (1500 a 1850), seguida por uma fase de aculturação e uma economia baseada no extrativismo da borracha (1850 a 1970). (MORÁN, 1974). Amalgama-se ainda aos saberes e cultura das populações tradicionais da Amazônia a chegada de nordestinos em busca de trabalho com a extração da borracha, outros atingidos pela grande seca de 1877, que com o agravamento da crise no mercado mundial, a borracha entrou em crise. Assim os migrantes passaram a ocupar parte da floresta amazônica. Assim surgiu a cultura cabocla no Amazonas, de forma hibrida. Portanto, Morán (iden) destaca que o caboclo pode ser o ribeirinho, o coletor de seringa ou de castanha, agricultor, canoeiro e pescador, onde subsiste de uma ou várias dessas atividades.

Logo, o caboclo amazônico não é apenas um mestiço resultante da junção do branco com o índio, como destacou Witkoski (2010), mas sim um tipo social que guarda herança de seus antepassados. Seu modo de vida, adaptado ao ecossistema de várzea, atende a um calendário hidrológico e tem como meta a manutenção do grupo familiar, em contraposição

ao tempo cronológico das sociedades modernas que visam à acumulação. Durante a pesquisa de campo, constatou-se, assim como Fraxe (2004) destacou em seu livro, que há moradores da comunidade São Francisco, que é uma comunidade típica de várzea, que se autointitulam caboclos, denominado por alguns como "caboco", e há outros que se autodenominam como ribeirinho o que motivou a criação da categoria híbrida caboclo-ribeirinho por Fraxe (2004). Sendo o caboclo-ribeirinho o morador das margens dos rios e seus afluentes, que vivem do que os rios, florestas e águas oferecem e, desses ambientes, extraem o sentido para todas as suas particularidades de vida. É fato que o termo caboclo que designa o mestiço, carrega, de forma equivocada, uma série de formas pejorativas como: preguiçoso, tonto, indolente, entretanto tais equívocos foram desmistificados a partir da pesquisa de FRAXE (2004).

Chaves (2001) afirma que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia. Sua forma de comunicação, suas representações dos lugares e tempos, suas vidas na relação com a natureza. "Vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários" (p. 78), nas áreas de várzea, nos barrancos. O modo de vida interno das comunidades ribeirinhas e seu modo de produção peculiar são decorrentes dos saberes sócio-históricos que determinam sua identidade cultural. Chaves (2001) destaca ainda o modo particular de vida, das comunidades ribeirinhas no uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, e nas relações de compadrio e parentesco. "Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas" (CRUZ, 1998, p.04). A definição de ribeirinho é abrangente, incluindo além dos caboclos-ribeirinhos todos os agentes sociais situados às margens desses ambientes, como agricultores, pescadores, caçadores, extratores, criadores e seringueiros.

Com a presença de diversos atores sociais, conceituá-los é sempre difícil nem sempre alcança os objetivos propostos (CRUZ, 2007). Apesar de seu modo de vida de forte interação com as terras, florestas e águas, os ribeirinhos podem ser do campo ou da cidade, morando ao redor dos rios ou igarapés, residindo em flutuantes ou palafitas. O autor destaca que vários autores têm buscado elementos para caracterização do campesinato, e denomina os moradores da várzea amazônica como camponês-ribeirinho, incorporando pela nomenclatura e categoria o camponês, que é o homem que vive no campo em contraposição ao homem da cidade. Esse mesmo homem da várzea será denominado como camponês amazônico para Witkoski (2009).

> [...] podemos afirmar que os ameríndios, precursores da ocupação humana na bacia amazônica, tiveram como seus descendentes os caboclos, matriz

> histórico-cultural que acabou por formar as populações humanas que hoje habitam as várzeas – os quais conceituamos, de um ponto de vista sociológico, como camponeses [amazônicos]. (p. 292).

O campesinato amazônico, assim como toda organização humana sobre a terra, tem como objetivo máximo primeiramente atender às necessidades materiais da vida, o que, via de regra, dá-se pela apropriação dos recursos naturais disponíveis para gerar bens úteis à manutenção biológica da vida. Ao longo da história evolutiva das sociedades, esse intercâmbio, entre o homem e a natureza se intensificou a ponto de a racionalidade produtiva acenar para a necessidade de melhor administrar as forças produtivas disponíveis – insumos, ferramentas e força de trabalho – que se tornaram cada vez mais escassas. É interessante destacar, entretanto que suas características podem variar pela adaptação às circunstancias, e assim adquirem características locais.

> Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. (SHANIN, 1980, P.75).

A afirmação de Shanin nos faz compreender que o camponês possui suas características gerais e especificas que dependem do meio onde interagem, portanto o camponês amazônico, que de acordo com Witkoski (2009) é a condensação do índio, o seringueiro, o quilombola, o caboclo, o ribeirinho e o caboclo/ribeirinho, possui grande conhecimento e experiência no uso e conservação da biodiversidade e da ecologia das terras, florestas e águas onde habitam. Essa dinâmica do modo de vida ribeirinho reproduzida por gerações é decorrente do *habitus* que é transmitido através do tempo entre pais e filhos, possibilitando práticas de conhecimento sobre o meio com práticas de adaptabilidade que consideram o respeito aos limites da natureza. Essas práticas são vivenciadas na comunidade São Francisco:

> [...] Aprendi a fazer isso desde cedo em casa, mamãe fazia isso, e tem outros que a gente vai aprendendo com os vizinhos que conhecem mais plantas e outros jeitos de tratamento. (Sebastiana Lima do Nascimento, agricultora, pescadora, aposentada, 66 anos, pesquisa, 2016).

Dona Sebastiana se refere às plantas medicinais que utiliza. Quando ela ou alguém próximo apresenta sinais de doença, recorrem a essa alternativa que foi um mecanismo criado

pelos ribeirinhos, onde sua interação com a natureza possibilitou o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para superação de necessidades como a prevenção e cura de doenças por meio do uso de plantas medicinais, esses conhecimentos são passados transgeracionalmente e possibilitaram cura e prevenções de doenças sem a presença de médicos ou do conhecimento cientifico (LIRA, 2014). Esses conhecimentos e práticas são vivenciados cotidianamente na comunidade São Francisco. A professora, Doutora Therezinha Fraxe descreveu em seu livro, resultado de sua Tese de doutorado, conhecimentos e métodos de tratamento de doenças através de plantas medicinais, que resultaram na catalogação de uma listagem de plantas medicinais utilizadas pelos comunitários (Tabela 1). Esse conhecimento possibilitou o combate e superação de doenças na ausência de médicos ou remédios de farmácia.

Tabela 1:Plantas medicinais utilizadas pelos caboclos-ribeirinhos da Costa da Terra Nova – Careira da Várzea/AM.

ESPÉCIES	PARTE (S) DA PLANTA	O QUE CURA
UMA PARTE DA PLANTA, PARA CURAR UMA SÓ DOENÇA.		
Azeitona	Casca	Hemorroidas
Bico-de-anum	Leite	Diarreia
Buruti	Raiz	Inflamações
Caimbe	Leite	Hemorroidas
Cajuaçu	Cipó	Diarreia
Cipó-jabutá	Cipó	Diarreia
Cipo-nema	Cipó	Defumação (espanta inseto)
Copaíba-curiarana	Casca	Dores de fígado
Envira	Casca	Defumação (espanta inseto)
Ipadu	Casca	Diarreia
Jacareúba	Casca	Tosse
Jutaí	Casca	Tosse
Macucu	Casca	Diarreia
Marimari	Casca	Tosse
Marupá	Batata	Diarreia
Mata-pasto	Folha	Vermes
Muiratinga	Leite	Emplastro
Mulateiro	Casca	Diarreia
Mururé	Casca	Reumatismo
Oitchi	Casca	Inflamações
Parreira-do-mato	Folha	Picada de cobra
Puxuri	Casca	Dores de estômago
Sabugueiro	Folha	Ferimentos
Sarabatucu	Sumo	Diarreia
Seringa-de-barriga	Casca	Diabetes
Sococó	Casca	Diarreia
Tarumã	Folha	Depurativo
Taxi-branco	Casca	Hemorroidas
Vassourinha	Raiz	Gripe

UMA PARTE DA PLANTA, PARA CURAR UMA OU MAIS DOENÇAS.		
Açai	Raiz	Inflamações e criar força no sangue (anemia)
Acará-uaçu	Casca	Hemorroidas e Diarreia
Apuí	Leite	Rasgadura (ferimentos) e emplastro
Araça	Casca	Dores de intestino, Diarreia e hemorroidas
Cajá	Casca	Inflamações, ferimentos, Diarreia e dores de estômago
Cajurama	Casca	Dores de barriga, hemorroidas e Diarreia
Carapanauba	Casca	Dores de fígado, Diarreia, baques, curuba (sarna), feridas no úteros, desmentidura (deslocamento, luxação), anticoncepcional, úlcera, malária, tosse e amarelão
Catauari	Casca	Picada de cobra e reumatismo
Ingá	Casca	Diarreia e dores de estômago
Marimari-sarso	Óleo da semente	Tosse, gripe e rouquidão.
Mucuracá	Folha	Queimadura na cabeça e constipação
Munguba	Casca	Reumatismo, picada arranha, dores de fígado e baques.
Murici	Casca	Tosse e Diarreia
Paracanaúba	Casca	Dores de estômago e fígado, infecção no intestino, inflamações de mulheres (dores no útero)
Paracuuba	Casca	Dores de estômago e fígado
Pau-d'arco	Casca	Dores de rins, fígado e câncer (tumores)
Piranheira	Casca	Dores de fígado, rins e estômago, ferimentos, Diarreia, cicatrização, curuba, (sarna) e inflamações
Sacaca	Folha	Dores de fígado, rins e estômago
Taxi	Casca	Diarreia e hemorroidas
VÁRIAS PARTES DA MESMA PLANTA, PARA CURAR UMA OU MAIS DOENÇAS.		
Andiroba	Óleo, casca e casca da semente.	Reumatismo, tosse, gripe, baque, anti-inflamatório, cicatrizante e repelente de insetos
Camacinha	Viagem e bucha	Sinusite, dores de cabeça, gripe, baque e aborto.
Castanha-da-amazônia	Casca e folha	Coceira, tiriça (anemia). Diarreia, inflamação e dores de garganta
Caxinguba	Casca, folha e raiz.	Hepatite, dores de fígado e gripe.
Copaíba	Óleo, casca da semente e sumo.	Ferimentos, hemorragias, dores de fígado e barriga, doenças do ar (tuberculose), febre, doenças venéras, anti-inflamatório cicatrizante e contraceptivo.
Embáuba	Casca e folha	Pressão arterial
Erva-de-passarinho	Vargem e bucha	Inflamações
Fava	Casca e vagem	Impinge e coceira
Jabuti-mita	Casca-cipó	Diarreia e dores de barriga
Jucá	Vagem e bucha	Baques, tuberculose e câncer.
Limãorana	Casca e leite	Inflamações, tumores e rasgadura
Oeirana	Entre casca e folha	Diarreia e diabetes
Sucuuba	Casca, leite e folhas.	Rasgadura, baque, tumores, inflamações no intestino e fígado, tosse, emplastar garganta, desmintidura (deslocamento, luxaçã) ferimentos, prevenção de natalidade, inflamação de mulher e câncer (tumores)
Ucuuba	Casca e leite	Rasgadura, inflamações, vermes e febre.
Uxi	Casca e semente	Febre, dores de fígado, Diarreia, tosse, inflamação e contraceptivo

Fonte: FRAXE, p. 223-225, 2004.

As referidas plantas podem ser encontradas em jiraus, que são caixas feitas de madeira suspensas com palafitas, nos quintais ou na floresta que funcionam como uma espécie de farmácia natural onde se podem encontrar remédios para dores, mal-estar e prevenção de doenças. As técnicas usadas para a produção de remédios naturais são diversas e a matéria prima pode ser retirada de diferentes partes da planta: da casca, da semente, da raiz, do leite, das folhas e do caule. Parte desses materiais é armazenado em sacos plásticos, tendo em vista a conservação, das não encontradas tão facilmente, ou que precisam do processo de secagem para a fabricação do remédio. WITKOSKI (2009) destaca que, em relação à prática do extrativismo e formas de uso de plantas medicinais, existe uma grande diversidade de plantas que podem ser usadas para cura, há plantas que podem ser usadas no tratamento de uma doença e outras que podem ser usadas não somente para uma, mas para a intervenção em diversas doenças, como pode ser notado no quadro acima e na figura 9.

Figura 9:Jirau da casa de um ribeirinho com plantas medicinais e hortaliças.



Fonte: Pesquisa, 2016.

A transmissão de conhecimento e técnicas utilizadas para a confecção dos remédios são passadas entre pais, avós e até mesmo conhecidos. Existem remédios mais simples que todos possuem conhecimento para fabricar, porém há os mais sofisticados e que há necessidade de mais habilidade e que nem todos possuem conhecimento.

> [...] minha mãe tinha um balcão cheio de plantas medicinais, a gente sentia dor na garganta ela já sabia o que usar, sentia dor na barriga já tinha um remédio, era assim. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

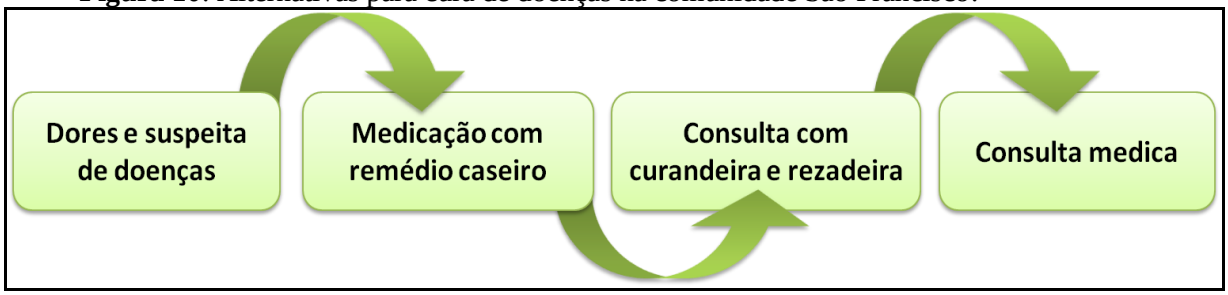
> Olha todo mundo tinha suas plantinhas, seus remédios no quintal de casa. Quando dava uma dor, uma doença, se um [vizinho] não tinha o outro tinha uma planta e já dava, [...] todo mundo tinha suas plantinhas e era o jeito de curar as doenças. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016.).

> Eu sempre tive minhas plantinhas aqui sabe, qualquer dor, qualquer negócio que eu ou alguém tem eu já tenho um remédio aqui. É importante porque aí a doença não aumenta e tem que tratar com remédio que tem que comprar, que às vezes até adoece nós mais. (Sebastiana Lima do Nascimento, agricultora, pescadora, aposentada, 66 anos, pesquisa, 2016).

Assim como relatou Charles Wagley (1988, p. 306), em seu estudo sobre a comunidade de Itá, "todos conhecem uma infinidade de ervas medicinais e métodos populares de tratamento das doenças [...] centenas de remédios específicos locais, numerosos métodos de tratamento e meios de evitar as doenças", assim ocorre na comunidade São Francisco. Carinhosamente chamadas de "plantinhas" por dona Iracema e dona Sebastiana, como forma de gratidão e respeito pelas boas experiências com as plantas medicinais.

Os conhecimentos adquiridos e aperfeiçoados na utilização cotidiana de "remédios caseiros" o etnoconhecimento dos caboclos ribeirinhos proporciona inclusive a possibilidade na economia, sendo o primeiro recurso que buscam na suspeita de doenças, com poucas possibilidades financeiras dificilmente têm acesso a medicamentos farmacêuticos. É interessante destacar que a prática realizada pelo ribeirinho em extrair da floresta plantas que servem para sua cura e tratamentos, permite "(re) conhecer o conhecimento herdado e produzir um renovado conhecimento" (WITKOSKI, 2009, p. 268). Assim é constituída a permanência de conhecimentos e práticas que fazem parte do modo de vida do ribeirinho da comunidade São Francisco compondo uma ordem natural de busca solução para doenças na comunidade.

Figura 10: Alternativas para cura de doenças na comunidade São Francisco.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Ao se ter suspeita de doença ou sensações de dores e mal estar a primeira solução procurada pelos caboclos ribeirinhos é a fabricação dos remédios caseiros a partir de seu canteiro – encontrado no quintal ou nos jiraus é o local onde é plantado flores, hortaliças e plantas medicinais para consumo próprio – quem possui maior conhecimento sobre quais plantas usar, como preparar e como consumir são as mulheres, geralmente são as senhoras

que possuem maior etnoconhecimento agregado sobre as plantas medicinais. Aos primeiros sintomas, chás, misturas, sumos ou sucos são preparados. Se o sintoma for sanado encerra-se o tratamento sem necessidade de ir até uma ou um curandeiro ou rezadeira ou rezadeiro.

Quando os sintomas não somem com os remédios feitos em casa ou quando os sintomas são mais intensos procuram-se de imediato os curandeiros e rezadeiras da comunidade. Durante a pesquisa foi possível constatar que houve curandeiros homens na comunidade, entretanto este é um campo atuante especialmente de mulheres, principalmente senhoras. A curandeira ou rezadeira faz a consulta no enfermo e caso seja constatado que o caso seja de grande complexidade ela (e) informa que deve ser encaminhado diretamente para o médico. É importante destacar que essa prática (destacada na figura acima) não é regra instituída na comunidade e sim resultado do que foi percebido durante a vivencia e entrevistas realizadas.

As rezadeiras/benzedeiras e curandeiras possuem conhecimento mais apurado quanto aos remédios naturais e seus métodos de preparação. Durante a consulta existem técnicas quando se trata de dores possivelmente em órgãos ou partes mais internas, conhecido como "pegar", essa técnica é usada principalmente quando se trata de lesões ou fraturas leves, assim "botando no lugar" as *desmentiduras* e torções. Quando se trata de dores desconhecidas, os curandeiros e rezadeiros "pegam" em partes do corpo até que o foco da doença seja localizado e assim seja definido o método a ser utilizado. Geralmente um curandeiro é um rezadeiro, pois a reza é também uma de suas técnicas para a cura do enfermo, logo, a cura neste caso está intimamente ligada à fé.

A maior parte da população da comunidade, nascida até a década de 90, teve seu nascimento com ajuda de parteira, 76% de nossos entrevistados confirmaram ter nascido na comunidade desta forma (de 17 entrevistados, apenas 05 não haviam nascido com auxílio de parteira). As parteiras eram fundamentais para os caboclos ribeirinhos tendo em vista que não há maternidade no município de Careiro da Várzea e muitas vezes ao sentir contrações a gestante dispunha de pouco tempo para realizar o parto. O pré-natal era realizado em algum posto da cidade ou de Manaus, quando não havia atendimento na comunidade. A confiança e preferência por parteiras era considerável na comunidade, havia famílias inteiras, com até três gerações nascidas integralmente com parteiras. A prática era tão valorizada que muitas, mesmo tendo parentes em Manaus (onde poderiam aguardar o momento do parto), preferiam realizar o nascimento de seus bebês com parteiras, como a professora Ana Cristina declarou "eu nasci e tive meus filhos todos com parteira e aqui na comunidade". De acordo com a agente de saúde local, muitas mães já deixavam a parteira sobre aviso, como existiam

parteiras tanto na comunidade como também nas comunidades próximas, a gestante poderia escolher a que mais possuía afinidade.

As parteiras geralmente eram também curandeiras, rezadeiras e benzedeiras, as atividades caminhavam juntas, pois eram resultados de anos de acumulo de conhecimento e práticas aperfeiçoadas. Raramente havia complicações no parto, e de acordo com a professora Milza Souza, que foi a pioneira como agente de saúde da comunidade, não havia registros de óbitos referentes ao parto. É interessante observar a relação que se constitui entre a parteira e a criança nascida, podendo a criança chamá-la de tia, madrinha e até mãe, e sempre ao encontrá-la pede a benção. Todos os serviços realizados pelas parteiras, curandeiros e rezadeiros eram voluntários.

Todos esses conhecimentos e práticas desenvolvidos pelos camponeses da Amazônia são decorrentes de tempos de vivencia adquiridos pelo *habitus*. A noção de *habitus* está ligada ao estilo de vida, ao *ethos*, aos gostos, a moral e ética de um ser social inserido em uma sociedade, produzindo e reproduzindo-o, sendo definido por Bourdieu como um: sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto e, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem produto da ação organizadora de um maestro (1972, p. 175).

A procura de plantas medicinais, por métodos alternativos com curandeiros, rezadeiras e benzedeiros antes da procura do médico é um exemplo claro do *habitus* da comunidade São Francisco que mesmo quando há possibilidades de atendimento médico a primeira busca é pelas alternativas locais. Essa ação confirma a conclusão de Bourdieu que a prática pode ser definida como "produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*" (1972, p. 178). A prática se traduz por uma estrutura predisposta (o conhecimento de plantas medicinais, curandeiros, rezadeiras e benzedeiros) a funcionar como estrutura estruturante (a solução para a doença de forma eficiente), o que a noção de *habitus* não somente se aplica à interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificações que preexistem às representações sociais e pressupõe um conjunto de esquemas generativos que direcionam a escolha a partir de um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação (ORTIZ, 1983).

FRAXE e VITKOSKY (2000) ao realizarem uma análise sobre o conceito de *habitus* enfatizam que ele se apresenta como produção social e individual de um grupo ou a uma classe, mas também como elemento individual, uma vez que "o processo de interiorização implica sempre em internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade" (p.127). O *habitus* subjetivo torna-se homogêneo na comunidade a partir da internalização dos indivíduos pelas representações objetivas que passam a ser reproduzidas individualmente de forma objetiva tornando-se coletivamente heterogêneo.

> Cada agente, quer saiba, quer não, quer queira, ou não, é produtor e reprodutor do sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui domínio consciente; as ações encerram, pois, uma 'intenção subjetiva', como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes (BOURDIEU, 1972, p. 182).

O *habitus* é o produto engendrado pela e através da prática histórica, entendida esta como o lugar da dialética do *opus operantum* e do *modus operandi* (BOURDIEU,1983). O *habitus* é produzido e produto da história, estando presente nas práticas coletivo-individuais, ou seja, no sentido de que os homens fazem a sua própria história, mas a fazem conforme os esquemas engendrados pela própria história e *tende* a perpetuar-se na vida futura. Sendo um princípio gerador de estratégias que permitem fazer frente a situações imprevisíveis e sempre renovadas, produzindo práticas sociais que aparecem como determinadas pelo futuro, mas que estão determinadas, em sua perspectiva, pelas primeiras experiências passadas por sua produção (ORTIZ, 1983). Sendo desta forma construído o habitus de cada população.

Apesar de haver um habitus em relação à saúde na comunidade, "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (Constituição Federal, 1988, Art. 196), as práticas alternativas adquiridas foram mecanismos de superar a ausência de atendimento médico. A luta por um posto de saúde que atendesse e estivesse preferencialmente na comunidade, fez parte por muito tempo da vida dos ribeirinhos da Costa da Terra Nova. Tendo em vista que a comunidade está localizada em uma ilha e o acesso até a cidade ocorre somente via fluvial, quando a curandeira, a rezadeira, a benzedeira ou parteira constatavam que o serviço demandava maior conhecimento que dispunham, as dificuldades eram grandes, levando muitas vezes crianças, jovens e idosos a óbito quando não conseguiam chegar em tempo à cidade ou mesmo quando não havia recursos para o transporte, em alguns casos praticas preventivas poderiam evitar o agravamento dos casos.

Após tentativas e lutas do Clube de Mães da comunidade, com incentivo da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – AM, hoje IDAM, através do projeto: Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (P.D.R.I.) – que visava o desenvolvimento das atividades rurais – foi realizado um levantamentos das principais necessidades da comunidade, onde o primeiro a ser conquistado foi a escolha de um comunitário para a formação de Agente de Saúde, por meio de votação foi escolhida a Sra. Milza Maria da Silva (atualmente professora e historiadora) que realizou o curso no município de Parintins, de fevereiro a maio de 1985.

Durante o período de formação da futura Agente de Saúde da comunidade, foi organizada uma comissão para construção do posto de saúde, onde os comunitários custearam todas as despesas da construção. Apenas materiais cirúrgicos, medicamentos e pagamento da Agente de Saúde foram financiados pela SESAU, hoje SUSAM. No dia 27 de setembro de 1985, foi inaugurado o Posto de Saúde da Comunidade São Francisco, no terreno do Sr. João Macedo que doou o local para que o posto fosse instituído, com três compartimentos: sala de espera; sala de atendimento equipada com mesa, cadeiras e cama; uma cozinha com fogão, filtro e armário que eram armazenados os medicamentos. Entretanto, de acordo com os relatos, anterior a esse posto já havia outro que tinha sido construído bem antes como "gratificação" por apoio em campanha política:

> Houve um político aqui chamado doutor Edson, ele era deputado estadual, e papai nunca quis ser político, mas, ia buscar os políticos pra fazer campanha aqui. Ele ficava com os políticos aqui na beirada. Aí ele conseguiu esse Doutor Edson, ele teve bastante voto aqui da Terra Nova ai ele pôs aqui um posto médico. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

> Sempre teve posto aqui, tinha um enfermeiro, mas só fazia coisas mais simples. Aí se fosse algo mais sério assim só quando Exercito vinha ou o pessoal da religião Adventista que trazia médico e dentista, ou então ir pra Manaus. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

> Aí o pessoal Adventista fez um posto e fazer atendimento fazia atendimento. Aí foram procurar um enfermeiro encontraram o Soriano Souza, que também era adventista e foi e era pago pelo governo ele ficava ir direto. (Raimundo Nonato de Lima, 65 anos, pesquisa, 2016).

O referido posto construído na comunidade teve apoio do governo na contratação de um enfermeiro que passou a residir na comunidade e fundou a igreja Adventista. Com adeptos à religião, em que a família de seu Francisco Cazal foi uma das primeiras a fazer parte,

mutirões de saúde eram realizados por grupos da igreja vindos de Manaus, porém esses eventos não eram fixos. Essas ações fizeram os moradores da comunidade associarem o posto de saúde à igreja Adventista. Apesar de os comunitários não saberem informar datas de construção e desativação, a monografia feita pela professora e Historiadora Milza Maria da Silva, que também foi Agente de Saúde e Secretária da Comunidade e da Igreja Católica, destaca que foi desativado um posto em 1964, nomeado de Santa Inês. Este era organizado por uma equipe de enfermeiras, ginecologista e dentista oriundos de uma clínica localizada no bairro de Manaus Colônia Antônio Aleixo. Após o ano eleitoral a equipe se retirou, ficando a equipe da igreja Adventista. Entretanto os serviços eram básicos como limpeza de ferimentos, curativos, aplicação de injeção, vacinas, sutura, atendimento de primeiros socorros e visita domiciliar, mesmo sendo de grande contribuição, o apoio da prefeitura cessou e por algum tempo a comunidade não teve posto funcionando efetivamente. Somente após a construção e contratação de pessoal pelo governo é que efetivamente a comunidade passou a dispor de um posto de saúde de atendimentos básicos em 1985, onde havia uma agente de saúde e atendimentos de um médico, dentista e enfermeiro que faziam atendimentos na comunidade quinzenalmente em dias alternados.

A construção do posto de saúde feita pela comunidade foi dividida em duas; ao lado direito foi instalado o posto de saúde, ao lado esquerdo foi destinado à sede do clube de mães, como podemos observar na figura 11. O clube de mães da comunidade São Francisco era uma Associação fundada pelas moradoras da comunidade São Francisco documentalmente em 1990, mas, com início efetivo desde 1974, suas reuniões ocorriam em um chapéu de palha semanalmente.

Figura 11*:*Posto de Saúde e Sede do Clube de Mães da comunidade.



Fonte: Souza,2014.

As associadas realizavam contribuições mensais para compra de materiais para confecções e melhoria do Clube. Fundado objetivo de promover a interação entre as mães com vistas à troca de conhecimentos, viabilização de cursos, organização de feiras, vendas de confecções e fabricações das mães e luta pela melhoria local. O clube de mães foi uma organização social de grande importância para a comunidade, grandes conquistas foram adquiridas a partir de sua organização e lutas, obtiveram grandes resultados como a Conquista de um Agente de Saúde seguido de um Posto de Saúde em 1985, a Escola Municipal Professora Francisca de Góes dos Santos em 1989 e suas metas iam além:

> Com a formação da comunidade, houve necessidade de adquirir melhoras, a escola já estava bem encaminhada com a ajuda do clube de mães. Mas tinha outros motivos como o Posto Médico, luz elétrica e um telefone. Como as dificuldades eram muitas o jeito que tinha era o apoio do prefeito Afonso Jacó na sede municipal no Castanho. Mas tinha a facilidade de contato com autoridade políticas de Manaus para ajudar na construção. Quero destacar a boa vontade de ajudar do Sr. Pedrinho Sampaio união dos moradores com ajuda familiar para compra de madeira e material de construção, e sessenta sócias do clube de mães com o pagamento de mensalidade e promoções para angariar recursos. (Dona Maria Martins de Vasconcelos, apud SOUZA, 2004).

A luta pela garantia da sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais são uma das características da organização política das comunidades ribeirinhas, Chaves (2011) destaca que as comunidades ribeirinhas são constituídas de uma identidade sociocultural e política própria, cuja modalidade de sobrevivência e relações político-organizativas estão relacionadas à origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidade, assim como Dona Maria Martins destaca os anseios de conquistas para a comunidade, ela que durante o período das referidas conquistas era presidente do Clube de Mães. Nota-se que o grande impulsionador para a busca de melhorias para a comunidade foi à instituição oficial da mesma, que foi registrada no dia 04 de outubro de 1985, mesmo já existindo muito antes de sua oficialização. A necessidade de criação oficial enquanto comunidade veio a partir da Igreja Católica que por questões administrativas organizacionais percebeu a necessidade da divisão das comunidades da Costa de Terra Nova, que foram divididas em três: Nossa Senhora da Conceição, São Francisco e São José.

A religião é algo presente no cotidiano e formação da comunidade São Francisco, o próprio nome é relacionado a um Santo que deu início a festa tradicional local, que por sua vez está intimamente relacionada com o início e a história da comunidade. A religiosidade é

expressa por promessas “A promessa é a principal maneira de se obter proteção de um santo ou seu auxílio nos momentos de crise”. (WAGLEY, 1988, p. 222). A partir das promessas realizadas a santos, ou ao deus no qual se acredita, obtidas as graça, a promessa deve ser cumprida, o que se torna, em grande parte dos casos, uma tradição que é tomada pela família. Não é raro encontrar festejos decorrentes de tradições por promessas feitas a um santo nas comunidades ribeirinhas da Amazônia. A tradição de festas e promessas compõe o sistema da tradição da comunidade de São Francisco, como seu Nestor expõe:

> Nossa comunidade é bem organizada sabe, a gente sempre procurou se manter unido e tendo nossas regras daqui que é pra manter as organização, nossas leis e apesar de muita coisa ter mudado, a gente consegue manter nossas regras nossas tradições, são nossas tradições que ajudam a manter essa união [...] (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

A tradição é o meio por onde um povo transmite seus costumes, seu comportamento, suas memórias e suas crenças. A tradição compõe o conjunto cultural de uma comunidade, refletindo em seu modo de vida e consequentemente em seu comportamento. Tal conjunto que compõe o modo de agir e interagir com o meio resulta na moral, e esta funciona como regras de convivência da comunidade para que se mantenha a unidade e os agentes externos respeitem e não interfiram de forma que venham a dissipar a união da comunidade. De acordo com seu Nestor são as regras e a tradição que são o principal motor motivador das ações é que mantém a unidade da comunidade, o que a mantém viva mesmo em meio a fatores que poderiam desmembrá-la. A tradição está ligada à transmissão de costumes, comportamentos, memórias, crenças, lendas, entre as pessoas de uma comunidade, e esses elementos transmitidos passam a fazer parte da cultura.

A palavra tradição teve sua origem no termo em latim *traditio*, que significa "entregar" ou "passar adiante". Inicialmente, foi empregada com cunho religioso, com doutrinas ou práticas transmitidas pelo tempo aos povos, de forma escrita ou falada. Mas o sentido se expandiu, significando elementos culturais presentes nos costumes, nas Artes, nos fazeres que são heranças do passado. Em sua definição mais simples, tradição é um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente. É um conjunto de práticas e valores enraizado nos costumes de uma sociedade. Esse conceito tem profundas ligações com outros, como cultura e folclore. E, em geral, é matéria de estudo das ciências sociais, sendo objeto de pensadores clássicos da Sociologia como Max Weber (1967). A tradição tem, na perspectiva sociológica a função de preservar para a sociedade costumes e práticas que já demonstraram

ser eficazes no passado. Para Weber, os comportamentos tradicionais são formas puras de ação social, ou seja, são atitudes que os indivíduos tomam em sociedade e são orientadas pelo hábito, pela noção de que sempre foi assim. Nessa forma de ação, o indivíduo não pensa nas razões de seu comportamento. O comportamento tradicional seria, então, uma forma de dominação legítima, uma maneira de se influenciar o comportamento de outros homens sem o uso da força.

Para Hobsbawn (1984) as tradições tem função reguladora de práticas, ritos e símbolos por regras aceitas por todos, que criam uma relação com o passado. Os ritos antigos, mesmo que não tenham mais um sentido efetivo são repetidos para legitimar práticas contemporâneas, o que corrobora com o posicionamento de seu Nestor sobre a manutenção das regras. Hobsbawn (1984) destaca que existe diferença entre costume e tradição, na sua visão o que ocorre nas "sociedades ditas tradicionais" é o costume. As tradições são inventadas, se opõem ao novo e criam origens históricas para a população. O costume tem a dupla função de motor e volante e não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, "embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente" (p.10). Assim há costumes e tradições na comunidade São Francisco, tendo em vista que existem regras perpetuadas pelo tempo que ajudam a manter uma ordem na comunidade, entretanto não impede inovações e melhorias na comunidade, mas as mudanças podem ocorrer até certo ponto, desde que não atinja os princípios morais e éticos locais.

Como destacado anteriormente, muitos festejos tradicionais das comunidades são decorrentes de dádivas obtidas a partir de promessas feitas a alguma divindade, e assim ocorreu em São Francisco, onde o cumprimento da promessa tornou-se uma tradição tão importante para a comunidade, que sua história se confunde com a história da própria comunidade.

Figura 12: Arraial de São Francisco.



Fonte: Pesquisa,2016.

O festejo surgiu a partir de uma dádiva obtida a partir da fé do sr. José Rodrigues Nogueira, que ao sofrer uma lesão na perna, rezou a São Francisco fazendo uma promessa e obteve a cura. A partir de sua recuperação, no dia 26 de setembro de 1914, foi até o estado do Ceará em busca de uma imagem do Santo de São Francisco das Chagas, para cumprir sua promessa. A imagem foi *benzida* e consagrada na cidade de Canindé, ao retornar, passou a festejar sua dádiva no dia 04 do mês de outubro, iniciando a tradição mantida pela comunidade que mantém a imagem conservada e festejando nesta data, com a participação dos devotos do Santo.

O festejo iniciava-se no dia 26 de setembro e terminavam no dia 04 de outubro, era rezada a ladainha em nove noites (novena). No primeiro dia ocorria o levantamento do mastro que era forrado de palha de açaí, enfeitado com frutas, ficando erguido na frente da casa do Sr. José Rodrigues, até o ultimo dia da festa momento no qual era derrubado. Todas as noites havia rezas, queima de fogos, rifas de tartarugas e outros objetos. No ultimo dia era oferecido um almoço aos fiéis, logo após era feita a procissão com o santo, em seguida ocorria a derrubada do mastro, onde eram partilhadas as frutas do mastro (retiradas da própria comunidade). Ao final, ocorria uma festa dançante até o raiar do sol, isto foi feito religiosamente até a morte do Sr. José Rodrigues, quando a tradição foi passada a sua filha Sra. Maria Eduarda Procópio Nogueira que tomou para si a responsabilidade de continuar a promessa unindo a sua própria promessa com nossa Senhora do Perpétuo Socorro e construiu em seu terreno a "casa grande", onde localizava-se sua residência e eram realizadas as festividades. Ao casar-se com o Sr. Francisco Procópio da Silva conhecido como "seu Manduca" uniu as famílias de Nogueira e Procópio passando a ser a maior família da comunidade. A família organizava os festejos tradicionais, acrescentando ao arraial, nas noites de terça-feira, uma novena à nossa Sra. do Perpétuo Socorro, nesse dia uma lista era fixada na parede e qualquer pessoa podia colocar seu nome e qualquer quantia em dinheiro (essas pessoas eram conhecidas como mordomos). Na derrubada do mastro os nomes dos mordomos da lista eram convocados, cada um era responsável por um golpe de machado no mastro, ao final recebiam os brindes afixados ao mastro. Seu João Procópio Relembra esse momento:

> [...] A tradição da vovó tinha que ter festa dançante com música boa de Manaus da Polícia Militar ao comando do Sr. Paulo Moisés até o sol raiar. Todos os anos no almoço eram duas tartarugas doadas pelo meu pai, Apolônio Procópio. E também galinhas, porcos e patos criados pela família, fora as doações feitas pelo povo como pagamento de promessas ao Santo.

> No dia 04 de outubro após a derrubada do mastro tinha um lanche de Nescau com bolacha doce, comprada pela família com dinheiro da lista e da esmola. Que no poder da velha tirava esmola de casa em casa doavam dinheiro para serem compradas as coisas que precisavam para o festejo, quem não tinha dinheiro oferecia objetos, animais e até ovos. Tinha missa pela manhã com o Padre Antônio vindo de Manaus (João Procópio da Silva, apud SOUZA, 2004).

Após o falecimento de Dona Maria Procópio, como era conhecida, em 1966, seus doze filhos ficaram com a coordenação do festejo, que construíram a primeira igreja, com ajuda dos comunitários. A celebração passou a ser mais divulgada, assim tendo mais participantes externos, possibilitando vendas. O Sr. Apolônio Procópio dispunha de maior liderança no festejo dentre os irmãos responsáveis e antes de seu falecimento solicitou a seus filhos, Altair e João Procópio, que se dedicassem às festividades, ambos foram os criadores da primeira base comunitária e deram continuação à promessa ao lado de sua tia Nilce. Um dos filhos responsáveis saiu da organização do festejo e o Sr. Adalgízo Procópio passou a fazer parte da organização da festa. Entretanto, no período entre 1972 e 1978, houve uma descontinuidade da promessa, que de acordo com seu João Procópio, foi justificado pela morte de seu avô, popularmente conhecido como seu Manduca. No ano seguinte houve mais uma morte na família e durante todos os anos até 1978 houve perda de um membro da família, o que ocasionou, durante esse período, apenas a parte religiosa não havendo a festividade. Durante esse período de constantes lutos pra a família, houve a criação do Cube de Mães em 1974, que passou a promover eventos, tendo incentivo das sócias somando-se aos devotos de São Francisco e de órgãos estaduais e políticos de Manaus. A partir de 1978, com o retorno da parte festiva da tradição, foi construída uma sede social no terreno do Sr. João Macedo.

A partir da construção da igreja e da sede social, o festejo passou a assumir caráter comunitário onde os trabalhos passaram a ser distribuídos entre os comunitários que contribuíam com o que podiam e com divulgação. Com atuação familiar e comunitária, em 1985 foi criada a comunidade São Francisco das Chagas, aos cuidados dos Srs. Altair Procópio da Silva seu irmão e sua tia Nilce até 1986. No mesmo ano o Sr. Altair propôs a seu Nestor que assumisse o cargo de presidente: “Eu não queria não, sabe, mas aí fiquei pensando naquilo, era tradição de gerações né, tinha que levar em frente os festejos de São Francisco. Aí, fui o presidente sem eleição recebi o livro de ata e o trabalho comunitário.” (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Com o apoio e contribuição de vários comunitários foi organizado o estatuto, sem descartar a promessa realizada ao padroeiro São Francisco das Chagas. Montaram-se novas

estratégias para o arraial juntando-as às já estruturadas pela família. Iniciou-se a organização para a construção da nova igreja onde o dono da terra deviria documentá-la, (fato que gerou uma discussão que ficou pendente), a partir de então se iniciaram pequenos conflitos referentes à festa e a terra. Com vistas ao desenvolvimento, houve a formação de agente de pastoral organização administrativa da igreja católica local. É interessante destacar que a presidência e administração da comunidade sempre estiveram intimamente ligadas à igreja católica, que foi a impulsionadora sobre a formação documentada da comunidade, uma vez que para a permanência da atuação de seu representante na localidade, devia-se haver a estrutura comunitária organizada e instituída.

É fato que há na Amazônia uma presença de ribeirinhos maciçamente católicos[10], ainda que não alinhada às diretrizes de romanas e com menor presença eclesiástica (WAGLEY, 1977; GALVÃO, 1976). Estudos como os do Desembargador André Vidal de Araújo (1956) que desenvolveu a introdução à sociologia amazônica, mostram que os ribeirinhos dispõem de grande fé na Igreja, e realizam festas e culto aos santos. A igreja católica esteve ligada à formação das grandes cidades que foram surgindo no interior de áreas indígenas (Manaus é um caso evidente deste processo). Acresce a isso, o fato de que a Igreja Católica, através dos seus órgãos de missão ou dos seus agentes eclesiásticos, criou e introduziu projetos capazes de assegurar ao catolicismo um papel de primeiro plano na gênese do espaço urbano e na organização das comunidades rurais (CERQUA, 1980).

Assim, com apoio institucional da igreja e muito esforço e dedicação dos devotos ao santo e do presidente foi construída a terceira igreja católica de madeira pelos comunitários. Na época já tinha apoio político e a porta foi doada pela prefeita. Desde então, a eleição é realizada bienalmente ou por aclamação, para a escolha do presidente, que tem poder de escolha quanto a coordenador, secretário e tesoureiro, onde cada um pode ter seu vice. Em 1989 o presidente era o Sr. Maurício Vasconcelos (Mauro), que renunciou ao cargo deixando para o vice João Procópio, findou seu prazo e permaneceu no mesmo por mais dois anos (1991 – 1992). Ao final do último mandato ocorreu um atentado contra a sua família durante um evento de inauguração no local, ocasionando sua saída da comunidade. Após o ocorrido o Sr. Nestor de Miranda assume com dois mandatos (um por eleição e outro por aclamação, de 1992 – 1996). Seguindo o processo, assumiu o Sr. Sebastião Barros (Seu Sabá), apesar de dificuldades enfrentadas prosseguiu até o fim do mandato (1997-1998). No período de 1999 a 2000 foi presidido pelo o Sr. Raimundo Nascimento (Kaboré) de 1998 – 2000, que com apoio

[10] Justificado pela atuação da mesma no processo de colonização ocorrido na região.

da comunidade alçou melhorias. 2001 – 2002 foi eleito novamente Sr. Maurício Vasconcelos que lutou junto à comunidade pela rede elétrica.

Dentre os festejos tradicionais, existem outros na comunidade, como o festejo de Nossa Senhora de Nazaré, que é realizado pela família de dona Lucila juntamente com comunitários. Inicia-se no primeiro sábado de outubro com o levantamento do mastro, com ladainhas todas as noites, com bingos e termina no segundo sábado de outubro com a missa, almoço, vários prêmios, pau de sebo para as crianças, festa dançante no terreiro onde e realizada as festividades ou na sede do Caitano. Outro festejo tradicional é o festejo de São Lázaro, comemorado no dia 11 de fevereiro, que é realizado por duas famílias: a de Nogueira e do Sr. Kaboré, onde é oferecido almoço para todos os participantes. Há ainda, o festejo de São Pedro no dia 29 de junho realizado pela família de seu Nestor de Miranda, com procissão fluvial (figura 13), lanche, culto e quadrilha. Já no dia 27 de setembro é festejado o dia de São Cosme e São Damião, no qual são distribuídos doces e brinquedos para as crianças e para as mães presentes e lanche. Este era promovido por uma seara espírita que havia na comunidade, entretanto, por motivos de doença, sua guia intelectual afastou-se das sessões e mudou-se para Manaus, porém seus filhos realizam o festejo anualmente no local. A igreja Católica patrocina desde à criação da comunidade, um programa de Natal em Família, e a Campanha da Fraternidade, que é realizada pela equipe de liturgia e catequese da igreja local.

Figura 13: Procissão de barcos.



Fonte: Ana Cristina Nascimento, 2016.

É interessante destacar que há dois principais grupos religiosos na comunidade: o católico e o adventista (figura 14), que possuem igrejas e adeptos a religião, e, apesar dos festejos realizados serem em sua maioria católicos, todos participam independente da religião. Todos os entrevistados por essa pesquisa afirmaram que não há ou houve discussões ou problemas entre os grupos religiosos, onde respeitam-se mutuamente. De acordo com o histórico de organização, a Igreja Adventista do 7º Dia de terra Nova, foi inaugurada em 06 de janeiro de 1990. Entretanto, a igreja atua desde 1935 na comunidade. São realizadas atividades de saúde, quando grupos da cidade vão até a comunidade. Existe um clube com atividades para adolescentes e juvenis, os desbravadores, que se reúnem aos domingos. Existem outros adeptos em outras localidades como Marimba, Cambixe, Sede, Paraná de Terra Nova duas igrejas. Diferente da igreja católica que se reúne aos domingos, a religião adventista do sétimo dia se reúne aos sábados.

Figura 14: Igreja Adventista do 7º dia/ Igreja Católica da São Francisco.



Fonte: Souza, 2004.

> Antes a igreja adventista era mais predominante, tinha social, tinha o pessoal da saúde que vinha, a gente participava de tudo assim. Depois quando começou a formação da comunidade que a católica ficou mais forte. Foi quando começou a formar catequista, clube de jovens que foi quando deu o sentido de que a gente tinha o compromisso com a comunidade mesmo. Foi quando a gente teve mais noção da diferença do que eles acreditam. Mas nunca teve conflito por causa da igreja. Na verdade a gente nasceu com os pais dizendo que era católico, então crescemos com essa ideia, mesmo participando de outras coisas, mas a gente era católico. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Apesar de existirem dois grupos religiosos na comunidade, todos os entrevistados por essa pesquisa afirmaram que a relação é pacífica não havendo conflitos e ambos respeitam-se. Assim vivem em harmonia ambas as religiões, não há impedimento de presença ou mesmo colaboração em eventos ou atividades entre tais e existem projetos sociais que contribuem para a melhoria da comunidade de forma geral.

O modo de vida comunitário tem sua base em um sistema de herança cultural. De acordo com FRAXE (2004) a Amazônia pode se subdividir em dois grandes espaços sociais tradicionais da cultura: A cultura urbana que se expressa no cotidiano citadino onde ocorrem constantes trocas simbólicas, dinamismo e interação com diversas culturas, a dinâmica é intensa; e a cultura rural que mantém suas expressões de forma mais tradicional, estando mais ligada à conservação da sua história, que é bem expressa na comunidade São Francisco. De acordo com Cuche (1999) a cultura é necessária para pensar e compreender a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos, "ela parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos" (p. 09). Assim, para o autor, a cultura refere-se à capacidade do homem adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem; em suma, a cultura possibilita a transformação da natureza tornando-se um instrumento contra as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. Desse modo, pode-se dizer que "nada é puramente natural no homem" (p. 11), já que mesmo as funções humanas ligadas às suas necessidades fisiológicas são informadas pela cultura.

Segundo Geertz (1973), a cultura não é particular, mas sempre pública, como um sistema de signos passíveis de interpretação, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos. A cultura é um contexto, algo dentro do qual os símbolos podem ser descritos de forma inteligível, isto é, com densidade. Cada cultura segue os seus próprios caminhos, em função dos diferentes eventos históricos que enfrentam. Nesse sentido, Laraia (1999) explicita que:

> O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto de uma ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade. (p. 46)

Esta é a posição defendida por Geertz, na qual a cultura deve ser considerada não um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle para

governar o comportamento. Geertz (1973), afirma ainda, que o homem nasce apto para "receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura." (p.62). Os aspectos morais e estéticos de uma dada cultura, os elementos valorativos, se ethos (1989, p. 143), enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo visão de mundo.

É importante destacar que a cultura é dinâmica. Cada sistema cultural está em mudança. Entender esta dinâmica é fundamental para a compreensão das diferenças entre os povos, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Portanto, existe a cultura interna, que é resultante da dinâmica com o próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com o outro (LARAIA, 1986). Assim, a cultura do ribeirinho possui características próprias, entretanto, entrando em contato com outras culturas dinamiza-se, porém mantém suas principais características fundadas na tradição e relação com a natureza.

A herança cultural do Brasil é formada em parte por três culturas essencialmente: a cultura europeia, a africana e a ameríndia (WAGLEY, 1998). Dessa miscigenação permaneceram fortes traços de crenças populares e práticas com o sobrenatural, que de acordo com Fraxe (2004) tornou-se um dos traços comuns na vida Amazônica. Na comunidade São Francisco, além da fé e da religião, existem outras crenças voltadas para o meio onde se vive, crenças essas que não podem ser deixadas de lado ou meramente definidas como "superstições", pois constituem, expressões de relações com o sobrenatural, onde a importância é atestada em um número de práticas ou técnicas. Um dos personagens mais conhecidos pela comunidade de São Francisco, nesse segmento, é o boto, o mais interessante é quando as suas histórias são contadas por uma criança, que conta:

> Vocês sabiam que o boto gosta de aparecer quando a lua tá bem grande, bem bonita como aquela [Nesse momento, Neto apontava para a Lua], se a pessoa aparecer ele leva para a casa dele. Tem que ser mulher né. Lá na escola o meu colega já viu o boto se transformando num homem, na beira do porto dele, ele colocava a cabeça depois mergulhava, até que colocou a cabeça e era metade homem metade boto e foi saindo da água, quando o meu colega e a irmã dele viram, o boto tinha se transformado em um homem vestindo uma roupa branca e um chapéu na cabeça, chamando a irmã dele – a Rosinha – pra ir para um forró lá perto do remanso. O João Carlos e a Rosinha botaram pra correr e ficaram trancados dentro de casa e o homem foi andando pra dentro do rio. (Neto, 05 anos de idade, apud FRAXE 2004, p.35).

Os mitos e lendas não são apenas repassados pelos mais velhos como história, fazem parte do cotidiano dos mais novos. A lenda do boto faz parte do folclore amazônico e

brasileiro. De acordo com a lenda, um boto dos rios amazônicos, nas noites de festa, consegue se transformar em um lindo, alto e forte jovem vestido com roupa branca. Ele usa um chapéu branco para encobrir o rosto e disfarçar o nariz grande. Vai a festas e bailes noturnos em busca de jovens mulheres bonitas. Com seu jeito galanteador e falante, o boto se aproxima das jovens desacompanhadas, seduzindo-as. Logo após, consegue convencer as mulheres para um passeio no fundo do rio, local onde costuma engravidá-las. Na manhã seguinte, volta a se transformar no boto. Os personagens fazem parte da vida dos comunitários de tal forma que convivem e interagem com estes, como ocorreu com o pai de dona Iracema que conseguiu arpoar uma cobra grande:

> O meu pai ainda arpoou uma cobra grande com uma Taboca. Ela vinha meio do rio e se manifestava pra todo mundo, ela vinha parecia uma tora de pau mais medonho do mundo, ela vinha "*tepei, tepei, tepei*" era justamente o rabo dela que fazia aquela zoada. Ai quando foi uma noite em tava lá em cima, ele era solteiro ainda aí ele avistou lá vem ela aí ela veio encostou a cabeça no barranco aí ele procurou um pau e achou uma Taboca, aí a mulherada se agarrou pra ele não aproar a cobra, a monstra toda de fora olha. Aí ele levantou a taboca e meteu no meio da cabeça dela. Ele conta que o estrupício que essa cobra fez, parecia um grande pedaço de terra que tinha caído. Aí ela sumiu com dois dias ela apareceu mais lá embaixo. Acho que ela era moradora daí do rio, mas com as alagação elas sumiram. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016).

Percebe-se a forte ligação dos ribeirinhos com as lendas e mitos. A principal forma de conhecimento é por meio de histórias contadas pelos pais e avós que confirmam ter vivenciado e interagido, como é contada a história do pai de dona Iracema que relatou com vibração o momento de bravura que seu pai teve ao enfrentar a temida cobra grande. A Cobra grande é uma das mais conhecidas lendas do folclore amazônico, que de acordo com os ribeirinhos é uma grande cobra, a Boiúna, que cresce de forma demasiada e prefere habitar a parte profunda dos rios e pode se transformar em embarcações ou outros seres. Sua principal evidencia na Costa da Terra Nova, de acordo com os moradores, são os igarapés, pois ao rastejar pelo solo, seus rastros formam os caminhos que tornam-se igarapés.

> Ali no lago do reis - essa a TV amazonas foi lá filmar - elas saíram do aposento delas porque a enchente foi grande e fez aningal, onde elas saíram o rastro delas ficou um rasgo na lama de um metro e meio, elas se mudaram pro lago que chama muriru. O peso dela era tão grande que ficou o igarapé. Então pela lógica, uma cobra pra fazer um rasgo desse tamanho tinha uma circunferência de uns três metros, ela vem ter uns quarenta metros (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

> É que onde a cobra grande passa, cria um igarapé e não seca mais. Ali no rebojo saiu uma, que o pessoal só ouviu o estaladeiro na terra e eles foram ver, só viram a terra já aberta, no outro dia só viram ela de longe, o igarapé tem até hoje. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

Formando os igarapés[11], que são canais estreitos de rio que cortam a floresta amazônica, muito comum na ilha do careiro da Várzea. A cobra Grande não é só vista pelos moradores de São Francisco, mas também possui poderes de transformar sua paisagem geográfica, sendo mito para muitos, mas uma realidade vivenciada pelos ribeirinhos. A conexão com os mitos e lendas vivenciados pelos moradores da comunidade reiteram sua simbiose com o meio que os cerca, tendo por base o respeito.

> Olha eu fui pescar e comecei a sentir um negócio ruim, parece que tinha uma coisa me aperreando aí eu disse Getulio vamo embora! Ele que ia atrás na canoa disse que a canoa ia fazendo banzeio, parece que tinha alguém encantado empurrado pra ir embora, porque todo o lugar tem seu dono, quando você for fazer alguma coisa, uma pescaria, tem que pedir licença porque todo lugar tem seu dono. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

Em conversa informal, seu João relatou ser a "Mãe-d'água" que não queria que ele estivesse ali. Respeitando sua sensação retirou-se do local por respeito e também por que segundo ele as consequências de permanecer poderiam ser fatais. Segundo seu João ela poderia ter feito isso com vistas a protegê-los de algo pior que poderia estar no local, ou mesmo por sua falta de respeito em não ter pedido a autorização da natureza para retirar alimento para si daquele local, pois poderia haver animais com desova a pouco tempo e quando isso ocorre, os pescadores e caçadores tem o respeito pelos filhotes, deixando-os crescer e só os consumindo quando atingirem a fase adulta ou após sua procriação, garantindo assim a perpetuidade da espécie. Assim, mundo mítico, simbólico e real caminham juntos, fazendo a realidade vivenciada do caboclo ribeirinho da comunidade São Francisco, suas experiências não são somente lendas ou histórias contadas, mas são realidades vivenciadas no dia a dia.

Ao esclarecer as regras naturais de caça e pesca seguidos por ele, seu João confirma o que Antônio Diegues (1996) analisou quanto às populações tradicionais que dispõe de um

[11] É uma palavra indígena, de origem tupi, que significa "caminho de canoa". É um riacho que por ser um canal estreito e pouco profundo, somente canoas e barcos pequenos podem navegar por ele.

sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, assim como também revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição, herdados dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (p. 84).

O modo de vida do ribeirinho dispõe de uma gama de elementos que tem por base o respeito à natureza. Há um padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais; as atividades exercidas, como: agricultura (de plantas medicinais, frutíferas e ornamentais) e extrativismo (caça, pesca coleta e extração) desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis. Neste sentido, considera-se o modo de viver e a organização política das comunidades tradicionais ribeirinhas que são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio histórica da região amazônica. Logo, as atividades laborais do ribeirinho se fundamentam no desenvolvimento de técnicas simples e apropriadas ao atendimento de suas necessidades prioritárias, respeitando o tempo e o espaço do meio ambiente. Suas principais atividades são: o acesso aos recursos pesqueiros e a produção agrícola.

A produção agrícola é a principal atividade econômica do camponês amazônico. A unidade familiar permite o envolvimento no processo produtivo que, consequentemente, torna-se responsável pela subsistência e geração de renda das famílias. Ao conceituar o campesinato Shanin (1980) descreve que o núcleo familiar camponês "forma uma unidade de produção-consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e apoiada, principalmente no trabalho familiar" (p.17). Portanto é importante compreender que há diferença entre a agricultura de subsistência e agricultura camponesa. Philippe Léna (1992, p.12) deixa claro essa diferença, na agricultura de subsistência a solidariedade entre os membros do grupo e entre as gerações, através da filiação e das alianças matrimoniais, permite uma repartição do trabalho e do produto equilibrada. A força das representações, mitos, rituais é que mantém as regras.

Na comunidade autossuficiente seu modo de reprodução é autônomo, ao contrário do que ocorre com a sociedade camponesa. "Os membros são agricultores, mas não camponeses, já que não há outro segmento social com o qual eles se relacionam". Léna afirma que há um tipo puro de agricultura de subsistência na Amazônia, mas só é encontrado entre as comunidades indígenas isoladas. As sociedades camponesas obtiveram muitas características

da agricultura de subsistência, porém elas se diferenciam por relacionar-se com um mercado que permite as trocas com outros segmentos sociais não agrícolas. A agricultura camponesa pertence a um conjunto social onde há "a presença da cidade, que se opõe ao campo, daí o nome de camponês" (idem). O trabalho é familiar e a produção para manutenção própria permanece, mas em nível variável tanto para a alimentação como para os insumos e ferramentas, tendo em vista que as produções resultam em recursos financeiros (LÉNA, 1992).

Na produção camponesa a força de trabalho é considerada o eixo central, onde o trabalho é indivisível e todos trabalham coletivamente, onde existe uma combinação de tarefas, onde as crianças desde cedo aprendem sobre o valor do trabalho. Há também outras formas de trabalho no campesinato, ajuda mútua, que muitas vezes supre a "força do trabalho familiar; trabalho acessório, quando o camponês vende sua força de trabalho para complementar sua renda; o assalariamento, quando o camponês contrata outro para realizar suas atividades, que ocorre principalmente em período de coleta; proprietário de terras, a terra para o camponês serve para o trabalho e não para negócios. Para o camponês amazônico, as terras possuem um significado ainda maior, tendo em vista que suas extensões limítrofes, em alguns casos são desconhecidas em metragem, suas delimitações são socialmente conhecidas tendo em vista que,

> A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. [...] Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base, disposições sucessórias, porventura existentes. [...] De maneira genérica, estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob acepção corrente de *terra comum* (ALMEIDA, 2010, p. 104 e 141).

Nesse sentido os caboclos ribeirinhos da comunidade São Francisco usam a terra de forma coletiva, onde o controle dos recursos básicos não é realizado individualmente por um determinado grupo doméstico ou pequenos produtores, mas, coletivamente. Porém, cada morador é responsável por seu "terreno", e neste sistema de uso comum da terra, há também regras de apropriação privada, que pertencem individualmente a cada grupo familiar, como a casa e o quintal com seus jiraus, as leiras, o produto da colheita e os demais frutos do roçado (ALMEIDA 2010).

Esse sistema de apropriação territorial foi bem vivenciado pela comunidade. Iniciando com algumas famílias que se apropriaram de uma grande extensão de terras e de acordo com o aumento da família, novas casas iam sendo construídas próximas a casa principal da família.

Os roçados são plantados em terrenos bem distantes ao da casa e também são ocupantes da "terra comum". Baseado em Marx, Cruz (2007) compreende que ribeirinhos da Amazônia fazem uso de duas formas de ocupação territorial combinando a propriedade familiar e a propriedade comunal, onde a propriedade privada aparece não como uma forma de apropriação individual/ familiar, mas como estabelecimentos individuais, baseados no parentesco, sendo uma propriedade comum com proprietários individuais.

Assim a utilização da terra é a base econômica da comunidade, pois a principal atividade produtiva é voltada para a agricultura, há também o extrativismo (da pesca, da pecuária, da caça), o comércio e o serviço público. Uma parte da produção é compreendida como autoconsumo, mas a maior parte de sua produção é para comercialização na qual "o camponês apura uma renda monetária indispensável à sua subsistência, inclusive para a compra de alimentos" (WOORTMANN, 1978, p.05).

> Ovos só quando a galinha botava, a mamãe criava frango, aí a gente comia um frango só no sábado ou no domingo, não era todo dia frango. Papai pescava. A gente plantava macaxeira, jerimum que era pra complementar. Tinha pouco, mas a gente não passava necessidade. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

> (...) Nossa alimentação era basicamente o peixe. A gente, nos roçado que vendia pro atravessador e com esse dinheiro nós comprava o sal, o açúcar, o feijão, café, o arroz. Nosso pai caçava as vezes trazia mutum, às vezes capivara. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

A alimentação dos moradores da comunidade São Francisco basicamente era peixe, verdura, frutos retirados localmente e farinha. Carne bovinas era mais difícil, pois era comprada, e poucos dispunham de recurso financeiro. Embora a produção para o consumo familiar atenda em grande medida às necessidades alimentares, há alimentos que não podem ser produzidos pela família e que são indispensáveis. O atendimento destas e de outras necessidades demanda que a família estabeleça relações com os mercados através da comercialização de parte da produção. Com o dinheiro arrecadado a partir da venda de produtos, o ribeirinho pode comprar os alimentos não produzidos localmente, os principais produtos comprados elencados por seu Raimundo Nonato, eram complementares, mas importantes. De acordo com os ribeirinhos as principais compras feitas com o dinheiro das vendas de produtos eram: açúcar, café, sal, bolacha, feijão, arroz, macarrão, leite, sabão em barra e em pó, água sanitária, vela e fósforos.

> A alimentação era farta, a gente plantava roça, eu ajudava ele na roça. Fazia farinha, tapioca, beiju, tudo fazia. O papai pescava, aqui no fundo do terreno faz fundo com o Joanico, ele saia, e era rápido que tava de volta, coisa de duas horas, ele tinha uma caixa que trazia cheia, rapidinho. A carne era mais difícil, mas quando tinha a gente salgava e secava, porque ninguém tinha geladeira pra guardar e conservar, e comia no feijão, tinha muito feijão aqui, dava demais. (Iracema Morais Moreira, agricultora, aposentada, 88 anos, pesquisa, 2016).

Dona Iracema destaca os principais alimentos que ela considerava como fartos na alimentação. O peixe é consumido praticamente todos os dias e, junto com a farinha de mandioca, é à base da alimentação ribeirinha (DIEGUES; 1998). Assim, a mandioca é um importante tubérculo para os ribeirinhos amazônicos, tendo em vista ser matéria prima da farinha, principal alimento dos ribeirinhos. Da mandioca é retirada a goma de tapioca, a farinha de tapioca e o tucupi. Os alimentos extraídos a partir da mandioca são preparados de forma conjunta na comunidade, tendo em vista o trabalho necessário para sua produção.

> Teve um tempo, que nós fazia mutirão. Pegava cinco casas vizinhas e se juntava, cada dia, todo mundo ia ajudar no roçado de um. No dia que era seu roçado, você dava o alimento. E assim a gente ia se ajudando. Passamos uma porção de tempo trabalhando assim. Naquela época as mulheres não iam pro roçado, o trabalho mais pesado era de nós os homens. O interessante é que se uma casa tinha cinco homens e a outra tinha um, iam todos os cinco ajudar no roçado da casa que só tinha um, e não tinha esse negócio de dizer que não ia ou ia menos porque na casa só tinha um homem, ia sem nenhum questionamento. (...) pra fazer a farinha nós juntava todo mundo, aí as mulheres já ajudava, porque é um trabalho grande (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).
>
> [...] a gente passava de duas semana fazendo farinhada. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).
>
> [...] aqui se plantava muita mandioca, quando iam fazer farinha, se reuniam aquela família junto com a vizinhança e aí todo mundo ia fazer a farinha e depois quando tinha pra fazer na família do outro ia todo mundo de novo, e assim ia. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

Para a produção da farinha e outros alimentos extraídos da mandioca eram necessários vários dias de trabalho, acrescendo à existência de apenas 05 (cinco) casas de farinha na

comunidade (pois há necessidade de recurso e equipamentos comprados para construir a mesma), realizavam-se grandes mutirões que resultavam em grandes quantidades do produto que era armazenado para o ano todo. Witkosky (2009) citando Noda et al. (1997), destaca que as relações de ajuda coletiva são denominadas regionalmente de mutirão, ajuri ou puxirum, e se apresentam como o produto das necessidades econômicas dos camponeses amazônicos. Essas atividades de ajuda mútua fortalecem os laços comunitários e familiares e possibilitam maior facilidade laboral. Apesar de o produto final ser destinado a uma família, todos, ou os que precisassem poderiam utilizar um pouco.

A ajuda mútua possibilita o fortalecimento de sentimentos profundos de pertença e são processos de resistência ao sistema capitalista, "essas relações são tradicionais e caracterizam uma situação em que há pouca circulação de moeda" (Witkosky, 2009, p. 173). Dentre as relações de compartilhamento e comercialização existem as trocas de produtos, que é um tipo de arranjo comercial feito entre os membros da comunidade. Dona Adailza de Vasconcelos recorda "Se meu pai pescava um tambaqui um pouco grande, ele saia cortando e dando um pedaço pro vizinho e já vinha de lá com uma cuia de farinha, dava outro pedaço pro outro e já trazia uma banana" (42 anos, pesquisa, 2016), desta forma as trocas contribuíam de forma solidária na medida em que ocorria a ajuda e beneficiamento mutuo.

Outro arranjo produtivo local eram as confecções artesanais. Dentre as atividades artesanais que contribuíam para a economia doméstica estavam às confecções de roupas. Tendo em vista que o recurso adquirido com as vendas de produtos era voltado para a compra de alimentos que complementavam a dieta básica dos ribeirinhos, podendo ainda ser empregado na compra de utensílios entre outras necessidades, a confecção de vestimentas contribuía para a economia. A costura era o meio de confecção das roupas, trabalho realizado especialmente pelas mulheres da casa. Entretanto, nem todas dispunham de recursos financeiros para a compra de uma máquina manual (que não necessitava de eletricidade). Assim, com o início do clube de mães, algumas máquinas foram adquiridas e os conhecimentos partilhados e muitas puderam confeccionar suas próprias roupas. Dona Aldaíza destacou que quem fazia suas roupas era sua mãe, agregando aos arranjos econômicos, outro ponto destacado por dona Aldaíza eram os cortes de cabelo, que uma tia da cidade realizava. Esta ia mensalmente até a comunidade cortar os cabelos, principalmente das crianças, assim não era necessário ir até a cidade para fazê-lo, proporcionando economia e saúde (tendo em vista os parasitas que se alojavam nos cabelos – piolhos – e com os cabelos curtos facilitava sua retirada ou mesmo a prevenção dos mesmos). O artesanato, porém, é uma

atividade secundária e complementar, apesar da diversificada produção, a agricultura é a atividade principal.

Os camponeses cultivam várias espécies de alimentos, mantém a horta, produção de frutas, as plantações, os roçados, a criação de animais, caçam e pescam. Os produtos comercializados a partir da produção dos camponeses da comunidade São Francisco são:

Tabela 2: Produtos de comercialização dos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco.

Hortaliças	**Frutos**	**Frutas**	**Produtos de origem animal**	**Outros**
Alface	Quiabo	Manga	Galinha	Farinha
Couve	Pimenta de cheiro	Cacau	Ovo	Plantas medicinais
Chicória	Maxixe	Jambo	Leite	Seringa
Cebolinha	Milho	Banana	Carne bovina	
Coentro	Feijão de corda	Melancia	Queijo	
Repolho	Feijão de praia	Maracujá	Manteiga	
	Jerimum	Jenipapo		
	Mandioca	Mamão		

Fonte: pesquisa, 2016.

A grande maioria dos ribeirinhos é agricultora e se dedica ao cultivo de alimentos de ciclos curtos, como, o milho, o feijão e as hortaliças. Os legumes e as hortaliças disponíveis na comunidade são cultivados, principalmente, no período do verão que compreende o período de agosto a dezembro, período em que há terra seca. Como os camponeses amazônicos trabalham com o plantio há bastante tempo, aprenderam a se adaptar para permanecer com as plantações mesmo em meio a períodos de cheia, fazendo hortas suspensas por jiraus, entretanto é necessário dispor de recursos para fazê-lo e não são todos que dispõe.

A comunidade também é produtora de frutas como manga, cacau e jambo quando na época da colheita abastece as feiras e mercados de Manaus.

> Aqui era a terra da manga, do cacau, cupuaçu, banana, jambo. Tinha tanta manga que o pessoal do Catalão vinha pegar porque a gente juntava pra vender e pra gente, mas ainda ficava muita, de fazer lama. Os peixes tinha de monte, a gente ia pro lado de lá toda noite pescar e toda a noite pegava bastante peixe. Antes três canoas eram duzentos e poucos Carauaçu e nem carecia da noite toda, dava pra família comer e ainda dava pra vender por aí. (Zudenilson Soares de Miranda, pescador, agricultor, responsável pela manutenção da água encanada na comunidade, 43 anos, pesquisa, 2017).

As frutas eram características da região, apesar de não terem sido plantadas pelos moradores atuais. Havia muita diversidade delas, a região ficou conhecida como "terra da manga" e por muito tempo foi nomeada de "cacaual grande" pela grande quantidade de cacaueiros locais. O jambo coloria todo o caminho no período de florescer. As bananeiras produziam grande diversidade de espécies como pacovã, maçã entre outras. A produção frutífera local era em grande quantidade, os moradores relatam que várias caixas de frutas eram enviadas para venda na cidade, e muitos ribeirinhos construíram suas moradias com recursos obtidos a partir da venda de frutas.

Na pecuária existem criadores de gado, mas que vivem da agricultura. Existem pecuaristas de pequeno porte que produzem leite, manteiga e queijo, a carne bovina raramente é comercializada. A caça que ocorre é em pequena escala, apenas para o autoconsumo assim como a pesca que é comercializada apenas entre os moradores, geralmente com trocas, mas há os que comercializam com agentes externos. Apesar da grande maioria dos ribeirinhos viverem exclusivamente da agricultura, existem comerciantes, aposentados e servidores públicos na comunidade, mas mesmo pessoas que não dependem financeiramente da agricultura praticam-na. O quadro de atividades produtivas do camponês amazônico morador da comunidade São Francisco reitera a tese de Witkoski (2009) de que o camponês amazônico é um trabalhador polivalente que desenvolvendo suas atividades nas terras, florestas e águas de trabalho.

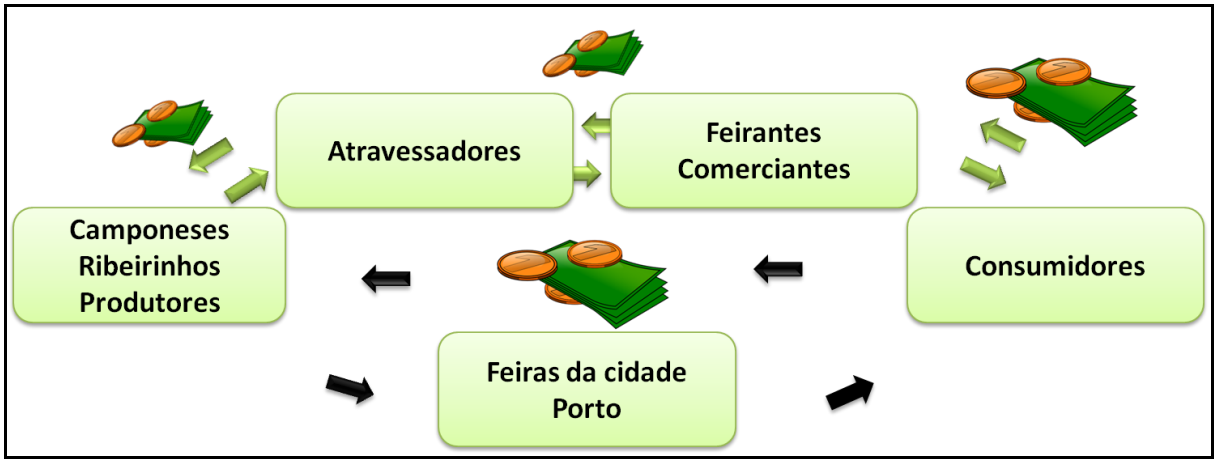
A produção local é baseada no trabalho familiar. Como se trata de produção familiar o pagamento obtido a partir das vendas é investido na alimentação, produção, moradia, entre outras áreas conjuntas da família, assim não há pagamentos individuais. Há divisão de tarefas, onde geralmente as tarefas que exijam mais energia, ficam para os homens. As mulheres, crianças e idosos ficam com as tarefas consideradas leves, contudo importante para o grupo. Porém, em eventualidade, todos, inclusive as crianças, colaboram nas atividades. As crianças acompanham os pais nas diversas atividades, sendo os serviços domésticos e de horta para as meninas e a pesca para os meninos. Quando há necessidade, ocorre a venda da força de trabalho, quando não há mutirões e ocorrem casualidades é necessário contratar o trabalho extrafamiliar o qual é temporário, realizado através do acordo verbal, geralmente é contratado por diária. A professora Ana Cristina descreveu como funcionava: "A mamãe às vezes ia fazer também o serviço em outras leiras, aí o dono dava as coisas tipo bolacha e feijão, era pago com produtos de alimentos" (pesquisa, 2016), assim a venda do trabalho para outros

produtores era paga, em alguns casos, com produtos, ocorrendo a comercialização por via de troca.

É relevante destacar que para os camponeses ribeirinhos a produção é feita a partir do entendimento do que é mais favorável para terra e a possibilidade maior de retorno financeiro, entendendo que o trabalho tem seu tempo e limites. O camponês não utiliza todo o seu esforço no trabalho, apenas o necessário (CHAYANOV, 1966). O camponês amazônico possui simbiose com o meio onde vive, entendendo os tempos e as circunstâncias, respeitando o tempo da terra e os seus limites também, da mesma forma que compreende seus limites e tempos físicos.

A comercialização se dá através de duas formas: diretamente ao consumidor e por atravessador – como são chamados na comunidade - tipificados: marreteiro, marreteiro da feira, regatão, entre outros. A comercialização que ocorre diretamente com o consumidor, geralmente é mais rentável.

Figura 15:Sistema de comercialização e movimentação do dinheiro.



Fonte: Pesquisa, 2016.

A partir do esquema elaborado, na figura 15 é possível visualizar a circularidade de valor que ocorre na comercialização do produto. Quando ocorre a venda direta ao consumidor as vendas são realizadas em feiras ou no porto da cidade, nessa comercialização é necessária a aquisição de caixas ou sacas de armazenamento para o produto; é necessário fazer o transporte tanto do camponês quanto de seu produto; geralmente o camponês permanece o dia inteiro para comercializar todos os seus produtos, sendo necessária a realização de pelo menos uma refeição; Caso não disponha de um local de venda, é necessário pagar por um ponto, ou realizar a comercialização à beira do rio ou nas calçadas da cidade; e para vender os produtos

individualmente é necessária a compra de sacolas. Assim, parte do valor da venda é empregada ao sistema de comercialização, necessário para chegar ao comprador.

Parte dos camponeses realiza sua comercialização por meio de agentes que compram seus produtos diretamente – marreteiros – que pagam no ato da negociação ou que após a venda do produto retornam para efetuar o pagamento, ou por aqueles que são camponeses e vão vender seus produtos na cidade, assim levam o produto de outros camponeses para venda:

> A gente mandava nossas coisas pra vender por alguém, tinha duas, três pessoas responsáveis e eles vendiam e depois prestava conta com a gente e a gente dava uma parte pra ele. A gente tinha muito cacau aqui, chamava Cacoal grande, e tinha também muita seringa, quem não queria tirar cacau ia pra seringa. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

O marreteiro-da-feira, como nomeado por Witkoski (2009), é um camponês da região que possui uma embarcação e encontra-se mais "capitalizado". No geral, esse agente possui um custo bem mais razoável que o marreteiro. Pela relação comunitária e existência de laços firmados pela convivência é de grande importância a atividade desse agente, tendo em vista a possibilidade de menor custo com a comercialização e uma maior renda, porém, não existiam muitos camponeses que realizavam essa atividade, tendo em vista raros disporem de transportes capazes de transportar grandes quantidades de produtos.

Em geral, há uma grande quantidade de atravessadores (marreteiros) que procuram os camponeses da comunidade, parte destes, adquire a mercadoria, levam-na para venda e somente após retornam para realizar o pagamento do produto. Nesse caso a circulação da renda é mais extensa: os camponeses custeiam as caixas ou sacas de armazenamento do produto que é repassado aos atravessadores; os atravessadores custeiam o transporte e alimentação pessoal, se necessário; os atravessadores vendem o produto a feirantes e comerciantes que custeiam a alimentação pessoal, o ponto de venda e as sacolas para venda; Assim o produto final tem alto custo, possibilitando uma baixa renda ao produtor.

Uma renda maior para o produtor ribeirinho da comunidade São Francisco era possível quando havia barcos que transportavam os produtos para a cidade:

> Antes era bem mais fácil pra nós que planta levar nossos produtos, tinha mais barcos, a gente ia a reboque, quem era produtor já tinha seu canto certo. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

> Eu lembro aqui ser só canoa e remo. Pra ir pra Manaus só de barco, mas só tinha um dia pra ir. Depois teve um programa do governo, Agroterra parece que veio pra trabalhar a agricultura na comunidade e as pessoas já aproveitavam. Ai já começou a aparecer os barcos de linha, mas não era direto não, ia um dia e voltava no outro. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Os barcos de linha levavam a reboque as canoas com produtos dos ribeirinhos e cobravam um valor simbólico por esse transporte, facilitando assim o custeio da comercialização do camponês. Noutro momento, houve um programa do governo que custeava o transporte dos produtores. Havia um barco que ia até a comunidade em um dia da semana e os ribeirinhos embarcavam seus produtos ou amarravam suas canoas no barco que as transportava. Havia uma feira de produtores rurais no porto da Ceasa que funcionou por algum tempo, os relatos dos camponeses da comunidade são de que no período em que a feira funcionou, foi possível uma boa produção e uma melhor renda, pois, não era necessária a mediação de atravessadores, ou seja, os próprios camponeses vendiam seus produtos.

Como se trata de um trabalhador polivalente, o camponês amazônico é também beneficiado pelo rio, que tem grande influência na economia durante a cheia. Na alagação torna-se a pesca uma das principais atividades nos meses compreendidos entre maio e agosto. Na vida do ribeirinho a pesca tem grande representatividade, principalmente, porque o peixe é a principal fonte de proteína das famílias. A prática da pesca é realizada nos lagos, igapós, igarapés e rios, utilizando como meios de transporte, normalmente, a canoa movida a remo e/ou o motor de rabeta. O trabalho é executado pelos adultos e jovens do sexo masculino e pelas crianças como processo educativo sobre o manejo do ambiente aquático, ou para substituição quando está realizando outra atividade (LIRA, 2013).

A pesca é praticada, tanto na cheia, quanto na vazante dos rios, contudo há uma relação de respeito com os períodos de reprodução e desova dos peixes, a partir da compreensão da necessidade da manutenção dos peixes, dona Iracema relembra como seus pais mantinham o controle dos peixes, para que não houvesse falta:

> Aqui era um lugar maravilhoso, a gente tinha uma fartura muito grande, imensa ninguém sabia o que era passar necessidade, nem fome. Havia pobreza, meus pais eram pobre mesmo. Para viver era muito trabalho, mas a gente tinha de tudo e ninguém passava fome, a gente escolhia o que ia comer. [...] o que nós tínhamos de fartura aqui, muita fartura, era um lago que a gente tinha aqui atrás. Esse lago a população da outra comunidade [...] arrasaram pescando pra vender, tirando o peixe todinho. Numa época dessa, no tempo do meu pai, da minha mãe o lago ficava de reserva ninguém mexia nele, não entrava uma tarrafa, lá dentro fazia uma cerca, porque tem um

> igarapé de baixo, e o igarapé de cima, então o igarapé de baixo é a entrada do peixe, eles faziam uma cerca quando o peixe entrava pro lago, faziam um curral, e o peixe ficava de reserva, tambaqui aquelas coisa medonha de grande, cuiucuiu aquela imensidade, muito gordo, enorme de gordo, a gente não sabia o que era fome, comia o que queria comer [...]. (Iracema Morais Moreira, 89 anos, apud, FRAXE, 2004, p.33).

A preocupação quanto à manutenção dos peixes no respeito com seus processos vem da simbiose que o camponês amazônico adquiriu com o meio em que vive. Esse cuidado e controle foram reiterados por seu Nestor "[...] antes a gente escolhia o pirarucu pra se comer, a gente pegava só os grande. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016). O respeito para com seu tempo, seus limites são inerentes, pois compreende que tal postura é fundamental para que os recursos possam permanecer, existe uma racionalidade diferente, uma racionalidade que compreende os limites do meio ambiente.

Existem algumas técnicas de uso do solo, apesar deste receber grandes porções de nutrientes durante o período de cheia que são depositados pelo trabalho das águas, os camponeses amazônicos entendem que a terra possui seu tempo de uso, sendo necessário, assim como para os seres humanos, o repouso para que ela possa descansar e ser revigorada para um novo trabalho. A duração de descanso é de em média três anos (CRUZ, 2007). Outra técnica utilizada no plantio é a utilização de fertilizantes naturais como esterco de galinha e de gado, que possibilitam maior riqueza ao solo e afastamento de insetos e pragas. Quando os insetos e pragas aumentam em grandes quantidades existem alguns venenos naturais que são feitos pelos próprios ribeirinhos: "minha mãe juntava aquele monte de urina, que a gente fazia xixi no bacio né, aí ela juntava essa urina no balde e depois jogava no toco das plantas, usava o esterco de galinha e de boi. Isso afastava os insetos" (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016). A ureia presente na urina afastava e eliminava os insetos, o esterco enriquecia o solo.

Todas essas técnicas de utilização do solo mostram como o ribeirinho compreende e exerce a sua relação com a natureza, mostram o conhecimento empírico e compreensão de tempo e espaço que esta precisa, mais que isso, compreende seus processos e sua dependência sobre a natureza a respeitando como parte de si. Para os caboclos-ribeirinhos o uso da terra não obedece os mesmos critérios da produção capitalista, sendo apoiado por um conjunto de códigos e normas, constituídos ao longo de sua experiência de vida. A terra é tida para trabalho, não para negócios. Desta forma os caboclos-ribeirinhos da Amazônia são

proprietários dos meios de produção, como a terra, água e floresta, utilizando-se desses recursos para sua sobrevivência.

A análise de Marx (1967) é bem adequada à compreensão do camponês amazônico da comunidade São Francisco, o filósofo concluiu que o homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza. O homem do campo vive e respira essa realidade que faz parte de sua racionalidade, coisa que o homem da cidade que se acha moderno e "evoluído" mergulhado pela racionalidade capitalista, talvez compreenderá a duras e sofridas consequências como resultado de suas próprias ações.

É importante reiterar que estas informações e dados, em sua maioria, reportam-se à realidade comunitária antes da chegada da energia elétrica, adquiridas por meio de história oral, pesquisas bibliográficas e documentais.

CAPITULO II

A LAMPADA ELÉTRICA E SEUS REFLEXOS NO COTIDIANO DA VIDA COMUNITÁRIA

> As soluções para os grandes problemas das populações não vêm dos governos nem das grandes empresas, mas da própria humanidade, que é portadora da vida, da nova consciência ecológica e desta nova cidadania planetária que sonha com um outro mundo diferente e que é possível. Temos de sonhar com uma grande coalizão de forças éticas e morais, que sejam mais mobilizadoras, que medidas políticas e tecnológicas.
>
> Leonardo Boff

2.1 A luta pelo direito à energia elétrica

A busca pelo desconhecido é inerente ao ser humano. A procura de respostas e busca pelo novo o fez alcançar descobertas que facilitaram a vida. Foi assim que o filósofo grego Thales de Mileto no século VI A.C. descobriu a eletricidade. Após descobrir uma resina vegetal fóssil petrificada chamada âmbar, esfregou-a com pele e lã de animais, observou então seu poder em atrair objetos leves como palhas, fragmentos de madeira e penas. A partir de seu experimento, iniciou o estudo de uma nova ciência. Cinco séculos depois, o norte-americano Thomas Edison inventou a primeira lâmpada incandescente mudando a história da humanidade.

Antigamente as cidades não tinham energia elétrica, a única fonte de luz era o Sol. Posteriormente surgiram as lamparinas a querosene ou a óleo, em seguida as velas, e mais à frente às casas mais ricas possuíam um sistema próprio de gás. As casas eram iluminadas por um grande lampião, outros cômodos da casa eram iluminados por lamparinas a óleo ou querosene. Apenas em 1883 surgiu a primeira usina termo elétrica e em 1889 a primeira hidroelétrica, porém a propagação da energia e sua utilização só seriam possíveis com mais usinas. Com pouca disponibilidade, as casas ascendiam apenas algumas lâmpadas, logo

depois vieram os bondes elétricos que facilitaram o transporte nas cidades e outras invenções foram sendo criadas a partir do uso da energia elétrica.

Atualmente a energia elétrica é fundamental, a partir dela é possível a garantia de bem estar, segurança e lazer para a sociedade. A energia permite o funcionamento de bancos, hospitais, indústrias, escolas, semáforos e todo o sistema de comunicação; portanto é impossível imaginar a vida moderna sem a energia elétrica. De acordo com a ciência que estuda a física, energia é a capacidade de realizar trabalho ou de transferir calor, apesar de não se restringir somente a isto. O homem necessita de energia para sobreviver, desde suas necessidades vitalícias (onde sua alimentação transforma-se em energia que mantém seu corpo aquecido, o faz pensar, se movimentar e o mantém vivo). Entretanto a utilidade energética para o homem vai além da biológica, pois a energia encontrada na natureza possibilitou a existência de sociedades e civilizações.

A história da utilização da energia pelo homem está intrinsecamente ligada à historia da humanidade, inicia-se no período paleolítico ou idade da pedra lascada, quando o homo *habilis* ou homem habilidoso fez uma de suas maiores descobertas: o fogo. Entretanto, não o dominavam, pois, ele surgia a partir de raios que atingiam a vegetação seca a incendiando. Algum tempo depois, ele percebeu que com o atrito de pedras surgiam fagulhas que incendiavam a palha seca, iniciando a partir de então o domínio do homem sobre a produção do fogo, logo a energia em seu benefício, como cozimento de alimentos, aquecê-lo em noites frias, iluminando e afastando os animais. O primeiro artefato que o homem construiu para transportar o fogo foram as tochas, que foram aperfeiçoadas por povos como os fenícios, babilonenses e egípcios que construíram suas tochas com madeira resinada, cipó, espargidas de piches (MATOZZO, 2001).

De acordo com Hémery (2001) outro momento marcante na história do homem com a utilização de energia em seu favor ocorreu quando o homem passou a utilizar a energia dos animais para arar a terra e transportar cargas facilitando o trabalho mais pesado. A energia dos ventos foi de grande importância para a humanidade, tornando possível a navegação e transporte por entre os mares conectando os continentes. Os moinhos de vento foram um dos primeiros processos utilizados em grande escala, para moer grãos, fazer farinha e para bombear água. A energia do carvão foi o principal combustível da Revolução Industrial, onde os países que detinham grandes reservas dominaram de forma absoluta. O setor metalúrgico trouxe importantes inovações com o uso da caldeira a vapor, que passou a ser utilizada nos transportes ferroviários e na indústria. Em meados do século XIX descobriu-se o petróleo que

podia ser extraído do carvão e xisto betuminoso, a partir de então, criou-se o processo de refinação e destilação transformando-o em gasolina e óleo diesel. No mesmo período, conclui-se que os depósitos de gás natural encontrados junto aos depósitos de petróleo, poderiam ser utilizados como combustível. Então no final do século XIX, a eletricidade é descoberta.

No Brasil, os serviços ligados ao setor de energia surgiram no século XIX com a criação da primeira usina elétrica instalada na cidade de Campos (Rio de Janeiro), em 1883. A primeira hidrelétrica foi construída pouco tempo depois em Diamantina (Minas Gerais). Desde então, esses serviços foram evoluindo e sendo aprimorados, e hoje a segunda maior hidrelétrica do mundo é a usina de Itaipu, pertencente ao Brasil e ao Paraguai. A energia elétrica, portanto, faz parte da vida dos brasileiros e é considerada indispensável para grande parte da população, pois é ela que proporciona o conforto, o bem estar, a segurança e o lazer para a sociedade. Mesmo sendo de grande importância e estando cotidianamente na vida de parte dos brasileiros, uma parcela considerável, que mora em zonas rurais não tem acesso a esse serviço. Durante muito tempo a energia elétrica foi um sonho distante para os ribeirinhos, onde se tornavam promessas políticas que em muitos casos elegiam candidatos, porém os mesmos não cumpriam o prometido.

> Muitos anos atrás foi feito o projeto, imagine que na época o governador era o Gilberto Mestrinho, então ele foi numa reunião lá no Paraná, inclusive o nome da dona da casa se chamava Noceia, lá ele fez um comício e lá ele fez esse projeto dessa luz na Terra Nova, só que a senhora sabe como é o negorcio né? "Ganham todos os votos e somem" (Raimundo Nonato de Lima, 65 anos, pesquisa, 2016).

Uma realidade existente nas comunidades que não possuem eletricidade é a promessa política, locais nos quais muitos candidatos encontram na necessidade dos ribeirinhos a possibilidade de ganho de votos, realizam promessas e após a conquista de votos não as cumprem, e estes projetos e promessas são esquecidos e engavetados até nova necessidade de conquista de votos ou até que surja um representante político ou líder comunitário que leve a frente a causa até sua conquista, como ocorreu na comunidade São Francisco. Da Silva (2015) ressalta que os camponeses foram adaptados a uma labuta cotidiana ignorando "as 'faltas de... ' (assistência na saúde, educação, assistência técnica rural, compreensão de sua lógica vivencial e produtiva etc.)" (p.47), persistem na terra ou lutando por ela e para se manter nela com vistas a melhorias, assim, o camponês é, acima de tudo, ser social que aspira por uma vida com acesso a bens e serviços, mas que por sua condição imposta pela sociedade

capitalista como “minoria social” que tenta associa-lo ao atraso, à pobreza, e à falta de capacidade organizativa social e que por tal motivo são os últimos a serem priorizados.

De acordo com a Avaliação Mundial de Energia: A Energia e o Desafio da Sustentabilidade de 1998, a energia é um fator fundamental no desenvolvimento dos povos, porém, mesmo sendo básica, não são todos que dispõe desse benefício, principalmente os habitantes de áreas rurais. Segundo o levantamento demográfico realizado em 2000 pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados dois milhões de famílias, em um universo de aproximadamente dez milhões de pessoas, vivendo no meio rural sem o benefício da energia elétrica. Desse total, 90% viviam com até três salários mínimos e 33% com menos de um salário.

O acesso à energia elétrica é um serviço público essencial e de responsabilidade do Poder Público, garantido pela Lei da Universalização, direito de todo cidadão. Entretanto, grandes dificuldades são encontradas para obtenção desses direitos nas áreas rurais. O modelo energético brasileiro foi construído a partir de um perfil de desenvolvimento inserido na lógica geral do capitalismo, ou seja, socialmente excludente, marcado pelo alto consumo e desperdício da classe dominante da sociedade. Por estas características, prioriza o interesse do capital, o Estado brasileiro construiu um parque industrial complexo e diversificado, de alta intensidade energética, sem a preocupação com as desigualdades sociais e regionais e os problemas ecológicos gerados. Assim as populações de baixa renda são as que mais sofrem pela falta de acesso a esse bem social (RIBEIRO, 2010).

O uso da energia proporciona o desenvolvimento de uma região, assim, energia e desenvolvimento caminham juntos, porém os que mais necessitam são os que menos dispõem dela, pois certamente não é encontrada uma família de alto poder aquisitivo sem acesso a energia elétrica. Foley (1995) e Goldemberg e Lucon (2008) afirmam que as populações rurais dispõem de um nível básico de subsistência e utilizam energia apenas em necessidades essenciais. As populações ribeirinhas adquiriram conhecimentos sobre o meio onde vivem, e aproveitam os recursos energéticos do ambiente a que pertence, tais como lenha, secagem e utilização dos raios solares, energia humana e animal,

> Olhando para a evolução da demanda energética no meio rural, um dos seus aspectos mais notáveis é o papel e a importância da eletricidade. Mesmo com os níveis econômicos mais baixos, logo acima da subsistência, rádios e lanternas podem fazer uma melhoria significativa dos padrões de vida e são amplamente utilizados. A quantidade de energia utilizada é muito pouca, mas é absolutamente essencial para os usuários. (FOLEY, 1995, p.30)

O autor retrata a realidade vivenciada por algum tempo na comunidade São Francisco, que é a realidade de muitas outras comunidades camponesas amazônicas. Com o número elevado em pessoas sem acesso à energia, que é um bem de serviço básico, esta acaba tornando-se um privilégio na região rural amazônica. Assim, a luta pelo acesso à energia faz parte do cotidiano dos camponeses amazônicos e os governantes políticos que poderiam mudar o quadro, geralmente não fazem caso, "Nós depende muito dos políticos né, as autoridade pra ajudar nós, mas tem deles que só sabe falar e some tudo, ganha os voto e se esconde. Aí fica difícil pra gente" (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Mobilizações, abaixo assinados e movimentos são realizados em prol da causa, como ocorreu na comunidade de São Francisco. Apesar das circunstâncias locais de infraestrutura e recursos mostrarem um panorama pouco favorável, ainda assim os objetivos permaneciam e as lutas não cessaram. Mesmo sendo localizado próximo à capital – 102 km a sul de Manaus – a comunidade encontra-se em uma ilha, não havendo possibilidade da instalação de postes com fios de alta tensão por meio do grande e profundo Rio Amazonas. Assim, o único meio viável seria a instalação de geradores e usinas localmente. Muitas promessas políticas foram feitas principalmente de candidatos ao cargo de deputado estadual, mas a prefeitura local sempre esclarecia a impossibilidade por sua parte, tendo em vista o alto custo financeiro. Mesmo assim, a insistência e a esperança do acesso à energia fizeram as lutas permanecerem. Segundo Dona Iracema "Pra conseguir essa energia foi com muito abaixo assinado. Eu dizia: - gente, minha mão já ta calejada de tanto assinar papel. Corria na casa de todo mundo pra fazer aquele grande abaixo assinado" (Iracema Morais Moreira, 89 anos, pesquisa, 2016).

Na comunidade havia alguns moradores que dispunham de geradores de energia, a escola também possuía um gerador e com lutas comunitárias foi adquirido um grupo gerador que dispunha de maior potência. Entretanto, a possibilidade de extensão da rede elétrica a partir dos motores geradores era limitada, a distância das casas e o alto custo do diesel impossibilitavam ainda mais o acesso. Os moradores situados mais próximos dos geradores dispunham de energia por cerca de duas horas, em dias alternados, onde o valor do diesel era dividido entre os consumidores.

Nesse período já havia energia elétrica na ilha do Careiro da Várzea, mas pela baixa potência só suportava o abastecimento da Vila do Careiro, que atualmente é a sede do município. De acordo com MARINHO (2016) a instalação elétrica na ilha do Careiro se deu no ano de 1933, quando foi inaugurada a primeira escola na ilha, a escola Emmanuel de

Moraes (atualmente desativada por ocasião da Escola Estadual Coronel Fiúza), pela prefeitura de Manaus, pois nesse período a região era vinculada administrativamente à cidade (documentado no diário oficial, 7 de fevereiro de 1933, fls. 2). Entretanto, por se tratar de um gerador de baixa potência, a energia funcionava apenas no horário de 18h00min as 22h00min, como relatou o Doutor Marinho[12] "só dava para gelar a água e assistir alguma coisa, era rápido" (pesquisa, 2017). A eletricidade passou a fazer parte de forma continua da vida do povo Careirense em 1979, com a sede instalada na rodovia BR-319, quando a Celetramazon – Centrais Elétricas do Amazonas passou a fornecer 34 Kw (ponta de carga). A partir de 1980 a parte direita do Paraná do Careiro (localização eminentemente rural) recebeu eletricidade por cerca de 13,6 km de extensão.

Em 1984 houve um grande movimento de mobilização por parte de cinquenta e oito (58) comunidades do Careiro que reivindicavam a criação de um Novo município, tendo em vista a extensão geográfica e o número populacional. Após várias solicitações e abaixo assinados, as comunidades foram representadas por cerca de quinhentas (500) pessoas que compareceram ao Palácio do Governo em Manaus, em setembro de 1984. A partir deste momento, foi montada uma comissão por parte do Governo para averiguar a legalidade e possibilidades de desmembramento do Município do Careiro, que em 1987 alçou sua conquista ganhando sua emancipação e tornando-se município de Careiro da Várzea, tendo sua sede novamente na ilha do Careiro da Várzea. A mobilização dos comunitários reitera que os ribeirinhos não estão isolados no tempo e espaço, pois dispõem de uma organização comunitária, estabelecendo conexões e vínculos, iniciando processos de lutas visando à garantia de acesso a bens e serviços que garantam sua reprodução social (LIRA, 2013).

Esse processo de luta e alcance de conquistas mostra que o principal meio de conquistas sociais do ribeirinho se dá pela organização comunitária. Na comunidade São Francisco, percebeu-se notoriamente como a organização do grupo social teve grande impulso a partir do incentivo da igreja católica, que motivou os moradores a reconhecerem o grupo como comunidade e assim produziu o anseio pela conquista de bens e serviços sociais para a comunidade. A organização política da comunidade, com seu reconhecimento institucional em 1985, motivou os ribeirinhos a lutarem conjuntamente por seus direitos sociais. Assim, a comunidade torna-se um espaço onde se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos (CHAVES, 2011) e a partir dessa solidificação ela passa a ser a unidade em que

[12]Antônio Carlos Marinho Bezerra, desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, 11ª Região e professor da Universidade Federal do Amazonas aposentado. Escreveu, dentre outros, o livro Careiro da Várzea: história, memórias e atualidades, onde conta a história do Careiro da Várzea que em grande parte vivenciou por ter nascido e vivido até os dias de hoje, em parte pesquisado por meio de documentos e relatos.

todos atuam com objetivos comuns, mesmo mantendo suas individualidades. Em meio à busca por melhorias e acesso, os moradores da comunidade São Francisco perceberam a necessidade da criação de uma associação, mesmo já havendo o clube de mães que possibilitou muitas conquistas sociais para a comunidade (Escola, Posto de Saúde, cursos, maquinas de costura), havia a necessidade de uma associação voltada para os produtores, que pudesse dar maior visibilidade e possibilidades de melhorias à produção local, tendo em vista que o principal meio de trabalho na comunidade é a agricultura.

As comunidades ribeirinhas estabelecem conexões e vínculos entre si (CHAVES, 2011), assim com a vontade de luta decorrente da conquista do desmembramento do município, ocorreu a união das comunidades do distrito de Terra Nova – São José, São Francisco e Nossa Senhora da Conceição – e foi fundada a Associação de Produtores Rurais da Costa de Terra Nova em 1998. Organizada administrativamente, buscaram projetos governamentais que pudessem somar aos seus objetivos. Inicialmente obtiveram incentivos como: distribuição de sementes, materiais agrícolas e uma casa de farinha. Seus principais objetivos eram a aquisição de um trator, uma fábrica de despolpar, poço artesiano, telefone público e instalação de energia elétrica. Assim impulsionou-se, dentre várias aspirações, essa que era antiga, e em certos momentos vista como utópica: a de possuir energia elétrica constante na comunidade.

O anseio dos camponeses amazônicos da Costa da Terra nova, não difere de uma considerável quantidade de outras comunidades ao longo da Amazônia, especialmente os que habitam nas regiões mais distantes da capital, a luta pelo acesso à energia elétrica como a outros bens e serviços é uma realidade vivenciada na extensa e diversa Amazônia. Quanto mais distante dos centros urbanos, mais distante torna-se a possibilidade da eletrificação, basicamente porque o Amazonas possui uma área de 1 559 159,148 km², constituindo-se na nona maior subdivisão mundial, sendo, de acordo com o Governo do Estado do Amazonas, maior que as áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia juntas. Soma-se a essa extensão, a floresta e os rios que compõem o cenário amazônico.

Ribeiro (2010) destaca as principais barreiras para o acesso a bens e serviços públicos das comunidades da Amazônia, que são principalmente duas questões: a geográfica e a institucional. A questão geográfica é de fato uma barreira para o acesso, tendo em vista que as principais vias amazônicas são pelos leitos dos rios, dificilmente há estradas, para algumas localidades é necessário caminhar vários quilômetros ou percorrê-los de barco quando possível para se chegar até as mesmas. Há necessidade de planejamento prévio de logística

para equipamentos frágeis nessas localidades. Há também a questão ambiental, o cuidado com o meio onde se irá intervir e os desafios da floresta. Quanto às barreiras institucionais, encontram-se na falta de vontade política ou viabilidade econômica dos órgãos competentes. Acesso à eletricidade, ao saneamento básico, à água potável, à comunicação, ao transporte e direito à saúde são fatores essenciais que grande parte das comunidades ribeirinhas não possui. É necessária uma infraestrutura mínima para que essas populações possam ter uma vida digna. Fornecer qualidade de serviço adequado por meio de infraestrutura descentralizada exige investimento e é um grande esforço de gestão. Todavia, se houver esforço coletivo por parte do governo em parceria com os moradores certamente haverá resultados positivos, como ocorreu no município do Careiro da Várzea.

A partir do desmembramento do município, houve possibilidade de organização e participação da população, e após muitas lutas, no ano de 2002, no segundo mandato do prefeito Pedro Guedes veio a boa notícia aos moradores da Costa da terra nova "o Pedro Guedes disse que ia da o material pra gente ter energia, mas o povo tinha que ajudar" (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016). Surpreendidos com notícia, prontamente se organizaram para verificarem como seria o processo. Em relação à iniciativa da prefeitura foi uma decisão tomada pelo prefeito visto que havia se informado sobre a possibilidade de instalação de uma rede monofásica (quando é necessário apenas um cabo para passagem de energia), percebendo que era possível, constatou que os recursos financeiros que havia disponíveis para custear despesas do município eram suficientes para comprar a quantidade de material que levaria até uma parte da Costa da Terra Nova, entendendo que seria necessário captar mais recursos para atender mais comunidades da Ilha do Careiro, seus planos eram de construção por etapa, onde em cada mês, retirar-se-ia aquela quantia disponível para os custos da construção da rede e outras despesas municipais, seriam pagas somente as fundamentais, entretanto a realidade foi além do esperado.

> Foi uma coisa que aconteceu no decorrer do meu segundo mandato, eu não tinha esse projeto em mente porque sempre fui temeroso, era muito caro. Naquela época o recurso da Prefeitura talvez fosse mais do que hoje, porque nosso coeficiente continua 1.4, naquele tempo nós tínhamos menos funcionários é claro. [...] Quando nós instalamos a energia na comunidade não tinha esse programa luz para todos. E nós careirenses nem sonhávamos, já estávamos acostumados com a lamparina. Até que quando eu assumi pela segunda vez o município do Careiro já tinha ouvido falar que dava pra fazer rede elétrica com um fio só, e eu nem acreditava nisso porque na época era aquela rede trifásica, tudo muito caro, mas sairia pela metade do preço, comecei a me informar com as pessoas e vi que dava. Com recursos nossos mesmo do município começamos a fazer, mas a ideia era fazer por etapa, de

> comunidade em comunidade, mas a noticia se espalhou de uma forma que não teve jeito. Era gente todo tempo na minha porta dizendo que queria energia, e todo mundo foi trabalhar, teve tempo que tinha de 80 pessoas trabalhando pra isso, mulheres fazendo comida, pescando naquele lago dos reis, os homens cavando, cortando, serrando, aquela euforia por causa da energia. Fizemos logo à costa de Terra Nova, o Paraná de Terra Nova e Marimba também. (Pedro Duarte Guedes, caboclo, Prefeito em exercício, Pecuarista, pesquisa, 2017).

O prefeito Pedro Guedes, nasceu no Careiro da Várzea, ribeirinho, teve sua infância e juventude iluminada à luz da lamparina, assim como os moradores da comunidade São Francisco, mesmo sendo sua família moradora do Careiro, não estava em seus planos à chegada da rede elétrica até a comunidade de São Francisco. Mesmo que se considere na fala do prefeito a "boa vontade", é indispensável ressaltar que a energia elétrica é um serviço publico essencial e deve ser garantido a todo o cidadão, no entanto, em muitas localidades do país (principalmente as rurais) esse acesso não é possível. No período em que ocorreu a implantação da energia elétrica na comunidade, ocorria concomitantemente a implementação do Programa Nacional de Eletrificação Rural, popularmente denominado "Luz no Campo", instituído pelo decreto de 02 de Dezembro de 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este, foi um programa de iniciativa governamental sob coordenação do Ministério de Minas e Energia, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com o objetivo de suprir com energia elétrica as áreas rurais não atendidas, promovendo a melhoria das condições socioeconômicas das áreas distantes no interior do País, com atenção diferenciada às regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, em razão de seu baixo índice de eletrificação rural. Sua implantação se deu de forma articulada a outros programas e ações do governo da época, especialmente o Programa de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, e o Programa Comunidade Solidária.

Nos termos das Leis 9.427 de 26 de dezembro de 1996, e 9.648 de 27 de maio de 1998, a maior parte dos recursos orçamentários foi obtida da Reserva Global de Reversão – RGR, somando R$1,77 bi, para financiamentos as concessionárias de energia elétrica, aos agentes executores e ainda as cooperativas de eletrificação rural. O restante totalizou R$930 milhões advindos do Uso do Bem Público – UBP, por intermédio dos agentes executores dos Governos Federal, Estadual e Municipal. (SUGIMOTO, 2002). A distribuição dos recursos foi fixada, pelo Ministério de Minas e Energia, a partir de determinados critérios. Assim cada estado poderia receber uma porcentagem proporcional ao número de propriedades rurais, de território, desprovidas de abastecimento de energia elétrica, bem como ao custo de cada

instalação na região. Como as regiões Norte e Nordeste encontravam-se em condições mais desfavorecidas, relativamente às regiões Sul e Sudeste, acabaram recebendo a maior parte dos recursos reservados, totalizando 53% do valor total.

De acordo com o prefeito Pedro Guedes, os recursos investidos, foram todos originados dos recursos destinados as despesas do município, onde limitou-se gastos em algumas áreas a fim de possibilitar a ligação da energia elétrica para as comunidades da Costa da Terra Nova. Mesmo que nesse momento, de acordo com as informações obtidas, não houve o suporte de algum programa do governo, é importante destacar que a energia elétrica é um serviço de responsabilidade do Estado, que deve atender todo o cidadão, e quando há grandes desigualdades e dificuldades de acesso a bens e serviços, esses se tornam objetos de politicas publicas. "Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado." (TEIXEIRA, 2002). O Governo Federal então determina que estas políticas sejam executadas e posteriormente avalia se a política foi eficiente, eficaz e efetiva, a fim de manter o projeto original ou alterar o curso da política buscando melhorias. Assim, enquanto política publica é dever do estado proporcionar o acesso a este serviço, a prefeitura local faz parte deste poder, e como tal tem parte deste dever.

Na comunidade, a mobilização foi massiva, todos os moradores homens prontificaram-se a trabalhar voluntariamente no que fosse necessário para a chegada da energia elétrica. O primeiro passo necessário era a abertura do caminho por onde passaria a energia, que não poderia ser pela parte externa da ilha, próximo à beira do rio, tendo em vista o fenômeno das terras caídas. Assim o caminho deveria ser aberto por entre a floresta, cortando a parte interna da ilha. Os moradores voluntários juntaram-se a outros de outras comunidades da ilha, pois todos seriam beneficiados e mesmo os que não estavam dentro do grupo possível de alcance contribuíram, pois almejavam a energia.

> [...] se reunia de 20 a 30 homens pra ir fazer o pique, que é a estrada pra passar os postes. Aí a gente fez 16 km de estrada, passamos uns dois meses, porque tinha que ser 20 metros de largura e não podia ter nada de pau perto que alcançasse pra cair na fiação. Aí tinha uns com motosserra, outros com facão fazendo pique e outros iam derrubando e assim fomos longe. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

Durante esse período muitas mulheres iam pescar para alimentação tanto da família quanto dos trabalhadores, o processo de trabalho durou cerca de dois meses, nesse período as mulheres assumiram todas as atividades na comunidade, já os homens, passavam de semanas

inteiras dentro da floresta realizando o trabalho. Nesse período, seu Nestor relatou que eles pescavam nos lagos próximos e caçavam também para se alimentar quando não havia mais alimento, ou mesmo para somar à alimentação disponível, tendo em vista a grande quantidade de trabalhadores. Após a abertura do caminho até a comunidade, iniciou-se o processo de instalação da energia, a instalação dos postes no caminho até a Costa da Terra Nova e a instalação e limpeza da área da comunidade.

> Foi muito bonito ver a comunidade trabalhando junta pra colocar energia, todos se uniram, era um benefício pra gente. E aí quando eles já estavam aqui na comunidade mesmo, cada família era responsável pela alimentação. Era assim, quando passaram, por exemplo, pela minha casa que estavam colocando lá, nós que fazia a comida pra eles. Mas foi muito bom, isso uniu muito a comunidade. (Sebastiana Lima do Nascimento, agricultora, pescadora, aposentada, 66 anos, pesquisa, 2016).

Alem da conquista, o processo da chegada da energia fortaleceu os laços comunitários, pois com os poucos recursos que havia a união foi o principal elemento possibilitador, não havia funcionários da prefeitura disponíveis para o serviço, não havia tratores para abrirem o caminho ou nivelarem, não havia alimentação se não fosse a dos próprios comunitários. O próprio prefeito quando propôs, não imaginava que o projeto pudesse ter uma dimensão tão grande quanto teve, pois a união comunitária superou as expectativas esperadas. Havia, de acordo com os comunitários, um funcionário da concessionária de energia que monitorou e ensinou os procedimentos de instalação, “depois disso veio os postes e a gente foi ajudar a colocar, meu filho ainda trabalhou um mês com o moço que veio ligar a luz” (pesquisa, 2016). Assim, o processo de instalação da energia elétrica até a Costa da Terra Nova durou cerca de três meses no total.

Inaugurada no dia 05 de maio de 2002, a rede elétrica das comunidades de Rebojo, São José e São Francisco, teve sua placa anexada a uma base de concreto afixada na comunidade São José (Figura 16), onde se encontra até os dias atuais pela prefeitura do Careiro da Várzea, com recursos próprios do município em parceria com a comunidade e com a Companhia Energética do Amazonas – CEAM. De acordo com o Pedro Guedes, o Careiro da Várzea foi pioneiro e inovador, em todo o Amazonas, sendo ovacionado pelo governador da época, Eduardo Braga, pela iniciativa que reconhece a importância do engajamento comunitário que foi essencial no processo, do contrario não seria possível a conquista.

Figura 16: Placa de Inauguração da rede elétrica da Costa da Terra Nova.



Fonte: Pesquisa, 2015.

> Nós temos esse legado aqui, o Careiro foi o pioneiro em ter energia elétrica no estado do Amazonas, sem ajuda de Governo do Estado nem Governo Federal, e foi uma época que deu pra fazer. [...] Até mesmo eu que nasci e me criei aqui no Careiro, sendo prefeito, nunca imaginei que ia chegar energia na porta de casa, e deu. Nesse período foi um trabalho muito importante em parceria com as comunidades que foi quem ajudou para que conseguisse tudo isso. (Pedro Duarte Guedes, caboclo, Prefeito em exercício, Pecuarista, pesquisa, 2017).

A participação comunitária foi chave para a superação dos desafios, o engajamento comunitário foi fundamental para o desenvolvimento local, e esse engajamento é característica da comunidade São Francisco, pois todas suas conquistas sociais só foram possíveis pela luta e organização comunitária. De acordo com Oliveira (2002), o desenvolvimento local se materializa quando ocorre a integração de cidadãos recuperando a iniciativa e a autonomia, resultando assim em uma gestão com intuito de melhorar as condições de vida em uma determinada região, o que foi realizado pelo prefeito da época.

A energia disponibilizada ao município é energia gerada por grupo gerador, ou seja, energia térmica, movida por óleo diesel e óleo lubrificante, em 13.800 kW, onde é interliga à subestação abaixadora através dos transformadores de força e acessórios, que distribui para a Cidade e Zona Rural. A Usina do Careiro da Várzea (figura17), dispõe de força de geração de seis grupos geradores, sendo dois da Eletrobrás Distribuição S.A desativados e quatro locados, com potência instalada de 3.900 kW, que dispõem de uma demanda máxima de

1.835kW e uma mínima de 611kW, para um número de 4.208 consumidores ligados, os quais utilizam uma potência de 2.420 kW.

Figura 17: Usina termelétrica municipal.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Assim a energia passou a ser distribuída a partir da usina termelétrica localizada na sede do município com o funcionamento de 24 horas, abastecendo as comunidades do Careiro da Várzea. A chegada da energia cria oportunidades de melhoria da qualidade de vida em diversos aspectos, como podemos observar na fala dos ribeirinhos:

> A gente usava lamparina e passou pra vela e depois já era a lâmpada. Mudou muita coisa, quando falta energia parece que a gente fica sei lá sem vida. (Sebastiana Lima do Nascimento, agricultora, pescadora, aposentada, 66 anos, pesquisa, 2016).
>
> A energia trouxe a facilidade, antes a gente não podia nem guardar um peixe, tudo era salgado. Agora a gente pode ter coisa guardado, é mais fácil. Não temos mais a vida tão sofrida. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).
>
> A energia trouxe desenvolvimento pra gente. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).
>
> A energia melhorou muito nossa vida, principalmente pra gente que planta, agora a gente pode comprar uma bomba pra aguar as plantas, e antes não, tinha que ter um motor, botar gasolina nele e ligar encher caixa, aguar as plantas e voltar pra desligar, isso todo o dia. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).
>
> A energia é melhoria, é o futuro que chegou, agora a gente tem como guardar uma comida, até por mês, tem água limpa, água pra aguar as plantas. É muito bom. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

> A energia trouxe qualidade de vida, melhoria na saúde, conforto. Podemos ter uma vida melhor e proporcionar isso para nossos filhos. (Ana Cristina Nascimento, professora, agricultora e mestranda, 44 anos, pesquisa, 2017).

É possível perceber o quanto a presença da energia elétrica transforma a vida de um camponês que não dispunha desse recurso, Nieuwenhout et.Al. (2000), realizou uma sistematização das principais mudanças que ocorrem em uma comunidade após a chegada da energia elétrica em conjunto, constatamos que essas melhorias foram as mesmas apresentadas pelos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco:

Figura 18:Melhorias a partir da chegada da energia elétrica na comunidade São Francisco.



Fonte: Pesquisa, 2017.

Com a disponibilidade da energia continua, possibilita-se a utilização de bombas de água para a irrigação das plantações, isso ocorre de forma mais intensa, tendo em vista que a "águação" do plantio se dava a partir da água que era carregada manualmente do rio. Assim é possibilitada a extensão da plantação, possibilitando maior geração de renda**.** Com a melhoria da qualidade de iluminação, o ribeirinho tem a oportunidade de se beneficiar do período noturno para incrementar sua renda e sua educação, melhorando a qualidade de vida e

possibilitando a cidadania. A coesão social também é beneficiada pelo fato de se ter iluminação nos ambientes coletivos e na área externa. A lâmpada é o primeiro objeto a ser utilizado pela energia, inclusive para realizar os testes de corrente elétrica. A lâmpada incandescente por ser mais acessível pode ser visualizada em vários pontos à noite dentro das moradias e pela comunidade.

A noite tem outro significado. Aumentam as horas de luz disponível (...). "Há um gasto maior de energia luminosa com a eletricidade do que com as formas anteriores, isto é, muito mais lâmpadas substituirão aos poucos os lampiões." (RIBEIRO, 1993, p.118). A iluminação no período noturno possibilita a extensão das atividades laborais durante o dia, pois alguns serviços domésticos podem ser realizados durante a noite. Na comunidade a padaria passou a utilizar máquinas para a fabricação de pães. Os proprietários das "tabernas" ficam ansiosos para utilizar televisores, aparelhos de som e de DVDs, e ventiladores para atrair clientes. As geladeiras tornam possível a venda de bebidas geladas e o armazenamento de produtos perecíveis (FOLEY, 1995). A conservação permitida pelo freezer ou geladeira também possibilita uma economia maior para o ribeirinho que pode armazenar peixes e caças por maior tempo.

Com a chegada da energia, há possibilidade maior de estudo no período noturno. O acesso à informação também aumentou com a chegada da televisão e da internet. A chegada da televisão no campo também transforma alguns aspectos, pois, o lazer no período noturno antes da energia era as conversas com os vizinhos e compadre. Após a eletricidade, as reuniões passam a ser nas casas dos moradores que possuem televisão. À medida que os camponeses adquirem o aparelho, tendem a permanecer mais em suas casas. A saúde é também um aspecto que alcança melhorias, a qualidade do ar melhora em razão do morador não necessitar utilizar mais o querosene, há a possibilidade de refrigerar vacinas e medicamentos, assim como o uso de aparelhos médicos elétricos, que podem ser usados na comunidade como o inalador, entre outros, a água pode ser bombeada de locais mais distantes, que tenham menos resíduos e sejam mais limpas.

A possibilidade de utilização do ventilador para amenizar o calor, ou aos que disponham de maior recurso, o ar condicionado e todas as facilidades que a energia proporciona, levam a um conforto maior do ribeirinho. A mulher é, particularmente, beneficiada com a chegada da energia elétrica, pois ela é o membro da família que mais exerce atividades em casa. Agora ela pode utilizar equipamentos que facilitam as atividades do lar, como a máquina de lavar roupas diminuindo grande esforço empregado nessa atividade, assim como o carregamento da

água que passa a ser bombeada. A aquisição da energia elétrica é vista também como prestigio entre as comunidades, especialmente em detrimento às que não possuem e passam a assumir um status de desenvolvimento. A iluminação possibilita uma maior segurança em relação a possíveis roubos, com a iluminação externa das casas. Apesar de haver certa contradição pelo fato de antes não haver tantos problemas em relação a segurança, pois antes da energia elétrica, os ribeirinhos não possuíam tantos bens de consumo, e assim não despertavam interesse de ladrões. Com a aquisição de equipamentos, a comunidade passa a ser visada por ladrões que, de acordo com os relatos geralmente são da cidade, pois entre os comunitários não há relatos de roubos ou ladrões. Lanternas também são utilizadas caso seja necessário sair de casa à noite (NIEUWENHOUT et al, 2000).

De acordo com Foley (1995), as famílias que dispõem de maior renda tendem a consumir mais energia e o tempo de adaptação com a nova instalação elétrica é uma variável, assim como o consumo, que pode ser adaptado a diversos aspectos de acordo com a região. Há uma pré-concepção que os bens de consumo como televisores, geladeiras, aparelhos eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos estão fora do alcance financeiro da maioria das famílias camponesas. Entretanto a questão financeira não é necessariamente, um obstáculo insuperável:

> [...] depois da chegada da luz elétrica, a gente passou a ter mais conhecimento, assisto jornais. A gente passou a ter mais conforto. Passamos a poder comprar eletrodomésticos, ar condicionado, TV. (Rodrigo Miranda da Silva, 26 anos, ribeirinho, universitário, pesquisa, 2017).
>
> Depois que chegou a energia, a gente passou a trabalhar pra conseguir dinheiro pra comprar a geladeira, a televisão que alguns já tinham o ventilador, aí agora mais por esses tempos já veio a maquina de lavar, o ar condicionado, mas no inicio mesmo o principal era a geladeira pra conservar as coisas e a gente ter água gelada. A gente queria várias coisas, mas tinha que ser um por vez pra tirar no cartão, mas tinha que ter o dinheiro pra pagar e depois comprar as outras coisas. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Dona Adailza recorda seu desejo pela aquisição dos eletrodomésticos para sua família e para que isso ocorresse precisava trabalhar mais para conseguir dinheiro. Sua alternativa era conseguir crédito nas lojas para compra parcelada dos eletrodomésticos, o cartão representa isso. Rodrigo destaca a possibilidade de adquirir novos conhecimentos a partir dos jornais e

programas de televisão e na aquisição de equipamentos eletrônicos. Dessa forma o dinheiro passa ser almejado para a aquisição dos principais bens.

> O Marimba era um dos lugares mais pobres deste Careiro, porque ali é uma área de Várzea, mas sempre alaga, eles pescavam só o básico e vendiam uns peixes por ali naquelas caixas de isopor. Depois que a energia passou lá, de um lugar super pobre, hoje você passa lá e só vê casarão, mesmo de madeira, mas todo mundo com as casas arrumadas. Depois que chegou a energia, as mulheres começaram a cobrar os maridos: -Quero uma geladeira, quero uma freezer; ai tinha que trabalhar mais. Aí esse Careiro desenvolveu. A chegada da energia é tudo, é progresso, é saúde. Eu como careirense nascido e criado na lamparina sei como é a vida sem energia. A educação melhorou, a saúde, é uma transformação imensa, é o progresso. (Pedro Duarte Guedes, caboclo, Prefeito em exercício, Pecuarista, pesquisa, 2017).

Ao fazer um balanço sobre as melhorias ocorridas nas comunidades atendidas pela rede elétrica instalada na Ilha do Careiro, o prefeito Pedro Guedes destaca como ocorreu o desenvolvimento de uma comunidade que tinha pouca produtividade e se transformou pelo incentivo às melhorias e ao anseio em adquirir equipamentos que trariam maior qualidade de vida, o que ele descreve como "progresso".

Chegando a energia, as lojas de crédito popular são visitadas. Seus creditos viabilizados por crediário o que disponibiliza crédito com juros e em longo prazo, mas por serem de maior facilidade de aquisição, geralmente ganham muitos clientes e consumidores, entre eles, os camponeses. Em 2009, o Ministério das Minas e Energia divulgou alguns dados sobre o consumo das famílias brasileiras que acabam de receber a energia elétrica em suas residências, 79,3% das famílias que recebem luz compram televisão; 73,3% geladeira, o que representa em valores numéricos 1.586.000 e 1.466.000 aparelhos, respectivamente (MME, 2009). Há um número de famílias camponesas que ganham de presente aparelhos eletrodomésticos de familiares que trabalham nas cidades. Dessa forma, os televisores, aparelhos de DVD, ventiladores, ferros de passar roupa, refrigeradores e freezers passam a compor os bens domésticos das famílias camponesas.

Referente aos equipamentos eletrônicos presentes nas moradias dos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco, foi realizado um levantamento de cinquenta (50) famílias sobre seus equipamentos eletroeletrônicos (Tabela 3). Dentre os equipamentos, o encontrado em maior quantidade foi a televisão, onde apenas 4,26% dos entrevistados não possuem o equipamento. O ventilador aparece em segundo lugar como equipamento mais utilizado pelos camponeses, tendo em vista que 51,06% possuem mais de um em casa. Apesar

de o terceiro lugar ser da Geladeira, esse é o equipamento mais visado pelos ribeirinhos, tendo em vista sua eficiência para a conservação de alimentos e o resfriamento da água, esse equipamento aparece como o terceiro item mais utilizado pelos ribeirinhos. Outro item de grande utilização é o aparelho celular, este item, dentre as famílias entrevistadas das 85,06% que confirmaram ter, 40,43 possuía três ou mais equipamentos na família, sendo esse o equipamento eletrônico que mais existe na comunidade em quantidade, entretanto existe uma quantidade, considerável de 14,89% que não dispõe do aparelho. O quinto aparelho é um grande auxiliar, especialmente das campesinas, tendo em vista que na comunidade elas são as responsáveis por boa parte das atividades domésticas: a máquina de lavar roupas, 85,06% dos moradores dispõe desse equipamento, onde em uma das residências a entrevistada informou que além de lavadora, sua máquina também seca a roupa. Ferro elétrico é um equipamento bastante encontrado, entretanto é um adereço que não apresenta tanto importância apresentada pelos entrevistados.

Existe ainda o Aparelho de som que durante o período em que estivemos na comunidade, esse se apresentou mais como um adereço, não sendo muito utilizado pelos moradores, apenas aos domingos alguns utilizam para ouvir suas músicas juntos da família, ou por alguma comemoração. O fogão elétrico é utilizado por 63,83% das famílias, esse fogão dispensa o uso do fósforo ou isqueiro, mas necessita de gás para seu uso. O freezer é bastante utilizado pelos comerciantes e também por pescadores, pois, seu congelamento conserva por muito mais tempo o alimento. O aparelho de DVD é um equipamento que foi muito utilizado, mas com a presença das antenas de televisão a cabo perdeu sua importância e se tornou apenas um ornamento. O ar condicionado é considerado um bem de prestigio almejado por muitos, tendo vista as altas taxas de calor da região, entretanto 46, 81% dos entrevistados não dispõem deste equipamento, tanto pelo valor, quanto por seu alto consumo energético, apesar de ser desejado por estes. O aparelho de rádio é utilizado principalmente pelos mais idosos, mas aparece com um número expressivo de 46,75% de presença nas residências campesinas. A antena parabólica, assim como o computador, o Micro-ondas, o Tablet e o Videogame apesar de aparecerem menos nas residências, são bens de prestigio e objeto de aspiração por grande parte dos ribeirinhos da comunidade São Francisco. Existem alguns equipamentos não listados, mas que foram encontrados em quantidade razoável nas residências como: Liquidificador, Batedeira, Sanduicheira, Chapas de cabelo, Secador de cabelo, Modem de internet, Impressora e Câmera fotográfica que foram encontrados entre os entrevistados.

Tabela 3: Equipamentos eletroeletrônicos utilizados pelos ribeirinhos da comunidade São Francisco.

ITEM	1	2	3	N possui
Televisão	70,21%	19,15%	6,38%	4,26%
Ventilador	42,55%	19,15%	31,91%	6,38%
Geladeira	78,72%	12,77%	0,00%	8,51%
Celular	14,89%	29,79%	40,43%	14,89%
Maquina de lavar roupas	80,85%	4,26%	0,00%	14,89%
Ferro elétrico	65,96%	4,26%	6,38%	23,40%
Aparelho de som	65,96%	0,00%	0,00%	34,04%
Fogão elétrico	63,83%	0,00%	0,00%	36,17%
Freezer	57,45%	4,26%	0,00%	38,30%
Aparelho de DVD	57,45%	0,00%	0,00%	42,55%
Ar condicionado	42,55%	8,51%	2,13%	46,81%
Rádio	44,68%	2,13%	0,00%	53,19%
Antena parabólica	44,68%	0,00%	0,00%	55,32%
Computador	27,66%	2,13%	4,26%	65,96%
Micro-ondas	27,66%	0,00%	0,00%	72,34%
Tablet	12,77%	2,13%	0,00%	85,11%
Videogame	6,38%	0,00%	0,00%	93,62%

Fonte: Pesquisa, 2016.

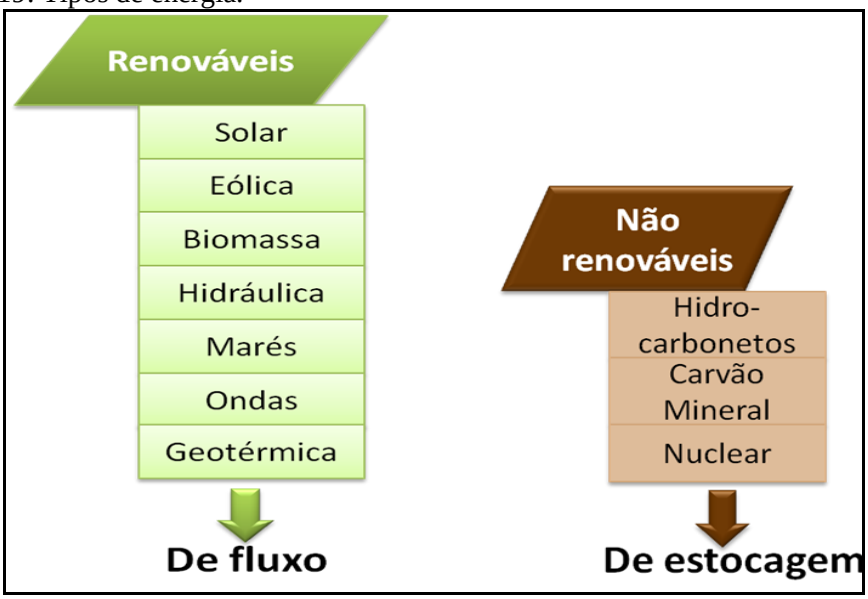
O fato é que existem grandes facilidades de parcelamento nas lojas que tem por objetivo o incentivo ao consumo, possibilitando ao cliente comprar eletrodomésticos e pagar em "suaves e longas prestações". Porém, como destacamos anteriormente, em geral, o camponês tem apenas a opção de comprar um equipamento por vez. Apenas após o término de todas as prestações da compra feita é que ele pode adquirir outro item. Nota-se que a demanda pela energia aumenta aos poucos, acompanhando a aquisição dos bens de consumo no decorrer do tempo. Logo, nos primeiros meses não se apresentam quantidades consideráveis de consumo de energia em uma unidade familiar recém energizada. O quadro supracitado representa uma realidade atual de equipamentos energéticos da comunidade, entretanto ao chegar a energia no ano de 2002 o quadro era bem diferente.

A chegada da energia em uma comunidade é transformadora. A saúde, o lazer, a educação, a segurança, a geração de renda, o prestigio, o conforto, a qualidade de vida de uma forma geral é transformada, grandes melhorias ocorrem e novas possibilidades e realidades passam a ser vivenciadas.

2.2 As transformações socioculturais e ambientais vivenciadas a partir do advento da eletrificação

Ao se reportar a energia, o principal conceito que se tem é que energia é a capacidade de realizar trabalho. A partir do trabalho várias formas de energia são possíveis tais como cinética, gravitacional, elétrica, elástica, térmica, radiante, química e nuclear. Rosa (1985) destaca que dessa variedade de energias, afirmam os cientistas que "elas se originam de apenas três tipos de interações fundamentais da natureza: a gravitacional, a eletromagnética e a nuclear" (p.18). Quanto às fontes de energia disponíveis no nosso planeta, também existem diversas, sendo que essas fontes se dividem em dois tipos, as fontes de energia renováveis e as não renováveis. Conforme a figura 19.

Figura 19: Tipos de energia.



Fonte: Pesquisa, 2017.

As fontes de energia renováveis são as que se pode manter sua utilização ao longo do tempo sem haver seu esgotamento, pois se renova. Exemplos deste tipo de fonte são a energia eólica e a solar. Já as fontes de energias não renováveis têm recursos limitados, pois a origem de sua matéria prima é limitada no planeta, como é o caso dos combustíveis fósseis. Com o desenvolvimento de tecnologias e inovação, descobriram-se novas formas de energias renováveis, principalmente para a produção da energia elétrica, utilizando como fonte os fenômenos e recursos naturais.

A fonte de energia mais utilizada atualmente é o petróleo, que é uma fonte não renovável, e um dos principais responsáveis pelo efeito estufa. Por sua limitação e demasiada utilização se tornou inclusive motivo de muitas guerras e conflitos entre os países,

principalmente os que dependem muito dessa fonte energética. Porém há países que preferem investir em projetos que utilizam as fontes de energia alternativa como a energia solar, a energia eólica, a energia geotérmica, o biodiesel, a energia obtida através do hidrogênio, a energia das marés, o etanol e a biomassa. Essas fontes de energia, além de renováveis são energias limpas, e não contribuem de forma direta para o aquecimento global, e possibilitam uma independência em relação ao petróleo. Abaixo temos alguns fontes de energias renováveis mais utilizadas

Tabela 4: Energias renováveis mais utilizadas.

Biomassa	Utiliza matéria de origem vegetal para produzir energia (bagaço de cana-de-açúcar, álcool, madeira, palha de arroz, óleos vegetais entre outros).
Energia solar	Utiliza os raios solares para gerar energia oferece vantagens como: não polui, é renovável e existe em abundância. A desvantagem é que ainda não é viável economicamente, os custos para a sua obtenção superam os benefícios.
Energia eólica	A energia gerada através da força do vento captado por aerogeradores. Suas vantagens são: é abundante na natureza intenso e regular e produz energias a preços relativamente competitivos.
Etanol	Produzido principalmente a partir da cana-de-açúcar, do eucalipto e da beterraba. Como energia pode ser utilizada para fazer funcionar motores de veículos ou para produzir energia elétrica. Suas vantagens são: é uma fonte renovável e menos poluidora que a gasolina.
Biodiesel	Substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclo diesel. Vantagens: é renovável, não é poluente. Desvantagem: existe o esgotamento do solo.
Hidráulica ou hídrica	Obtida através do aproveitamento da energia potencia e cinética das correntes de água em rios, mares ou quedas d'água que é transformado em energia elétrica através do movimento das turbinas. Vantagens: é renovável, não poluente, baixo custo. Desvantagens: depende do nível de água, geralmente ocasiona impacto ambiental.

Fonte: adaptado do portal energia, 2015, disponível em https://www.portal-energia.com/fontes-de-energia/

Apesar de a energia renovável ser de melhor viabilidade para a preservação do planeta atualmente, a procura de energia é consideravelmente da energia não renovável, principalmente por dispor de tecnologia e equipamentos desenvolvidos e adaptados a ela, mas possuem um elevado impacto ambiental. As principais fontes de energia mais utilizadas não Renováveis são: energia do carvão; energia do petróleo; energia do gás natural; energia do urânio (PORTAL DA ENERGIA, 2015).

Como vimos, a energia elétrica pode ser produzida através de diferentes fontes, porém no Brasil a produção de grande parte é oriunda das usinas hidrelétricas, que utilizam as quedas d'água dos rios para gerar eletricidade. No Careiro da Várzea, no entanto, por se tratar de uma ilha, não existia possibilidade de abastecimento energético por meio de cabo, logo foi necessária a instalação de estações termoelétricas. De acordo com Jose Apolinário da Silva Brandão, representante da ELETROBRÁS Amazonas (pesquisa, 2016) a energia elétrica que

abastece o Careiro da Várzea é proveniente de duas termelétricas que consomem 152.500 mil litros de óleo diesel por mês para gerar a energia elétrica a 23 mil moradores de Careiro da Várzea. Uma das termelétricas está instalada no centro da cidade, entre residências, uma escola e uma quadra da prefeitura. Ao chegar próximo do local é possível ouvir o barulho de dois grandes geradores que ficam ligados 24 horas, produzindo energia para 94 comunidades do município.

De acordo com o Sr. Apolinário, depois de produzida, a energia elétrica segue para as residências através das linhas de transmissão de alta tensão, ela passa pelos transformadores de tensão nas subestações, antes de chegar a seu destino final, que diminuem a voltagem. A partir daí a energia elétrica segue pela rede de distribuição, onde os fios instalados nos postes levam a energia até as residências. Antes de entrar nas casas a energia ainda passa pelos transformadores de distribuição (também instalados nos postes) que rebaixam a voltagem para 127 ou 220 volts. Em seguida ela vai para a caixa do medidor de energia elétrica, o relógio de luz que mede o consumo de energia de cada residência.

O Careiro da Várzea fica com a maior parte de seu território coberto por água no período das cheias, quando os rios da Amazônia transbordam de suas calhas. Para os moradores da região a garantia do fornecimento de eletricidade foi um grande progresso. A energia trouxe conforto às residências e possibilidades de uso de máquinas que amenizam a intensidade laboral. Dessa forma a energia elétrica chegou à comunidade de São Francisco na Costa da Terra Nova, assim como para outras comunidades do município.

Apesar de ser um momento de melhorias, descobertas e conquistas, com a chegada da energia elétrica, em locais onde a tradição é o fator fundamental, pode ocorrer resistência na aceitação do novo trazido pela possibilidade da energia e modernidade. Para estes "a sabedoria da tradição tem mais peso entre eles e os gritos de 'novo' e podem fazer algumas pessoas se porem em guarda em vez de estimularem seu desejo de experimentar" (FOSTER, 1964, p.15). Contudo, poucos são os camponeses que se apresentam dentro desse contingente. A grande maioria, de fato, aspira por equipamentos e bens que viabilizem uma vida com mais qualidade e conforto.

> Aliada a toda mudança técnica e material há uma mudança correspondente nas atitudes, nos pensamentos, nos valores, nas crenças, e no comportamento das pessoas que são afetadas pela mudança material. Essas mudanças imateriais são mais sutis. Frequentemente elas são passadas por alto ou subestimadas. Entretanto, o efeito eventual de um melhoramento material ou social é determinado pela medida em que os outros aspectos da cultura

> afetados por ele podem alterar suas formas com um mínimo de transtorno (FOSTER, 1964, p. 14).

Assim uma questão posta em pauta com a chegada da energia às populações ribeirinhas é a preservação das tradições vividas em comunidades, como se questionou em relação à comunidade de São Francisco "manter a cultura preservada e valorizar os costumes dessas comunidades". Quanto a isso Diegues (2004) trata em sua obra "Mito Moderno da Natureza Intocada", que as sociedades capitalistas esperam que os povos tradicionais apenas aumentem seus valores turísticos permanecendo estáticos mantendo os padrões culturais imutáveis, enquanto o resto do mundo se transforma. Entretanto ao compreender-se que a cultura é dinâmica, pois sofre alterações ao longo do tempo por questões internas ou externas (LARAIA, 2007). O que deve ser levado em consideração é o fato de que preservar a cultura não se trata de pará-la no tempo, mas permitir que seus costumes se processem dinamicamente.

Na comunidade São Francisco, mudanças ocorreram de forma significativa, na qual equipamentos eletroeletrônicos passaram a compor o cotidiano desses campesinos. A escola passou a ter um ambiente mais agradável com a instalação de ar condicionados, utilização de projetores e equipamentos de maior demanda energética. O fato de a escola dispor de energia elétrica contribuiu para que a mesma pudesse ser polo de estudos de faculdades, que formaram muitos professores ribeirinhos, que se encontram ministrando aulas, inclusive, na escola da comunidade. O ensino obteve melhor qualidade.

É interessante destacar que dentre esses equipamentos os apontados como mais importantes se dividiram entre geladeira, celular, televisão e ar condicionado. Entretanto os que declararam que a geladeira era mais importante foram pescadores ou mães, parte das mães somou a maquina de lavar roupas aos equipamentos essenciais. O aparelho celular foi o segundo apontado como mais importante entre os mais jovens, esse foi o principal equipamento apontado como importante. A televisão foi apontada como mais importante especialmente pelos mais idosos que não utilizam aparelho celular.

> A máquina de lavar roupa é o que há de mais importante, hoje, pra mim, porque antes era muito ruim, se perdia um dia inteiro pra lavar roupa e eu como levava meus meninos, um dia quase perdia meu caçula que tava brincando na tábua e caiu, a correnteza levou e se meu marido não tivesse visto ninguém tinha pegado mais ele. Mas a gente ia lavar junto, ia alguma vizinha, ficava cada uma na sua tabua, sabão grosso, porrete e escova. Aquele sol e força pra bater as roupas e limpar. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

> Acho que o mais importante pra mim é a geladeira, porque é como a gente pode conservar nossos alimentos, gelar uma água, lembro bem como é a vida sem ela, acho que de uma forma geral ela representou melhoria na vida da gente. (Ana Cristina Nascimento, professora, agricultora e mestranda, 44 anos, pesquisa, 2017).
>
> Nossa os aparelhos eletrônicos são muito importantes, poder falar com quem está distante, ainda hoje eu falei com o meu filho que tá lá no Mato Grosso. (Alcimar Francisco do Cazal, 67 anos)
>
> A televisão é o mais importante porque eu procuro conhecer as coisas e a televisão mostra os lugares, as coisas, só tem que ter cuidado porque tem coisa que não presta também. Essas novelas tem muita coisa que não presta e esses meninos vivem tudo conforme elas, vive imitando. (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).
>
> [...] o mais importante para mim é o celular, pois a gente consegue se comunicar com alguém que esteja longe, se acontecer alguma coisa a gente pode avisar, e o Ar condicionado pela questão do calor. (Bruna Nascimento de Miranda, ribeirinha, graduada em educação física, 23 anos, pesquisa, 2017).

A máquina de lavar roupas reduziu consideravelmente a dificuldade que se tinha para a lavagem das roupas, no sol à beira do rio, com condições nem sempre favoráveis dona Adailza explica o porquê da importância desse equipamento em sua vida, destacando inclusive os riscos que corria nas circunstancias desfavoráveis. Já o celular representa a redução das distâncias para pessoas que moram em outra região como o filho do seu Alcimar que mora em outro estado, assim ele pode ter notícias sobre seu filho com maior facilidade. Como a cobertura de algumas operadoras é boa em grande parte da Costa da Terra Nova, é possível que durante uma pescaria o pescador se comunique com a esposa que se encontra em casa para preparar as verduras para o peixe pescado, ou caso não haja peixe, para que ela prepare outro alimento. A televisão assim como o aparelho celular é fonte de informação e foi apontada como mais importante principalmente por moradores que não utilizam Internet ou aparelho celular. No entanto a televisão se apresenta bem mais que fonte de informação na vida do ribeirinho, por ela há a transmissão de um novo mundo, para os mais idosos na comunidade que pouco contato tinham com a cidade, é a possibilidade de conhecer um novo mundo, novas culturas, novos conhecimentos, entretanto como bem ressalta seu João, é uma via de mão dupla. “A eletricidade traz a televisão, e esta leva o indivíduo ao seio da nação. O impacto positivo que se tem a considerar é que ele se sente fazendo parte” (RIBEIRO, 1993, p.165), inserido na sociedade. O morador que vivia alheio às notícias, salvo pelo rádio de pilha, passa a ter o conhecimento de mundo, e informações dos acontecimentos ao mesmo

tempo em que as demais pessoas da cidade. Há nesse sentido, um sentimento de inclusão para este.

A partir da inserção da eletricidade a dinâmica da comunidade sofrerá mudanças, buscando adaptar o tradicional ao moderno havendo a dinamização da cultura. Um novo elemento chegado: a modernidade passa a repercutir no meio rural gerando também novas referências socioculturais que ocasionam o fascínio pelo moderno estilo dos moradores urbanos. Mesmo com o entendimento do conflito entro o tradicional e o moderno é importante ressaltar que qualquer atividade, ou prática social, quando é continuamente repetida tende a produzir convenções e rotinas, esses novos elementos passam a compor a rotina do ribeirinho Hobsbawm (1997). Tal qual ocorreu com o modelo de família moderna, que foi inventado, construído para atender demandas de um determinado grupo social e a partir da disseminação desse padrão, tornou-se um modelo formalizado e instituído na sociedade assim o consumo também é inserido na dinâmica ribeirinha, tendo em vista que a energia proporciona a possibilidade de novos equipamentos, que em muitos casos vão além da necessidade e tornam-se ornamentos como expomos na tabela de equipamentos eletrônicos encontrados na comunidade. Para o Hobsbawn (1997) a tradição inventada compreende o conjunto de práticas reguladas por regras implícitas que visam internalizar valores e comportamentos por meio da repetição.

Mesmo com o entendimento de que a tradição é a repetição que ocorre e torna-se um padrão regulado por regras, ele é um elemento importante, especialmente nas comunidades ribeirinhas, pois perpetuam e valorizam a experiência de várias gerações passadas e mesmo com olhos no passado se vincula ao futuro. É como uma espécie de linha contínua que envolve o passado e o presente. É a tradição que persiste, remodelada e reinventada a cada geração. Não há um corte profundo, ruptura ou descontinuidade absoluta entre o ontem, o hoje e o amanhã e essa junção possibilita o sentimento de pertencimento, de identidade local.

Em meio a um cenário de mudanças existem questionamentos que passam a surgir no confronto tradicional versus moderno, a identidade. Etimologicamente a palavra identidade, provém do latim *identitas*, que significa "semelhante", derivada do *idem* "o mesmo". Conceitualmente, pode ser definida como "conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la" (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, 2009). Tal definição enfatiza as diferenças individuais, aquilo que distingue uma pessoa da outra. Para Castells (1999, p. 24-27) identidade é aquilo que é "fonte de significado e experiência de um povo".

Hall afirma que a identidade é construída por meio das "diferenças" e não fora delas e toda identidade só se estabelece em relação com o outro, ou seja, a identidade é um olhar sobre si mesmo a partir da minha visão do outro. Para Bauman (2012) ter uma identidade parece ser uma das necessidades humanas mais universais. A identidade "pessoal" confere significado ao "eu". A identidade "social" garante esse significado e, além disso, permite que se fale de um "nós" em que o "eu", precário e inseguro possa se abrigar e descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades. O "nós" feito de inclusão, aceitação e confirmação é o domínio da segurança gratificante, desligada do apavorante deserto de um "lá fora" habitado por "eles". Bauman afirma que em um mundo fluído, comprometer-se com uma única identidade para toda vida além de arriscado é inviável, pois,

> O pertencimento e a identidade não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida e são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio individuo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age são fatores cruciais tanto para o "pertencimento" quanto para a "identidade". (BAUMAN, 2005, p.17)

Todo esse contexto culmina na evidenciação das diferenças. Semprini (1999, p. 11) diz que "A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico". As identidades são marcadas por meio das diferenças, elas não são opostas e dependem uma da outra. E juntas formam um sistema classificatório imbuído de sentidos e significados que dão origem a "cultura" de determinada sociedade (WOODWARD, 2002). Assim, na comunidade São Francisco, esses novos elementos reiteraram o sentimento de pertencimento, reforçaram a identidade que apesar de apresentar novos elementos permanece na base de pertencimento à localidade.

> Com essas melhorias que teve aqui a vida ficou muito melhor, se eu não tinha vontade de sair daqui, agora é que não tenho mesmo. Isso aqui é minha terra, é meu povo, as melhorias conseguimos lutando juntos, e pode se conseguir ainda mais. Não tem lugar melhor que esse aqui não minha filha, ainda mais com todo conforto que a gente pode ter. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Os novos elementos modernos proporcionaram a seu Nestor um maior sentimento de pertencimento, o lugar, é visto como a localidade específica pela qual as experiências vividas, ao estimularem algum grau de enraizamento e construção de identidades. Algo interessante

destacado na fala de seu Nestor é a importância das lutas e conquistas coletivas que se tornam algo importante para as pessoas, gerando assim um sentimento de conquistas coletivas, que representam o grupo sociamente. JODELET (1991) destaca esses sistemas como representações sociais que por um lado registram nossas relações com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Por outro, interferem nos processos, diversificando a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais e a expressão dos grupos e transformações sociais. São assim, formas de interpretação e comunicação, mas não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaborados e compartilhados, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Observa-se que as opiniões e os conceitos mesmo se tratando de pessoas do mesmo grupo não são consensuais, contudo são socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum.

Quanto às conquistas realizadas coletivamente, foram relatadas muitas que foram realizadas pelos moradores da comunidade, a partir da luta por meio do clube de mães da comunidade e da associação de produtores rurais, entre tais conquistas, a energia elétrica. Mas dentre os principais objetivos de conquista ainda encontrava-se o poço artesiano. Mesmo com a possibilidade do armazenamento de água por meio de caixas de água e bomba elétrica, a distância percorrida até o rio é cerca de 1 km, que demandava uma quantidade grande de cano necessário do rio até a comunidade, assim como de fios elétricos para a bomba, inviabilizava a possibilidade de muitos, alguns dividiam valores com outros comunitários para o bombeamento d'água até a caixa de água individual.

> Pra conseguir esse poço a gente foi atrás, porque era um sofrimento muito medonho. Tu vê como fica esse praião aí quando tá seco. Nem todos tinham condições de ter um motor de puxar água e borracha porque é longe, e ponha longe. Até que o prefeito resolveu ajudar nós, era o Nato Leite. (Zudenilson Soares de Miranda, pescador, agricultor, responsável pela manutenção da água encanada na comunidade, 43 anos, pesquisa, 2017).

A conquista do poço artesiano além de ser da organização da comunidade, foi também da escola. A água é um elemento fundamental na vida do ribeirinho, mas em sua saúde ela reflete de forma expressiva, com o aumento da poluição por parte da cidade a água tornou-se cada vez mais insalubre, como a água consumida procedia diretamente do rio, sem tratamento algum ou somente com hipocloreto, o quadro de vermes e doenças intestinais na comunidade era significativamente alto. Entretanto, em 2012, o prefeito do município concedeu um poço

comunitário que foi instalado na escola local. Além do poço, foram fornecidos pela prefeitura canos para a ligação de água e um trator para abrir os caminhos para a instalação dos canos subterraneamente, o processo de instalação foi semelhante ao da energia elétrica, com mutirões:

> Depois que a gente ganhou o poço, teve que fazer as ligações nas casas, aí foi o mesmo processo, juntou todo mundo e ia cavar os caminhos pras casas, a gente passou mais de mês pra cavar e fazer as ligações. Agora a prefeitura tem um trator, ele vai cavando e fazendo os caminhos, em um dia eles fazem. A prefeitura deu os canos pra comunidade ligar nas casas, mas hoje quem quiser ligar tem que comprar o cano. (Zudenilson Soares de Miranda, 43 anos, pesquisa, 2017)

Com a necessidade de um técnico para manutenção da bomba do sistema, o Sr. Zudenilson Soares, o qual já cuidava da ligação diária da bomba que era ligada no rio para encaminhar água para escola, permaneceu na função, pois já tinha conhecimento adquirido pelo uso rotineiro da bomba d'água, porém em reunião comunitária foi decidido que cada família que recebesse o abastecimento de água deveria pagar a mensalidade de R$ 20,00 (vinte reais) para o pagamento do técnico e manutenção do sistema de água. Outro poço foi instalado, no entanto este fica em uma zona mais distante do centro da comunidade e quem realiza a manutenção é outro comunitário, mas quando ocorre algo de maior complexidade, seu Zudenilson é acionado:

> Aqui na comunidade tem dois poços, o outro é mais lá embaixo, mas quem cuida é outra pessoa, mas quando dá problema eu vou ajudar, lá. Aqui eu dou toda a manutenção. [...] É tudo tranquilo, sempre foi eu quem cuidou da bomba, mas tem uma pessoa que é envolvida com a política que diz que quando o outro prefeito assumir eu vou sair, o pessoal da comunidade até me procura querendo saber disso e já até disseram que se for preciso fazem abaixo assinado pra eu ficar, mas acho que ele quer se amostrar porque tá com o prefeito, mas isso passa.
> [...] Às vezes eu ligo 5:20 da manhã, 5:40, porque o que ficou certo em reunião foi que ia ligar de 7:00 da manhã até às 11:00 pra parte de cima e de 12:00 até 5:00 da tarde pra parte de baixo, isso numa semana, na outra já trocava, de manhã pra baixo e de tarde pra cima. Até que deu problema na inversora e ela desconfigurou sozinha. (Zudenilson Soares de Miranda, 43 anos, pesquisa, 2017)

Existem horários determinados para o funcionamento da bomba, assim é definido o período em que será ligado para cada área, e assim o comunitário deve está atento para abastecer sua caixa. Esse é um dos questionamentos feito por alguns comunitários, pois alguns não têm ciência dos horários e assim não se atém ao armazenamento na caixa d'água e

ficam sem o benefício. Existe uma questão referente à água que ocorre quando se retira o cano de água, percebe-se uma crosta preta parecida com lodo, entretanto é inodora “Quando a gente passa muito tempo sem lavar o poço, quando vai lavar tá tudo escuro, tá aquela crosta preta ao redor tipo um lodo, mas escuro, é que vem da água mesmo.” (Zudenilson Soares de Miranda, 43 anos, pesquisa, 2017) Entretanto não pudemos contribuir sobre a origem do material encontrado.

Figura 20: Elemento encontrado no cano de água.



Fonte: pesquisa, 2017.

O grande desafio enfrentado quanto ao abastecimento de água é a frequência da energia que é inconstante por ser monofásica. Foram realizados alguns procedimentos como a instalação de uma inversora que além de transformar a energia, dispara com a diminuição da frequência energética, evitando assim a queima do equipamento.

> A nossa água é muito boa, tem 96 metros de profundidade, na verdade a gente teve que adaptar essa bomba porque a energia é bifásica que chega aqui, tem uma peça que faz entrar bifásica e sai trifásica da peça pra poder funcionar a bomba. A inversora é boa porque estabiliza,, pra bomba, a energia, e como aqui sempre tem queda de energia, qualquer coisa ela dispara e desliga a bomba pra ela não queimar. Segundo uma pessoa que trabalha na CEAM, estou cobrando dela um transformador só pra funcionar a bomba, pra não usar o da escola, porque quando usa o da escola fica muito ruim, liga ela e puxa de todos os ar aí puxa mesmo e fica fraca a energia pra bomba. Ela disse não te preocupa que quando o Ramiro entrar ele vai

> mandar trifilar a energia pelo menos até a nossa comunidade. (Zudenilson Soares de Miranda, pescador, agricultor, responsável pela manutenção da água encanada na comunidade, 43 anos, pesquisa, 2017).

A promessa de melhoria do fornecimento de energia foi feita por parte do prefeito eleito para o mandato 2017-2020, a expectativa é para que se cumpra e assim não haja problemas quanto à ligação da bomba d'água, esse é um problema enfrentado pelos moradores da comunidade são Francisco, durante o levantamento de equipamentos eletroeletrônicos questionou-se a qualidade da energia, 19% qualificaram como ótima, 57% como boa, 19% como regular e 4% como ruim. Vale ressaltar que a maior parte dos ribeirinhos que qualificaram a energia como boa ou ótima, destacava que "é melhor essa energia do que não ter nenhuma" ou "ela é boa, a gente pode até ligar o ar condicionado", as falas mostram um conformismo pelo fato de se ter energia. No período em que passamos na comunidade, um mês constante, percebemos que a energia tem uma qualidade média durante o dia, entretanto à noite as quedas energéticas fazem parte da rotina. Quando perguntados sobre em que a energia poderia melhorar 35% afirmaram que ela está boa como está; 27% gostariam de iluminação pública, tendo em vista que pagam por esse recurso que não há na comunidade; 24% declararam que almejam por uma maior frequência elétrica; 11% gostariam de um transformador mais potente e 8% afirmam que o trifilamento da rede solucionaria o problema energético da comunidade.

> Nossa energia é ruim porque é monofásica, não atende completamente à demanda, o certo seria ser trifásica. A gente não pode ter uma pequena indústria, por exemplo, a comunidade perdeu uma Despoupadeira de fruta do MDA, na época vieram, fizeram a demarcação, já tinha sido disponibilizado o recurso, ia ser uma mini-indústria de poupas e compotas, nós iríamos produzir e vender, nós iríamos agregar produção tanto do careiro, quanto dos municípios vizinhos, porque eles iam nos disponibilizar a matéria prima. Ia ser muito legal pra comunidade, ia gerar emprego e renda, mas por causa da energia não deu. Nossa energia é gerada por geradores, e não é continua. Aqui na escola, ela vive caindo, e queima ar condicionado, freezer. Outro dia um amigo nosso perdeu a casa, ele perdeu total, ele saiu e a casa pegou fogo, deu um curto circuito por causa da oscilação da energia. A gente podia trabalhar com peixe, fazer piracuí, fazer bacalhau, até caviar, se a gente tivesse uma pequena empresa, mas tudo depende da energia boa, que a gente não tem. (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).

Seu Aldemir faz parte da Associação de produtores rurais da Costa da Terra Nova, e contou a frustração da perda de um dos objetivos de conquista da associação. A despoupadeira iria agregar à produção da Costa da Terra Nova e principalmente da

comunidade, tendo em vista que ela iria ser instalada na comunidade de São Francisco. Até produtores de regiões visinhas iriam ser fonte de matéria prima, enviando suas frutas para serem transformadas em poupas, certamente seria um grande empreendimento para a geração de renda. No entanto, pela baixa frequência energética não seria possível sua utilização na localidade e assim o beneficio foi vetado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que disponibilizaria o maquinário. A inconstância energética ocasiona inclusive a queima de eletrodomésticos ocasionalmente, tendo em vista que os comunitários já sabem como diminuir os riscos de perda do equipamento elétrico, 38% dos entrevistados confirmaram já ter perdido equipamentos elétricos por queda de energia. A queda de energia já ocasionou inclusive a perda total da casa de dona Aparecida (figura 21). Com a queda de energia houve um curto-circuito na residência, ao perceberem o fogo já tia se formado, só foi possível sair da casa. Os comunitários se reuniram fizeram arrecadações e ajudaram na construção de uma nova moradia para dona Aparecida.

Figura 21: Casa incendiada resultante de curto-circuito elétrico.



Fonte: Ana Cristina do Nascimento, 2016.

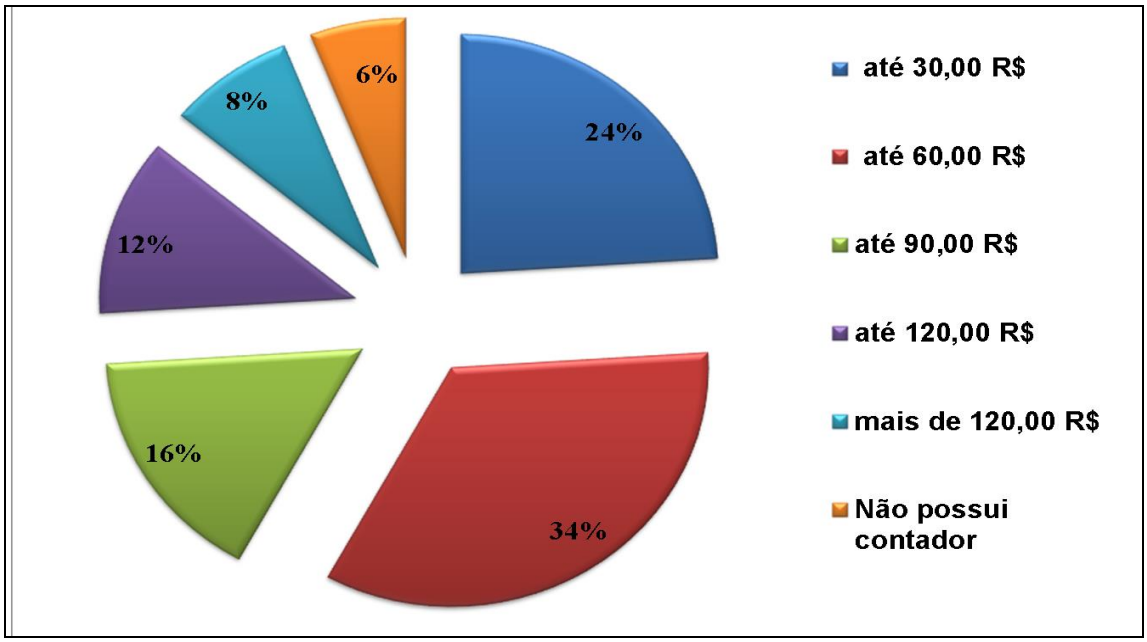
A trefilação da rede, de acordo com os especialistas, seria a solução para a melhoria da qualidade da energia na comunidade, de acordo com o prefeito é um anseio realizar esse processo na rede elétrica das comunidades do município:

> [...] foram 218 km de energia elétrica toda construída pelo recurso da Prefeitura. [...] Hoje 95% do Careiro já tem energia. Mas hoje nossa dificuldade na energia é a qualidade, não temos energia de qualidade. Nosso sonho é a trefilação dessa rede [...] Ainda tem comunidades que ainda não

> foram beneficiadas, mesmo com o Luz para Todos o Governo Federal ainda tá trabalhando, ainda não completou o trabalho. Como agora existe esse programa, as prefeituras já não podem ser respaldadas com esse tipo de trabalho, porque já existe o programa. (Pedro Duarte Guedes, caboclo, Prefeito em exercício, Pecuarista, pesquisa, 2017).

Ratificando o posicionamento do prefeito Pedro Guedes, os representantes da CEAM seguem a mesma linha de pensamento: "a Instalação de novos transformadores, trefilando a rede de distribuição, e não permitindo que mais de um consumidor seja ligado a um mesmo transformador, os transformadores da Zona Rural sempre são de 5KVA, por tanto foi dimensionado a penas para um consumidor" (Apolinário da Silva Brandão, pesquisa, 2017). Além da trefilação, o Sr. Apolinário também aponta que existem casos em que um mesmo contador abastece mais de um usuário, sendo que este é projetado para suportar somente um usuário, ou mesmo há ocorrências de ligações clandestinas. E de fato existe esse tipo de ligação clandestina na comunidade, que pode ocorrer por diversos fatores. Quando a energia elétrica foi instalada na comunidade não havia cobrança de valores pelo serviço, dois anos após, começaram a ser cobradas taxas. Atualmente o valor médio consumido pelas famílias é de R$ 60,00 (sessenta reais) conforme a figura 23.

Figura 22: Valor médio da conta de luz.



Fonte: Pesquisa, 2016.

O gráfico mostra que o valor médio cobrado pelo consumo de energia é de até R$ 60,00 (sessenta reais), entretanto, há quem consuma mensalmente mais de R$ 120,00 (cento e vinte

reais) apesar de ser uma pequena quantidade, há os que utilizam muitos equipamentos domésticos que dispõem de alto índice de consumo. Apesar de ser um valor relativamente baixo em relação aos valores médios cobrados na capital, tendo em vista que de acordo com o representante da CEAM todas as empresas do setor elétrico são controladas pela agência reguladora ANEEL, e, portanto não existem consumidores taxados, a empresa tem a obrigação de instalar medidores em todas as residências, o consumidor só é taxado ou cobrado pela média na falta do medidor, a tarifa é uma só na capital, municípios e localidades. Há uma alternativa para os ribeirinhos que estiverem dentro do padrão descrito no BOX 03, com a inscrição no programa tarifa social de energia podem ter o valor de cobrança reduzido.

BOX 03: Tarifa Social de energia.

O que é a tarifa social de energia? É um benefício social criado pelo Governo Federal para beneficiar as unidades residenciais de famílias com baixa renda. Consiste na redução da tarifa de consumo de energia elétrica em até 65%. Para Indígenas e Quilombolas até 100%, do valor cobrado com a aplicação da tarifa residencial sem o benefício. Foi instituída por meio da Lei Federal Nº 10.438 de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010.

Quem tem direito? Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo (R$362,00) nacional; Família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica; Famílias que tenham entre seus moradores quem receba o Benefício de Prestação Continuada da assistência social- BPC: Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais e com renda familiar de até ¼ do Salário Mínimo (R$ 181,00) por pessoa, com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) ou Número do Benefício (NB); Indígenas e Quilombolas com NIS.

Atenção: O tipo de ligação da unidade consumidora pode ser mono, bi ou trifásica, independentemente do valor consumido; Cada família tem direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE em apenas uma unidade consumidora.

Como funciona o benefício?

Para parcela de consumo de energia elétrica	O desconto será de
Inferior ou igual a 30 kWh/mês	65%
Entre 31 e 100 kWh/mês	40%
Entre 101 e 220 kWh/mês	10%
Superior a 220 kWh/mês	Não haverá desconto

Indígenas e Quilombolas: terão descontos de 100% para consumo de até 50kWh/Mês. Se o consumidor não possui o NIS - Número de Identificação Social, deve procurar os postos de cadastramento na prefeitura de seu município (Centro de Referencia e Assistência Social- CRAS); Se o consumidor possui NIS, mas não possui ainda o cartão, será aceita Declaração da Prefeitura, constando o NIS e o nome do Titular do Benefício.

Cadastramento: não existe limite de prazo. O consumidor pode se cadastrar a qualquer tempo para usufruir do benefício da tarifa social de energia, desde que atenda aos pré-requisitos de classificação e apresente a documentação necessária.

Relatório e atestado médico: O relatório e atestado subscrito por profissional médico, de que trata o inciso IV do caput, deve: I - ser homologado pela Secretaria Municipal de Saúde, nos casos em que o profissional médico não atue no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS ou em estabelecimento particular conveniado; II - certificar a situação clínica e de saúde do morador portador da doença ou da deficiência, bem como a previsão do período de uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica e, ainda, conter as seguintes informações: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID; número de inscrição do profissional médico responsável no Conselho Regional de Medicina – CRM; descrição dos aparelhos, dos equipamentos ou dos instrumentos utilizados na residência que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica; número de horas mensais de utilização de cada aparelho, equipamento ou instrumento; endereço da unidade consumidora; Número de Identificação Social – NIS. Quando o consumidor solicitante se enquadrar neste perfil, digitalizar o relatório médico e enviar para christina.mesquita@eletrobrasamazonas.com, para análise.

Pré-cadastro: Se o consumidor for beneficiário de algum programa social do governo federal, a confirmação do seu cadastro para recebimento da Tarifa Social de energia elétrica será efetuado após a verificação do atendimento aos critérios de elegibilidade, conforme disposto em Norma específica, em atendimento à Lei 12.212/10. Abrir Ordem de Serviço 505 "Validação do Cadastro Baixa Renda" fase 27, e encaminhar para o NBX – Núcleo Baixa Renda, Fase 27, especificando, no campo Observações, o número do NIS/NIT/NB, o grau de parentesco com o titular da fatura (se for o caso), CPF e demais informações que julgar necessárias. Não precisa anotar nome nem número de dependentes, idade dos mesmos, valor do benefício recebido. Estas informações constam do Cecad e serão verificadas quando da análise do NIS.

Fonte: Eletrobras Amazonas, 2017.

De acordo com o sistema da agência do Careiro da Várzea, as faturas vencidas de 2 até 3 meses totalizam 1.687; com um valor correspondente de R$ 102.744,50; vencidas de 3 até 6 meses totalizam 4.324; com um valor correspondente de R$ 202.560,10; vencidas de 6 até 12 meses totalizam 23; com um valor correspondente de R$ 3.899,57; vencidas a mais de 12 meses totalizam 4; com um valor correspondente de R$ 121,74. O total da inadimplência em dezembro de 2016 era de 6.038 faturas correspondentes ao valor de R$ 310.325,91. Esse quadro apresentado pelo Sr. Apolinário mostra que existem outras comunidades do Careiro da Várzea que passam pela mesma dificuldade quanto ao pagamento do fornecimento energético. É interessante destacar que no gráfico presente na figura 23, existe um percentual que não dispõe de contador, dentre estes houve explicações de que aguardavam a instalação do contador e outros que não poderiam pagar.

Figura 23: Funcionário da CEAM coletando informações do contador sobre o consumo mensal de energia da casa.

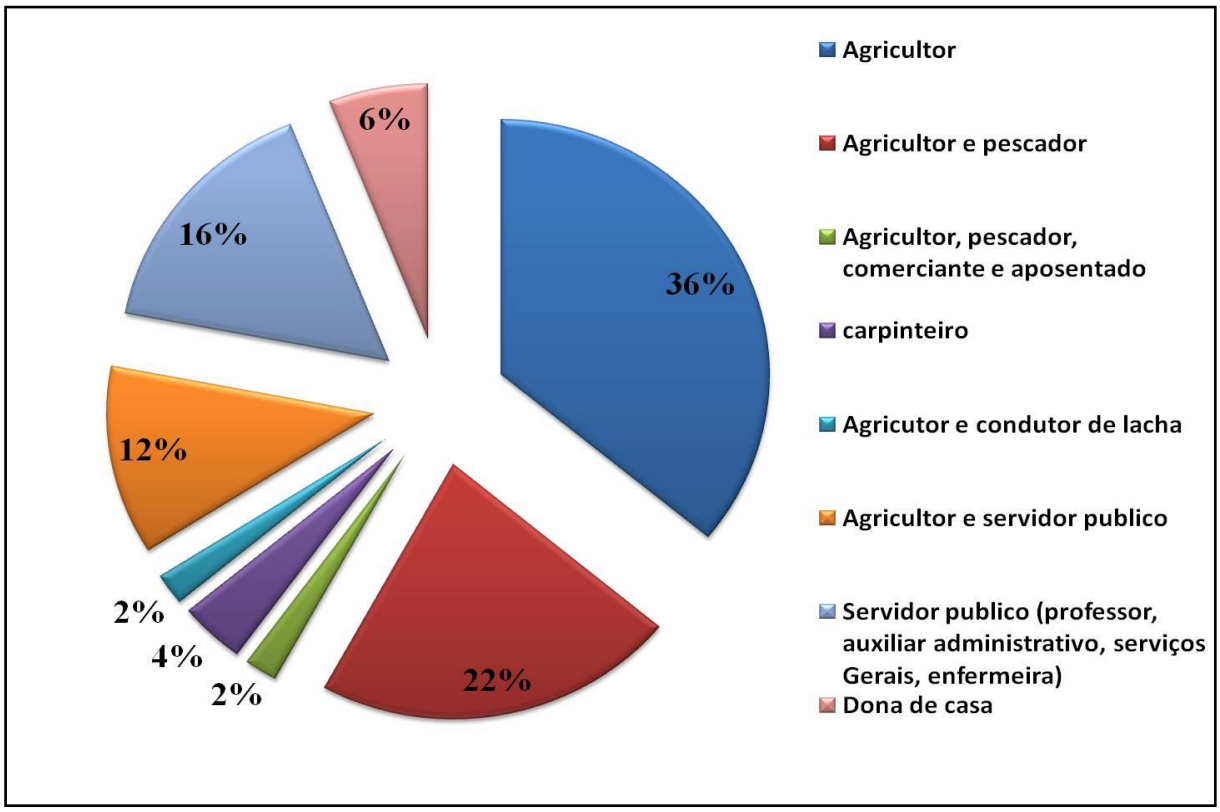


Fonte: Pesquisa, 2016.

Considerando que a maioria dos moradores da comunidade são agricultores (Figura 25) e sua renda mensal é de em média até dois salários mínimos (que equivalem a R$ 1.760,00 reais), que são empregados em compras de alimentos, pagamento de energia, cota de água encanada, transporte para outras localidades, sementes e materiais de trabalho, vestimentas e

calçados. Nem sempre é possível pagar todas as contas, assim algumas pessoas recorrem às ligações clandestinas. Destarte se tratar de um número pequeno de ribeirinhos que recorrem a essas alternativas (e existem também outras situações que podem motivar a ação) e durante a pesquisa houve poucas reclamações referentes ao custo da energia. E no caso de falta de pagamento ou atraso por mais de três meses, ocorre o corte do abastecimento energético pelos agentes da CEAM.

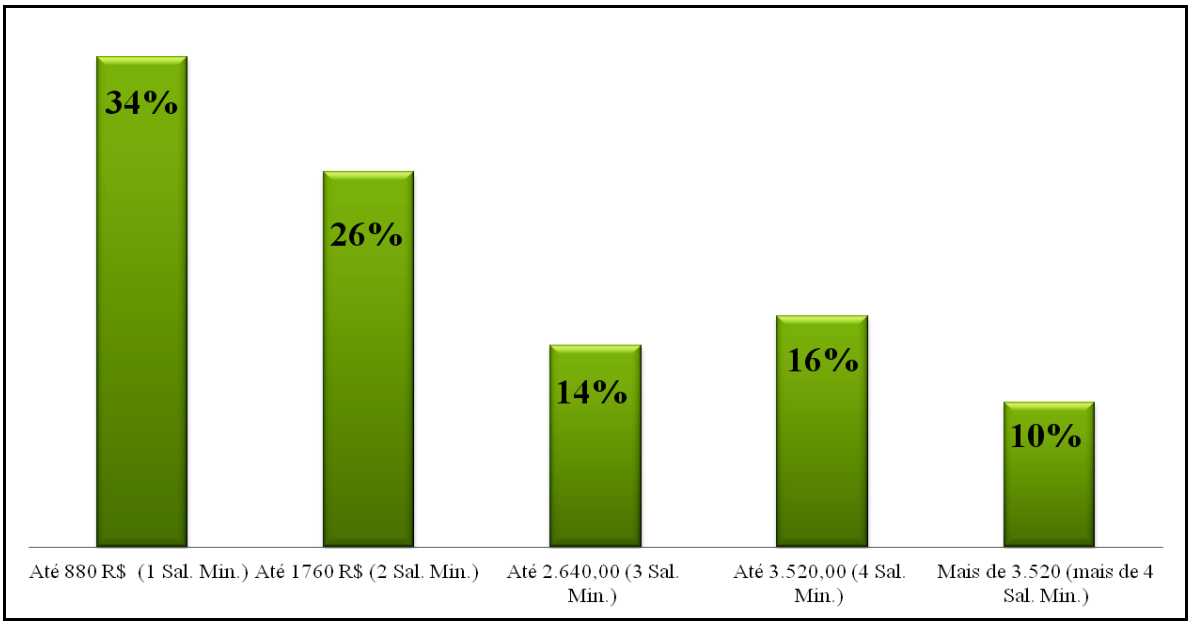
Figura 24: Ocupação.



Fonte: Pesquisa, 2016.

A figura 25 mostra a ocupação laboral dos moradores da comunidade São Francisco, nota-se que a maior parte dos entrevistados confirmou ser agricultor, havendo variações combinadas à agricultura. Uma das principais características do camponês amazônico é a polivalência (WITKOSKI, 2009), pois realizam diversas atividades combinadas à agricultura, todos os entrevistados dominavam o trabalho com a terra, mas nem todos faziam dessa atividade sua ocupação laboral. Esses dados comprovam como, mesmo com a chegada de novos elementos com a energia elétrica, seu *habitus* camponês permaneceu alicerçado.

Figura 25: Renda familiar.



Fonte: Pesquisa, 2016.

A renda familiar do camponês amazônico morador da comunidade São Francisco, é em média de 1 a 2 salários mínimos, como podemos observar na figura 26. Entretanto esse valor é muito variável na comunidade, pois, existem famílias com grande numero e existem famílias pequenas. Há famílias que moram em uma mesma casa, que se estenderam, por exemplo: pais que tiveram filhos e esses filhos por sua vez constituíram nova família e essas famílias se agregam em uma só moradia disposta em vários quartos que se tornam casas individuais dentro de uma casa só, constituindo-se várias famílias dentro de uma só.

Com o passar dos tempos, as casas que se apresentavam com um único cômodo, encontram-se subdivididas, é comum encontrar grandes casas que dispõem de quartos, sala, cozinha, banheiro e varanda. A varanda é um espaço encontrado comum em todas as residências campesinas, nela geralmente é o local de lazer onde se encontram redes para o descanso da tarde e onde se recepciona as visitas. Durante o período de cheia, a varanda passa a ter maior importância, principalmente quando a água alcançar altos níveis, pois várias atividades que eram realizadas em terra passam a ser realizadas nela (figura 27). A varanda é também o espaço onde podem ser estendidas roupas lavadas para secar e jiraus com plantas medicinais, hortaliças e plantas ornamentais.

Figura 26: Ribeirinho adaptando o fogo para assar o peixe na varanda durante a cheia/ família realizando a separação da produção para venda.



Fonte: Ana Cristina do Nascimento/ Pesquisa 2016.

A sala é o local onde se assiste à televisão, todos se reúnem ao final do dia para assistir à programação, durante o dia quando os moradores possuem atividades em horários diferentes, em tempos vagos geralmente descansam sentados no sofá ou em cadeiras que ficam na sala. Nela se encontram grande parte dos equipamentos eletrônicos como televisão, aparelho de som, DVD, ventilador. A cozinha é o local em que são preparados e consumidos os alimentos, encontramos certa quantidade de eletrodomésticos como a geladeira, fogão com acendimento elétrico, liquidificador e freezer. Existem outros equipamentos encontrados com menor frequência dentre os quais é citado a batedeira e a sanduicheira. No quarto, um eletrodoméstico comum a todos é o ventilador, se a família dispuser de melhores condições financeiras é instalado o ar condicionado, se houver computador na moradia este é instalado no quarto, assim como impressoras; ferro de passar roupas, carregadores de celular e se for quarto feminino, é possível encontrar chapa de cabelo e secador. O banheiro dentro de casa é um cômodo relativamente novo na casa do ribeirinho, tendo em vista que antes não havia água encanada, sendo o sistema hídrico inviável, mas, agora possível. Algo interessante referente a esse cômodo é que é o único local da casa construído em alvenaria, nele encontra-se a máquina de lavar roupas. Em todas as casas visitadas foi possível observar essa característica comum, pois com a utilização constante da água no banheiro, a madeira deterioraria rapidamente e estaria sempre precisando de reparos.

É possível encontrar casas de alvenaria, no entanto são raras. Mesmo com possibilidades financeiras de construção, grande parte dos camponeses tem preferência por casas de madeira pelo frescor que estas apresentam. A alvenaria além de custar mais caro, acumula muito calor e deixa a moradia mais quente, no clima amazônico que varia entre 35º a 40º certamente o material mais fresco é mais viável e confortável. As redes são outro elemento que permanece na residência do ribeirinho, mesmo com camas, a preferência pela rede é perceptível, pois assim como a madeira, a rede favorece o frescor e a possibilidade de embalo, o que o colchão não possibilita. O que se percebe é que as moradias permanecem com as características tradicionais, mas acrescida de elementos modernos e facilitadores do cotidiano, diferente do que se imagina, pode se encontrar casas totalmente modernas nas comunidades ribeirinhas, mesmo construídas em madeira, como na imagem 29. O cômodo agregado foi o banheiro somado às fossas construídas para não contaminação da água do rio (figura 28).

Figura 27: Fossa.



Fonte: Pesquisa, 2016

Figura 28: Casa ribeirinha com elementos modernos.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Tendo em vista à aquisição de novos equipamentos que passam a chamar a atenção de pessoas mal intencionadas e a própria insegurança do mundo atual, uma das questões mais complexas é a falta de segurança, pessoas externas passam a frequentar a comunidade, e ladrões que vão da cidade com o objetivo de roubar. A comunidade sempre foi vista como um lugar de segurança e tranquilidade, entretanto a modernidade líquida apresenta incertezas e

insegurança (BAUMAN, 2005). Mais grave que os roubos são os assaltos que ocorrem com arma de fogo, pois o não cumprimento do solicitado pelo assaltante pode resultar em fatalidade. Durante o período em que passamos na comunidade ocorreram dois assaltos. O primeiro foi contra a equipe da companhia elétrica que iria realizar vistorias na comunidade, quando os técnicos que estavam em uma lancha da companhia, foram abordados no meio do rio por assaltantes que estavam em outra lancha. Apontaram armas de fogo aos técnicos, os rendendo e os jogando no rio, e por fim fugindo com a lancha da companhia. Ambos técnicos sabiam nadar e conseguiram chegar à praia sem ferimentos.

Outro caso ocorreu quando uma família foi rendida em meio ao rio por assaltantes. Um grupo de comunitários que estavam a caminho do campo de futebol em uma embarcação percebeu o ocorrido a distância, compreendendo que se tratava de um assalto, retornaram a sua casa sacaram a espingarda que possuíam e retornaram para render os assaltantes que já estavam em fuga, entretanto os ribeirinhos conseguiram alcança-los a certa distancia e dispararam tiros contra os infratores que se jogaram no rio, dois foram atingidos e a embarcação foi recuperada. A ação impulsiva dos ribeirinhos poderia não ter sido exitosa e ter um desfecho trágico, mas como não há alternativa se não agir por conta própria, resolveram defender a comunidade.

É comum para quem possui rabeta ou motor de poupa guardar os equipamentos em suas residências, mesmo em períodos de praia grande, pois é corriqueiro o roubo desses equipamentos, mesmo que haja um vigia que os monitore. Em períodos de festejo é comum a circulação de pessoas de fora da comunidade, existem aqueles mal intencionados que vão apenas observar a comunidade. Nos tradicionais torneios de futebol, muitas pessoas externas perpassam a comunidade, não há como haver controle de agentes externos, entretanto não há nenhum tipo de segurança por parte do governo para as comunidades. “A polícia fica na sede do município né, aí até que ela chegue aqui já aconteceu, o certo seria barrar esses “caras”, mas não tem como, eles atravessam de Manaus pra vir roubar a gente aqui” (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).

Durante a pesquisa de levantamento de equipamentos elétricos, pesquisou-se ainda sobre os equipamentos facilitadores utilizados pelos camponeses para contribuir com as atividades (tabela 5). O equipamento mais utilizado pelos comunitários é a rabeta, pela viabilidade e preço. O segundo colocado é a motocicleta, que é um novo elemento em meio à dinâmica camponesa, tendo em vista a vasta extensão entre as comunidades, o transporte realizado por uma moto é eficiente e não apresenta tantas dificuldades para transportar

pessoas sobre a lama escorregadia formada em períodos de chuva. A moto é utilizada para trabalho em períodos festeiros, quando o proprietário faz frete de transporte conhecido como mototaxi onde a corrida custa em média R$ 5 (cinco reais). O motor de Popa é muito eficaz, entanto nem todos dispõem de recurso para comprar, por isso aparece em terceiro ligar. Já a roçadeira e a bomba elétrica são utilizados na produção. Esses equipamentos são muito visados por ladrões principalmente pelo alto custo.

Tabela 5: Equipamentos facilitadores adquiridos.

ITEM	Quantidade			
	1	2	3	Não possui
Rabeta	55,32%	0,00%	0,00%	44,68%
Motocicleta	36,17%	6,38%	2,13%	55,32%
Motor de poupa	40,43%	0,00%	0,00%	59,57%
Roçadeira	32,16%	0,00%	0,00%	67,84%
Bomba elétrica	46,66%	0,00%	0,00%	53,34%

Fonte: Pesquisa, 2016.

Outro agravante é que a comunidade está disposta bem à frente do bairro de Manaus Poraquequara, onde se encontra uma cadeia pública, há relatos de presos fugitivos que se esconderam próximo à comunidade, apesar de o rio ser extenso, há possibilidade de conseguir uma embarcação ou travessia a nado. Os comunitários ressaltam que essas questões de insegurança estão sendo intensificadas a cada dia que passa, e é uma das maiores preocupações atuais. “O roubo e a violência ta terrível. Mas é povo de fora, semana passada mataram três ladrões ali pra baixo, a comunidade se junta e mata. Aqui já roubaram minha canoa e meu motor que ficava na beira. Tá perigoso.” (João Procópio da Silva, agricultor, aposentado, 72 anos, pesquisa, 2016).

Essas pessoas que transitam pela comunidade em muitos casos são vendedores de droga, Ana Celma Lima do Nascimento, relatou que essa é uma questão relativamente nova na comunidade, entretanto, já alcançou certo número de jovens comunitários, o que preocupa tanto a comunidade, quanto as famílias.

Assim como novas questões complexas surgem na vida social, novos elementos são inseridos também na alimentação campesina:

> Galinha, ovo, farinha, ia daqui pra lá, não de lá pra cá. Agora tá tudo invertido. A alimentação era mais natural. Não tinha assim tanta fartura, mas hoje a gente tem fartura, mas desclassificada. Tudo industrializado, não tem substancia. A carne, matava-se um boi por semana, por exemplo, meu avô dizia essa semana vou matar um boi, e ninguém mais matava que era pra todo mundo comprar dele, na outra semana outro matava e assim

> sucessivamente, pra abastecer a comunidade. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

Seu Alcimar recorda quando havia grande diversidade de produtos alimentícios que eram vendidos pela comunidade e ressalta que as questões se inverteram, pois antes o campo abastecia a cidade, agora, no entanto a cidade abastece o campo. Com a possibilidade de armazenamento e conservação, os frangos congelados vindos dos frigoríficos passam a compor a nova dieta alimentar do ribeirinho, doces, refrigerantes, enlatados, processados, todos os alimentos que são rápidos de fazer, mas ao mesmo tempo se mostram um risco à saúde pela quantidade de conservantes, sódio e gordura e a pobreza em nutrientes. Essas questões refletem fortemente na saúde. Seu Raimundo destaca que "antes a gente tinha essas duas doenças: frieira e desinteria, agora é tanta da doença: é diabetes, é hipertenção, é colesterol, é coração, é infarto. Difícil alguém dizer que não dói em algum lugar." (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016). Novas doenças passam a surgir no cotidiano do ribeirinho decorrente da alimentação inadequada, como bem exemplificou seu Raimundo. O consumo desses produtos pelo ribeirinho ocorre pelo preço acessível e pela facilidade no preparo, entretanto é um reflexo negativo.

Recentemente foram trocados os postes da comunidade, de postes de madeira para postes de fibra, tendo em vistas as cheias que levam água até o poste deteriorando-o e deixando a população em risco de queda do poste. Assim, foram trocados todos os postes que ainda eram de madeira, conforme vemos na figura 30:

Figura 29: Técnico da CEAM realizando a troca de postes.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Referente à origem do nascimento dos campesinos entrevistados, constatou-se que 72% dos moradores são naturais da comunidade sendo que destes, 36% confirmaram terem nascido com parteira. Os dados apresentam um panorama de permanecia dos comunitários e também fortes características tradicionais comunitárias, como o nascimento com parteira, que era muito comum ocorrer na comunidade. Os 28% de entrevistados que declararam não terem nascido na comunidade, representam os novos moradores que passam a surgir no espaço comunitário, agora com novas possibilidades, a procura por um espaço é maior, principalmente pelo fato de a comunidade está situada em frente à cidade de Manaus e possuir uma grande praia em períodos de seca. Existem moradores que procuram comprar casas na comunidade apenas para períodos de lazer.

Esses dados reiteram que grande parte dos camponeses permanecem na comunidade São Francisco, entretanto com a chegada da energia elétrica, novos elementos externos e novas relações são formadas, mas o principal permanece: o sentimento de pertencimento e de relacionamento com a meio ambiente, a racionalidade ambiental de respeito e simbiose com a natureza. Assim entende-se que a chegada da energia propícia várias vias de cambio cultural e simbólico, mas isso faz parte da cultura, o dinamismo, os novos elementos que proporcionam a chegada mais fortemente da modernidade não mudam a mesma. É por meio do rio que há a penetração de pessoas, mercadorias e serviços. É Pelo rio chegam produtos da floresta, e ele próprio fornece produto: o peixe. Mas por ele também chegam os objetos e as mercadorias industrializadas vindos de lugares distantes. Ele permite a chegada de novos elementos, da modernidade e do próprio cambio cultural. Neste hibridismo, a comunidade ribeirinha conhece o conteúdo urbano sem se desvincular do rural. O rio na verdade é o meio que permite a materialização da relação entre os distintos lugares e tempos.

CAPITULO III

PARA ALÉM DA LÂMPADA ELÉTRICA: AS METAMORFOSES DO MODO DE VIDA COMUNITÁRIO HOJE

> A identidade terrestre e a antropolítica não poderiam ser concebidas sem um pensamento capaz de ligar as noções separadas e os saberes compartimentados. Os conhecimentos novos que nos fazem descobrir a Terra-Pátria - a Terra-sistema, a Terra-Gaia, a biosfera, o lugar da Terra no cosmos - não terão nenhum sentido enquanto estiverem separados uns dos outros. Repetimos: a Terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, na qual a vida é uma emergência da história da Terra e o homem uma emergência da história da vida - terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma redutora nem de forma separada. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. O ser humano, ao mesmo tempo natural e sobrenatural, tem sua origem na natureza viva e física, mas emerge dela e se distingue dela pela cultura, o pensamento e a consciência. (MORIN, 2011. P.15)

3.1 O mais velho: antigos e novos sentidos da vida

Status, conforto, dinheiro, exposição, insegurança, falta de tempo, angustia, solidão, vazio. Questões de grandes contradições permeiam o *modus vivendi* do homem pós-moderno, que não consegue se prender a nada por muito tempo. O nome Pós-Modernidade surge em 1979 com Lyotard, que a define como a recusa de narrativas longas sobre as coisas. Para Zygmunt Bauman (2003), não se chegou a uma pós-modernidade, o momento atual é pelo autor denominado de "modernidade líquida", a qual para Giddens (1991) é o momento em que

> [...] estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podermos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é "pós-moderna"; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de "pós-modernidade". (1991, p. 12-13)

No quadro contemporâneo, o homem compreende que a modernidade não cumpriu com o que se propunha. A ideia que havia se encontrado o caminho e a direção correta, foi derrubada, pois ao mesmo tempo em que havia crescimento econômico, desenvolvimento social, as contradições eram cada vez mais latentes. Bauman (1998) obteve suas principais conclusões sobre a "modernidade líquida" – como ele denomina a pós-modernidade – a partir do holocausto ocorrido na Alemanha onde, no extermínio os soldados eram pessoas normais, seres humanos que tinham uma vida comum, não monstros extraterrestres. O homem se ocupa com tantas atividades cotidianas que passa a se distanciar da reflexão moral, seu foco é de eficácia em resolver problemas. Permeado de atividades, esse homem não pode colocar no meio a uma questão moral, ou a angústia de não resolver o problema do sistema e o holocausto é o ápice dessa dinâmica.

Nunca o mundo foi tão rico financeiramente, e a miséria nunca foi tão explicita como hoje. A comunidade que abrigava segurança, solidariedade e união passa a ser dissolvida transformando-se em uma sociedade que é ligada apenas pela divisão do espaço social em que convivem. A Internet é a principal via de ligação entre as pessoas que podem ser excluídas do grupo de "convívio" em apenas um clique. Bauman (2003) destaca que as pessoas não conseguem desenvolver ferramentas de socialização eficientes o bastante para um diálogo presencial. O planeta se torna uno pela globalização, que o interliga em um novo cenário, definido pelas transformações nas tecnologias de produção, na comunicação, na informação e consumo, onde as pessoas e os objetos perdem o vínculo com seus territórios simbólicos e geográficos de origem.

> O desenvolvimento de nossa civilização produziu maravilhas: a domesticação da energia física, as máquinas industriais cada vez mais automatizadas e informatizadas, as máquinas eletrodomésticas, que liberam os lares das tarefas mais escravizadoras, o bem-estar, o conforto, os produtos extremamente variados de consumo, o automóvel (que, como indica seu nome, proporciona a autonomia na mobilidade), o avião, que nos faz devorar o espaço, a televisão, janela aberta para o mundo real e os mundos imaginários...
> Esse desenvolvimento permitiu o desabrochar individual, a intimidade no amor e na amizade, a comunicação do tu e do eu, a telecomunicação entre cada um e todos; mas esse mesmo desenvolvimento traz também a atomização dos indivíduos, que perdem as solidariedades antigas sem adquirir novas, a não ser anônimas e administrativas. (MORIN, 2011, p. 83)

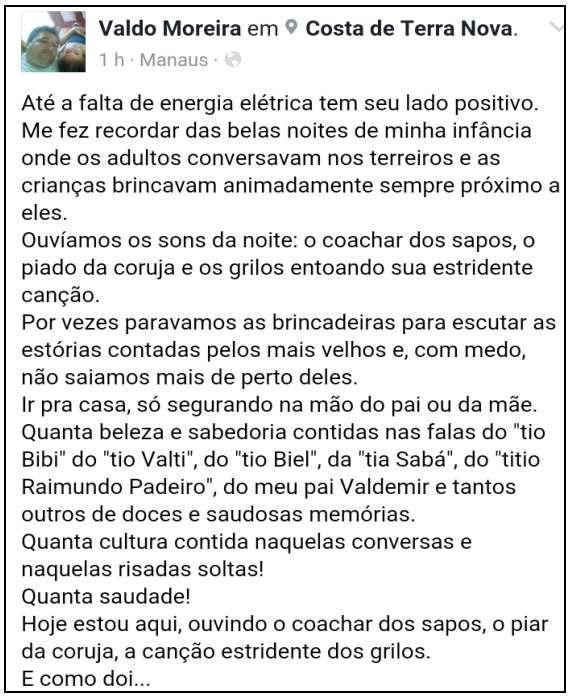
A chegada da energia em uma sociedade proporciona uma série de transformações, das questões mais necessárias na melhoria da qualidade de vida, quanto na própria relação interpessoal, como destacou Morin. A energia é o motor principal da modernidade, assim a

chegada da energia é também a chegada da modernidade mais incisivamente. Com ela, inúmeras facilidades e comodidades são possíveis, quando se tem acesso a seus bens de consumo, entretanto, as facilidades proporcionam certo distanciamento do outro, uma individualização maior e diminuição da socialização "Hoje em dia já tem computador, acesso à Internet. Éramos mais unidos, hoje, já com a Internet somos mais isolados, todo mundo fica no seu cantinho vendo seu Facebook, seu Instagram." (Rodrigo Miranda da Silva, 26 anos, ribeirinho, universitário, pesquisa, 2017). As novas formas de contato relacional se dão em grande parte via Internet, não sendo mais necessário o contato físico para resolver questões, ou mesmo dialogar sobre algum assunto.

> A energia foi uma solução e tanto para todos aqui da comunidade. Como falei ela trouxe tantos benefícios como a televisão, ar condicionado, celular, só que as pessoas pararam de se comunicar, antigamente as pessoas sentavam para jantar juntas, para conversar. Isso a energia tirou, se for para sentar junto, é para assistir uma televisão, se for para se comunicar, as pessoas fazem uma ligação, mandam uma mensagem por torpedo ou pelo WhatsApp, sendo este o ponto negativo, as pessoas param de se comunicar. (Bruna Nascimento de Miranda, ribeirinha, graduada em educação física, 23 anos, pesquisa, 2017).

Bruna vivenciou pouco do período em que não havia energia elétrica na comunidade, pois quando a energia foi instalada, estava com 8 anos de idade, mesmo assim recorda como se davam as relações, o ato de compartilhar as refeições, o diálogo e a dinâmica da vida compartilhada. Bauman (2003) reitera que a realidade é cada vez mais vivida e transmitida pelos aparelhos de comunicação, apegando-se a esses meios para assim ter mais relação com o outro, e acaba-se vivendo na solidão. O mecanismo de se conectar para não ficar só acaba individualizando o ser, e no mundo virtual, onde tudo é fluido, é prático e rápido, ser amigo e deixar de ser é uma questão de um clique. Os mais velhos, que vivenciaram todo o processo e vivem desde nascidos na comunidade relembram: "Antes da energia a gente visitava mais os vizinhos, tinha mais intimidade, tinha aquela amizade sabe? E hoje não, o pessoal fica mais acomodado, mais fechado" (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016). O professor Valdenir utilizou sua rede social para compartilhar lembranças de sua infância sem energia elétrica

Figura 30:Reflexões do Professor Valdo, recordando momentos de sua infância sem energia elétrica.



Fonte: Perfil pessoal de Valdo Moreira, disponível em https:// www.facebook.com/ valdo.moreira ?ref=br_rs visto em 20.12.2016.

Como não havia energia elétrica, os momentos à noite eram permeados de conversas entre os vizinhos, o mítico estava fortemente presente, iluminados pela luz do luar ou da lamparina os diálogos e as brincadeiras ocorriam. O núcleo familiar estava alicerçado no diálogo e respeito, assim "o que perdeu muito a família, foram os valores, com a tecnologia, a modernidade." (Adailza Martins de Vasconcelos, 42 anos, pesquisa, 2016), dona Adailza afirma que com a chegada da tecnologia e da modernidade, a família perde valores, dona Iracema corrobora com esse posicionamento voltado para criação familiar: "a criação doméstica era muito diferente dessa de hoje em dia. Hoje em dia, tudo é diferente, os filhos, a maioria não obedece aos pais, não respeitam os mais velhos. O negócio parece que passou pra trás" (Iracema Morais Moreira, agricultora, aposentada, 88 anos, pesquisa, 2016). Essa análise é feita por todos os entrevistados, segundo eles, antes havia mais respeito aos pais e mais velhos, atualmente com as leis de amparo à criança e ao adolescente não podem mais fazer correções da forma que faziam antes e isso fez com que a criação se tornasse deficiente e resultando na desvalorização do respeito à família e aos mais velhos.

Apesar da chegada de novas tecnologias a partir da inserção da energia elétrica que trouxe novas singularidades às relações comunitárias, essa é uma realidade parcial. O contato através de internet e celulares está mais voltado para os mais jovens que passam maior tempo

utilizando esses serviços, os mais velhos utilizam, porém de forma mais pontual, quando necessário. Apesar do distanciamento nas relações próximas, esses meios – celular, internet – possibilitam a aproximação e interação de pessoas distantes e até mesmo desconhecidos, e isso pode ser usado de forma favorável. Os professores Ana Cristina e Valdenir utilizam seus perfis no Facebook para publicizarem a cultura local, geralmente utilizando a *hashtag #soucabocloamargemdoencontro* ou informações sobre a realidade da viva ribeirinha, com isso proporciona a disseminação das tradições e belezas locais, proporcionam aos moradores da comunidade que fazem parte dessa rede social, satisfação e sentimento de orgulho do pertencimento, tendo em vista que as postagens são recheadas de comentários positivos e desejo em conhecer a comunidade.

Por meio de equipamentos que possibilitam a aproximação dos distantes e de certa forma o distanciamento dos próximos, isso ocorre porque a modernidade trabalha com a descontinuidade entre as ordens sociais tradicionais e as instituições sociais modernas para ganhar espaço. O meio que a modernidade utiliza para realizar a descontinuidade é denominado como "mecanismos de desencaixe" por Giddens (1991). Esses mecanismos permitem que ações possam ser realizadas em um ponto específico do tempo e do espaço e tenham consequências em pontos indefinidos do tempo e do espaço. Assim a "localidade" ou o "lugar", desde então, sofreria influências de outros lugares sem um vínculo necessário com o tempo.

A inserção desses mecanismos de desencaixe se dá pelo desenvolvimento e ampliação dos meios de comunicação, durante o levantamento de bens de consumo presentes na comunidade, pôde se identificar a presença de alguns desses viabilizadores dos mecanismos de desencaixe como televisão (presente em 95,74% das moradias camponesas da comunidade), celulares (onde 85,11%, dos entrevistados possuíam), internet (utilizada por 59,57% dos comunitários) os quais foram fundamentais para a relação entre o tempo e o espaço, assim como a redução das distâncias possíveis por meio de meios de transportes cada vez mais ágeis, no caso do ribeirinho como a rabeta (presente em 55,32% dos lares entrevistados) e voadeiras – motor de poupa (presente em 40,43% das famílias) e agora a presença de motocicletas (em 44,68% das casas entrevistadas) o que proporcionam a "convergência de tempo e espaço" (GIDDENS, 1991, p. 133). Nota-se que o camponês amazônico está permeado por meios que proporcionam mecanismos de desencaixe, que, no entanto usam a seu favor para proporcionar mais fortemente a sua relação com o meio onde vivem:

> Eu pego a minha voadeira em 15 minutos já estou na Ceasa, em meia hora já estou lá onde trabalho na avenida das torres, tem pessoas de lá que dizem: - Não sei como tu aguenta todo dia isso; Eu respondo: - Eu não sei é como tu aguenta isso de duas horas pra ir e duas pra voltar dentro do ônibus. Não têm vida melhor que isso aqui não. (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).

O professor Aldemir faz o trajeto diariamente entre a cidade e a comunidade utilizando sua voadeira que rapidamente o leva até a cidade, de onde segue com outro transporte. Essa atividade poderia fazê-lo sentir o desejo em sair da comunidade e morar mais próximo de seu local de trabalho, de romper os laços com a comunidade, porém do contrário, proporciona ainda mais o sentimento de pertencimento ao meio onde vive.

O camponês amazônico da comunidade São Francisco está permeado ainda por outros mecanismos utilizados pela modernidade como mecanismos de desencaixe: as fichas simbólicas, que são os meios de troca e de circulação, sendo o dinheiro o fundamental desencaixe para a vida moderna; e os sistemas peritos, que se referem aos "sistemas de excelência técnica" ou "competência profissional" que agrupam e organizam o saber teórico e prático em grandes áreas de conhecimento. Os sistemas peritos atuam como mecanismos de desencaixe porque removem as relações sociais das imediações do contexto (GIDDENS, 1991, p. 30-37).

Com a inserção desses novos elementos modernos, algo que passa a fazer parte da dinâmica do camponês é o consumo. Para Milton Santos (1987), a grande tarefa atual é o entendimento e fortalecimento da crítica ao consumismo e o retorno da compreensão às tarefas da cidadania, no caso da comunidade, a questão de cidadania é fortemente compreendida. Quando Santos (1987) destaca a questão da cidadania ressalta os compromissos do Estado na saúde, educação, moradia e lazer tornando-se cada vez mais mercadoria, o que ocorre de forma veemente na cidade, entretanto na comunidade as lutas são voltadas exatamente para que o Estado cumpra seu papel e garanta os direitos aos cidadãos. No entanto, a questão do consumo é algo que pode ser destacado nessa comunidade que passa a ter novas possibilidades. Santos (1987) nota que a primeira reação da população é a do consumo, como ocorreu na comunidade após a chegada da energia elétrica sendo algo normal, pois agora era possível a utilização de elementos facilitadores da vida que só poderiam ser possíveis pela compra ou, dificilmente, pelo ganho de parentes ou amigos. A questão se torna discutível quando esse consumidor passa a consumir de forma permanentemente, levando o consumo como um sinônimo de cidadania pela possibilidade de aquisição de bens de

consumo. Ora não se torna cidadão pela aquisição de mais ou menos bens de consumo, do contrário ser cidadão é ser um sujeito dotado de direitos e participante ativo da sociedade.

Durante a catalogação de bens de consumo, detectou-se a presença em quantidade de alguns equipamentos como Televisões, Computadores, Celulares, Ventiladores, Ar condicionado, Rabeta, Motocicleta, DVDs e Rádio. Com a fase de adaptação inicial passada, a comunidade vive um momento de aquisição de bens mais valorados e voltados para o conforto como é o caso do ar condicionado, outros equipamentos facilitam a locomoção e já são vistos em grande número na comunidade, como é o caso das motocicletas que transportam pelas estradas e os proprietários oferecem o serviço de Moto taxi, assim como na cidade, por um valor médio de R$ 5,00 (cinco reais). Entretanto, outros bens são comprados apenas para somar aos aparelhos, tendo pouca utilização como os DVDs, raramente usados, ficam obsoletos funcionando apenas como ornamentos, principalmente as famílias que possuem antena parabólica ou TV a cabo. O mesmo ocorre com os rádios. Apesar de não ser uma questão latente e expressiva como ocorre na cidade, o consumo em excesso já passa a fazer parte da vida de algumas famílias camponesas da comunidade São Francisco.

Dentre tantos novos elementos incorporados à dinâmica do camponês amazônico após a chegada da energia elétrica, supunha-se que à sua produção seriam inseridos equipamentos modernos que permitiriam melhorias. Em parte, alguns novos equipamentos puderam contribuir para a melhoria do plantio como a bomba elétrica que contribui para a irrigação das plantas, entretanto não existem outros mecanismos de maior favorecimento ao plantio. Nesse sentido o sistema produtivo realizado na comunidade manteve as características tradicionais (figura 32) sendo realizado pelo núcleo familiar da mesma forma que Chayanov (1966) descrevera, apesar de haver certa quantidade de adolescentes e crianças que não participam mais do processo e de outros jovens que saem da comunidade para estudar. Os mutirões também dificilmente são vistos. Muitos agricultores passaram a produzir somente um tipo de produto, seus instrumentos empregados na produção são tradicionais, como o facão e a inchada, ainda não houve a introdução da mecanização na produção.

Figura 31: Plantação de Chicória com técnicas de sombreamento tradicionais.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Entretanto um fator novo tem sido fonte de preocupações entre os produtores: os agrotóxicos. Antes, a adubagem da terra e todo o processo de expulsão de pragas eram feito de forma orgânica, mas com o passar dos tempos a resistência das pragas fez com que o camponês amazônico da comunidade São Francisco passasse a utilizar agrotóxicos, chamados de "venenos".

> [...] É por causa do progresso né? Não existia roçadeira, então eles roçavam de facão, aí roçava aquele pedacinho, plantava né? Aí hoje em dia ele usa o veneno pra desmatar, ele usa o Glicosfato ou Tordo ele desmata uma grande área. Olha isso causa uma mutação. Eu já vi animal se multar, se eu coloco um veneno nas minhas plantas hoje, daqui uma semana os insetos já se acostumaram, aí já tem que mudar, e isso tem causado uma série de prejuízos pra nós. Recentemente eu abandonei um couval, porque não adianta eu mandar uma couve daquela pra vender toda furada. Eu comecei usando Cartapi, que é um veneno caríssimo, não deu jeito. Aí usei o Escori, não deu jeito. Usei Pirati que é altamente tóxico, pra usar ele tem que ser com luva e Máscara. Aí eu desisti, porque eu vi que ia prejudicar minha vida e a de quem vai consumir. Antes não precisava usar essas coisas. Já tentei usar coisas naturais, mas dura pouco, com dias já se acostumaram. (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).
>
> Antes não tinha tanta praga nas plantações, a gente plantava normal, agora se não for com remédio, agrotóxico, não dá pra plantar, eles empestam a plantação e só tem a aumentar. A senhora acredita que eles se acostumam com o veneno? Se a senhora não mudar eles se acostumam, aí tem que mudar e colocar mais forte. O couve tem que ter veneno pro caracol, pro rói rói e pra pinta preta (...) as plantas tão cheias de veneno, a Mercedes lava a couve com sabão e ainda deixa de molho no vinagre (...) Porque tão adoecendo tanto? Porque está tudo contaminado. Tem veneno que vem rezando na bula 15 dias pra você colher, e eles botam hoje e colhem amanhã,

> e quem comer o que vai acontecer? Naquela época não tinha essas coisas, a terra tá envenenada, o ar tá envenenado. Do jeito que tá a gente não pode fazer muita coisa, o que tem que fazer é respeitar, respeitar a natureza porque ela tem as leis dela, obedecer. O pior é que o ser humano se acostuma, ninguém mais se assusta de ver coisas ruins acontecendo, tudo se acabando e ele... (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

De acordo com relatório de Direitos Humanos no Brasil 2012, o Brasil lidera desde 2009, o consumo mundial de agrotóxicos e, atualmente, responde – sozinho – pelo consumo de um quinto de todo o agrotóxico produzido no mundo. Essa dimensão tem levado o país a uma epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais, seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo a que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas. Seu Aldemir declara que esse processo é decorrente do "progresso" o veneno viabiliza o processo mais rapidamente, por outro lado ocasiona, inclusive, mutações nas pragas que passam a vir mais resistentes.

Apesar de a produção campesina da comunidade São Francisco ser de pequeno porte, a utilização de agrotóxicos é feita com pulverizadores e atinge a saúde tanto do aplicador quanto dos que se encontram por perto. O problema é extremamente grave. Pois, segundo o SINITOX (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde), no período entre 1999 e 2009 houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país – 5.600 intoxicações por ano, ou 15,5 por dia, ou uma a cada 90 minutos. Nesse mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2.300 tentativas de suicídio por ano, ou uma média de seis por dia, tendo por "arma" algum tipo de agrotóxico. Acrescenta-se aos dados, que há no Brasil uma subnotificação dessas intoxicações da ordem de 1 para 50 – onde para cada caso de intoxicação notificado, há cerca de 50 não notificados. Além disso, os casos crônicos, ou seja, de doenças crônicas advindas da exposição constante aos agrotóxicos, dificilmente são notificadas (Bochner, 2007).

Os reflexos da utilização do agrotóxico já apareceram na comunidade. "O médico disse que meu pai ficou doente por causa do veneno. Ele contava que um dia ele foi pulverizar sem bota, aí o veneno caiu e virou uma coceira, dessa coceira virou ferida e não sarou mais, ele foi perdendo os dedinho, os pés" (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016). Dona Adailza perdeu o pai para a doença ocasionada pelo contato com agrotóxicos. Esses insumos foram inseridos na realidade do homem do campo a partir de um programa realizado com o objetivo de potencializar a produção e

modernizá-la, esse momento foi chamado de revolução verde, conforme Box 04. Na comunidade São Francisco, grande parte dos agricultores utiliza esses insumos para afastar os insetos, melhorar o solo e assim ter uma produção melhor quantitativamente.

BOX 04: A revolução verde.

A expressão Revolução Verde foi a disseminação de novas sementes (criadas por novas técnicas) e práticas agrícolas que permitiram a intensificação da produção agrícola a partir da década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em outros países. Foi um amplo programa implementado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio do uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo.

O programa teve início em meados do século 20, quando o governo mexicano convidou a Fundação Rockfeller fazer estudos sobre a fragilidade de sua agricultura. A partir daí, cientistas criaram novas variedades de milho e trigo de alta produtividade, que fizeram o México aumentar de forma vertiginosa sua produção. Essas sementes foram, em seguida, introduzidas e cultivadas em outros países, que resultaram na produção positiva. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente modificadas (particularmente sementes hibridas) insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de produtos homogêneos e diminuição do custo de manejo. Também é creditado, à Revolução Verde, o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção.

Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora a expressão "Revolução Verde" só tenha surgido na década de 1970. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometem, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver o problema da fome, aumentou a concentração fundiária e a dependência de sementes modificadas; alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários; promoveu a devastação de florestas; contaminou o solo e as águas; e gerou problemas de saúde para agricultores e consumidores.

A introdução destas técnicas em países menos desenvolvidos provocou um aumento brutal na produção agrícola de países não industrializados. Países como o Brasil e Índia foram alguns dos principais beneficiados na produção. No Brasil, passou-se a desenvolver tecnologia própria, tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – EMBRAPA) e universidades. A partir da década de 1990, a disseminação destas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de desenvolvimento agrícola, com o aumento da fronteira agrícola e a disseminação de culturas em que o país é atualmente recordista mundial de produtividade (como a soja, o milho e o algodão, entre outros), atingindo recordes de exportação.

Fonte: MATOS, 2011.

Os insumos utilizados pelos agricultores da comunidade São Francisco foram catalogados em uma pesquisa realizada em parceria com os professores: Ana Cristina do Nascimento e Valdenir Fabio de Moraes Moreira, detalhados na tabela 6:

Tabela 6: Insumos utilizados na agricultura da comunidade São Francisco.

Nome (grupo químico)	Classe
Malathion (organofosforado)	Inseticida
Roundup (glicina substituída)	Herbicida
Decis (piretróide)	Inseticida
Cabrio Top (alquilenobis e estrobilurina)	Fungicida
Icon 5 (piretróide)	Fungicida

Glifosato (Glicina substituída)	Herbicida
Tordon (Ácido Piridinocarboxilico)	Herbicida
NPK (Nitrogenio, fosforo e sódio)	Fertilizante
Dithane NT (alquilenobis)	Fungicida/Acaricida
Agree (Biológico)	Inseticida
Score (Triazóis)	Fungicida
Uréia (funcional orgânico das amidas)	Fertilizante
Fosdrin (organofosforado)	Pesticida/ Inseticida

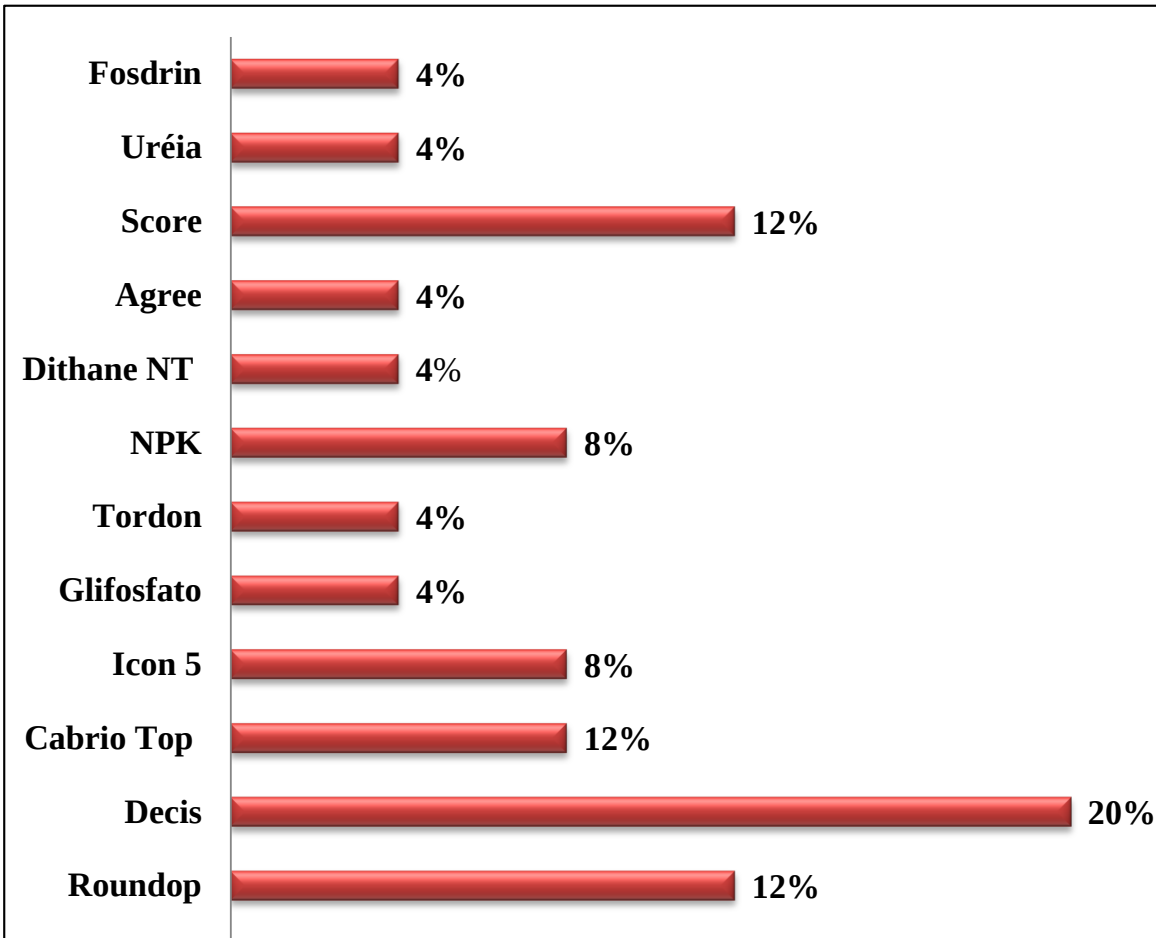
Fonte: Pesquisa, 2015.

Referente aos insumos utilizados na produção, observa-se que os tipos mais utilizados são os inseticidas (4 tipos), seguidos pelos herbicidas (3 tipos), fertilizantes (2 tipos), pesticida (1 tipo) e acaricida (1 tipo). As classes utilizadas são voltadas especificamente para horticultura, sendo estes produtos alvos fácies de insetos e fungos, as culturas de produção realizadas atualmente na comunidade são: Quiabo, Maxixe, Couve, Alface, Matruz, Cebolinha, Chicória, Coentro, Jerimum, Milho, Batata-doce, Macaxeira, Mandioca, Banana, Hortelã e Capim Santo.

Os insumos podem ser classificados genericamente como todas as despesas e investimentos que contribuem para formação de determinado resultado, mercadoria ou produto até o acabamento ou consumo final (Dicionário do Agrônomo, 1999). Na atividade agrícola os insumos são compreendidos como todos os produtos necessários à produção vegetal e animal: adubos, vacinas, tratores, sementes, entre outros. Os insumos independentemente do sistema de produção (agroecológico ou convencional) classificam-se em três tipos: 1) Biológicos: Compreendem produtos de origem animal ou vegetal; 2) Químicos ou Minerais: Compreendem tanto substâncias provenientes de rochas, quanto àquelas produzidas artificialmente pela indústria e 3) Mecânicos: Compreendem máquinas e equipamentos agrícolas.

Na cultura os insumos mais utilizados são o Decis, Cabrio Top, Rondop, Score, NPK e Malation, conforme imagem:

Figura 32: Quantitativo de insumos utilizados na agricultura da comunidade São Francisco.



Fonte: Pesquisa, 2015.

Com a utilização de tantos insumos, a realidade torna-se complexa, os dados não são positivos, pois, apesar de aumentar e melhorar a produção em quantidade, o alimento torna-se praticamente um veneno à saúde, não só do consumidor, mas como também do produtor, a utilização de agrotóxicos causam consequências drásticas, conhecidas pelos camponeses amazônicos da comunidade São Francisco, mas que segundo eles, é a única forma conhecida de se conseguir uma boa produção, tendo em vista que atualmente não se sabe por quanto tempo se tem terra seca para o plantio, pois as cheias não são previsíveis e os insetos se tornam cada vez mais resistentes a cada veneno.

> A gente tinha doença, mas não era esse horror que a gente tem agora. A doença dá por causa desse horror de veneno que colocam nos alimentos né? Nas verdura, no gado, nas galinhas. No gado é só na vacina, as galinha na ração, aí a gente vai comer uma carne dessa já tá toda contaminada né? O peixe é só com ração, não tem mais nada natural. O gosto dele é diferente, muito gordo. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Seu Nestor reconhece que a utilização de agrotóxicos é a principal causadora de doenças, ele ressalta ainda a utilização de hormônios que são injetados em animais durante a produção de carne para consumo, esse panorama deixa claro que a segurança alimentar está cada vez mais deficiente. Os camponeses são os principais afetados, apesar de o consumidor está exposto à contaminação, a saúde do produtor é a principal afetada. Esse cenário explicita as consequências da modernização na produção do campo, com o objetivo de aumentar a produção, sempre pensando em mais lucro, a modernização da lógica capitalista mostra sua face destrutiva e perdulária, onde se aumenta o lucro e perde-se a vida.

Uma questão posta entre os produtores em relação a incentivos e produção foi a falta de embarcações grandes, os motores de linha, que passavam constantemente pela comunidade. Com a modernização das máquinas e o os mecanismos de desencaixe de tempo, a rapidez e eficiência é colocada à frente da usualidade dos produtores. Para se conduzir até a comunidade existem lanchas que em levam até a comunidade em média 30 minutos e tem menor custo. Com isso os moradores foram tendo maior preferência pelas lanchas para o transporte do que pelos barcos de linha, que são mais demorados. No entanto para o produtor o espaço e o reboque possível pelos barcos de linha eram mais eficazes para a produção, tendo em vista o transporte em maior quantidade de produtos. Já a lancha proporciona rapidez, no entanto não transporta canoas a reboque, e o máximo de quantidade de produtos que podem ser transportados, são três caixas, o que na visão dos produtores de maior porte não compensa pelos custos.

Assim, muitos recordam como era importante para produção o incentivo do governo com um barco que era disponibilizado semanalmente para o transporte, bem como a feira no porto da Ceasa que contava com a presença de muitos consumidores e os produtos eram vendidos de forma mais rápida e a um bom preço. Essas ausências e dificuldades fizeram com que parte dos produtores de menor porte fosse diminuindo o cultivo de diversas culturas, passando a centralizar-se a menores culturas em maiores quantidades, e com a dificuldade maior de transporte a grande maioria vende seus produtos aos atravessadores, pois a venda no porto como era realizada antigamente não é rentável, a não ser que se tenha um ponto de venda em feiras da cidade ou um comprador certo, a melhor alternativa é o atravessador.

> Hoje tá difícil vender, você imagina que ontem o marido da minha irmã voltou super triste. Levou couve e cebola pra vender e não vendeu nada, deixou tudo. É difícil vender na beira, hoje tão vendendo nas casas, nos bairros, ninguém mais vai à beira, os mercado grande já tem gente certo. Se

> a gente leva alguma coisa pra vender volta com tudo. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

Quando não há êxito nas vendas, os produtos são jogados, pois são de curta conservação, e assim apodrecem, não sendo mais uteis. Com a modernização das feiras e aumento dos grandes supermercados, o produtor rural perdeu seu espaço em vendas que realizava no porto da cidade de forma autônoma, as feiras não possuem mais espaço para novos produtores, sem contar que os espaços tem custo. Os consumidores passam a comprar de vendedores que facilitam sua compra ou nas residências ou nos grandes mercados, assim, o mercado para o agricultor rural tem se limitado.

Outro fator que traz dificuldades ao produtor são as cheias. Apesar de serem moradores de várzea e já terem uma dinâmica voltada para os períodos de cheias e secas, atualmente os camponeses têm encontrado dificuldades.

> Uma dificuldade é a seca e a cheia, quando está seco tem aquela dificuldade de se locomover, tem que atravessar a praia, de carregar as coisas, fica difícil de as pessoas mandarem seus produtos para a feira. E tem a questão da alagação também, que quando enche muito as pessoas não tem como plantar, mas também é bom por que as lanchas, os barcos chegam na porta de casa. (Bruna Nascimento de Miranda, ribeirinha, graduada em educação física, 23 anos, pesquisa, 2017)

As grandes cheias carregam mais sedimentos que são depositados na praia, aumentando cada vez mais sua extensão. Os períodos de cheias têm sido prolongados e as alagações até a altura das casas tem se tornado comum. As cheias de grandes proporções atingiam a comunidade eventualmente.

> Meu avô chegou aqui em 1908 do Ceará. Meu avô falava de uma alagação em 1922, em 1944, em 1948, aí 1953 que foi uma grande que alagou tudo, aí depois foi dando umas baixinhas, 1971, 1972 aí 74, aí só em 78, depois 82 e 86 e pronto não alagou mais. Já veio alagar em 2000, mas pequena, e 2001. 2009 deu uma grande aí 2010, 2011 e 2012 a maior de todas, 2013 também alagou 2014, 2015. Nesse ano agora que não alagou, 2016. (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).

No ano em curso, 2017, novamente ocorre uma grande cheia, onde a comunidade se encontra em meio às águas. Essa realidade proporcionou o desenvolvimento de adaptações às realidades vivenciadas, uma característica das populações amazônicas onde a interação, com o

ambiente apresenta-se como realidade transformada e adaptada às suas necessidades. A adaptação do homem com as situações são

> [...] características funcionais e estruturais das populações humanas que as auxiliam a enfrentar alterações ambientais e condições de grande estresse.
> [...] Os seres humanos encontram-se envolvidos em um processo constante de interação dinâmica com o meio que os cerca. Como espécie, enfrentamos problemas com diversos graus de complexidade. Um tipo de estresse prevalecerá, às vezes, enquanto, outras vezes, temos de nos ajustar a diversos obstáculos de natureza bastante distinta. As respostas a esses obstáculos nem sempre representam as 'melhores' opções, mas expressam ajustes entre as várias pressões exercidas sobre o organismo [...] (MORÁN, 2010, p.23; 384-385).

Os seres vivos elaboram estratégias de adaptação para viver e vivem para adaptar-se. Em Homens anfíbios, Fraxe (2000) descreve a dinâmica da vida adaptativa do camponês que vive em meio à várzea e desenvolve estratégias para conciliar os ambientes de terra e água ao seu cotidiano, e assim transforma-o em espaço, habitado por sujeitos sociais que, por meio do trabalho e apoiados por suas capacidades inventivas, adaptam espécies vegetais utilizando-se do saber tradicional. Assim a capacidade adaptativa do homem possibilitou a ocupação humana da várzea como um espaço de uso e de moradia.

Figura 33: adaptação dos campesinos à realidade das cheias. Pontes e Jiraus.



Fonte: Pesquisa, 2015.

Apesar de adaptado à realidade vivenciada, as constantes alagações têm dificultado seu modo de vida, pois estavam adaptados a alagações eventuais, e estas tem se apresentado constante.

> Aqui tinha muita fruteira: manga, jambo, cacau, banana, e quando era tempo de fruta ficava cheio, a gente juntava pra vender e dava um bom dinheiro, porque dava muita. Mas agora como você vê são poucas árvores que tem por aqui, as de fruta então quase não tem, algumas foram derrubadas sim, pra colocarem os postes de luz e outras que derrubam porque precisam fazer alguma coisa, mas se comparar a quantidade derrubada e a quantidade que morreu por causa das cheias, as da cheias ganham, porque a gente tinha muito mesmo. Aí a gente se vê meio impotente porque não tem o que fazer, é a natureza, são as leis dela. E sempre está tendo mais alagação, essas árvores que sobraram e resistiram a essas cheias daqui a pouco vão morrer também. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

A professora Cristina relembra a paisagem que vivenciou durante sua infância, pois, era um período em que a comunidade era cercada por árvores frutíferas. E após as continuas cheias grande parte dessas árvores morreram e as que permanecem, estão morrendo aos poucos. Essa questão tem refletido principalmente na produção do camponês local. Uma das principais culturas para subsistência amazônica é a da mandioca pelos produtos que podem ser feitos a partir dela como a farinha, a goma de tapioca, a farinha de tapioca e o tucupi, já não são mais produzidos na comunidade. Antes, eram realizadas as *farinhadas* por meio de mutirões comunitários, e o alimento era produzido para o ano inteiro.

> Olha acho que a gente continua plantando, mas agora ninguém mais tem como fazer farinha, por exemplo, a gente planta e morre tudo. Não sei se é o aumento da temperatura da terra, as alagações, mas não sai mais, apodrece, morre. Ai o pessoal foi se desgostando que não dá, e deixou de fazer. Sabe por que o preço da farinha tá lá em cima? Porque o pessoal do interior não planta mais, não faz mais nem roça. O meu pai plantava muito, nós passava era de semana fazendo farinha. Agora essa farinha às vezes não é nem daqui, a gente planta e não colhe mais nem setenta por cento, é prejuízo! Olha tinha muito peixe, agora quase não tem, acho que antes pescava pouco, não tinha malhadeira, tinha menos pesca e mais espaço pra eles, agora, minha filha, está muito difícil. Antes era bem mais fácil pra nós plantar e levar nossos produtos tinha mais barcos, a gente ia a reboque, quem era produtor já tinha seu canto certo. (Alcimar Francisco do Cazal, agricultor, aposentado, 67 anos, pesquisa, 2016).

Seu Alcimar recorda como era a produção da farinha e destaca que essa cultura não é mais produtiva no solo da comunidade, o que culminou na desistência pelo plantio da mandioca. Ao observar a comunidade, ao longo dos caminhos são encontradas algumas casas

de farinha, entretanto a maioria encontra-se abandonada ou é utilizada para outro fim. Algo importante destacado por seu Alcimar é a questão da importação de produtos que já foram muito cultivados no Amazonas, mas hoje são encontrados em menor quantidade e por isso são importados de outros estados, o interessante é que a farinha é um elemento básico na vida do ribeirinho e esse produto tem se tornado escasso e portanto de valor alto. Outro alimento básico na vida do ribeirinho é o peixe, e esse tem se tornado escasso nos rios próximos à comunidade. Esses ciclos estão nitidamente alterados por conta da intervenção humana na meio ambiente e isso é percebido não só pelo descontrole nas cheias e secas dos rios, mas pela escassez dos alimentos, aumento da temperatura, é latente o desequilíbrio ambiental.

> A gente vai vendo que as coisas vão piorando a cada ano. Eu nunca vi uma epidemia tão grande de carapanã como essa agora. A gente não consegue fazer nada fora, elas atacam. Acho que como cortaram as matas onde elas vivem, elas tiveram que procurar outro lugar, aí vieram pra cá, acabaram com ambiente delas, elas tem que encontrar outro né?! Elas não têm mais do que se alimentar. Tem uma infestação de Morcego, Caba. Agora pra eu conseguir ter caju, tenho que ensacar, se não as cabas acabam. A gente pode dizer que houve um desequilíbrio na natureza por causa do desmatamento, as queimadas.
> Olha outro dia eu coloquei um cacho de banana na varanda de casa pra amadurecer, eu não tive sossego, era pássaro, macaco que ia buscar a banana, eu só sosseguei quando tirei de lá, então tá tendo uma escassez de alimento. Eu não sei, mas vai faltar comida pra gente sabe. As matas estão devastadas, não existe mais igapó, só é capoeira, serrado. Antigamente tinha muita árvore, você queria construir sua casa ia lá, pegava dois, três toros de madeira pra fazer sua casa. Hoje não, já tiraram tudo pra vender, e ainda tão tirando o que sobra. Teve uma época aqui que derrubaram tanta Samaúma e tanto aquela madeira que serve pra balsa, Açacu, que causou uma situação estranha na comunidade. Você via os animais saírem da floresta e virem habitar os cacaueiros sabe? Macaco, Cigana o Alencor, a Guariba, porque não tinha mais ambiente pra eles. (Aldemir Procópio da Silva, professor, agricultor, 54 anos, pesquisa, 2016).

O professor Aldemir Procópio vivencia e faz uma análise sobre os animais pertencentes às florestas que rodeiam a comunidade, em sua percepção o homem devastou as florestas e agora seus habitantes precisam de uma moradia, com menos árvores frutíferas os animais procuram alimento para sobrevivência. Mesmo que a comunidade viva com uma forte relação com o meio ambiente existe agentes externos que buscam madeiras e por isso devastam a floresta. O processo de implantação energética também contribuiu fortemente para a devastação de parte da floresta da ilha.

> Agora tem menos peixe, pouca árvore de fruta e o eu não acho certo queimar o lixo, isso é muito errado, pra mim a gente tem que deixar apodrecer que vira estrumo, se queimar só vira cinza, a gente tem que ajudar a terra

> também. A quentura tá muito grande, naquela época não fazia esse calorão medonho, tinha o verão mais brabo, mas não era esse calor que a gente tem agora que acaba com tudo. [...] Os moradores de reuniam e tinha época de pescar e época que não era de pescar e deixavam os peixes, eles respeitavam o tempo do peixe. O homem faz muita coisa errada, esse lago do *joanico* foi essa comunidade daí que acabou com ele, vinham as autoridades é só ouviam desaforo do pessoal. Eu acho que é importante preservar o meio ambiente. (Iracema Morais Moreira, agricultora, aposentada, 88 anos, pesquisa, 2016).

A avaliação de dona Iracema demonstra sua preocupação com o meio ambiente, na sua visão quando o homem desrespeita as leis da natureza, o fruto é o esgotamento dos recursos, como ela destaca sobre os peixes em que havia uma preocupação quanto ao respeito ao tempo certo de pescar no lago, mas a comunidade vizinha não respeitou e hoje raros peixes são encontrados no lago. Referente à questão do lixo, uma problemática que ocorre na comunidade São Francisco é o não tratamento deste. Não há coleta do lixo ou coleta seletiva, cada morador é responsável pelo lixo de sua família "não existe coleta de lixo, eles ateiam fogo em papel, plástico, porém não há coleta para lixo como vidros e latas. Aí quando vem a enchente os resíduos vão todos para no rio, não por culpa deles, mas por não ter a coleta necessária." (Rodrigo Miranda da Silva, 26 anos, ribeirinho, universitário, pesquisa, 2017). Assim, uma urgência para a comunidade é um sistema de tratamento de lixo local que não permita que o seja depositado nos rios. É importante destacar que durante o período de atividade de campo, não visualizamos grandes quantidades de lixo em meio à comunidade. A única seleção feita é a distribuição dos materiais orgânicos para os animais: cachorros, galinhas, patos e pássaros e o lixo não orgânico é juntado e queimado, mas os detritos que não são queimados permanecem e após o termino do fogo são ajuntados todos os restos de material em um local e ali permanecem até nova queimada.

Uma contradição vivenciada e que é elemento de questionamento pelos moradores, são os limites impostos aos ribeirinhos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, voltados para dois pontos que tem afetado diretamente suas dinâmicas. Olha vem o IBAMA e diz que não pode tirar arvore, não podem queimar, a própria natureza está acabando com ela, aqui tinha tanta mangueira e fruteira, a água acabou tudo, matou elas. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016). A crítica do Sr. Raimundo é feita pelo fato de não poder mais retirar madeira de um espaço no bairro do Poraquequara em que realizavam a retirada de madeira para construção de casas, jiraus e outras necessidades. Entretanto a pratica foi proibida e agora os ribeirinhos encontram dificuldades quando necessitam de madeira.

> Olha, eu não entendo, a gente tirava madeira lá do outro lado no poraquequara, pra fazer casa e nossos canteiro. Mas agora não deixam mais. Aí chega um empresário e tira tudo, mas a gente não deixa. A gente sabe que é pra ter mais recurso na natureza, mas os empresários podem e nós não. [...] O IBAMA não deixa matar os jacaré, agora tem uns monte que até se põe malhadeira eles comem os nossos peixes, eles sempre tão por aqui e a gente corre risco. Olha o que aconteceu com a minha filha. Deram mais valor para o animal que pra o humano. Eles vivem no ar condicionado e a gente no beiradão e pode ser morto por um jacaré. Ninguém mais quer tomar banho aqui quando tá com água perto ninguém toma banho no rio porque é perigoso. Outro dia eu coloquei a malhadeira quando dei fé nem mais tinha, estava arrancada, aí eu foquei só estavam os olhos dele brilhando. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Seu Nestor demonstra seu descontentamento com a proibição, especialmente por já ter visto pessoas de alto poder aquisitivo retirando madeira do local, fato que o chateou, pois a quantidade retirada pelos homens era grande e os moradores da comunidade precisam retirar madeira para reparação de suas casas, mas a quantidade retirada é pequena em relação à que os homens retiraram. Outra questão é a presença dos jacarés. Uma das filhas de seu Nestor teve parte do braço arrancada por um jacaré. Em uma noite, quando retornava para casa de bicicleta pelo caminho da comunidade atropelou um jacaré que se encontrava em terra, no meio do caminho, pela escuridão e falta de iluminação, à noite, na comunidade não conseguiu avistá-lo, que avançou assustado na ribeirinha, mordendo-a e arrancando parte do braço. Outra comunitária percebeu o ocorrido e correu para socorrê-la, mas também foi atacada pelo mesmo jacaré que arrancou sua perna.

Figura 34:Jacaré que estava às margens da comunidade durante o período da pesquisa de campo e foi morto por moradores.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Desde então, o medo dos jacarés tomou conta dos comunitários, pois por ser uma comunidade de várzea a quantidade populacional do animal é considerável. Durante o período de pesquisa de campo presenciamos alguns, sendo que um deles foi morto pelos moradores por está muito próximo às residências e colocando em perigo os moradores. Os jacarés costumam comer os peixes que ficam presos na malhadeira dos pescadores trazendo prejuízos. Pela proibição da caça do jacaré, o número desses animais cresceu em grande quantidade e faz-se necessário a intervenção do órgão necessário para o manejo desses animais que se tornam um perigo para os moradores da comunidade São Francisco.

Vale ressaltar que as políticas de proteção ambiental são de grande importância para a manutenção do bioma amazônico, entretanto dificultam a sobrevivência do homem do campo que depende dos recursos naturais e os utilizam com respeito a seus limites. Há necessidade em se realizar estudos para a criação de mecanismos que possibilitem o acesso aos recursos naturais sem que seja permitido a destruição e degradação desses recursos pelos homens da cidade.

Uma das características da modernidade é a ruptura com as tradições. Em meio à inserção de meios modernos que chegam à comunidade uma das principais resistências que permanecem são as tradições. “A tradição, digamos assim, é a cola que une as ordens sociais” (GIDDENS, 1997, p.80). Assim, uma das tradições mantidas e evidenciadas por todas as casas, tantos em jiraus, quanto nos quintais são as plantas medicinais. As plantas medicinais permanecem sendo o principal meio de prevenção na comunidade, algumas doenças são tratadas também por elas, apesar do surgimento de novas doenças em que o tratamento só é possível com medicamentos farmacêuticos, as plantas medicinais permanecem tendo lugar privilegiado no tratamento e prevenção de doenças.

Figura 35: Jirau com plantas medicinais em baldes modernos.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Entretanto as parteiras, curandeiros e recadeiros não praticam mais suas atividades. Os ribeirinhos que realizavam esses ofícios encontram-se atualmente em idade avançada e pela questão física impossibilitados de exercer a atividade. Existe uma ex rezadeira e curandeira na comunidade que se encontra em possibilidades de exercer a prática, entretanto com sua conversão a uma igreja evangélica a fez tomar a decisão de não realizar mais estas atividades, apesar de ainda fazer alguns remédios a partir de plantas medicinais para os mais próximos ou em situação de urgência.

A parteira mais próxima da comunidade encontra-se na comunidade São José, entretanto não exerce mais a função por não dispor mais de força física para a realização da mesma. Seu Sabá morador da comunidade encontra-se na mesma situação, ele tem um dom, que segundo o mesmo foi concedido por dádiva de Deus a partir de um sonho onde ele aprendeu a "pegar" e "puxar" as pessoas que se encontravam com dores, problemas nas articulações e "desmentidura"[13]. Segundo seu Sabá essa técnica é dom e por isso não é só questão de ensinar para outros, mas de ter o dom. Na visão de dona Sebastiana Lima do Nascimento, que conviveu com várias parteiras, curandeiras e rezadeiras o repasse das técnicas e desses conhecimentos não ocorreram, por falta de interesse de outras pessoas em aprender as técnicas e se dispor em exercer o ofício. A comunidade vive, talvez, sua última geração de crianças nascidas com parteira, e de curas de doenças e contusões por rezas e o dom de "puxagem". Seu Nestor lamenta: "tinha parteira, curandeira, tudo isso ajudava nós a cuidar da saúde, agora não tem mais nada disso. O posto ajuda, mas geralmente tem que correr pra Manaus." (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016). Dona Iracema Morais Moreira, declara que pelo fato de os partos ocorrerem todos na cidade, as parteiras pararam de exercer essa atividade. Agora o esquema de procura por cura e prevenção (figura 10) passa a ser mais próximo ao que o homem da cidade faz, entretanto sua primeira alternativa sempre é a procura por plantas e ervas medicinais.

Giddens, (1997) destaca que a tradição integra e monitora a ação à organização tempo-espacial da comunidade (ela é parte do passado, presente e futuro; é um elemento intrínseco e inseparável da comunidade). Ela está vinculada à compreensão do mundo fundada na superstição, religião e nos costumes. O mundo mítico da comunidade permeado de lendas e histórias tem se distanciado em certa medida, tendo em vista que antes as histórias eram presenciadas e vividas, os mais antigos contam suas histórias com mais naturalidade, pois

[13] Deslocamento de osso ou contusão muscular ou luxação.

estiveram lá, mas já incorporam em suas declarações, duvidas como “parece” “dizem que é”. Os mais novos em muitos casos não conhecem os mitos e lendas e questionados sobre se conheciam alguns raros relembraram o boto, a cobra grande, mas nunca testemunharam a presença dessas entidades, apenas tem conhecimento pelas histórias contadas. Os mais velhos atribuem o desaparecimento da cobra grande às grandes cheias, o boto já não aparece mais por causa dos barulhos e luzes fortes. Apesar desse distanciamento os mitos e lendas fazem parte da vida do caboclo amazônico.

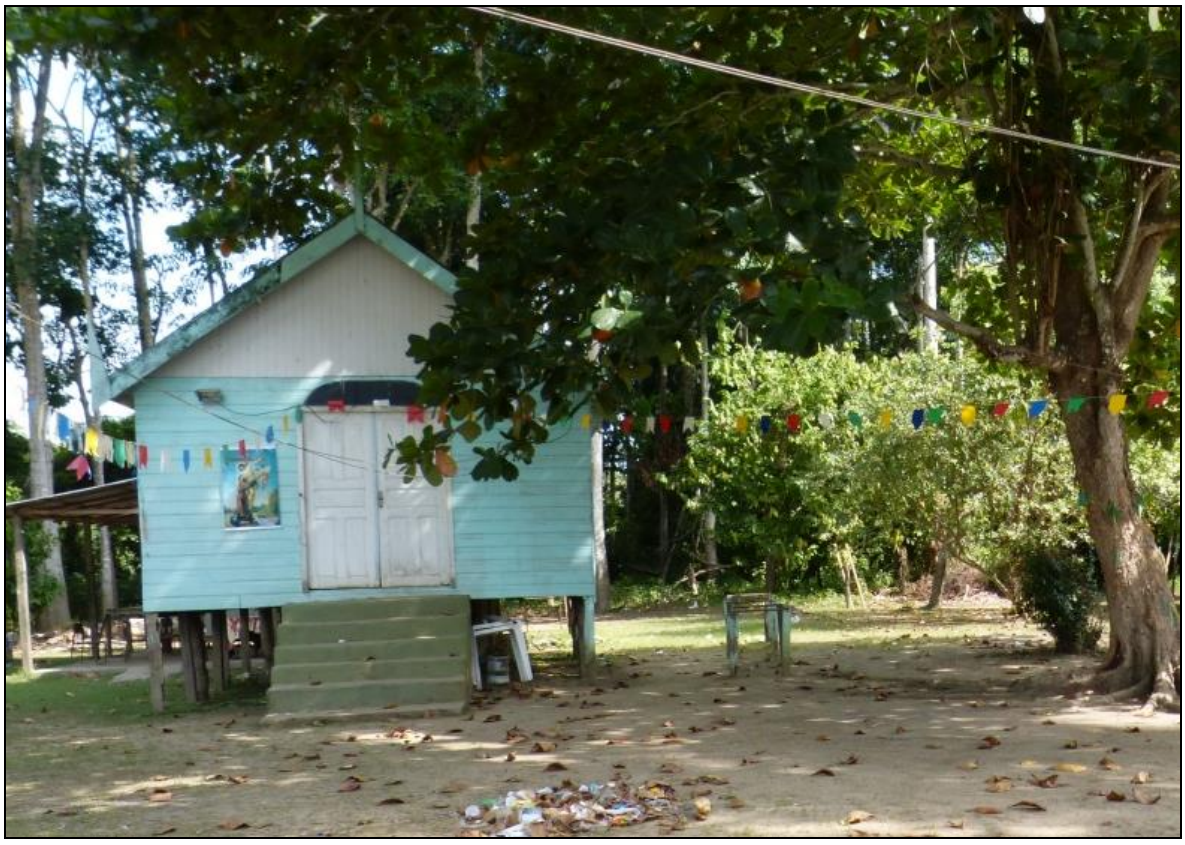
A sociedade onde a ordem social é firmada na tradição, expressa a valorização da cultura oral, do passado e dos símbolos enquanto fatores que perpetuam a experiência das gerações. A tradição envolve o ritual; este constitui um meio prático de preservação. Nas sociedades que integram a tradição, os rituais são mecanismos de preservar a memória coletiva e as verdades inerentes ao tradicional. O ritual reforça a experiência cotidiana e refaz a liga que une a comunidade (GIDDENS, 1997). O principal ritual de tradição da comunidade encontra-se relacionado à igreja, é o festejo de São Francisco que deu início à organização comunitária. Contudo se dá por meio de questões de fé, religiosas e houve recentemente (2010) um conflito relacionado ao festejo e a igreja:

> O que acontece é que os parentes do senhor que começou a igreja, que acham que a igreja é dos antigos e não comunitária, dos avós deles que começaram os festejos. Quando passamos a ser comunidade a igreja passou a ser comunitária. A gente não esperava que fosse ter problema com a igreja da comunidade, a gente sempre fez tudo junto e era unido, até que um dia um senhor colocou veneno em cima das cadeiras. A primeira vez ele colocou só embaixo, o Desis, aí como ele viu que continuaram indo ele colocou em cima das cadeiras, aí ninguém aguentou. Não sei por que fizeram isso, acho que eles queriam ficar com o movimento só em família, como tá hoje, a gente considera a igreja da família deles. Aí nos se reunimos, tinha algum dinheiro em caixa dos festejos, fizemos arrecadação, aí o dono do terreno da igreja que tem vendeu pra gente por vinte mil. Aí todo mundo se admirou que com menos de um ano a gente aprontou a igreja. E foi isso, foi tão bonito não ter que brigar com ninguém, não tinha precisão daquilo. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

A igreja sempre foi considerada da comunidade, existem pela comunidade mais duas igrejas católicas, mas que pertence cada uma, a uma família especifica que realiza um festejo por dádivas recebidas de algum santo, mas essas igrejas geralmente só funcionam no período em que o festejo local ocorre. A igreja que o seu Nestor se reporta é uma igreja que pertence à

família que iniciou os festejos de São Francisco e contribuiu para organização política da comunidade (figura 37). No entanto, a igreja era comunitária, as organizações administrativas da igreja católica da comunidade estavam centralizadas nela, as missas ocorriam ali. No entanto, de forma inesperada a família que iniciou a tradição do festejo decidiu que a igreja agora seria somente da família e não mais comunitária. Em alguns diálogos realizados de forma informal na comunidade durante pesquisa, compreendeu-se que a cogitação dos comunitários sobre o ocorrido é que o principal motivador da ação foi a questão financeira, tendo em vista que a divulgação dos festejos é expressiva, e durante o evento muitas pessoas comparecem e os fundos angariados são significativos. Do dinheiro arrecadado no festejo, parte segue para a sede católica em Manaus, parte é guardada em caixa para eventualidades e manutenção da igreja local.

Figura 36: Antiga igreja católica comunitária, agora pertencente à família que iniciou o festejo de São Francisco.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Sem alternativas, a solução foi construir outra igreja que pudesse ser comunitária, encontraram um terreno e o compraram com parte do dinheiro que havia em caixa e parte do dinheiro que foi conseguido a partir de rifas, torneios, vendas e doações, conforme podemos observar na figura 38. A situação funcionou como elemento de união para os comunitários,

que se empenharam em rapidamente construir uma nova igreja. Com a possibilidade de uma nova igreja, a decisão tomada foi de construírem-na de alvenaria para que fosse mais resistente.

Figura 37: Construção da igreja católica comunitária.



Fonte: Valdenir Fabio de Moraes Moreira, 2010.

A adversidade tornou-se um elemento motivador para novas conquistas. Após o término da construção da igreja católica comunitária, o objetivo passou a ser a construção de uma cozinha comunitária onde se pudessem realizar eventos e assim preparar os alimentos de forma coletiva, com um espaço onde todos poderiam participar. Essa conquista foi alcançada em 2016 com a inauguração da cozinha comunitária que se localiza ao lado da igreja católica (figura 39).

Figura 38: Igreja católica comunitária ao lado da cozinha comunitária (seguida pelo posto de saúde comunitário).



Fonte: Pesquisa, 2016.

A igreja católica é um dos principais elementos de coesão da comunidade. A capacidade político-organizativa possibilita grandes conquistas locais. A própria organização da comunidade se confunde com à da igreja, a história comunitária se confunde com a história da tradição do festejo de São Francisco, assim comunidade e igreja possuem forte elo de existência. O festejo de São Francisco é comemorado anualmente, completando em 2017, 103 anos de tradição. Por conta da divisão das igrejas, que se localizam próximas, ambas realizam o festejo atualmente, e no mesmo período, havendo atualmente dois festejos de São Francisco na comunidade, que mantém as tradições ocorridas desde os primeiros festejos, como a representação do mastro visto na figura 40.

Figura 39: Organização e levantamento do mastro do festejo de São Francisco/ Arraial do festejo de São Francisco.





Fonte: Pesquisa, 2016.

O momento de planejamento do festejo, a organização e definição das atividades, todo o processo do festejo, mobiliza a comunidade como um todo, até mesmo comunitários de outras denominações religiosas. Esses processos criam um elo de solidariedade e coesão que é o principal fator de manutenção dos laços comunitários que resistem aos elementos externos que podem interferir na união comunitária. A igreja católica realiza atividades durante todo o ano, fortalecendo ainda mais o elo mantenedor comunitário. Uma atividade presenciada foi a celebração do natal familiar que ocorrem na casa dos moradores mais tradicionais ou os que desejarem (figura 41). Essas celebrações iniciam no começo do mês de dezembro e vão até o Natal. Os comunitários vão até a casa do morador e ali cantam hinos, rezam e repartem palavras de fé e esperança.

Figura 40: Celebração de natal em família na casa de um comunitário.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Outra questão que a igreja proporciona é a solidariedade, e esse elemento permanece fortemente vivo entre os comunitários, principalmente os mais idosos, quando ocorre alguma situação de necessidade, vulnerabilidade ou urgência a comunidade se empenha em ajudar o morador:

> Olha a vida comunitária é muito boa, a gente se une se tem um doente a gente vai lá pra ajudar. Construímos aquela cozinha comunitária que é pra todo mundo, a igreja é da comunidade mesmo. As relações melhoraram, o pessoal é unido aqui. Se alguém perde um parente, se tá doente, se tá passando necessidade, o pessoal se junta faz torneio pra arrecadar dinheiro

> pra ajudar quem tá precisando. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

As relações fortalecidas pela solidariedade e união, se unem e amalgamam ao sentimento de pertencimento que é algo fortemente vivenciado entre os comunitários. A relação entre os moradores é como o de uma grande família. O fato de grande parte dos moradores terem nascido na comunidade, assim como seus pais e haver certo grau de parentesco entre os ribeirinhos proporciona o estabelecimento de vínculo com o lugar que, segundo Tuan (1974), é denominado de topofilia, trata-se do elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito vivido e concreto como experiência pessoal.

> Eu não tenho nenhuma vontade de ir pra cidade, nasci aqui e faço parte daqui. Aqui é tranquilo, não tem violência, nós se ajuda, é tranquilo, Deus me livre sair daqui, sou feliz aqui, é uma vida maravilhosa que nós temos, o que precisa tem na natureza, ou então nós vende nossas verdura pra consegui dinheiro e comprar, aqui é maravilhoso, é meu lugar. (Sebastiana Lima do Nascimento, 65 anos, pesquisa, 2016).

A partir da fala de dona Sebastiana, é possível perceber sua concepção de pertencimento ao lugar, sua reiteração ao confirmar, aqui é meu lugar. Tuan (1980), explica que a percepção do indivíduo está relacionada com sua visão de mundo, logo a visão e forma de compreender o mundo ocorre por meio de suas experiências e da formação cultural. O homem como dominante ecológico, percebe e estrutura o mundo que o cerca por meio de sua interação cultural com o ambiente. Para Tuan, essa visão de mundo é o aprendizado, resultado da experiência concretizada com o mundo, o conceito de Topofilia embasa essa referência de lugar que o ribeirinho tem de seu espaço habitado, é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar.

> Eu acho que pra mim não existe lugar melhor que esse. Isso faz parte de mim. Olhe, essa comunidade é a minha família, família é isso, um grupo de pessoas que têm uma intimidade boa, um relacionamento bom né, e eu graças a Deus me dou bem com todo mundo, não me vejo morando em outro lugar, aqui já estou alicerçado, gosto de todo mundo, amo todo mundo aqui. (Raimundo Nonato de Lima, agricultor e pescador, 68 anos, aposentado, pesquisa, 2016).

A familiaridade e a afeição geram uma noção de relação intima entre as pessoas e o lugar, assim como seu Raimundo destaca “não existe lugar melhor”, a comunidade é seu lugar, é onde ele está “alicerçado”. Os símbolos que estão incorporados à vivência e à afetividade relativas ao lugar desempenham um papel fundamental na construção da identidade da comunidade. As experiências íntimas e diretas envolvem apreensões simbólicas. Os ribeirinhos estabelecem a relação entre a

infância vivida e as árvores, o rio, os quintais e locais onde estiveram durante sua infância. Sentem-se apegados, beneficiados e privilegiados por desfrutarem do meio ambiente que a comunidade lhes oferece. Suas visões de mundo estão representadas no simbolismo e nas variantes de experiências pessoais. O apego ao lugar, por ser familiar, pela meio ambiente, por representar o passado e pela localização, é o orgulho dos moradores. Estes reforçam o sentimento topofílico através das experiências que são comuns. A percepção, a atitude e o valor que inferem ao meio ambiente mantêm suas características de visões de mundo muito semelhantes.

> [...] Sempre tive vontade de trabalhar aqui, eu não sei se eu iria para a cidade, e depois que tive meu filho isso me motivou a trabalhar aqui. [...] Eu ia e voltava todo dia da faculdade, e por que eu não morei em Manaus? Pelo fato de eu não conseguir ficar longe da minha família, e no meu pensamento com a minha mãe, a gente gastaria muito mais se eu morasse em Manaus. (Bruna Nascimento de Miranda, ribeirinha, graduada em educação física, 23 anos, pesquisa, 2017)

Bruna é formada em Educação Física, e realizou todo o seu curso em Manaus, diariamente realizava o percurso para ir à faculdade pela manhã e retornava à tarde. Essa relação que teve com a cidade, poderia ter afetado seu sentimento de pertencimento, por ser jovem, mas do contrário só fortaleceu seu sentimento topofílico. Seu anseio em exercer sua profissão na comunidade explicita a vontade em contribuir para melhorias do lugar onde vive, e tudo isso fortalecido pelos laços familiares presentes no lugar.

> Essa questão de optar de a gente ir e voltar para fazer o curso de mestrado tem a ver com muita coisa: tem a questão da família, a questão do custo que é menor, e tem a ver com o trabalho e também com a questão de a gente morar aqui e gostar daqui, a cidade eu não me vejo morando na cidade.
> A questão do barco, a gente fez um acordo com o dono, para pagar por mês, a gente sempre ia no mesmo barco, mas a volta nem sempre, pela questão do horário, às vezes a gente fretava barco, pagando mais caro; A questão do mestrado é mais pela questão do conhecimento, eu não me vejo dando aula em faculdade, é mais pelo conhecimento mesmo. (Ana Cristina do Nascimento, 44 anos, pesquisa, 2017).

A professora Ana Cristina é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, assim como o professor Valdenir, ambos optaram por essa logística diária, pois além da sua família a relação com o lugar faz parte do seu ser, da sua dinâmica social e traz satisfação. O desejo ao realizar o mestrado mostrou-se como a procura de novos conhecimentos e assim a contribuição mais qualificada na formação dos alunos da comunidade, contribuindo para a topofilia dos mais novos.

Na relação entre tempo e lugar é necessária a consideração do ciclo da vida humana. Qual o significado do passado? O olhar para trás se dá por várias razões, mas uma comum a

todos é a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. O lugar é o espaço que se torna familiar às pessoas, consiste no espaço vivido da experiência. A partir dos órgãos sensoriais e experiências vividas torna-se possível aos seres humanos o estabelecimento de fortes sentimentos pelo espaço e pelas qualidades espaciais: por meio da cinestesia, visão e tato (TUAN, 1983). É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora de o sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado em todas as partes do corpo, fazendo do lugar, parte do ser.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas cheias que estão devastando as plantações e impossibilitando o crescimento das árvores que cheia após as cheias vão sumindo da paisagem comunitária, dona Aldaisa mantém sua topofilia pelo lugar.

> Depois dessas alagações, vendo tudo sendo destruído, as plantas morrendo. A gente não pode plantar mais nada que morre. Eu adoro plantar flor, fruteira, açaizeiro é lindo no quintal, mas a gente não pode ter mais nada aqui, tudo morre. Isso me deu assim uma vontade de ter um terreno em terra seca pra ter fruteira e flores. Mas eu não tenho vontade de sair daqui. Eu acho que vou ser que nem meu pai, quando ele estava perto de morrer ele pediu pra vir pra cá. Ele dizia: -me leva pra minha casa, eu quero voltar, quero morrer na minha terra. (Adailza Martins de Vasconcelos, zeladora da escola, agricultora, 42 anos, pesquisa, 2016).

Nota-se como dona Adailza tem o desejo em ter plantas e árvores que só são possíveis em terrenos secos, pois a alagação mata as plantas, assim ela não deseja sair do lugar, mas ter um terreno para plantar e ter suas plantações e permanecer na comunidade. Pelo forte sentimento topofílico, mesmo em meio a novas realidades, a comunidade São Francisco permanece com características solidárias em comunidade resistindo à pressão capitalista, às relações modernas. Os camponeses amazônicos utilizam da modernidade, de novas informações, do cambio cultural, mas permanecem fortemente ligadas ao lugar. “De maneira nenhuma eu tenho vontade de sair daqui. Tenho amor a minha terra, esse lugar representa tudo que eu tenho, minha vida tá toda aqui.” (Iracema Morais Moreira, agricultora, aposentada, 88 anos, pesquisa, 2016).

Figura 41: Mapa cognitivo desenhado pelos moradores, comunidade atual.



Fonte: Pesquisa, 2016.

A partir de uma dinâmica grupal, foi realizado um desenho do mapa da comunidade atual feito pelos comunitários, como pode ser observado na figura 42, onde foram destacados os locais de maior importância que são: a igreja católica, o posto de saúde, o campo de futebol, o lanche; foi dada uma grande ênfase à rede elétrica que permeia toda a comunidade, a escola e a caixa d'água que foram conquistas de lutas da comunidade e têm grande representação e importância para os ribeirinhos da comunidade. Nota-se ainda a presença da praia sendo uma grande extensão, onde uma mulher expõe-se ao sol. A praia tem se tornado procura por muitos visitantes durante o período de seca, tendo em vista sua grande extensão, por isso a representação dessa mulher que toma banho de sol na praia. O barco escolar se faz presente na ilustração, pois é de grande importância para os estudantes, tendo em vista que o caminho via estrada para muitos é distante e durante a noite é perigoso por conta da falta de iluminação. A presença de motocicletas também foi destacada, tendo em vista que na comunidade existe certa quantidade desse transporte. O imaginário foi explorado, pois em frente à escola foi desenhado um sinal e um carro parado, isso mostra a relação intensa com a

cidade, e assim os ribeirinhos inseriram elementos encontrados na cidade, no mapa comunitário, demonstrando seu anseio pelo desenvolvimento local.

No mapa é possível visualizar certa quantidade de árvores presentes na frente da comunidade, que tem grande representação na vida dos comunitários, mas atualmente as cheias ocasionaram a morte de muitas árvores. É notado ainda um pequeno cultivo de flores, que se torna difícil a existência na comunidade por conta das constantes cheias. Uma pequena área de plantio também foi desenhada próximo à escola. Os peixes podem ser notados em certa quantidade, o que já não é tão encontrado no rio. Esse mapa mostrou em certos momentos a imaginação simbólica dos comunitários, que inseriram elementos que nem sempre são encontrados na comunidade, mas que fazem parte da aspiração futura do ribeirinho da comunidade São Francisco.

3.2 A juventude ribeirinha e os novos sentidos da vida

A eletrificação na área rural é extremamente relevante para vários setores da vida, entre estes, a educação. Com a energização das escolas, pode ser viabilizada a inclusão digital e a luz que possibilita a educação noturna, já que boa parte da população trabalha durante o dia no campo. Exemplo disso é a escola Municipal Francisca Góes, que a partir da chegada da energia elétrica obteve grandes melhorias, sendo uma escola que se consagrou finalista das Olimpíadas de língua portuguesa por duas vezes sendo representante do Amazonas a nível nacional.

Localizada em zona rural, a escola da comunidade São Francisco tornou-se motivo de orgulho para os moradores e exemplo para outras escolas. A grande dificuldade apresentada pelos moradores em período escolar era a ausência do ensino médio. Hoje a escola dispõe da educação do ensino médio no período noturno funcionando como anexo da escola Estadual Coronel Fiuza, o que só é possível pela presença da energia elétrica, tendo em vista que as aulas de nível médio ocorrem à noite. Ambos os programas procuram utilizar melhorias na escola, com isso faz com que as comunidades tradicionais tenham mais oportunidades de formar cidadãos críticos capazes de transformar a história de seu povo.

A energia elétrica é de fato um elemento transformador da realidade do homem que vive no campo. Entretanto, a utilização da energia gera uma relação de dependência e aumento de consumo expressivamente. Com consumo exacerbado da população do planeta a energia trouxe uma problemática à tona:

> A Revolução Industrial trouxe consigo crescente demanda de energia e matérias-primas que o mundo nunca tinha visto; e o fantástico ritmo de expansão continuou através do século XX. Foi estimado, por exemplo, que nas primeiras duas décadas do século XX a humanidade consumiu mais energia do que havia feito em todos os séculos anteriores da sua existência. Durante as duas décadas subsequentes, nós de novo utilizamos mais energia do que na totalidade do passado (BAUMOL, 1989, p.212).

Percebida a possibilidade de esgotamento do petróleo e do gás natural no século XXI, a humanidade depara-se com a necessidade de modificar sua matriz energética na busca de um modelo de crescimento sustentado. Ao mesmo tempo em que se percebe essa necessidade emana a questão ambiental com a degradação de recursos e ambientes, a poluição e seus efeitos nocivos, os riscos no uso da energia nuclear, as desigualdades sociais e econômicas, a superpopulação entre outros. Em 1987, nas Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou texto intitulado Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como relatório da comissão Bruntland, editado no Brasil em 1988 (BRUNTLAND, 1988).

Ocorreu então a Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, que marcou época, embora não tenha produzido efeitos significativos em curto prazo. Posteriormente em Estocolmo, a Conferência da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, que viria a ser conhecida como Eco 92, quando foi assinada a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (MCT, 2001). Segundo Avaliação Mundial de Energia: A Energia e o Desafio da Sustentabilidade: A energia é um fator preponderante no desenvolvimento dos povos, e sua obtenção ao longo da história, sempre representou um aumento na utilização de recursos naturais, como, lenha, petróleo, carvão, quedas d'água, entre outros, acarretando alterações no meio ambiente, sendo estas, muitas vezes, negativas:

> A energia é essencial para que se atinjam os objetivos econômicos, sociais e ambientais inter-relacionados do desenvolvimento sustentável. Mas para alcançar essa importante meta, os tipos de energia que produzimos e as formas como as utilizamos terão de mudar. Do contrário, danos ao meio ambiente ocorrerão mais rapidamente, a desigualdade aumentará e o crescimento econômico global será prejudicado.
> (Avaliação Mundial de Energia: a Energia e o Desafio da Sustentabilidade do PNUD).

A sociedade preza pelo desenvolvimento, que por sua vez traz a necessidade de quantidades cada vez maiores de materiais e energia para satisfazer as necessidades da humanidade, resultando em uma quantidade significativa de resíduos, tanto em termos de matéria quanto em termos de energia. Ao longo dos anos, a modificação do padrão de vida do homem, utilizando a tecnologia para melhorar a qualidade de vida, implica em um maior consumo de energia (NETO, 2012). Assim, a relação desenvolvimento versus consumo de energia traz o um grande questionamento: "O desafio da sociedade": Como atender ao padrão de vida humano, consumir mais energia e viver em um ambiente mais sadio? Pode-se achar respostas a esse questionamento analisando a evolução e otimização dos meios de produção da humanidade (MILLER, 1985). De acordo com Goldemberg (1998) os Humanos Primitivos utilizavam 2.000 Kcal por dia; os caçadores: 5.000 Kcal; Já os agricultores: 12.000 Kcal; E o homem moderno 125.000 Kcal; Os dados mostram que o homem moderno é um grande consumidor de energia.

O consumo de energia é um dos principais indicadores do desenvolvimento econômico e do nível de qualidade de vida de qualquer sociedade. Ele reflete tanto o ritmo de atividade dos setores industrial, comercial e de serviços, quanto à capacidade da população para adquirir bens e serviços tecnologicamente mais avançados, como automóveis, que demandam combustíveis fósseis; eletrodomésticos e eletroeletrônicos, que exigem acesso à rede elétrica e necessitam de um consumo maior de energia elétrica. (GOLDEMBERG, 1998).

Para Diegues (2003), o conceito de desenvolvimento é fundamentalmente político, cada grupo de interesse ou classe social o define segundo suas próprias perspectivas. No caso do crescimento pensado pelo homem moderno, inserido em uma lógica capitalista o desenvolvimento está sempre atrelado ao aumento de recursos financeiros. Portanto, a questão ambiental é produto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, à medida que o capitalismo, em seus diversos estágios, intensifica seu modo de dominação e exploração, também se intensifica e se torna complexa a questão ambiental e consequentemente a destruição da natureza, e o esgotamento de seus recursos de tal modo que escapa do controle do próprio capital, impondo-se como uma questão que exige mecanismos de controle para que as condições materiais de sua reprodução sejam asseguradas.

Nogueira e Chaves (2006) assinalam que ainda na década de 1970 o conceito de Ecodesenvolvimento é apresentando para a sociedade no documento que orientou as discussões travadas na Conferência de Estocolmo por Maurice Strong. Este conceito visava

uma concepção alternativa do desenvolvimento, a partir do questionamento das bases de planejamento econômico tradicional. A proposta consistia na reorientação das ações dos países em desenvolvimento para a gestão dos ecossistemas locais articulada à valorização das potencialidades e conhecimentos locais. Em 1974 o texto sobre o Ecodesenvolvimento é reelaborado por Ignacy Sachs. Nesta nova versão o conceito foi ampliado, além das variáveis econômicas, passou a incorporar também variáveis políticas, sociais, culturais, éticas com a formulação de princípios voltados para a construção de novos aportes para o desenvolvimento dos países do Sul (em desenvolvimento), a partir de uma lógica diferenciada dos países do Norte (desenvolvidos), apoiados na teoria do self-realiance (na auto sustentação) sem a dependência da economia de mercado global. Portanto, visava uma ampla reforma nas bases institucionais, isto é, em uma nova ética de desenvolvimento, que operasse a superação da lógica individualista/predatória do capital. Contudo, conforme foi assinalado anteriormente por Maria das Graças, foi o conceito de Desenvolvimento Sustentável que conseguiu ser amplamente difundido.

Neste sentido, Nogueira e Chaves (2006) assinalam a existência de um conteúdo político ideológico diferenciado entre os conceitos Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável. Segundo as autoras, enquanto o primeiro coloca limites à livre atuação do mercado, o segundo visa à instalação total do mercado na economia. Neste contexto ideológico-político as autoras afirmam que há grandes desafios para a implementação de um desenvolvimento sustentado, tais como: a centralidade dos ditames do mercado e da economia tradicional, a condição de subordinação dos países do Sul em relação aos países do Norte a fragilidade dos organismos internacionais de regulação, a falta de uma ampla articulação entre os Estados Nacionais com a participação ativa da população nos processos de tomada de decisão e negociação.

Mesmo com esse quadro de limitações as autoras entendem que ainda é possível a construção de ações direcionadas para um efetivo Desenvolvimento Sustentável. Desde que se construa um novo paradigma de desenvolvimento, o que requer uma verdadeira reforma institucional nas bases da economia política tradicional para que possam operar políticas econômicas e sociais baseadas em pelo menos três fatores principais: educação, gestão participativa e diálogo de stakeholders (das partes envolvidas). Portanto, a sustentabilidade do desenvolvimento deve ser uma meta da política de governo.

Para se pensar em um desenvolvimento sustentável argumenta-se que o caminho, mais rápido, eficiente e barato, para prover a energia necessária para o futuro é uma combinação

das seguintes medidas: aumentar a eficiência no uso da energia; diminuir o emprego de óleo, carvão e gás natural, minimizar o uso das fontes não renováveis; eliminar as usinas nucleares, pois essas seriam antieconômicas, inseguras e desnecessárias; e aumentar o emprego de recursos energéticos solares diretos e indiretos (ROCHA, 2000).

Alternativas energéticas propostas para o futuro, de forma que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, a proteção do ambiente tem de ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente. É a diferença entre crescimento e desenvolvimento, ou seja, enquanto crescimento não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população, o desenvolvimento, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta (AMBIENTE BRASIL, 2008).

Qualquer produção de energia baseada na queima de combustíveis fósseis é potencialmente prejudicial ao meio ambiente. Os prejuízos são locais (poluição do ar com fumaça, fuligem) e globais (emissões de gases que provocam o aquecimento da atmosfera do planeta). Mesmo com os problemas, as termelétricas movidas a óleo diesel são hoje a principal forma de geração elétrica da capital e dos 61 municípios do interior do Estado do Amazonas, a maioria isolados na floresta, onde o principal meio de transporte é o fluvial. Oitenta por cento da energia produzida no Estado vem de termelétricas movidas a óleo diesel e 20% são de geração hidrelétrica, fornecida principalmente pela Usina de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo, a 107 km da capital.

Das 115 termelétricas instaladas no Amazonas, 13 funcionam em Manaus, gerando eletricidade para os seus 1,5 milhão de habitantes. Só os geradores de Manaus consumiram em 2007 cerca de 800 milhões de litros de óleo diesel e derivados de petróleo, a um custo de R$ 1,5 bilhão. No interior do Estado, foram queimados mais 250 milhões de litros de óleo diesel o que gerou um custo para a CEAM de aproximadamente R$ 500 milhões.

Para substituir óleo diesel, o Estado do Amazonas vem estudando alternativas, além do gás natural. Uma iniciativa que vêm dando certo é o projeto com uso de resíduos de madeira, desenvolvido no município de Itacoatiara, a 270 km de Manaus. Desde 2002, a CEAM em parceria com a empresa BK Energia, transforma os resíduos de madeira utilizados pela madeireira Mil Madeireira em biomassa triturada. Os resíduos abastecem uma caldeira que

transforma em vapor a água proveniente de dois grandes poços, impulsionando as turbinas de um gerador. O processo garante um terço do consumo de energia elétrica do município. O restante da iluminação vem de uma usina térmica movida a óleo diesel que está instalada no local (LAZARA,2008).

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, a melhor opção para a Amazônia é ter várias alternativas de fontes de energia - hidrelétrica, eólica e até, de modo reduzido e por um tempo, fazer uso do diesel ou alternativas – trabalhando de modo integrado. Ao contrário do restante do País, que tem seu perfil energético baseado na hidroeletricidade, no Amazonas, apenas 20% da energia consumida é produzida por hidrelétricas. O maior responsável por esta produção é a usina de Balbina, inaugurada em 1989, considerada um crime ambiental por ambientalistas e cientistas pela baixa geração de energia em relação a área alagada (LAZARA,2008).

O fato é que a energia precisa ser incorporada a uma lógica de desenvolvimento que seja pautada sob uma racionalidade ambiental. Leff (2009) apresenta uma perspectiva alternativa ao desenvolvimento sustentável fundamentado na valorização da cultura das populações tradicionais. O autor parte do entendimento que o processo de colonização, modernização e integração, a natureza foi se convertendo em fonte de matérias primas para a acumulação capitalista em escala mundial. Porém, para o autor a cultura é o resultado de cosmovisões, mitos e crenças religiosas que orientam a forma de organização social e produtiva dessas populações e que, por conseguinte, determinam as técnicas, os ritmos e a intensidade da transformação que exercem sobre a natureza, ou seja, os conhecimentos tradicionais geram práticas produtivas de manejo sustentável dos recursos.

O autor assinala a existência de uma cultura ecológica, constituída por um conjunto de valores ambientais, constituídos através de processos milenares de transformação cultural, de experimentação produtiva, de inovação técnica, intercâmbio de conhecimentos e diálogo de saberes. Neste contexto, o autor entende que essa racionalidade cultural das práticas produtivas das populações tradicionais contrapõe-se à maximização do lucro capitalista, isto é possuem uma natureza não acumulativa. Neste processo, mesmo quando o modo de produção capitalista determina a transformação dos ecossistemas, as estruturas ecológicas e culturais estabelecem as condições de resiliência, sobretudo, porque cada ecossistema apresenta limitações e potencialidades naturais para as suas formas de aproveitamento produtivo. Portanto, quando a expansão do mercado capitalista consegue transformar a estrutura social das culturas tradicionais há uma destruição de valores culturais e da própria natureza.

Assim uma alternativa para a comunidade no sentido energético seria a instalação de um sistema de energia fotovoltaicos, a energia solar. Esse tipo energia é limpa, rentável e eficaz e prática para as populações ribeirinhas, sem contar que esse tipo de energia não necessita de longas ligações de cabos elétricos, esses se limitam ao espaço da casa e ligação da bateria. Outra possibilidade seria a fabricação e utilização do biocombustível tendo em vista que existem várias fontes na Amazônia de biocombustível, apesar de não ser uma energia tão limpa quanto a energia solar, essa forma ainda mais viável e sustentável para as comunidades amazônicas.

Há na comunidade um camponês que utiliza uma placa de energia solar (figura 43), mas por ser pequena, é de baixa frequência e assim só possui capacidade de geração de energia para um sistema de proteção de seu cultivo de maracujá.

Figura 42: painel solar encontrado na casa de um camponês da comunidade.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Isso mostra que o camponês amazônico da comunidade São Francisco procura também outras fontes de geração elétrica. Seu Alcimar Francisco do Cazal, proprietário da placa solar destaca que adquiriu a placa como teste, mas sua baixa potência elétrica não possibilitou muitas coisas. Na casa de seu Alcimar encontramos ainda alguns elementos resultantes de processos recicláveis como o sabão ecológico feito com óleo de cozinha usado. Isso mostra a

preocupação com o meio ambiente utilizando técnicas sustentáveis. De acordo com seu Alcimar “é importante ter cuidado com o local onde você se vive, não jogar lixo na água, cuidar da natureza. Hoje não tem mais peixe para pescar, até pra comer é difícil. Não tem mais árvore, isso é resultado da destruição do próprio homem” (pesquisa, 2016).

Existem projetos que contribuem de forma efetiva para a manutenção da racionalidade ambiental do homem do campo. Ações como implantações de meliponarios, horta comunitária, agroecológica e outros projetos de incentivo à produção sustentável são realizados pelo Núcleo de Socioeconômica da UFAM – NUSEC. As atividades realizadas pelo grupo foram destacadas por muitos moradores da comunidade, entretanto a manutenção dos projetos sem a presença da equipe técnica ainda é um grande desafio. Mas, aos produtores fica sempre a expectativa de novos projetos que surgem na comunidade, onde o ultimo apresentado é de extrema importância, tendo em vista a quantidade de insumos utilizados nos plantios, a proposta de produção orgânica certamente será um grande desafio, mas poderá ter bons resultados tanto para saúde dos consumidores, quanto para a saúde dos camponeses que dedicam sua vida ao árduo trabalho agrícola e ainda adquirem doenças terríveis.

> Olha teve um pessoal de vocês que veio aqui e disseram que parece que vão ajudar com adubo pras plantação. Eu acho muito bom porque essa terra tá fraca, muito fraca, a gente deixa descansar, usa outra, mas também não responde bem, e o adubo vai ajudar a ficar mais forte né. Acho que aí a gente não precisa usar mais tanto remédio porque a terra mais fortalecida ajuda a planta. (Nestor Pinheiro de Miranda, comerciante, pescador, agricultor, aposentado, 74 anos, pesquisa, 2016).

Surge na fala do seu Nestor uma esperança em não ser mais necessária a utilização de agrotóxicos. Essa esperança se mostra em vários campos da vida do camponês amazônico que tem forte ligação com o meio onde vive e busca novas formas de melhorias da qualidade de vida. É papel da Universidade a produção de novos conhecimentos e técnicas que valorizem e fortaleçam as atividades do camponês amazônico. Quanto aos mais jovens constatou-se que a grande parte, muda-se para cidade à procura de melhorias de vida, mas permanecem ligados à comunidade, seja por família, seja pela topofilia, seja pela identidade.

> A minha situação e como a maioria das pessoas que vieram para Manaus, e a questão do trabalho, do estudo. Lá você só tem o ensino médio. Umas das dificuldades é que não temos onde morar aqui, muitas das pessoas de lá não tem como vir, aí finalizam o ensino médio. Basicamente falta alguém criar

> um meio que segure o povo, que eles gostam, algo de turismo, algo sustentável que pudessem envolver esses jovens. Algo que explorasse algo da agricultura, que explorasse de forma sustentável. Criar algo sustentável, criação de peixe, de galinhas, algo que não afete a natureza e se possa viver disso. (Rodrigo Miranda da Silva, 26 anos, ribeirinho, universitário, pesquisa, 2017).

Rodrigo é um jovem que mantém a dinâmica entre a cidade e o campo, sempre que possível está na comunidade aos finais de semana e tem o sonho de conseguir um bom emprego para oferecer melhores condições de vida para a família. Na sua visão a oferta de cursos profissionalizantes contribuiria para a formação dos camponeses e o vislumbre de uma vida melhor. Atividades voltadas para a produção local seria uma alternativa para contribuir com a permanência dos camponeses mais jovens na comunidade, nota-se a preocupação do entrevistado ao se referir a práticas sustentáveis que não afete o meio ambiente. A questão ambiental reflete fortemente na vida do camponês amazônico que depende dos recursos naturais para sobrevivência, onde o meio faz parte não só da dinâmica, como também do ser social.

> Eu fico me lembrando quando o papai pescava e trazia demais Tambaquis, grandes, sabe. Aí quando a gente foi ficando assim com uma idade de uns oito, dez anos, já tinha menos, aí nos nossos quinze anos não tinha mais. Podia ir pescar que já estava sumindo o peixe, porque pegavam demais, vinham barcos desses grandes que traziam pra mais de cem tambaquis, e não era só um, dois, era muito mesmo, aí não tem peixe que aguente. Aí fico imaginando quando chegar nessa época ainda vai existir uma mangueira, as frutas pros meus netos, acho que só vai ser comprado de outros lugares do jeito que vai. (Zudenilson Soares de Miranda, pescador, agricultor, responsável pela manutenção da água encanada na comunidade, 43 anos, pesquisa, 2017).

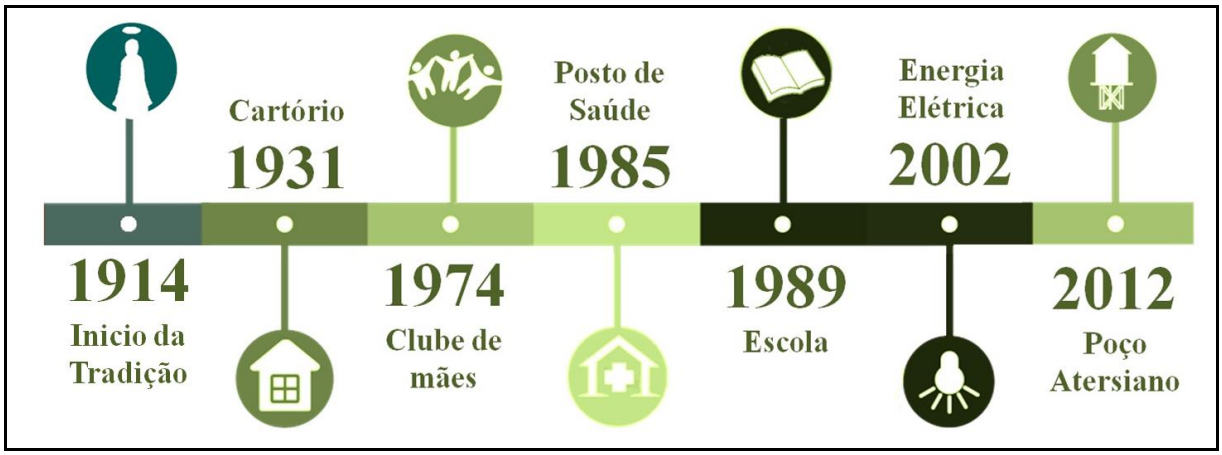
Por fim, é de vital importância a preservação do patrimônio cultural da humanidade na construção de um novo paradigma produtivo que permita aproveitar o vasto conhecimento ainda existente nas diversas culturas tradicionais visando a construção de uma racionalidade produtiva alternativa, baseada em critérios de equidade social, valorização da diversidade cultural e na produção ecologicamente sustentável, que permitam reverter os processos de degradação ambiental. Esta perspectiva, portanto, pauta-se em uma nova ética e em novos princípios produtivos de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um bem necessário a energia elétrica ainda é para muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia, um prestigio. Com uma grande extensão territorial, o Amazonas é o maior estado do Brasil, e diferente de grande parte do país seu acesso se dá principalmente via fluvial, o que dificulta o acesso a bens e serviços de uma grande parte de moradores da zona rural. Essas dificuldades de acesso foram vivenciadas fortemente pela comunidade São Francisco principalmente por estar localizada em frente à capital e durante o período em que não havia luz elétrica observavam a cidade e vislumbravam o sonho de um dia terem parte das luzes que enchiam a cidade de Manaus deixando evidente as disparidades de acesso.

Após lutas e desafios, a energia foi instalada na comunidade pelo prefeito com recursos do próprio município. Após a energia devidamente instalada, mudanças ocorreram na vida dos camponeses, tanto positivas como negativas. Entretanto, notou-se que mesmo com forte cambio cultural sofrido pela proximidade com a cidade de Manaus e com a chegada da Televisão, do Rádio e da internet, a comunidade permanece resistindo a fatores externos, no sentido de manter sua coesão comunitária. Essa coesão, que possibilita fortes laços solidários, resultou em grandes conquistas para a comunidade, que mesmo com um índice relativamente baixo de moradores, 421 (quatrocentos e vinte e um) de 0 a 100 anos, têm grande potencial político de luta e conquistas como podemos visualizar na linha do tempo que segue:

Figura 43: Linha do tempo de conquistas importantes da comunidade São Francisco.



Fonte: Pesquisa, 2017.

A linha do tempo descreve as conquistas obtidas sempre de forma coletiva, pesar de parte delas, como o clube de mãe e o cartório, estarem desativados, foram elementos

fundamentais para o alcance da cidadania e acesso a bens e serviços da comunidade. Há que se ressaltar ainda, os projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Amazonas por meio do grupo de Socioeconômica – NUSEC que realiza há anos atividades de pesquisa e extensão e desenvolvem projetos que estimulam o desenvolvimento local a partir das práticas, conhecimentos e possibilidades da comunidade. Por todo o histórico da comunidade e vida dos comunitários existem narrativas de conhecimentos adquiridos a partir de projetos da UFAM. Entretanto, com a finalização do projeto, muitas vezes não há monitoramento de prosseguimento ou assessoria, fazendo projetos de grande potencial de desenvolvimento acabarem. Como a meliponicultura, que ainda encontramos um ribeirinho desenvolvendo as atividades com abelhas sem ferrão. Ou a horta escolar, muito comentada pelos entrevistados, mas que com a troca de gestores, surgimento de pragas acabaram inviabilizando o prosseguimento do projeto.

A igreja é também um elemento fundamental para a coesão comunitária, mesmo havendo duas denominações diferentes sendo uma católica e uma protestante (Adventista do sétimo dia) a relação entre seus fiéis ocorre de forma pacifica, não havendo nenhum tipo de conflito. Entretanto o conflito ocorreu entre fiéis da mesma igreja, onde uma família entendeu que a igreja comunitária deveria ser familiar, e essa questão tem sido o principal divisor na comunidade, pois, durante o festejo de São Francisco as duas igrejas católicas realizam o festejo concomitantemente e os comunitários ficam divididos onde devem escolher qual igreja frequentar, apesar de a igreja antes comunitária agora familiar, não dispor de tantos fiéis.

Mesmo com essas fissuras na coesão comunitária, a relação existente ali, faz lembrar, de certa forma, a comunidade descrita por Bauman (2003), onde as pessoas se ajudam, onde há segurança por parte dos comunitários nas relações, onde pode se permitir errar, que os demais não irão te criticar, irão te ajudar. Apesar de suas fragilidades, a comunidade São Francisco possui muitas características da sonhada “comunidade” exposta por Bauman que está envolta em um círculo aconchegante. Todavia, é necessário destacar que existem elementos que aos poucos podem dissolver esse círculo comunitário, principalmente os novos elementos modernos que vão afastando aos poucos as pessoas. Outra questão importante é a ambiental que permeia a comunidade e o próprio acesso a bens e serviços. Assim elencamos algumas questões que podem ser realizadas na comunidade a partir de projetos e mesmo algumas propostas a serem refletidas. Propõe-se:

- A realização de um projeto que estude a capacidade de produção do biodiesel em comunidades ribeirinhas, tendo em vista que grande parte das comunidades que não

possuem acesso à energia possuem motor de luz, mas o alto custo do diesel inviabiliza a utilização frequente. Sabe-se que existem muitos elementos na Amazônia capazes de resultar em biocombustíveis, assim com a possibilidade de fabricação do próprio combustível, além de maior economia, seria reduzido o impacto ambiental causado pela queima do diesel;

- Cursos de capacitação em energias alternativas. Tendo em vista que a rede energética atual é de baixa frequência, a utilização de outros meios de obtenção de energia elétrica poderia resolver o problema energético e contribuir com o meio ambiente através de utilização de energias limpas como as placas fotovoltaicas que geram energia solar;
- Cursos específicos para a agricultura, e o retorno da disciplina "Práticas Agrícolas" à grade curricular das escolas ribeirinhas, proporcionando um maior conhecimento da atividade produtiva realizada na comunidade, estimulando a produção local e desenvolvendo novas técnicas;
- Incentivo à produção orgânica, com adubos e fertilizantes naturais e utilização de técnicas orgânicas para a eliminação de pragas e insetos;
- O desenvolvimento de um projeto que contribua para o enaltecimento da história e cultura ribeirinha amazônica, onde as histórias seriam contadas e investigadas pelos jovens e adolescentes locais, desenvolvendo assim o conhecimento da sua história, mitos, lendas e possibilitando maior topofilia aos mais novos e publicização do conhecimento e historias locais;
- O tratamento de lixo pelo município e estimulação da coleta seletiva com cursos de reciclagem, que poderiam contribuir para a reativação do clube de mães da comunidade;
- Apoio agrário por parte do governo. Poderiam ser organizados assentamentos provisórios em tempos de grandes cheias para a comunidade, tendo em vista que em cheias muito grandes, parte das casas ficam alagadas e há perdas de bens, surtos de doenças e perigos de animais que acessam a casa por meio da água como jacarés e cobras, assim como peixes piranhas que ficam próximas as casas em busca de alimento;
- A realização de um projeto por parte do IBAMA de manejo dos jacarés, tendo em vista o grande aumento da população desses animais que põe em risco a vida do ribeirinho;
- Segurança em lanchas. O policiamento poderia ser realizado com lanchas que fariam a ronda e vistoria ao redor da ilha do Careiro, especialmente na Costa da Terra Nova, tendo em vista a proximidade com Manaus;

- Realização de concurso público com moradores do próprio município para gerenciar a Concessionária energética local, tendo em vista que atualmente a ocupação do técnico é feita por meio de indicação, o que tem causado transtornos tendo em vista que o técnico responsável encontra-se frequentemente ausente, dificultando mais ainda a resolução de problemas relacionados à energia elétrica.

Referente ao Programa de Pós Graduação propomos a elaboração de uma cartilha sobre o trabalho de campo na Amazônia. Durante a pesquisa de campo, parte de possíveis entraves que poderíamos encontrar, foram sanados pelo fato de já obtermos alguma experiência de campo e indicações de colegas experientes. Entretanto, nem todos os pesquisadores possuem experiência e sabem lidar com a realidade das populações amazônica. A partir de algumas experiências vivenciadas e percebidas, compreendo que toda ação pode determinar o sucesso ou fracasso da pesquisa. Desde a vestimenta, a quem deve se dirigir o que se deve ou não tomar, a forma de se portar, materiais básicos e alimentação são fundamentais na pesquisa de campo, pois em tudo há significados e símbolos. Assim, a elaboração de uma cartilha sobre as principais questões no trabalho de campo em pesquisas na Amazônia, seria de grande contribuição, especialmente para pesquisadores que ainda não conhecem a realidade amazônica.

Referente à pesquisa, poderia ainda ser estimulada a elaboração de documentários sobre as pesquisas realizadas, tendo em vista que parte do material visual é arquivado e não publicizado. As dificuldades enfrentadas, realidades encontradas e resultados da pesquisa poderiam compor documentários que seriam de grande contribuição para a publicização dos resultados da pesquisa e validade cientifica.

Ser pesquisador na Amazônia é, em vários momentos, um grande desafio, os perigos e diversidades que são encontrados em campo dificultam os resultados da pesquisa em muitos casos. Mesmo compreendendo o processo de crise em que passa o país, faz-se necessário que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, tenha um olhar diferenciado para o pesquisador da Amazônia, tendo em vista as diversidades encontradas em campo. Há necessidade de maior apoio e suporte por meio de mecanismos que reduzam os riscos de vida encontrados em campo. Somando ao pesquisador a inserção, no período em que presta serviços para a ciência, na previdência social e em planos de saúde, tendo em vista que em muitos casos os prejuízos de saúde ou mesmo acidentes ocorridos no período da pesquisa ficam como sequelas para toda a vida.

Fixar o homem no campo evitando o êxodo rural e maior inchaço da cidade é de grande importância. Os conhecimentos adquiridos, a dinâmica e simbiose com a natureza e a riqueza nas relações são características dos camponeses amazônicos que devem ser apreciadas e pesquisadas com vistas à valorização deste homem que respeita e compreende os limites do meio em que vive. Erramos o caminho, concluiu Bauman, e quem sabe não encontramos o caminho certo aprendendo e convivendo com as populações ribeirinhas. O futuro está aqui, as próximas gerações aguardam com anseio e o olhar de esperança, que encontremos o caminho para o equilíbrio da Gaia, "a casa comum do ser".

Figura 44 : Criança ribeirinha em seus primeiros passos na beira do rio.



Fonte: Ana Cristina do Nascimento, 2015.

REFERENCIAS

AGENDA 21. Conferência **das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

AGORA, Revista Online. **A trajetória do homem com a luz.** Acessado em 07 de março de 2017. Publicado em 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2.ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

_____. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. (Orgs)... [et al]. Manaus: **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia** / UEA Edições, 2010.

_____.**Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito Brasil.** In:Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasil rural em debate : coletânea de artigos/ coord. de Nelson Giordano Delgado. Brasília : CONDRAF/MDA, 2010

ARAÚJO, André Vidal. **Introdução à sociologia da Amazônia.** 2º ed. Manaus: Valer, EDUA, 2003 (original 1956)

ARAUJO, Flávia Monteiro; ALVES, Elaine Moreira; CRUZ, Monalise Pinto da. **Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu**. Perspectivas da Ciência e Tecnologia, v. 1, p. 31-40, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holcausto**. Tradução Macus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro; Zahar, 2003.

_____. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. . Rio de Janeiro; Zahar, 2005.

BAUMOL, William Jack. **Productivity and American Leadership**: The long view. 1989.

BOCHNER, Rosany**. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – Sinitox e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 12 (1), 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERQUA, Dom Arcângelo. **Clarões de Fé no Médio Amazonas**. Parintins: Prelazia de Parintins, 1980.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues**. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas. 2001

_____. De Cativo a Liberto - o Processo de Constituição Sócio-histórica do Seringueiro no Amazonas. Amazonas: Valer, 2011.

CHAYANOV. Alexander Vasilievich. **The theory of peasant economy**. Manchester University Press. Manchester. England. 1966.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização e produção camponesa no Cariro da Várzea-AM**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1999.

_____. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CUCHE, Denys**. A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Edusc, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos; **O mito moderno da natureza intocada.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Arruda, Ronaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente**; São Paulo: USP, 2003.

_____. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Dicionário Aurélio, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Editora Positivo, SP. 5ª Ed. 2014.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: Leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo. 1973.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Ceará, 2000.

_____e WITKOSKI; Antonio Carlos**. A noção de habitus em O desencantamento do mundo.** In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: Edua, Ano 1, n. 1. 2000 p.121-139

_____. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

_____. et al. Os **povos amazônicos: identidades e práticas culturais.** In: Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente. Henrique dos Santos Pereira (Org.). Manaus: EDUA, 2009.

FOLEY, Gerald. **Photovoltaic applications in rural areas of the developing world**. Washington : The World Bank, 1995.

FOSTER, George. McClelland. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,1964.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo sobre a vida religiosa de Itá**, Baixo Amazonas. 2º ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

GEERTZ, Clifford. **O senso comum como um sistema cultural**. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, pp.111-141.,K1997.

_____. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Guanabara Koogan S/A. 1989.

GEORESCU-Roegen, Nicholas**. Energia e Mitos Econômicos**. In: Economia-Ensaios, N.E. Traduzido, por Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta, do original, "Energy and Economic Myths", Southern Economic. Uberlândia, 19(2): 7-51, jul./2005

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. **Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento**. 3.ed. rev. amp. São Paulo: Edusp, 2008.

_____Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento.1a ED. EDUSP, CESP. 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES e BAROLLI, Aurélio Filho; Elisabeth. **Instalação Elétrica: investigando e aprendendo**. Editora Scipione São Paulo, 1990.

GOUVELLO e MAIGNE, Christophe de; Yves. **Eletrificação Rural Descentralizada.**

Cresesb-Cepel, 2003.

GUERRA, Antônio Teixeira; **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 10ª ed, 2005.

HÉMERY, Daniel; BEBIER, Jean Claude; DELÉAGE, Jean-Paul. **Uma História da Energia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1993.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. Introdução: **a invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

IBAMA. **A posse da terra no ambiente de várzea: debates para uma possível solução**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2005.

JODELET, Denize (org). **Les représentations sociales**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

LÉNA, Philippe (org). **Amazônia a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2ª ed. Belém: CEJUP, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da Racionalidade Ambiental.** Vozes, Petrópolis, 2009.

LIRA, Talita de Melo. **Política Ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia. Análise sociocultural e da organização Política**. Editora: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silviano Santiago – 6. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. Título original: La condition postmoderne. 1979.

MARX, Karl. **O Capital**. Nova York: Internacional Publishers, 1967.

Manual do Consumidor. **Como Utilizar a Energia Elétrica com Segurança e Sem Desperdício**. 2000.

MATOS, e PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; Patrícia Francisca. **A Modernização da Agricultura no Brasil e os novos usos do território**. In: Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011.

MESQUITA, Benjamim Alvino de**. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.

MIRANDA, Orlando de (org.). **Para ler Ferdinand Tõnnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

MORÁN, Emilio Frederico. **Adaptabilidade humana: Uma introdução à Antropologia Ecológica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MOREIRA, Edna Silva. **Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém: EDUFPA, 2004.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria.** 6ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NODA, Sandra Noda et al. **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzea.** In: Espaços e recursos naturais de uso comum. Carlos Antônio Diegues, André de Castro C. Moreira (Org.). São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino**. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Front. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** Instituto Polis. São Paulo, 2002.

ORTIZ, Renato. **A Sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo**,** Editora Olho Dágua, **2013.**

PEREIRA, Marcelo Souza. **Navegar é Preciso: a lógica e a simbólica dos usos socioambientais do rio.** Tese de Doutorado - PPG/CASA- Universidade Federal do Amazonas.

RIBEIRO, Fernando Selles. A **quem interessa um programa de eletrificação de propriedades rurais pobres pouco produtivas ou mesmo improdutivas?** Conferencia Lantinoamericana de Electrificación Rural - XVI CLER, Santiago, 1997.

_____. **O Programa luz para todos e a universalização do atendimento de energia elétrica no Nordeste.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA E ENERGIA NO MEIO RURAL, 7,. 2008, Fortaleza. Anais. Fortaleza: AGRENER, 2008.

_____. **Programa luz para todos e eletrificação rural**. In: LATIN-AMERICAN CONGRESS ON ELECTRICITY GENERATION AND TRANSMISSION, 8. 2009.Ubatuba. CLAGTEE. Proceedings. Guaratingueta: FEG/UNESP, 2009.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ROSA, Luiz Pereira**. Visão integrada das fontes de energia**, in: Economia e Tecnologia da Energia (Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/FINEP, 1985.

RIBEIRO, Tina Bimestre Selles. **A eletrificação rural com sistemas individuais de geração com fontes intermitentes em comunidades tradicionais: caracterização dos entraves para o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Energia) – EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São, PauloPaulo, 2010.

SACHS, Ignnacy. Ecodesenvolvimento – **Crescer sem destruir**. Trad. De Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton**. Encontros**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. O **País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a cidadania**. Publifolha: São Paulo, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro:** Record. 19ª edição, 2010.

SHANIN, Teodor. **Campesinos e sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Org. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

SILVA, Maria da Silva. **Fundamentos para a História da Comunidade São Francisco do Distrito de Terra Nova (Costa) Careiro da Várzea. Am. 1985-2004**. Monografia - Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2004.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade.** In: Miranda, Orlando de**.** Para ler Ferdinand Tönnies. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

TORRES, Iraildes Caldas. **O campo da pesquisa e as condições socioculturais das mulheres da floresta.** In: TORRES, I. C. Org. O ethos das mulheres da floresta. Manaus: Editora Valer, Fapeam, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica.** 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira. 1967.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, floretas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Anablume, 2009.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Seminário: Comunicação, modernização e tecnologia.** Porto Alegre. PUCRS. 2008.

WOORTMANN e WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final.** Série antropologia. n. 20, 1978

APENDICE

HISTÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL

1879	Dom Pedro II concedeu a Thomaz Alva Edison o privilégio de introduzir no país aparelhos e processos de sua invenção destinados à utilização da eletricidade na iluminação pública. . Foi inaugurada na Estação Central da Estrada de Ferro Dom Pedro II, atual Central do Brasil, a primeira instalação de iluminação elétrica permanente
1881	A Diretoria Geral dos Telégrafos instalou, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira iluminação externa pública do país em trecho da atual Praça da República.
1883	Entrou em operação a primeira usina hidrelétrica no país, localizada no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, na cidade de Diamantina. D. Pedro II inaugurou na cidade de Campos, o primeiro serviço público municipal de iluminação elétrica do Brasil e da América do Sul.
1889	Entrou em operação a primeira hidrelétrica de maior porte do Brasil, Marmelos-Zero da Companhia Mineira de Eletricidade, pertencente ao industrial Bernardo Mascarenhas, em Juiz de Fora – MG.
1892	Inaugurada, no Rio de Janeiro, pela Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, a primeira linha de bondes elétricos instalados em caráter permanente do país.
1897	Inauguração do serviço de iluminação elétrica em Belo Horizonte. Véspera da inauguração da cidade.
1899	Criada em Toronto (Canadá) a São Paulo Railway, Light and Power Empresa Cliente Ltda – SP RAILWAY.
1901	Entrada em operação da usina hidrelétrica Parnaíba (atual Edgard de Souza) pertencente à São Paulo Light, primeira a utilizar barragem com mais de 15 metros de altura.
1903	Aprovado pelo Congresso Nacional, o primeiro texto de lei disciplinando o uso de energia elétrica no país.
1903	Aprovado pelo Congresso Nacional, o primeiro texto de lei disciplinando o uso de energia elétrica no país.
1904	Criada em Toronto (Canadá) a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power EmpresaCliente – RJ TRAMWAY.
1908	Entrou em operação a Usina Hidrelétrica Fontes Velha, na época a maior usina do Brasil e uma das maiores do mundo.
1912	Criada em Toronto (Canadá), a Brazilian Traction, Light and Power EmpresaCliente Ltd que unificou as empresas do Grupo Light.
1921	Inaugurada pela General Eletric, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira fábrica de lâmpadas do país.
1927	A American and Foreign Power EmpresaCliente – AMFORP iniciou suas atividades no país adquirindo o controle de dezenas de concessionárias que atuavam no interior de São Paulo.
1934	Promulgado pelo presidente Getúlio Vargas o Código de Águas, assegurando ao poder público a possibilidade de controlar, rigorosamente, as concessionárias de energia elétrica.
1937	O presidente Getúlio Vargas inaugurou no Rio de Janeiro o primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil.
1939	O presidente Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Águas e Energia – CNAE para sanear os problemas de suprimento, regulamentação e tarifa referentes à indústria de energia elétrica do país.
1940	Regulamentada a situação das usinas termelétricas do país, mediante sua integração às disposições do Código de Águas.
1941	Regulamentado o "custo histórico" para efeito do cálculo das tarifas de energia elétrica, fixando a taxa de remuneração dos investidores em 10%.
1945	Criada, no Rio de Janeiro, a primeira empresa de eletricidade de âmbito federal, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF.
1952	Criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais – Cemig, atualmente denominada Companhia Energética de Minas Gerais S/A – Cemig. Criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE para atuar nas áreas de energia e transporte.
1954	Entrou em operação a primeira grande hidrelétrica construída no rio São Francisco, a Usina Hidrelétrica Paulo Afonso I, pertencente à Chesf. Entrou em operação a Usina Termelétrica Piratininga, a óleo combustível, primeira termelétrica de grande porte do Brasil.
1956	Foi criada para administrar o programa energético do estado do Espírito Santo, a Escelsa, empresa

	posteriormente federalizada e que passou a fazer parte do Grupo Eletrobrás.
1957	Criada a Central Elétrica de Furnas S.A., com o objetivo expresso de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Grande para solucionar a crise de energia na Região Sudeste.
1960	Como desdobramento da política desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, conhecida como Plano de Metas, foi criado o Ministério das Minas e Energia – MME.
1961	Durante a presidência de Jânio Quadros foi criada a Eletrobrás, constituída em 1962 pelo presidente João Goulart para coordenar o setor de energia elétrica brasileiro.
1962	Entrada em operação da usina hidrelétrica de Três Marias, pertencente a Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A – Cemig e primeira a ser utilizada para a regularização do Rio São Francisco.
1963	Entrada em operação da maior usina do Brasil na época de sua construção, a usina hidrelétrica de Furnas, pertencente a Central Elétrica de Furnas – Furnas.
1965	Criação sob a sigla DNAE, do Departamento Nacional de Águas e Energia, transformado, em 1969, em Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE. Adoção do plano nacional de unificação de frequência em 60 Hz, de acordo com a recomendação do Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica – CNAEE
1975	Criados o Comitê de Distribuição da Região Sul-Sudeste – CODI e o Comitê Coordenador de Operação do Norte/Nordeste – CCON.
1979	Depois de oitenta anos sob o controle estrangeiro, foi nacionalizada a Light Serviços de Eletricidade S.A. Entrou em operação a Usina Hidrelétrica Sobradinho, realizando o aproveitamento múltiplo do maior reservatório do país que regulariza a vazão do rio São Francisco. Foi autorizada pelo DNAEE a instalação do Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação de Operação – SINSC.
1982	O Ministério das Minas e Energia criou o Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS.
1984	Entrou em operação a Usina Hidrelétrica Tucuruí, da Eletronorte, primeira hidrelétrica de grande porte construída na Amazônia. . Concluída a primeira parte do sistema de transmissão Norte-Nordeste, permitindo a transferência de energia da bacia amazônica para a região Nordeste. Entrou em operação a Usina Hidrelétrica Itaipu, maior hidrelétrica do mundo com 12.600 MW de capacidade instalada.
1985	Constituído o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, com o objetivo de incentivar a racionalização do uso da energia elétrica. Entrou em operação a Usina Termonuclear Angra I, primeira usina nuclear do Brasil.
1986	Entrou em operação o sistema de transmissão Sul-Sudeste, o mais extenso da América do Sul, transportando energia elétrica da Usina Hidrelétrica Itaipu até a região Sudeste.
1988	Criada a Revisão Institucional de Energia Elétrica – REVISE, embrião das alterações promovidas no setor de energia elétrica durante a década de 1990. Criado o Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico – COMASE.
1990	O presidente Fernando Collor de Mello sancionou a Lei nº 8.031 criando o Programa Nacional de Desestatização – PND. . Criado o Grupo Tecnológico Operacional da Região Norte – GTON, órgão responsável pelo apoio às atividades dos Sistemas Isolados da Região Norte e regiões vizinhas. Criado o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica – SINTREL para viabilizar a competição na geração, distribuição e comercialização de energia.
1995	As empresa controladas pela Eletrobrás foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização que orientava a privatização dos segmentos de geração e distribuição. Realizado o leilão de privatização da Escelsa, inaugurando nova fase do setor de energia elétrica brasileiro em consonância com a política de privatização do Governo Federal.
1997	Criada a Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, empresa que passou a ser a responsável pelos projetos das usinas termonucleares brasileiras, Constituído o novo órgão regulador do setor de energia elétrica sob a denominação de Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. .
1998	O Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE foi regulamentado, consolidando a distinção entre as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. . Foram estabelecidas as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para substituir o Grupo Coordenador para Operação Interligada – GCOI.
1999	A primeira etapa da Interligação Norte-Sul entrou em operação, representando um passo fundamental para a integração elétrica do país.
2000	O presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Prioritário de Termelétricas visando a

	implantação no país de diversas usinas a gás natural. . Entrou em operação, no mês de julho, a usina hidrelétrica Itá, na divisa dos municípios de Aratiba (RS) e Itá (SC). A conclusão das obras de aproveitamento foram levadas a termo pela Gerasul, em parceria com a Itá Energética, consórcio formado pelas empresas Odebrecht Química, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Cimentos Itambé. Em março de 2001, a usina atingiu a capacidade de 1.450 MW. . A importação de 1.000 MW de energia da Argentina, iniciada no mês de julho pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), utilizou novas linhas de 500 kV e uniu as subestações de Rincón e Garabi (Argentina), Santo Ângelo e Itá (Brasil), constituindo a maior e mais importante compra de energia pelo Brasil da Argentina. . Foi instituído, no mês de agosto, pela Lei nº 9.478, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Efetivamente instalado em outubro, o Conselho assumiu a atribuição de formular e propor ao presidente da República as diretrizes da política energética nacional.
2001	Nesse ano, o Brasil vivenciou sua maior crise de energia elétrica, acentuada pelas condições hidrológicas extremamente desfavoráveis nas regiões Sudeste e Nordeste. Com a gravidade da situação, o governo federal criou, em maio, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), com o objetivo de "propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica". Em junho, foi implantado o programa de racionamento nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e, em agosto, em parte da região Norte. . Ainda no âmbito da crise de energia elétrica, no mês de agosto, o governo criou a empresa Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE) para realizar a contratação das térmicas emergenciais. . Entrou em operação, em agosto, a Usina Termelétrica Eletrobold (RJ), incluída no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). A usina foi construída pela Sociedade Fluminense de Energia (SFE), controlada pelo grupo norte-americano Enron, sendo equipada com oito grupos de geradores a gás natural e totalizando 380 MW de capacidade instalada. Entrou em operação, em novembro, a Usina Termelétrica Macaé Merchant, no município de Macaé (RJ), também incluída no PPT. A usina foi construída pela empresa norte-americana El Paso Energy, tendo sido projetada para operar com vinte turbinas a gás natural, com capacidade total de 928 MW. . Entrou em operação, em dezembro, a primeira unidade da Usina Hidrelétrica Lajeado, na divisa dos municípios de Miracema do Tocantins e Palmas (TO). Construída pela Investco, consórcio liderado pelas empresas Rede Lajeado Energia, do Grupo Rede, e EDP Brasil, controlada pela Eletricidade de Portugal (EDP), a usina foi projetada para operara com cinco unidades geradoras, com capacidade total de 900 MW. . Em dezembro, terminou o racionamento na região Norte.
2002	Entrou em operação, em fevereiro, a Usina Hidrelétrica Machadinho, na divisa dos municípios de Maximiliano de Almeida (RS) e Piratuba (SC). Foi construída por consórcio formado pela Gerasul, Celesc, CEEE, Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas e grandes empresas privadas consumidoras de energia, como a Alcoa Alumínio, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), a Valesul Alumínio, a Companhia de Cimentos Portland Rio Branco e a Camargo Corrêa Cimentos. Em julho, entrou em operação a terceira e última unidade geradora da usina, perfazendo o total de 1.140 MW. . Em fevereiro, terminou o racionamento nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Entrou em operação, em maio, a Usina Hidrelétrica Cana Brava, na divisa dos municípios de Cavalcanti e Minaçu (GO), com capacidade de geração de 450 MW, alcançada quatro meses após a inauguração. A Companhia Energética Meridional (CEM), empresa constituída pela Tractebel, é a empresa responsável pela construção e operação da usina, e do sistema de transmissão associado. . Em junho, foi extinta a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE), substituída pela Câmara de Gestão do Setor Energético (CGSE), vinculada ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A CGSE foi encarregada de propor ao CNPE diretrizes para a elaboração da política do setor de energia elétrica, além de gerenciar o Programa Estratégico Emergencial para o aumento da oferta de energia.
2003	O Governo Federal lançou em novembro o programa Luz para todos, objetivando levar, até 2008, energia aos 12 milhões de brasileiros que não têm acesso ao serviço. Deste total, 10 milhões estão na área rural. A gestão do programa será compartilhada entre estados, municípios, agentes do setor elétrico e comunidades. .

	Entrou em operação comercial em novembro a 15ª unidade geradora hidráulica da Usina Hidrelétrica Tucuruí. É a terceira máquina da segunda etapa, que irá acrescentar mais 375 MW de potência à usina. As obras irão ampliar a capacidade de geração, de 4.245 MW para 8.370 MW, possibilitando o atendimento a mais de 40 milhões de pessoas. Tucuruí passará a ser a maior hidrelétrica nacional.
2004	Foi inaugurada em janeiro a PCH Padre Carlos, em Poços de Caldas (MG). A usina tem capacidade para gerar 7,8 MW e é um reforço no atendimento aos 52 mil consumidores da área de concessão do Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas e integra um conjunto de cinco pequenas centrais hidrelétricas já em operação na área. O novo modelo do setor elétrico foi aprovado com a promulgação, em março, das Leis nº 10.847 e nº 10.848, que definiram as regras de comercialização de energia elétrica e criaram a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) , com a função de subsidiar o planejamento técnico, econômico e sócio ambiental dos empreendimentos de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados e fontes energéticas renováveis. O novo modelo definiu a oferta de menor tarifa como critério para participação nas licitações de empreendimentos, estabeleceu contratos de venda de energia de longo prazo e condicionou a licitação dos projetos de geração às licenças ambientais prévias. . No âmbito desta nova legislação, foram criados a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico (CGISE), a Eletrobrás e suas controladas foram retiradas do Programa Nacional de Desestatização (PND) e a Eletrosul foi autorizada a retomar a atividade de geração. A empresa mudou sua denominação para Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
2005	Em janeiro, foi inaugurada em Veranópolis (RS) a Usina Hidrelétrica Monte Claro, com capacidade para gerar 130 MW. A usina integra, junto com as usinas 14 de Julho e Castro Alves, o Complexo Energético do Rio das Antas, na região Nordeste do estado. A obra é um dos empreendimentos de geração com entrada em operação prevista para este ano, sendo 11 hidrelétricas e uma térmica. Com 2.995 MW de capacidade instalada, esse conjunto de usinas vai aumentar em 4,4% a capacidade instalada de geração no país. . O sistema de fornecimento de energia elétrica no Espírito Santo foi reforçado, em março, com a inauguração da Linha de Transmissão Ouro Preto 2 – Vitória e da ampliação da subestação de Vitória. A obra, realizada em 15 meses, prazo recorde na construção de linhas de transmissão, melhora a qualidade e a confiabilidade do sistema e reduz a possibilidade de falta de energia elétrica por falhas nas linhas de transmissão. Com a nova linha de transmissão o Espírito Santo deixa de ser ponta do sistema elétrico e passa a contar com caminhos alternativos de suprimento de energia. . Foram assinados os contratos de concessão para a implantação de 2.747 quilômetros de 10 novas linhas de transmissão. As obras significarão investimentos de R$2,06 bilhões e deverão estar concluídas até 2007. As linhas foram arrematadas, em leilão realizado em 2004, por 10 empresas brasileira e três espanholas. As concessões têm duração de 30 anos e a construção dos novos empreendimentos beneficiará 140 municípios de 11 estados: Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. . A Eletrobrás e a Korea Electric Power Corporation (Kepco), da Coréia do Sul, assinaram Protocolo de Intenção para cooperação e formação de parcerias para investimentos conjuntos em projetos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil e na América Latina. A Kepco é uma empresa estatal sul-coreana com atividades similares às da Eletrobrás. O protocolo prevê a avaliação do uso de todas as opções disponíveis de combustível, incluindo o carvão, outros combustíveis fósseis, energia renovável e, eventualmente, energia nuclear. . Em abril foi inaugurada em Belém (PA) uma usina de produção de biodiesel do Grupo Agropalma. A unidade tem capacidade para produzir 8 milhões de litros de biodiesel por ano e a empresa utilizará como matéria-prima resíduos do processamento de palma. Maior produtora de óleo de palma da América Latina, a Agropalma domina todo o ciclo de produção e produz quase a totalidade de matéria-prima vegetal utilizada, cerca de 120 mil toneladas. A primeira usina brasileira de produção do biodiesel foi inaugurada em março, em Cássia (MG), e o combustível já está sendo comercializado em Belo Horizonte.
2006	A empresa de Pesquisa Energética (EPE) concluiu em março de 2006, os estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE 2006-2015, propondo diretrizes, metas e recomendações para a expansão dos sistemas de geração e transmissão do país até 2015. O documento foi apresentado como marco da retomada do planejamento do setor de energia elétrica. O Plano foi o primeiro documento do gênero elaborado pela EPE e deverá ser atualizado anualmente. Dessa

	forma, o governo pretende retomar uma prática consagrada nas décadas de 1980 e 1990 pelo extinto Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS).
2007	Em fevereiro de 2007 foi ativada a primeira turbina da usina hidrelétrica Campos Novos, marcando o início da operação comercial do empreendimento. Localizada no rio Canoas, em Santa Catarina, a usina exigiu a construção da maior barragem do tipo enrocamento e face de concreto já executada no país, com 202 metros de altura e comprimento de crista de 592 metros. As outras duas unidades de geração, assim como a primeira, terão, cada uma, potência máxima instalada de 293,3 MW e devem entrar em funcionamento ainda este ano. Em 10 de dezembro de 2007, o consórcio Madeira Energia vence o leilão da usina hidrelétrica Santo Antônio promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O consórcio, formado pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda., Construtora Norberto Odebrecht S.A, Andrade Gutierrez Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A. e pelo Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP), construirá a primeira das duas usinas do Complexo do Rio Madeira, em Rondônia, que vai fornecer mais de 6.000 megawatts para o sistema interligado nacional, energia suficiente para atender 25 milhões de pessoas.
2008	A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, em 8 de janeiro de 2008, modelo de contrato de permissão para as cooperativas de eletrificação rural atuarem como distribuidoras de energia. A permissão será concedida por 20 anos, a partir da assinatura de contrato, sem direito a prorrogação. Entre as imposições às cooperativas, está o veto ao desempenho de outras atividades; a mudança da relação com os associados, que passam a condição de consumidores detentores de direitos e obrigações; o ingresso das cooperativas como agentes no ambiente regulado; e os estabelecimentos de obrigações do serviço a ser prestado. Foi publicada no Diário Oficial da União, em 8 de abril de 2008, a Lei nº 11.651, que amplia o campo de atuação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). A sanção, concedida sem vetos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, permite que a holding tenha participações majoritárias em empreendimentos, além de flexibilizar os negócios e atuação da empresa no exterior.
2009	O Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou, em 3 de agosto de 2009, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017 que, além de consubstanciar as políticas públicas para o setor emanadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, é utilizada na elaboração do Programa de Licitações de Usinas e de Linhas de Transmissão. Segundo o MME, o novo Plano Decenal leva em consideração as contribuições recebidas em processo de consulta pública, introduzindo ajustes e definindo melhorias para o próximo ciclo de planejamento. Os governos do Brasil e Paraguai assinaram, em 1º de setembro de 2009, em Assunção, acordo sobre a venda da energia gerada por Itaipu. O Brasil triplicará o valor pago ao Paraguai, a título de direito de cessão, que passará dos atuais US$ 120 milhões para US$630 milhões por ano. Além disso, um grupo de trabalho formado por especialistas dos dois países deverá analisar a possibilidade de venda da energia pela estatal paraguaia Ande diretamente às distribuidoras. O grupo vai debater ainda a possibilidade de venda da energia a outros países após 2023, quando se encerra o tratado e o pagamento pela usina, ficou acertado também que Itaipu arcará com os custos da modernização de uma linha de transmissão entre a usina e Villa Hayes, ampliando sua capacidade para 500 Kw, o que permitirá que o Paraguai disponha de mais energia. . O governo federal editou, no dia 30 de dezembro de 2009, o Decreto nº 7.058, alterando artigo do Decreto nº 93.872, de 1986, e liderando as autarquias federais, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações e entidades sob controle acionário da União para conceder aval, fiança ou garantia de qualquer espécie a obrigações contraída por pessoa física ou jurídica. Com a medida, as empresas estatais do setor de energia elétrica, que possuam concorrentes privados, passam a poder conceder garantias financeiras para as operações de suas controladas ou subsidiárias.

Fonte: adaptado de: Memória da Eletricidade – Eletrobrás (atualizado em 13 abr./2012)

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu_____ na condição de líder da Comunidade São Francisco da Costa Terra Nova – Careiro da Várzea/AM, declaro para os devidos fins que estou informado (a), esclarecido (a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade que seja desenvolvido o projeto de Mestrado intitulado*: DA LAMPARINA À LÂMPADA: um estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, Careiro da Várzea (AM).* Este projeto será desenvolvido pela estudante de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM Aghata Teixeira Silva, que vai analisar as transformações socioculturais e ambientais do modo de vida dos moradores da comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, a partir da instalação da energia elétrica, com a orientação do Professor Dr. Antônio Carlos Witkoski.

Estou ciente que no estudo serão realizadas aplicações entrevistas, registro das atividades com fotografias e gravações com gravador, e, que as informações produzidas na pesquisa irão compor a Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Estou informado que retorno da pesquisa à comunidade será realizado, considerando as possibilidades de viabilidade, por meio de material didático apropriado.

Estou informado (a) de que a comunidade terá total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional minha e dos moradores da comunidade e, que a comunidade não gastará dinheiro, assim como, não receberá qualquer benefício de dinheiro em troca. E, ainda, que não terei nenhum vínculo de trabalho, pois o projeto tem a finalidade apenas de estudo.

Estou ciente que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir explicações aos pesquisadores sobre este projeto no seguinte endereço**:** Avenida General Rodrigo Octavio Ramos n.3000, setor sul da UFAM/ CCA, Telefone: (092)98193-9909, E-mail: aghata.ts@gmail.com

_____Careiro da Várzea,____/_____/___

Líder da Comunidade

RG: _____ Endereço pessoal:_____

Testemunhas:

1)_____

2)_____

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu_____ na condição de morador da comunidade São Francisco da Costa de Terra Nova do Careiro da Várzea-AM declaro para os devidos fins que estou informado (a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade, em participar da pesquisa de mestrado, intitulada*:* DA LAMPARINA À LÂMPADA**.** Estudo das transformações socioculturais e ambientais na comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, Careiro da Várzea/ AM.

Este projeto está sendo desenvolvido pela mestranda Aghata Teixeira Silva (PPG-CASA/UFAM), que vai analisar as transformações socioculturais e ambientais do modo de vida dos moradores da comunidade São Francisco da Costa Terra Nova, a partir da instalação da energia elétrica, com a orientação do professor Dr. Antonio Carlos Witikoski.

Serão respondidas as perguntas que o Sr. (a) souber e quiser, e terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. O Sr. (a) não terá nenhum gasto de dinheiro, assim como não receberá nenhum benefício financeiro em troca. Terá total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo.

Fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a). poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa, Aghata Teixeira Silva pelo seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio – Centro de Ciências do Ambiente – Programa de Pós-Graduação em ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia– Campos Universitários. Telefone: (092)98193-9909, E-mail: aghata.ts@gmail.com

Careiro da Várzea, ____/____/_____

_____ _____

Assinatura do participante Assinatura da Pesquisadora

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Nome:
Idade:
Ocupação:

1- Você nasceu na comunidade?
2- Como foi sua infância? Como era a comunidade?
3- Como é a vida na comunidade?
4- Existem conflitos na comunidade? Quais?
4- O (a) sr(a) tem vontade de sair da comunidade? Por quê?
5- Como foi o processo para conseguirem energia elétrica para a comunidade?
6- Como era a vida na comunidade antes da chegada da energia?
7- O (a) sr.(a) acha que mudou alguma coisa após a chegada da energia?
8- A energia trouxe algum beneficio? Se sim quais?
9- A energia trouxe algum prejuízo? Se sim quais?
10- O(a) sr(a) possui eletrodomésticos e eletroeletrônicos? Se sim quais?
11- O (a) sr.(a) utiliza algum instrumento elétrico em sua produção? Se sim quais?
12- O que esses instrumentos e objetos eletrônicos representam para o (a) Sr(a)?
13- Dos aparelhos elétricos que o Sr.(a) em qual considera mais importante, porque?
14-O que o(a) sr(a) entende por meio ambiente?
15- O(a) sr(a) se preocupa como meio ambiente? Porque?
16- Quais são as principais mudanças ambientais que aconteceram na comunidade?
17-Houve a redução de algum recurso? Se sim quais?
18 - O (a) sr (a) acha que seus filhos e netos terão os mesmos recursos ambientais que o(a) sr(a)? O que o (a) sr(a) acha disso?
19- Há alguma coisa que eu não perguntei, mas o (a) sr. gostaria de falar?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

QUESTIONARIO

Nome:

Idade: Nasceu na comunidade com parteira?

Naturalidade: Valor médio da Energia consumida:

Ocupação: Como classifica o fornecimento da energia?

Renda Familiar: No que o (a) Sr.(a) acha que o fornecimento de energia poderia melhorar?

Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa?
A quanto tempo possui?
O que representa para você?
Algum equipamento já queimou por causa da energia?

	01	**02**	**03 ou mais**	**Não tem**
Televisão				
Videocassete e/ou DVD				
Videogame				
Rádio				
Aparelho de Som				
Computador				
Automóvel				
Máquina de lavar roupa				
Geladeira				
Ar condicionado				
Microondas				
Freezer				
Ventilador				
Ferro elétrico				
Telefone celular				
Tablet				
Acesso à Internet				
Antena Parabólica				
Outros:				
Na sua produção o(a) senhor(a) utiliza algum equipamento que só é possível funcionar com energia elétrica?				